

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CAMILA CAMARGO FERREIRA

**ECONOMIA DE POLÊMICAS: UMA ANÁLISE DA EMERGÊNCIA
DAS MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI**

SÃO CARLOS -SP
2023

CAMILA CAMARGO FERREIRA

**ECONOMIA DE POLÊMICAS: UMA ANÁLISE DA EMERGÊNCIA DAS
MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de doutorado em Sociologia.

Orientador: Fábio José Bechara Sanchez

São Carlos-SP

2023

Ferreira, Camila Camargo

Economia de polêmicas: uma análise da emergência das mobilizações antigênero no Brasil e no Paraguai / Camila Camargo Ferreira -- 2023.
209f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Fábio José Bechara Sanchez

Banca Examinadora: Fábio José Bechara Sanchez, Jorge Leite Junior, Regina Facchini, Vera Alves Cepêda, Marcio Mucedula Aguiar

Bibliografia

1. Ações coletivas . 2. Ativismo conservador. 3. Direitos sexuais e reprodutivos. I. Ferreira, Camila Camargo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Camila Camargo Ferreira, realizada em 08/11/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

Prof. Dr. Jorge Leite Junior (UFSCar)

Profa. Dra. Regina Facchini (UNICAMP)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Prof. Dr. Marcio Mucedula Aguiar (UFGD)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Dedico esta tese às pessoas que fazem da docência um exercício político pautado na transformação social e às pessoas pesquisadoras do campo de estudos de gênero e sexualidade, cujas contribuições têm sido fundamentais para desafiar as relações de poder e combater as diversas injustiças sociais, econômicas, políticas e culturais existentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor e meu orientador Fábio por seu apoio constante e orientação atenciosa na elaboração desta tese. Tenho-lhe muito estimo por me proporcionar uma relação de orientação atravessada por muito apoio, acolhimento, discussões enriquecedoras, engajamento político-social e inúmeras reflexões sobre os meandros dos caminhos da vida. Suas histórias e ensinamentos serão lembrados com muito carinho.

Meu orientador do mestrado, Márcio, merece meu agradecimento especial por despertar em mim o amor pela Sociologia e pela docência engajada na transformação social. Suas aulas e orientação moldaram meu caminho acadêmico. Agradeço por me ensinar a ver a Sociologia como um esporte de combate e como um instrumento de ressignificação da minha trajetória de vida. Agradeço por me incentivar a estudar, a pesquisar, a lecionar e por todo o seu apoio em diversos momentos da minha carreira acadêmica.

À banca, minha admiração e meus sinceros agradecimentos pela leitura atenciosa e pelas valiosas contribuições à presente tese.

Agradeço a Henrique e Laura, por me auxiliarem no processo de coleta e catalogação dos dados da pesquisa.

Diego e Taciane merecem também toda minha gratidão pela escuta atenta sobre as minhas inquietações com a pesquisa, o apoio e os conselhos preciosos.

Agradeço a todas as pessoas que organizaram e participaram do Grupo de Trabalho *Sexualidade e Gênero* da *Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, pelo acolhimento e pelas contribuições ao meu trabalho ao longo do doutorado.

Agradeço aos colegas do grupo de estudo Coletivo de pesquisa em sociologia política: engajamentos, campos de conflitos e democracia (DISSENSO) pelas valiosas contribuições em diferentes etapas da pesquisa, especialmente à Mariana pelas leituras atentas.

Meus professores, minhas professoras e colegas da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal da Grande Dourados merecem meu agradecimento pelas trocas e aprendizados que fundamentaram minha formação acadêmica.

Por fim, minha mais profunda gratidão à minha mãe, meus avós, às amigas e aos amigos pelo apoio incondicional ao longo do processo de escrita desta tese.

RESUMO

Ao longo dos anos 2010, emergiram mobilizações transnacionais de grupos conservadores contra as demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade) a partir da politização da categoria “ideologia de gênero”. Esta tese interroga como o ativismo contra a chamada ideologia de gênero se configurou no Brasil e no Paraguai na década de 2010. Seu objetivo é compreender, de forma comparada, as características e dinâmicas transnacionais do ativismo antigênero, no sentido de captar quem são seus atores, quais são as modalidades de ação, as matrizes discursivas e as visões de mundo por eles produzidas. A tese visa responder à necessidade da ampliação dos estudos sobre as mobilizações antigênero a partir de uma perspectiva comparada. Para o entendimento desse fenômeno emprega-se as teorias das ações coletivas, os estudos de gênero e sexualidade, bem como as produções acadêmicas sobre o fenômeno antigênero. A partir de uma perspectiva qualitativa, foram adotadas como técnicas de investigação a investigação documental e pesquisa nos/dos meios digitais. Os resultados indicam que tanto no Brasil, como no Paraguai, as mobilizações antigênero se configuraram a partir da atuação articulada entre atores e entidades pró-vida e pró-família nacionais e transnacionais. A análise dos dados coletados indica que o ativismo antigênero é produzido a partir de uma complexa rede de mobilização que conecta atores conservadores em nível nacional e transnacional.

Palavras-chave: ações coletivas; antigênero; ativismo conservador; direitos sexuais e reprodutivos; políticas sexuais.

ABSTRACT

During the 2010s, transnational mobilizations of conservative groups emerged in opposition to the demands of feminist and LGBTQIA+ movements (including lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, intersex, and other gender and sexual identities), with their actions anchored in the politicization of the concept of "gender ideology." This thesis examines the formation and consolidation of activism against so-called gender ideology in Brazil and Paraguay throughout this decade. Its objective is to comparatively analyze the transnational characteristics and dynamics of anti-gender activism, focusing on the identification of actors, forms of action, discursive frameworks, and the worldviews constructed. This research aims to contribute to the expanding field of comparative studies on anti-gender mobilizations. To analyze this phenomenon, it employs theories of collective action, gender and sexuality studies, alongside scholarly work on the anti-gender phenomenon. Utilizing a qualitative approach, this study adopts document analysis and digital media research as investigative techniques. Findings indicate that, in both Brazil and Paraguay, anti-gender mobilizations were organized through coordinated actions among national and transnational pro-life and pro-family actors and entities. Data analysis further reveals that anti-gender activism emerges from a complex network of mobilization that interconnects conservative actors across national and transnational spheres.

Keywords: anti-gender; collective action; conservative activism; sexual politics; sexual and reproductive rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 — Anverso de folheto de divulgação da manifestação "Queremos papá y mamá" na Argentina.....	64
Figura 2 — Verso de folheto de divulgação da manifestação "Queremos papá y mamá" na Argentina.....	65
Figura 3 — Anverso de folheto de divulgação da manifestação "Queremos papá y mamá" na Argentina.....	66
Figura 4 — Folder de evento informativo "Foro matrimonios o uniones gays?".....	71
Figura 5 — Programação do II Congresso pela Verdade e pela Vida.....	98
Figura 7 — Símbolo da manifestação contra a ideologia de gênero no PME de São Paulo.....	111
Figura 8 — Folder de convite para manifestação contra ideologia de gênero.....	122
Figura 9 — Logo da campanha <i>Somos Mucho, Mucho Mas</i>	152
Figura 10 — Folder da manifestação <i>Despierta America</i>	158
Figura 11 — Folder de divulgação de palestra de Amparo Medina no âmbito da campanha <i>Despierta América</i>	159
Figura 12 — Folder publicado no Facebook pela associação Foro de Diálogo Civil contra o Projeto de Lei Contra Todas as Formas de Discriminação.....	162

Gráficos e tabelas

Gráfico 1 — Porcentagem de aceitação do matrimônio homossexual no Paraguai em 2010.....	68
---	----

Quadros

Quadro 1 — Critérios empregados para construção do corpus documental.....	31
Quadro 2 — Organizações e entidades que promoveram e/ou apoiaram a Campanha Queremos Papá y Mamá.....	75
Quadro 3 — Entidades patrocinadoras e apoiadoras do II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida.....	96
Quadro 4 — Entidades que promoveram o I Congresso Internacional em Defesa da Vida.....	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA.....	18
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
2 CAPÍTULO UM – COMO INTERPRETAR O ATIVISMO ANTIGÊNERO? ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS E AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA SOBRE O FENÔMENO.....	35
2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA SOBRE O FENÔMENO ANTIGÊNERO.....	45
2.1.1 Backlash: o Ativismo Antigênero como Reação.....	46
2.1.1.1 “Cola simbólica”: mobilizações antigênero, neoliberalismo e a “crise das democracias”.....	49
2.1.1.1.1 ATIVISMO ANTIGÊNERO, NEOCONSERVADORISMO E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO RELIGIOSO LATINO-AMERICANO.....	54
2.2 A COMPLEXIDADE DAS MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO: AÇÕES COLETIVAS E CAMPOS DE CONFLITOS.....	55
3 CAPÍTULO DOIS – A CONFIGURAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO PARAGUAI: REDES DE MOBILIZAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA E PRÓ-VIDA.....	59
3.1 CAMPOS DE EMERGÊNCIA DO ATIVISMO ANTIGÊNERO: EDUCAÇÃO SEXUAL E MATRIMÔNIO HOMOSSEXUAL.....	59
3.1.1 A Campanha queremos Papá y Mamá.....	70
3.1.1.1 O Festival pela Vida e pela Família.....	76
4 CAPÍTULO TRÊS – A GESTAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DAS ESTRUTURAS E DOS RECURSOS DE MOBILIZAÇÃO DO ATIVISMO CATÓLICO PRÓ-VIDA NACIONAL E TRANSNACIONAL.....	84
4.1 OS ANTECEDENTES DA ECLOSÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: COALIZÃO DE FORÇAS CONSERVADORAS EM TORNO DO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	86

4.1.1 O II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida: a influência das redes de mobilização pró-vida e pró-família na conformação do ativismo antigênero.....	95
---	-----------

5 CAPÍTULO QUATRO – A ECLOSÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: ATORES, ESPAÇOS, DEMANDAS E FORMAS DE ATUAÇÃO.....103

5.1 A EMERGÊNCIA DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: REAÇÕES AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	103
---	-----

5.2 “DUELO ENTRE MÚSICAS LGBT E O PAI NOSSO”: OS EMBATES EM TORNO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	109
--	-----

6 CAPÍTULO CINCO – ECONOMIA DE POLÊMICAS: ESTRATÉGIAS E RECURSOS DE MOBILIZAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI.....126

6.1 AS CORES ROSA E AZUL COMO RECURSOS SIMBÓLICOS DE MOBILIZAÇÃO: DA NEGAÇÃO DO CONCEITO ACADÊMICO DE GÊNERO À REAFIRMAÇÃO DO DETERMINISMO BIOLÓGICO.....	128
---	-----

6.2 DAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI: DA DISSEMINAÇÃO DE PÂNICOS MORAIS À PRODUÇÃO DE UMA ECONOMIA DE POLÊMICAS.....	132
---	-----

7 CAPÍTULO SEIS – A EXPANSÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI: INTERSECÇÕES ENTRE OS MODELOS RELIGIOSO, JURÍDICO E POLÍTICO DA ECONOMIA DE POLÊMICAS PRODUZIDA EM TORNO DA CAUSA ANTIGÊNERO.....147

7.1 A EXPANSÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO PARAGUAI.....	147
---	-----

7.1.1 A atuação do ativismo antigênero contra acordos internacionais e a regulação da cidadania sexual e de gênero no Paraguai.....	156
--	------------

7.2 A AMPLIAÇÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL.....	166
--	-----

7.2.1 A mobilização da causa antigênero pela extrema-direita brasileira: ideologia de gênero como capital político em contextos eleitorais.....	171
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS.....	183
ANEXO: DOCUMENTOS E ARQUIVOS AUDIOVISUAIS ANALISADOS.....	201

1 INTRODUÇÃO

A década de 2010 é marcada por uma crescente contestação dos direitos sexuais e reprodutivos por parte de atores conservadores em países de diferentes regiões, incluindo a África, América Latina, América do Norte e Europa. Embora a oposição às agendas de promoção da igualdade de gênero e sexual no mundo ocidental não seja um fenômeno recente, foi possível observar sua intensificação. Isso ocorre em um cenário no qual a multiplicação e a visibilidade de sujeitos históricos dos movimentos feministas e LGBTQIA+ e as lutas pelo reconhecimento de seus direitos colocaram o gênero e a sexualidade não apenas como dimensões centrais da vida social, mas também incitaram parte importante do debate político na esfera pública (Facchini e Sívori, 2017).

O objeto de estudo desta tese é a atuação de atores contrários à ampliação da cidadania de gênero e sexual que conforma um fenômeno chamado ativismo antigênero. Esse último caracteriza-se como a mobilização social e política de atores conservadores contra as transformações das normas socioculturais e jurídicas que regulam as relações de gênero e a sexualidade. É possível considerá-lo um tipo específico de movimento de oposição conservadora às demandas por igualdade dos movimentos feministas e LGBTQIA+ (Paternotte e Kuhar, 2018b).

Uma de suas principais estratégias de atuação é a disseminação de narrativas que enquadram como imposição de uma “ideologia de gênero” a incorporação da perspectiva transversal de gênero nas políticas públicas, bem como o reconhecimento dos direitos reprodutivos e sexuais em nível nacional e internacional. “Ideologia de gênero”¹ é uma categoria êmica definida pelos atores que a empregam como uma corrente ideológica criada para promover a negação do caráter natural das diferenças biológicas e a complementaridade entre homens e mulheres. Eles argumentam que essa corrente promove a desconstrução do conceito tradicional de família nuclear, assim como dos valores morais cristãos.

Muitos estudos mostram que essa narrativa surgiu a partir da oposição liderada pelo Vaticano à introdução do conceito de gênero e ao reconhecimento dos direitos

¹ Ao interpretar o termo “ideologia de gênero” como uma categoria êmica, opto por não empregar aspas ao longo do texto. Essa escolha visa evitar a reificação da expressão e reconhecer sua natureza discursiva e contextual. Mantenho essa postura com o intuito de enfatizar a compreensão dos significados atribuídos pelos próprios atores sociais que o produzem e o difundem na esfera pública.

sexuais e reprodutivos nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) dos anos 1990. Nesse cenário, destaca-se a mobilização desses atores especialmente na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em Cairo em 1994, e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995 (Buss, 1998; Corrêa, 2018; Duarte de Souza, 2019; Girard, 2007; Miskolci e Campana, 2017; Paternotte e Kuhar, 2018a).

Nessas conferências, o gênero se tornou um parâmetro definidor de políticas pela governança nacional e internacional devido ao reconhecimento de que as desigualdades entre homens e mulheres é um problema estrutural e só podem ser abordadas em uma perspectiva integral de gênero (Miskolci e Campana, 2017). Além disso, a partir delas, documentos de alcance global das Nações Unidas legitimaram o conceito de direitos reprodutivos, reconheceram o aborto como um problema de saúde pública, recomendaram a adoção de políticas de educação em sexualidade e afirmaram as variadas formas de família (Corrêa, 2018).

Essas medidas foram amplamente questionadas por uma coalizão conduzida pelo Vaticano e por representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) norte-americanas cristãs (Machado, 2018). A delegação da Santa Sé e seus aliados se opuseram a disposições específicas de direitos identificadas com a promoção do aborto, do controle de fertilidade e da homossexualidade (Buss, 1998). A oposição a esses conceitos baseou-se na compreensão do Vaticano dos direitos das mulheres desenvolvida no papado de João Paulo II a partir da Teologia do Corpo, segundo a qual os homens e as mulheres possuem papéis diferentes e complementares que são definidos pelas leis da natureza (Buss, 1998).

Uma das estratégias desses atores foi a articulação contra linguagens centrais para a perspectiva feminista de direitos humanos, como o conceito de gênero. O termo foi incorporado como uma categoria chave dos movimentos sociais na luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos no marco legal internacional dos direitos humanos.

Desde meados dos anos 1970, parcelas dos movimentos feministas e do movimento gay e lésbico passaram a exigir o alargamento da concepção de direitos humanos pautado no reconhecimento de um conjunto específico de direitos: os sexuais e reprodutivos (Ávila, 2003). Os primeiros dizem respeito à igualdade no exercício da sexualidade e os segundos à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva (Ávila, 2003). É a partir dessa linguagem de direitos que os movimentos

feministas e LGBTQIA+ tem construído uma agenda política de reivindicações e intervenções no plano dos prazeres, dos corpos e das práticas sexuais (Carrara, 2015).

Vale sublinhar que o terreno de afirmação desses direitos constituiu-se como um espaço permeado por múltiplos tensionamentos no interior desses movimentos sociais. No curso das lutas pelo reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos na agenda internacional de direitos humanos, os conflitos não se deram apenas internamente entre os movimentos sociais. Grupos sociais e políticos centrados na defesa dos direitos cristãos constituíram-se como os principais adversários dos movimentos feministas e LGBTQIA+.

Nesse cenário, o ativismo antigênero se configurou em torno das pautas e dos sujeitos políticos desses movimentos sociais que, a partir dos 1960, questionaram as normas socioculturais que estruturam as relações de gênero e sexualidade. À medida que buscavam institucionalizar suas demandas, atores conservadores passaram a disputar os espaços institucionais e os processos de reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Apesar de sua composição heterogênea na atualidade, o ativismo antigênero é fruto do ativismo católico em torno dos direitos sexuais e reprodutivos.

Conforme Sales (2021), o ativismo católico tem amplitude internacional e se manifesta nos momentos em que questões relativas à expansão desses direitos e/ou a regulamentação de questões de bioética são colocadas em pauta nas esferas públicas nacionais. Essa atuação é, como já discutido, decorrente da política institucional assumida pelo Vaticano desde meados dos anos 1990, “que se reproduz em diversos países a partir da metade dos anos 2000, quando a alta hierarquia da Igreja inicia o combate sistemático a esses temas” (Sales, 2021, p. 2).

Gestada e disseminada pelo Vaticano e por intelectuais católicos conservadores, a politização da categoria ideologia de gênero ganhou força e se difundiu pelo mundo a partir da década de 2010, com especial intensidade em países da América Latina e da Europa (Corrêa, 2018). Por meio dessa estratégia, o ativismo religioso conservador promoveu a organização de mobilizações antigênero que se concentraram principalmente na defesa dos direitos da família heterossexual.

Essa pauta abrange um leque bastante amplo de demandas como: a preservação de determinados papéis socialmente atribuídos aos homens e às mulheres – principalmente a maternidade e a masculinidade –, o combate aos direitos

reprodutivos e aos direitos LGBTQIA+, às políticas educacionais voltadas à superação das discriminações baseadas nos marcadores de gênero e sexualidade, à educação sexual e à regulamentação do matrimônio igualitário.

Apesar das especificidades de cada contexto, as mobilizações antigênero foram promovidas por associações pró-vida e pró-família nacionais e transnacionais, atores conservadores religiosos católicos, evangélicos pentecostais e neopentecostais, muçulmanos fundamentalistas, judeus ortodoxos, grupos e lideranças políticas da direita e extrema-direita (Grzebalska, Kováts e Pető, 2017; Paternotte e Kuhar, 2018b; Vaggione, 2020). Preocupados com essas questões, esses diversos atores produziram uma constelação de formas de atuação a partir da politização da categoria ideologia de gênero no espaço público.

Ruas e praças foram tomadas por protestos, cuja a mística foi composta pelas cores rosa e azul para reafirmar as normas de gênero e por símbolos que representam a família nuclear e a vida de nascituros – geralmente, ilustrações abstratas de fetos, bebês ou casais heterossexuais acompanhados por um casal de filhos. Além disso, políticos profissionais conservadores buscaram regular o desenho e a implementação de políticas públicas pautadas na promoção da igualdade de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos, além de recorrerem aos temores sociais produzidos ao seu entorno em disputas eleitorais. Candidatos a cargos eletivos e partidos políticos incorporaram o combate a tal problemática em suas plataformas eleitorais em muitos países do mundo ao longo dos anos 2010.

Os meios de comunicação de massa passaram a divulgar a emergência de temores e mobilizações em torno da ideologia de gênero. No mercado editorial, multiplicaram publicações de livros que prescrevem suas origens, causas e seus perigos. Buscas com o descritor “ideologia de gênero” na Amazon retornam diversas obras publicadas em português e espanhol. Na internet, existem cursos sobre o tema voltados a pais de crianças e adolescentes, líderes religiosos e parlamentares. Nas redes sociais digitais proliferaram imagens, músicas, podcasts², vídeos e lives³ sobre o tema que expressam visões de mundo conservadoras relativas às transformações

² Podcast é um conteúdo de áudio disponibilizado e compartilhado no meio digital em plataformas de streaming e sites. O recurso se assemelha muito a programas de rádio e é produzido para divulgação de conteúdo informativo, educativo e de entretenimento.

³ As lives são transmissões ao vivo de vídeos nas plataformas de mídias digitais, principalmente nas redes sociais como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube. No contexto da pandemia de COVID-19, as lives se popularizaram devido às medidas de isolamento social.

no âmbito das relações de gênero e sexualidade na esfera institucional e não institucional.

Nesse processo, os atores religiosos conservadores transformaram a chamada ideologia de gênero em uma preocupação social que demanda organização e mobilização política de cidadãos para combatê-la, bem como intervenção dos Estados Nacionais. Por intermédio da politização do termo, eles buscam em diferentes países impedir a aprovação e implementação de políticas públicas e legislações interpretadas como ameaça às suas crenças e valores. Como resultado, o ativismo antigênero tem empreendido esforços significativos para influenciar as agendas políticas e moldar a opinião pública, a fim de conservar o tecido social quanto ao ordenamento da sexualidade e às relações de gênero.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

O fenômeno descrito tem despertado minha curiosidade desde a minha pesquisa de mestrado desenvolvida entre 2016 e 2018, cujo intuito era analisar como eram traduzidas as políticas de gênero e diversidade sexual direcionadas à educação básica no cotidiano escolar. Tinha então interesse em compreender se as representações dos professores acerca dos movimentos feministas e LGBTQIA+ – bem como da categoria de gênero – interferem na promoção da discussão das relações de gênero e sexualidade nas salas de aula de escolas públicas.

Essa proposta de pesquisa surgiu a partir de minhas experiências na educação básica como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), entre 2012 e 2016, período em que cursei licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Grande Dourados. Ao longo desses quatro anos, chamou-me muito atenção as resistências de alguns docentes e das gestões escolares em relação à abordagem de gênero e sexualidade.

Naquela época, era possível notar que quanto mais extrapolasse os marcos da heteronormatividade mais contestada era a discussão desses temas no espaço escolar. A temática da desigualdade entre homens e mulheres, por exemplo, era bem aceita e havia até entusiasmo para debatê-la com os estudantes. Já discussões de temas sobre a transexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade não eram encaradas com bons olhos.

Assim, considerando minha experiência prévia no espaço escolar, me interessava compreender o que influenciava professores e professoras a abordarem

ou não esses temas nas salas de aula. Tinha como hipótese que a percepção de docentes acerca dos movimentos feministas e LGBTQIA+, bem como das políticas em gênero e sexualidade, era um fator determinante. No curso da investigação, entretanto, desloquei o foco para os confrontos produzidos em torno das políticas educacionais pautadas nos temas de gênero e sexualidade a partir da tramitação do Projeto de Lei Escola Sem Partido no Congresso Nacional.

Esse deslocamento se deu à medida que a pesquisa era desenvolvida e, sobretudo, a partir do exame de qualificação da minha dissertação. A banca sinalizou que o que ocorria nas escolas era fruto de um contexto mais amplo para o qual o meu texto parecia estar mais voltado. Além disso, no texto entregue saltava aos olhos o meu interesse pela tramitação de projetos de lei no âmbito legislativo federal voltados à proibição da abordagem dos temas de gênero e sexualidade na educação básica. Minha proposta era compreender se os discursos acionados nesses dispositivos jurídicos eram os mesmos que já circulavam no espaço escolar acerca dessas temáticas. Graças às sugestões da banca, acabei desenvolvendo um estudo voltado para análise da dimensão produtiva dos discursos acionados por atores conservadores em torno da educação em gênero e sexualidade na esfera político-institucional.

Privilegiei como objeto de pesquisa a tramitação de onze propostas legislativas protocoladas no Congresso Nacional entre 2014 e 2017 voltadas à proibição da abordagem desses temas no espaço escolar. Procurei discutir como políticos profissionais se mobilizaram para institucionalizar a proibição da abordagem das temáticas de gênero e sexualidade na educação básica por meio da politização da categoria ideologia de gênero. A pesquisa apontou o seguinte: por detrás dessas demandas repressivas reside um imperativo de silenciamento tagarela que mais fala do que cala, uma vez que busca prescrever um conjunto de verdades acerca dos aparatos de gênero e sexualidade com a proposta de institucionalização da proibição da abordagem desses temas no espaço escolar (Ferreira e Aguiar, 2018).

Com a pretensão de dar continuidade a essa investigação, o projeto da presente pesquisa começou a ser esboçado em 2017. Como costuma dizer meu orientador de doutorado, o que se esgota em nossas pesquisas é o tempo, não as inquietações. Quando o escrevi, eu tinha muitas perguntas que surgiram no decorrer do mestrado, muitas delas ainda incipientes na literatura. Ao perceber que em outros países da América Latina também havia mobilizações antigênero muito similares às

brasileiras, fiquei intrigada em entender como elas se constituíam como um fenômeno transnacional na região.

Esses eram alguns dos meus principais questionamentos: como emergiram, ao longo da década de 2010, mobilizações contra o que se chama de ideologia de gênero em diferentes contextos nacionais? O que torna possível o acionamento da categoria ideologia de gênero nos anos recentes no contexto latino-americano? Por que elas se capilarizaram na segunda década dos anos 2000 e não antes? Quais as similaridades e disparidades entre as mobilizações antigênero nos países latino-americanos? Como elas são organizadas e como se materializam? Como se constituíram forças políticas relevantes na esfera pública? Os atores que as produzem e os discursos acionados por eles são os mesmos nos diferentes cenários? Quais são os efeitos almejados e produzidos por eles? Os significados atribuídos à categoria ideologia de gênero são os mesmos em contextos diferentes?

A partir de tais questões, defini o seguinte problema de pesquisa conectado ao marco conceitual foucaultiano: quais são as relações de poder, os regimes de saber e os pontos de resistência que compõem as mobilizações antigênero na América Latina? Tinha, então, o objetivo de compreender o caráter transnacional da politização do conceito de gênero por atores conservadores religiosos por meio do exame de sua materialização nos contextos nacionais latino-americanos. Para tanto, analisaria os discursos, as estratégias e as mobilizações produzidas pelo ativismo conservador religioso com relação à chamada ideologia de gênero orientada pelo marco teórico-metodológico desenvolvido por Michel Foucault.

O objeto da pesquisa era a atuação no plano institucional e não institucional dos atores conservadores contra os programas educacionais pautados nas temáticas de gênero e sexualidade nos países latino-americanos. Essa definição não foi arbitrária, ela baseava-se no fato de que na maioria dos países latino-americanos, as mobilizações contra a chamada ideologia de gênero emergiram contra programas de educação sexual, políticas educacionais voltadas para o combate às discriminações baseadas no gênero e na sexualidade e para a promoção de acesso igualitário à educação, como demonstram estudos (Miskolci, 2018; Miskolci e Campana, 2017).

Durante o primeiro e segundo ano da pesquisa, senti-me um pouco como Sader (1988), pois havia proposto estudar as dinâmicas das mobilizações contra a chamada ideologia de gênero na América Latina, mas sem saber muito bem como faria o recorte da pesquisa. Tal como ele, os principais problemas que enfrentei foram referentes à

definição do objeto e do problema que implicaram na escolha dos caminhos metodológicos. Isso porque eu estava diante de um campo muito vasto e estava dividida entre as exigências do rigor científico, que implica uma definição precisa do objeto de pesquisa, e “os impulsos de um interesse político que levavam a uma interrogação mais abrangente” (Sader, 1988, p. 18).

Até então, eu tinha uma vaga ideia de quais seriam os contextos nacionais examinados. Devido à necessidade de estabelecer um recorte empírico específico, optei por realizar uma investigação comparativa desse fenômeno em três países da América Latina: Brasil, Paraguai e Peru. Esta deliberação ocorreu a partir da análise de alguns documentos e de leituras de referências analíticas acerca do tema (Araújo, 2020; Balieiro, 2018; Corrêa e Kalil, 2020; Corrêa e Parker, 2020; Lionço, 2018; Meneses, 2019; Soto e Soto, 2020; Vélez Gonzalez *et al.*, 2018). O material indicava que as mobilizações contrárias aos programas educacionais pautados na promoção da igualdade de gênero e sexual a partir da politização da categoria ideologia de gênero possuíam maior duração, capilaridade e organicidade nesses três países.

Durante a fase inicial de coleta de dados, percebi que o intuito da pesquisa de analisar comparativamente as mobilizações contra a ideologia de gênero em três países era inviável devido ao volume de material empírico. Optei por manter o Brasil e o Paraguai porque havia reunido mais dados das mobilizações produzidas nos dois países e também porque seria mais viável realizar as atividades de campo devido à minha localização geográfica e aos recursos disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, durante a revisão da literatura acadêmica sobre as mobilizações antigênero, percebi que o Paraguai, embora tenha sido o primeiro na América Latina em que esse fenômeno emerge, havia recebido pouca atenção em termos de estudos até aquele momento.

Ao definir os contextos nacionais que seriam objeto de análise e ao delinear a pesquisa, reformulei tanto o problema quanto os objetivos do estudo. Assim, considerando a transnacionalidade do fenômeno, na presente tese interrogo como as mobilizações antigênero se configuraram no Brasil e no Paraguai na década de 2010. Tendo como ponto de partida esse problema de caráter descritivo, pretendo responder às seguintes questões: Mediante quais processos de mobilização o ativismo antigênero se constituiu nos dois países? Como adquiriu capilaridade? Quais são os atores engajados nas mobilizações antigênero? Quais foram suas demandas, formas e espaços de atuação? Como foram estabelecidos seus objetivos, objetos de

reivindicação e contestação? Como eles se definiram e se relacionaram com seus adversários? Quais foram os discursos mobilizados e disputados a partir da politização da categoria gênero?

Esta tese, portanto, busca investigar os processos e redes de mobilização, atores envolvidos, demandas, estratégias, discursos e a forma como o ativismo antigênero se configurou nos contextos brasileiro e paraguaio ao longo da década de 2010. Meu objetivo é compreender as características e as dinâmicas do ativismo antigênero no que diz respeito a esses elementos particulares e comuns ao Brasil e ao Paraguai no limite temporal recortado. Para alcançar esse fim, delimitei quatro objetivos específicos, que são:

- 1) Descrever o processo de constituição do ativismo antigênero nos cenários brasileiro e paraguaio;
- 2) Identificar os atores antigênero, as modalidades de ação e as demandas por eles elaboradas nos dois países, bem como suas estratégias e recursos de mobilização;
- 3) Mapear os discursos produzidos e os significados atribuídos à categoria ideologia de gênero pelos atores antigênero em seus episódios de mobilização;
- 4) Entender como a categoria ideologia de gênero confere sentido às ações organizadas do ativismo antigênero e à disseminação de suas causas na esfera pública.

Para alcançar esses objetivos, dediquei-me à busca de episódios de mobilização protagonizados pelos atores antigênero em ambos os contextos selecionados, que foram identificados principalmente por meio da análise de fontes documentais disponíveis em jornais de grande circulação dos dois países. Após a fase de busca desses eventos de mobilização, que exigiu um extenso processo de coleta, catalogação e análise de fontes documentais, eu tinha a ambiciosa intenção de realizar uma análise profunda de todos os episódios encontrados.

Entretanto, ocorre que, ao longo de uma década, foram muitos os eventos de mobilização produzidos pelos atores antigênero em torno de diferentes objetos de contestação. Diante do desafio de analisar em profundidade uma quantidade substancial de eventos em um prazo limitado, decidi concentrar minha análise nos episódios que assinalam a irrupção do ativismo antigênero nos dois países. Este

recorte permitiu o exame do processo de formação do ativismo antigênero e a compreensão de como esse fenômeno se estabeleceu no Brasil e no Paraguai.

Nesse sentido, tendo em vista as dificuldades que enfrentei para realizar uma análise aprofundada dos eventos de mobilização antigênero produzidos ao longo de uma década, para atingir os objetivos da tese, delimito como estratégia dois movimentos analíticos. O primeiro concentrado no exame minucioso do processo de constituição do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai e o segundo pautado na análise mais abrangente do processo de expansão do escopo de atuação do ativismo antigênero no período posterior à sua emergência nos dois países.

É na proposta de comparar o processo de constituição do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai para identificar como esse fenômeno transnacional se adapta a diferentes contextos nacionais que reside a originalidade desta tese. Espero que a pesquisa contribua para o campo de estudos sobre ativismo e mobilizações conservadoras em torno dos aparatos de gênero e sexualidade, destacando a forma como esses movimentos se adaptam e se manifestam em contextos nacionais específicos.

O estudo justifica-se pela lacuna identificada na literatura de estudos comparativos entre o Brasil e outros países, conforme evidenciado por Rezende e Sol (2021). Assim, a pesquisa se torna relevante ao buscar compreender as dinâmicas específicas do ativismo antigênero em diferentes contextos nacionais. Parto do pressuposto de que, por intermédio da exploração das similaridades e diferenças entre as mobilizações antigênero em países distintos, será possível identificar pontos interseccionais, além de explicar as dinâmicas e características próprias de cada contexto. A análise comparativa permitirá uma compreensão mais profunda das estratégias, dos atores envolvidos e dos objetivos do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai no contexto pontual de emergência desse fenômeno.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos da pesquisa, empreguei a pesquisa documental como técnica qualitativa de investigação. Inicialmente, eu planejava utilizar também entrevistas semiestruturadas, mas enfrentei três grandes problemas nesse âmbito. O primeiro foi relativo às alterações no desenho da pesquisa que prejudicaram a localização precisa dos meus eventuais interlocutores.

Superada essa questão, o segundo decorreu da pandemia de COVID-19. O isolamento social impossibilitou o estabelecimento de contato com os eventuais sujeitos da pesquisa para além dos meios virtuais. A princípio, não imaginava que o contexto pandêmico se estenderia para além do primeiro semestre de 2020. Então, direcionei o trabalho de campo para a coleta de documentos e me dediquei a realizar leituras da produção acadêmica sobre o fenômeno antigênero. Já em meados do segundo semestre de 2020, comecei a contactar as pessoas que eu gostaria de entrevistar via e-mail com muito receio de que não aceitassem participar da pesquisa.

Nesse contexto, a terceira dificuldade apareceu na forma de incertezas com relação ao uso de entrevistas devido às dificuldades de acesso aos sujeitos. Toscano (2019) destaca que em pesquisas sobre movimentos conservadores e de extrema-direita, a adoção de metodologias baseadas na interação é mediada pela dificuldade de estabelecimento de relações entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. A autora destaca que no campo, podem aparecer problemas como a cautela ou a falta de confiança que os ativistas costumam nutrir em relação aos pesquisadores e ao processo de pesquisa como um todo.

Além disso, a pesquisadora pode ser percebida como uma estranha e parte dos grupos, dos elementos e do sistema que eles combatem (Toscano, 2019). No caso brasileiro, é importante sublinhar que existe entre os atores produtores do ativismo antigênero uma visão muito estigmatizante das universidades públicas brasileiras e de pesquisadores das Ciências Humanas, mais notadamente das Ciências Sociais.

Isso me ocorreu em uma das tentativas de estabelecer contato com uma interlocutora, que foi uma importante liderança das mobilizações antigênero no Brasil e é hoje deputada estadual. Liguei para seu gabinete parlamentar e, ao ser atendida pelo seu assessor, lhe disse que gostaria de entrevistá-la. Expliquei *ipsis litteris* que era doutoranda em Sociologia pela UFSCar, estava pesquisando as mobilizações contra a ideologia de gênero no Brasil e que tinha muito interesse em conversar com a parlamentar devido à sua atuação. Ele, então, para mapear meu posicionamento neste campo de conflito, me perguntou como minhas colegas feministas reagiam à minha pesquisa no meu departamento. Expliquei-lhe que não havia mal estar no meu programa em relação à minha pesquisa porque se trata de uma investigação científica que não objetiva produzir juízo de valores. Nossa conversa, a partir daí, foi rapidamente encerrada por ele.

O posicionamento da pesquisadora em campo é um outro problema, principalmente no que tange à dimensão emocional da relação entre ela e os atores envolvidos (Toscano, 2019). O aspecto empático é um elemento que funciona bem nas práticas de pesquisa baseadas na interação com os movimentos de caráter progressista, já que algumas vezes o pesquisador e o sujeito compartilham visões de mundo e crenças e frequentemente não é percebido como um inimigo. A ausência dessa dimensão no caso dos estudos sobre movimentos conservadores influencia o processo de pesquisa e aumenta ainda mais as dificuldades de investigação e de acesso ao campo (Toscano, 2019). Ser identificada ou percebida como feminista na interação com os atores antigênero dificulta o acesso a eles.

Quando escrevi o projeto de pesquisa, tinha em mente que esses problemas poderiam surgir. Assim, sempre considerei o emprego de entrevistas como uma técnica secundária para a elaboração da pesquisa, mas não menos importante do que a pesquisa documental. Afinal, a combinação de técnicas de investigação é uma operação que em muito contribui para o rigor metodológico da pesquisa social. Considerando isso, a partir da análise prévia dos dados coletados via pesquisa documental, da qual falarei mais adiante, pude localizar alguns sujeitos das mobilizações antigênero nos dois países.

No Brasil, localizei principalmente ativistas antigênero que ingressaram no sistema político institucional após as eleições de 2018. Mapeei também atores que não ocupam cargos eletivos, mas são lideranças de destaque do ativismo antigênero e fazem parte de organizações conservadoras religiosas e grupos de extrema-direita. Já no Paraguai identifiquei ONGs pró-vida e pró-família e outras associações, além de ativistas das mobilizações. Em ambos os países, encontrei também líderes religiosos evangélicos e membros da hierarquia eclesiástica católica. Após identificá-los, enviei e-mails convidando-os para participarem da minha pesquisa.

Na mensagem, eu me apresentava como pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, informava que estava realizando um estudo de doutorado sobre as mobilizações pela defesa da vida e da família, mais especificamente aquelas contrárias à ideologia de gênero. Posteriormente, explicava aos sujeitos que sabia do engajamento deles na luta contra ideologia de gênero e sinalizava que tinha muito interesse em conversar a respeito de suas motivações, de como haviam se organizado e dos desafios encontrados. Por fim, explicava que poderíamos conversar via ferramentas digitais, como *Google Meet*, *Skype* e *Zoom*.

Evidenciava que a pesquisa seguia protocolos éticos, que as identidades dos entrevistados somente seriam reveladas mediante consentimento. Finalizei o e-mail deixando meu número de telefone, caso os sujeitos contatados necessitassem de mais informações.

Encaminhei e-mail para as associações civis FEDAPAR, a FEDAVIFA, a REDECOM e a ASUCOP, Movimento Brasil Livre, São Carlos nas Ruas. Como não consegui localizar os seus respectivos correios eletrônicos, entrei em contato via *Messenger* com as associações o Foro de Diálogo Civil, Movimento Cidadania Brasil, Pais do Col. Pedro II Contra Ideologia de Gênero e Doutrinação dos Alunos. Enviei mensagens também para usuários do Facebook, brasileiros e paraguaios, que administram páginas e grupos contrários à ideologia de gênero. Localizei mais páginas brasileiras, do que paraguaias sobre o tema. Além disso, entrei em contato com lideranças chave das mobilizações antigênero nos dois países. Nesse processo, a maioria significativa dos atores com quem entrei em contato não responderam meus e-mails. Apenas o representante da ASUCOP e os administradores de algumas páginas brasileiras do Facebook me responderam.

O representante da ASUCOP, Associação de Usuários e Consumidores de Assunção, é uma liderança do ativismo antigênero no Paraguai. A associação disponibiliza um contato de telefone em sua página do Facebook que está vinculado a uma conta do WhatsApp. No final de setembro de 2021, liguei via WhatsApp para o número e fui atendida pelo representante da associação. Expliquei a ele que estava fazendo uma pesquisa sobre as mobilizações contra a ideologia de gênero no Brasil e no Paraguai e que gostaria de conversar sobre os movimentos que atuam contra a ideologia de gênero na sociedade paraguaia. Ele foi muito solícito, disse que adoraria conversar comigo e que, inclusive, me passaria o contato de outras organizações e lideranças. Mas me informou que naquele momento não poderia dialogar comigo porque estava ocupado. Então perguntei se poderíamos nos falar no dia seguinte pelo Google Meet com um horário marcado, ele prontamente aceitou.

No dia seguinte, muito entusiasmada, encaminhei o link da reunião do Google Meet para ele via WhatsApp e o esperei por mais três horas na sala. Diante de sua ausência, enviei mensagem no WhatsApp perguntando se poderíamos remarcar nossa conversa, mas ele não me respondeu. Mandei mais mensagens nas semanas seguintes sem retorno. Cerca de um mês e meio depois, em novembro, liguei novamente. Ele então me disse que estava concorrendo ao cargo de vereador em

Assunção e não tinha tempo para falar comigo, mas que depois das eleições eu poderia procurá-lo. Como já estava em fase de escrita do meu relatório de qualificação e sem esperanças de que conversaria comigo, não liguei mais para ele.

Como mencionado, em novembro de 2021, entrei em contato também com administradores de páginas do Facebook brasileiras contra a ideologia de gênero. Decidi não criar um novo perfil na rede social para contatá-los porque imaginei que passaria menos confiança para as pessoas. Nas redes sociais, perfis com poucas publicações, fotos e amigos podem ser lidos como falsos. Como meu perfil foi criado há cerca de dez anos, acumulei muitas publicações ao longo desse tempo. Então, apaguei muitos posts que poderiam me associar, de alguma forma, com a chamada ideologia de gênero, além de alterar minhas configurações de privacidade para que publicações antigas não fossem encontradas pelas pessoas que não fazem parte da minha rede social. O intuito era que meu perfil não fosse percebido como uma conta falsa e que não provocasse de imediato um estranhamento nas pessoas contatadas.

Pelo *Messenger*, encaminhei mensagens dizendo que tinha interesse em conversar com os administradores para conhecer mais sobre as páginas. Três administradores me responderam, passaram seus números de telefone para que conversássemos pelo WhatsApp. Todos foram muito gentis e disseram que estavam à disposição. Com o intuito de preservar seus contatos, mandei mensagem para todos no WhatsApp, conversamos brevemente e lhes perguntei se poderia entrar em contato novamente em um momento futuro para entrevistá-los. Nesse processo, um dos administradores parou de me responder.

Mesmo diante da possibilidade de entrevistá-los, continuei bastante insegura com a utilização de entrevistas como técnica de pesquisa. Primeiro porque não sabia se esses atores continuariam abertos a conversar comigo e segundo porque não seria possível adotar a mesma técnica de pesquisa no Brasil e no Paraguai de modo a permitir o exercício comparativo entre os dois países. Os administradores de páginas antigênero paraguaias do Facebook não me responderam e as lideranças do ativismo antigênero brasileiras também não retornaram minhas mensagens.

Nesse contexto, considerando as dificuldades de interação com os eventuais sujeitos da pesquisa e as inseguranças em realizar entrevistas, descartei trabalhar com essa técnica de pesquisa. Limitei-me, por isso, ao uso da pesquisa documental para o desenvolvimento da investigação. O emprego de fontes documentais justifica-se em função da pergunta e dos objetivos da pesquisa, uma vez que procuro

compreender a configuração do ativismo antigênero, privilegiando suas formas de atuação, seus atores e os discursos produzidos por eles numa perspectiva relacional atenta às determinações nacionais e transnacionais desse fenômeno.

Cellard (2012) destaca a pertinência dos documentos para a reconstrução de acontecimentos devido aos testemunhos que eles oferecem de fatos particulares ocorridos em um passado recente. Nos meus percalços de pesquisa, as notícias de jornais constituem-se como ricas fontes para a reconstituição das formas de mobilização produzidas a partir da politização da categoria ideologia de gênero no Brasil e no Paraguai no limite temporal recortado. Elas são um meio de obtenção de dados para identificar a trajetória histórica desse fenômeno nos distintos contextos nacionais analisados, bem como para mapear os atores, suas modalidades de ação, suas demandas e, até mesmo, os discursos elaborados por eles.

Como o ativismo antigênero é construído por um conjunto muito heterogêneo de atores que se mobilizam de maneira bastante episódica em diversos espaços, considere que seria uma tarefa difícil atingir meus objetivos por outros meios que não fossem os jornais. Sobre a sua utilização nesta pesquisa, é preciso destacar duas coisas. Primeiro, meu intuito ao recorrer a essas fontes não é analisar os enquadramentos produzidos pelos meios de comunicação de massa acerca dos confrontos produzidos em torno da politização da categoria ideologia de gênero. Segundo a elaboração de um *corpus* documental a partir de recortes de jornal e seu emprego para a compreensão do fenômeno em tela apresenta, evidentemente, limitações.

Sabe-se que as narrativas produzidas pelos jornais não são neutras. E por isso é importante compreendê-los também como atores que narram o percurso dessas mobilizações a partir de interesses e perspectivas específicas. Assim, os jornais não só retratam a realidade, como também a criam. Mas essa é uma questão que poderia ser enfrentada caso outras técnicas de pesquisa tivessem sido empregadas. Não é possível a adoção de instrumentos de investigação que nos levem a uma verdade, já que nas Ciências Sociais eles nos possibilitam apenas o acesso a fragmentos da realidade.

Os jornais foram usados como fonte de dados para reconstruir o percurso, os atores, as formas e os espaços de atuação das mobilizações antigênero, as matrizes discursivas elaboradas por eles. Um esforço inicial para a reconstituição do ativismo antigênero feito a partir dessas fontes documentais ocorreu em cinco etapas: 1) A

identificação dos jornais em que seriam feitas as coletas de materiais; 2) A busca de recortes de notícias e matérias; 3) O arquivamento e a catalogação dos documentos obtidos; 4) Análise preliminar do *corpus* documental; e 5) Codificação e análise dos dados encontrados.

O primeiro passo foi identificar em quais jornais eu faria a busca das fontes documentais. Considerei relevante estabelecer como recorte os maiores jornais de ambos os países, isso porque parti do pressuposto de que eles poderiam oferecer uma cobertura maior dos eventos relevantes à pesquisa para definir um critério que pudesse ser aplicado igualmente nos dois países. Assim, selecionei seis veículos midiáticos, três brasileiros e três paraguaios, são eles: Estadão, Folha de São Paulo, O Globo, ABC Color, Hoy e Última Hora. A escolha dos três primeiros justifica-se pelo fato de eles possuírem efetiva presença e influência no Brasil, como aponta Azevedo (2006). O recorte dos últimos se deu também a partir da identificação dos jornais de referência nacional no Paraguai.

A princípio, foram identificados os veículos ABC Color, Última Hora e La Nación. Entretanto, no último não foi possível fazer o levantamento de dados. Havia cogitado recorrer ao Diário Popular, mas também não obtive êxito nas buscas pelo mesmo motivo, seus sites possuem um mecanismo de busca que não retorna resultados satisfatórios. Então, deliberei pelo portal de notícias Hoy, recortando jornais pertencentes a cada um dos três grupos nos quais concentram a mídia paraguaia: o ABC Color pertence ao grupo Zuccolillo, o Última Hora ao Grupo Vierci e o Hoy ao Grupo Cartes (Mayo, De e Torres González, 2019).

A obtenção dos dados se deu por meio de amostragem intencional. Coletei os arquivos a partir de uma busca com o termo ideologia de gênero nos sites dos jornais. Considerei realizar a busca com outros termos, como “gênero” e “antigênero”, mas em testes realizados, as buscas retornaram muitos resultados para a primeira palavra, sendo a maioria irrelevante para a pesquisa, e poucos para a segunda. É preciso destacar que o procedimento de coleta empregado possui algumas limitações devido ao fato de que os mecanismos de busca dos sites dos jornais não são igualmente precisos.

Devido a isso, calculei a possibilidade de coletar os arquivos nos acervos dos jornais que disponibilizam *online* todas suas edições. Entretanto, isso somente seria possível nos periódicos brasileiros, pois os paraguaios não possuem um acervo digital no qual é possível realizar buscas. Considerei relevante estabelecer um padrão de

busca que pudesse ser aplicado aos jornais brasileiros e paraguaios. Em todos eles, existem caixas de busca nas quais é possível procurar e listar a ocorrência de um descritor nos bancos de dados dos sites dos jornais.

Os mecanismos não possuem a mesma qualidade, alguns são mais precisos e outros menos. Os jornais Folha de São Paulo e Estadão possuem ferramentas muito parecidas. Há uma caixa de busca na qual se digita uma palavra-chave e, em seguida, aparecem os resultados que podem ser controlados por meio da filtragem em seções dos jornais e em intervalos de tempo. Em ambos, realizei a pesquisa inserindo o descritor no campo de busca e restringindo os resultados ao período de 01/01/2010 a 31/12/2019. Como foram disponibilizados muitos arquivos, realizei a busca filtrando os resultados por ano.

Os jornais O Globo, ABC Color e Hoy também possuem mecanismos de busca próprios, mas não é possível filtrar os resultados. Já o periódico Última Hora utiliza como recurso de busca a tecnologia do Google e oferece a possibilidade de filtrar os resultados apenas por meio da relevância e da ordem de publicação, crescente e decrescente. Para obter as fontes nestes quatro periódicos, recorri à ferramenta *Pesquisa Avançada do Google*. Por meio dela, é possível pesquisar um termo exato nos sites dos jornais e personalizar os resultados em um intervalo temporal. O mesmo não foi possível fazer na Folha de São Paulo e no Estadão, pois a busca não retorna resultados.

As fontes encontradas foram armazenadas em uma pasta do *Google Drive* em Formato de Documento Portátil (PDF). Para tanto, foi necessário digitalizar as páginas web, operação feita no *site Print Friendly*, cujo acesso é livre e gratuito. Como os jornais brasileiros utilizam *paywalls*, tive de assiná-los temporariamente para acessar os dados. Depois de coletado e armazenado o *corpus* documental, iniciei a etapa de catalogação dos dados no *Google Planilhas*. Criei uma planilha para cada jornal para reunir as seguintes informações: Título da Matéria, Descrição, Autor, Data de Publicação, Seção do Jornal, Nome do arquivo no acervo, Tipo de matéria (informativa ou opinativa), Endereço eletrônico e Data de Acesso.

Obtive um grande número de documentos inicialmente, muitos dos quais não oferecem respostas, informações ou pistas importantes para a pesquisa. Por isso, após uma leitura prévia do material, elaborei os critérios de exclusão e seleção das matérias, indicados no quadro abaixo.

Quadro 1 — Critérios empregados para construção do corpus documental

Critérios de seleção
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matérias sobre manifestações, atos e eventos organizados pelos atores antigênero no espaço público e nas redes sociais; ▪ Matérias que tenham como tema secundário os conflitos produzidos em torno da noção ideologia de gênero na esfera político-institucional e não institucional; ▪ Artigos de opinião de leitores e colunistas que se identificam com a causa antigênero.
Critérios de exclusão
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Matérias que contenham a palavra ideologia de gênero à título de ilustração⁴; ▪ Matérias sobre o ativismo antigênero em outros países; ▪ Artigos de opinião de colunistas e leitores que contenham a palavra ideologia de gênero à título de ilustração.

Fonte: elaborado pela autora.

Após o processo de seleção e catalogação dos documentos, foi feita análise prévia dos dados a partir das seguintes categorias: atores, modalidades de ação, espaços de atuação, demandas e discursos. Nos jornais paraguaios foi possível reconstituir com maior riqueza de detalhes esses elementos da análise, enquanto que nos brasileiros a informação sobre eles é mais parcial e fragmentada.

Entretanto, escrever sobre as mobilizações antigênero no Brasil possui uma vantagem em relação ao mesmo fenômeno no Paraguai, a literatura já avançou muito no exame do fenômeno no país, de modo que existem outros estudos que auxiliam a descrever e analisar o ativismo antigênero no país. Por outro lado, os jornais paraguaios oferecem mais pistas sobre a atuação dos atores antigênero do que os brasileiros. As matérias e notícias dos veículos do Paraguai fornecem descrições detalhadas da atuação do ativismo contra a chamada ideologia de gênero no país. Muitas delas publicaram convites de encontros, manifestações e eventos organizados por atores antigênero, que possuem grande visibilidade nos periódicos.

Não reconstituí as mobilizações apenas por meio dos jornais, que foram na maior parte das vezes apenas um caminho para a localização dos elementos que me interessam. Foi também necessário complementar no meio digital os dados identificados nos veículos recortados. Assim, após identificar os atores e eventos de mobilização nos jornais, realizei buscas no Google, YouTube e Facebook com seus nomes por meio das quais tive acesso a *blogs*, sites e perfis nas redes sociais dos

⁴ O emprego da categoria ideologia de gênero a título de ilustração em alguns documentos refere-se a mera citação do termo em matérias e artigos de opinião.

atores antigênero que forneciam dados sobre suas formas e espaços de atuação. Assim, os dados analisados foram elementos escritos e audiovisuais (textos, imagens, vídeos e arquivos de áudio).

Nesse sentido, essa pesquisa foi feita por meio de fontes documentais – os jornais – e de arquivos extraídos nos meios digitais⁵. Após localizar uma mobilização antigênero nos veículos analisados, eu partia para uma extensiva busca no Google para obter mais informações. Localizava então sites e blogs de atores e entidades que promoveram a mobilização, buscando mapear nesses espaços formas e modalidades de ação, discursos e atores envolvidos. Eu não defini previamente quais seriam os sites e blogs acessados porque as notícias dos jornais, principalmente os brasileiros, não fornecem informações detalhadas sobre os atores e outros elementos das mobilizações antigênero.

Para exemplificar, cito dois eventos de mobilização sobre os quais me debruço nos capítulos dois e três. O “II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida” e a campanha “Queremos papá y mamá”, o primeiro realizado no Brasil e a segunda promovida no Paraguai. Ao ler as matérias publicadas nos jornais brasileiros, notei que o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) era uma entidade antigênero relevante no contexto brasileiro. Então acessei o site da associação e pesquisei em sua caixa de busca o termo ideologia de gênero. Enquanto lia as matérias, encontrei uma série de dados sobre eventos antigênero organizados pelo IPCO, dentre eles o “II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida”. A partir da leitura dos arquivos, é possível identificar uma espécie de linha do tempo da atuação do IPCO contra a chamada ideologia de gênero.

Já no caso da campanha “Queremos papá y mamá”, a encontrei nas matérias dos jornais paraguaios que forneciam o site da campanha, os atores que a organizaram, o local do evento, suas pautas e até coberturas do evento. Para complementar os dados, verifiquei nos sites e blogs dos organizadores se havia mais dados sobre essa mobilização, realizei buscas por meio da ferramenta *Pesquisa Avançada do Google* com o descritor “Queremos papá y mamá”, filtrando os resultados por país e ano, além de recorrer ao YouTube para identificar se existiam vídeos das mobilizações.

⁵ As fontes documentais e os arquivos digitais estão referenciados em anexo único desta tese com a finalidade de facilitar o acesso ao material.

Obviamente, as possibilidades de localização de pistas sobre esses elementos no meio digital existem porque os atores antigênero recorrem às ferramentas disponíveis na internet para se mobilizarem. Eles criam sites e perfis nas redes sociais para se organizarem, para difundirem suas pautas e para publicizar suas ações. O conteúdo criado, apesar de fragmentário, constitui-se material muito rico de análise: textos, fotos, vídeos, arquivos de áudio que documentam mobilizações contra a chamada ideologia de gênero. Neste material, existem convites para eventos de protestos e formação em torno da chamada ideologia de gênero, registros fotográficos e em vídeos de mobilizações, cartas e moções de repúdio de organizações antigênero.

Assim como no caso dos documentos (Cellard, 2012), fazer pesquisa no meio digital apresenta uma série de desafios e armadilhas. Os dados que circulam nas páginas web são muitas vezes fragmentados e incompletos e não é possível exigir-lhes informações suplementares. Além disso, há muitas publicações sem autoria, links quebrados, páginas web não disponíveis. Para superar esses obstáculos, procurei realizar novas buscas para complementar informações encontradas nos sites e blogs e recorri a uma biblioteca digital que armazena páginas web, a *Internet Archive*. Por meio dela, tive acesso a algumas páginas que estavam indisponíveis no sistema de hipermídia executado pela internet.

Nesse contexto, a presente tese é desenvolvida por meio da análise qualitativa de eventos de mobilização produzidos pelo ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai localizados a partir de pesquisa documental em jornais dos dois países. Earl *et al.* (2004) demonstram a pertinência da utilização dessas fontes em investigações sobre ações coletivas.

A tese está dividida em seis capítulos. No primeiro, faço uma discussão sobre os enquadramentos teórico-conceituais que orientam esta investigação, as teorias sobre ações coletivas e os estudos sobre o ativismo antigênero. Além disso, neste capítulo, realizo uma revisão da literatura existente sobre o fenômeno antigênero com o intuito de mapear as principais abordagens teóricas, tendências e contribuições de estudos anteriores sobre o tema. Com isso, busco contextualizar a pesquisa atual dentro do quadro mais amplo de conhecimento existente e demonstrar as lacunas que procuro preencher.

No capítulo dois, analiso a emergência do ativismo antigênero no Paraguai a partir de dois eventos de mobilização: a campanha "Queremos Papá y Mamá" e o

"Festival pela Vida e pela Família," ambos ocorridos em 2010 na capital paraguaia, Assunção. Ao examinar essas mobilizações, procuro aprofundar o entendimento sobre as raízes do contexto paraguaio e latino-americano. Nos capítulos três e quatro, aprofundo a investigação, traçando a trajetória do ativismo antigênero no Brasil desde sua gestação até o processo de sua eclosão na esfera pública.

Desse modo, nos capítulos dois, três e quatro, mergulho no processo de configuração das mobilizações antigênero tanto no contexto brasileiro quanto no paraguaio, com o intuito de compreender suas particularidades e dinâmicas. Ao desvelar os atores envolvidos, os objetos de contestação que direcionam suas ações, as distintas formas de atuação que empregam, assim como as estratégias e os recursos de mobilização por eles utilizados, forneço uma descrição detalhada e comparativa da emergência desse fenômeno nos dois países.

No quinto capítulo, examino as estratégias e recursos empregados para a capilarização da causa antigênero na esfera pública. Tendo em vista elementos encontrados no campo da pesquisa, demonstro como o ativismo antigênero estruturase a partir do que denomino de "economia de polêmicas", que consiste em uma tática de produção, distribuição e consumo de polêmicas em torno de questões de gênero e sexualidade empregada para manter preocupações e temores em torno da causa antigênero em circulação na esfera pública.

Finalmente, sugiro que a adoção dessa estratégia nos informa que o ativismo antigênero é uma modalidade de ação coletiva produzida por atores conservadores religiosos que se investe em uma racionalidade policial pautada na eliminação da ação política dos seus adversários na arena pública. No sexto capítulo, me dedico a compreender a expansão dos pontos de fixação do ativismo antigênero nos dois países ao longo da década de 2010 tecendo uma comparação entre os contextos brasileiro e paraguaio.

2 CAPÍTULO UM – COMO INTERPRETAR O ATIVISMO ANTIGÊNERO? ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS E AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA SOBRE O FENÔMENO

A compreensão das mobilizações antigênero tem desafiado as Ciências Sociais a lançarem mão de seus diferentes subcampos do conhecimento, bem como a repensar muitas de suas categorias analíticas. Com o intuito de acrescentar uma pequena peça ao rico mosaico de interpretações já existente e para responder à pergunta levantada no âmbito desta pesquisa, recorri aos marcos conceituais das teorias da ação coletiva e dos estudos sobre o ativismo antigênero. O estabelecimento de um diálogo entre esses domínios do saber tangenciou a compreensão do campo de conflitos no interior do qual o ativismo antigênero é elaborado.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, não estava muito segura de que o fenômeno abordado nesta tese poderia ser compreendido a partir do conceito de movimentos sociais. Isso porque estou habituada a ler esta categoria como um tipo ideal, no sentido weberiano, que deveria ser empregado para o estudo da ação coletiva orientada para mudanças e transformações sociais. Como os ativismos antigênero são produzidos em torno de um forte apelo pela manutenção do modelo cultural que estrutura as normas de gênero e sexualidade desafiado de forma bastante heterogênea pelos movimentos feministas e LGBTQIA+, eles não poderiam ser entendidos a partir das chaves analíticas das teorias sobre movimentos sociais.

Há, entretanto, um crescente interesse no emprego das ferramentas conceituais das teorias dos movimentos sociais e da ação coletiva para o estudo das mobilizações antigênero (Carnac, 2020; Corredor, 2019; Roggeband, 2018; Szwako, 2014). Além disso, há cientistas sociais que criticam uma compreensão contrária e apontam que as mobilizações políticas e sociais produzidas por grupos conservadores podem sim ser lidas a partir delas.

Silva e Pereira (2020), destacam que o campo de estudos de movimentos sociais no Brasil constituiu-se dedicando pouca atenção aos processos de organização de segmentos conservadores e priorizando como foco de análise as mobilizações de grupos populares. Eles criticam a tendência da literatura de privilegiar determinados atores, que em geral visam a produção de mudanças a partir de uma agenda progressista, e não o campo relacional conformado em torno dos conflitos sociais com atores diversos e interdependentes.

Rocha (2020) na mesma direção, argumenta que essa negligência se deve à popularidade alcançada pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e à compreensão implícita de seus pesquisadores de que os movimentos sociais eram necessariamente progressistas. Como estudavam movimentos que buscavam produzir transformações sociais, não consideravam a possibilidade de movimentos sociais orientados para preservação e restauração da ordem e baseados em sistemas de crenças conservadores e reacionários (Rocha, 2020, p. 54).

Silva e Pereira (2020) pontuam a pertinência do conceito de contramovimento social para analisar a atuação organizada de atores conservadores. O detalhado balanço bibliográfico daqueles indica que um elemento comum às definições de contramovimentos é que eles são construídos em relação de oposição e conflito com os movimentos sociais que “desafiam ou ameaçam interesses, valores, modos de vida, posição social, entre outros aspectos de determinado segmento da sociedade” (Silva e Pereira, 2020, p. 32). Entre elas, é partilhado também o entendimento de que os mesmos modelos analíticos empregados para o exame da formação, desenvolvimento e resultados dos movimentos podem ser utilizados para a análise dos contramovimentos (Silva e Pereira, 2020).

Mas existem algumas discordâncias relativas à caracterização dos contramovimentos na literatura. Uma parte considera que eles são ações coletivas que possuem uma posição ideológica de direita, reacionária ou conservadora e agem para prevenir que ocorram mudanças no âmbito institucional. Nessa perspectiva, de um lado, estariam os movimentos sociais contestatórios da ordem cultural, social, política e econômica então vigente e, de outro, os contramovimentos que se opõem às suas demandas por transformações e atuam para manter o *status quo*. Outra parte, entretanto, desconsidera o aspecto ideológico e utiliza como critérios de definição aspectos de ordem cronológica e relacional (Silva e Pereira, 2020).

Nessa visão, um contramovimento se forma em oposição a um outro movimento já existente, de modo que a ordem temporal de emergência é o que importa para identificá-los. Assim, eles podem ser conservadores ou progressistas, de direita ou de esquerda (Mottl, 1980). Um contramovimento elabora seus repertórios, suas estruturas e seus enquadramentos em referência direta aos movimentos contra os quais surge em resposta (Silva e Pereira, 2020). A interação entre eles influencia as estratégias, os valores, as ações, os objetivos de ambos. Roggeband (2018) destaca que, neste quadro interpretativo, o foco recai principalmente nas

oportunidades que os movimentos criam para os contramovimentos e vice-versa. Uma terceira abordagem considera relevante o emprego do termo contramovimentos apenas nos estágios iniciais de um confronto político. À medida que ele se desenvolve e se mantém, deve ser utilizado o termo movimentos opositores (Roggeband, 2018; Silva e Pereira, 2020).

De modo geral, as teorias dos contramovimentos se dedicam à análise da interação recíproca entre movimentos opositores, “organizados e mobilizados em torno de determinada temática, e Estados/governos, que podem se aliar a um desses grupos, ou, ainda, ser atravessados pelo conflito entre movimentos e contramovimentos” (Silva e Pereira, 2020, p. 29). Esta ferramenta analítica surgiu no quadro das teorias dos movimentos sociais formuladas nos Estados Unidos nos anos 1970, período em que uma série de antimovimentos emergiram em reação aos movimentos dos anos 1960 (Meyer e Staggenborg, 1996; Mottl, 1980).

Como indicam algumas publicações, confrontos em torno das questões de gênero e sexualidade e dos direitos sexuais e reprodutivos têm sido analisados com o auxílio das lentes das teorias sobre movimentos e contramovimentos a partir dos anos 1980, contexto de forte oposição da direita cristã conservadora aos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados Unidos analisada em diversos estudos (Banaszak e Ondercin, 2016; Blee e Creasap, 2010; Chafetz e Dworkin, 1987; Eisenstein, 1981, 1982; Marshall, 1985, 1991; McGlen e O’Connor, 1988; Meyer e Staggenborg, 1996; Petchesky, 1981; Steuter, 1992). Dentre os autores e autoras que as aplicaram mais recentemente para o estudo desses conflitos no contexto latino-americano destacam-se Zarembeg e Almeida (2021) (2021), Rocha (2020), Wasser (2020), Pereira (2018), Rezende (2016), Ruibal (2014) e Szwako (2014).

As teorias sobre os contramovimentos foram formuladas principalmente à luz da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e da Teoria do Processo Político (TPP)⁶, de modo que se baseiam em alguns conceitos centrais desses quadros analíticos tais como mobilização de recursos e estrutura de oportunidade política. A TRM destaca que as ações coletivas resultam de cálculos racionais entre benefícios e custos a partir de deliberação individual. Nesta abordagem, elas só se viabilizam mediante a mobilização de recursos, ou seja, “na presença de recursos materiais (financeiros e

⁶ Para um balanço detalhado das teorias sobre ações coletivas e movimentos sociais, consultar Alonso (2009) e Gohn (1997).

infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos” (Alonso, 2009, p. 52). A base organizacional dos movimentos sociais é fornecida através da criação de associações ou do uso de estruturas comunitárias preexistentes (Alonso, 2009)

A TPP leva em consideração a influência do contexto político-institucional e histórico-cultural na emergência das ações coletivas (Alonso, 2009; Carlos, 2011). Para esta abordagem, além dos recursos disponíveis, os movimentos sociais só se constituem mediante oportunidades ou constrangimentos políticos que delimitam “as possibilidades de escolha dos agentes entre cursos de ação” (Alonso, 2009, p. 55). A partir desses referenciais, algumas autoras, como Meyer e Staggenborg (1996), entendem que conforme o conflito entre movimentos e contramovimentos ganha continuidade temporal, eles criam oportunidades e obstáculos uns para os outros.

Os movimentos opositores influenciam mutuamente o ambiente no qual operam, uma vez que cada um tem seus próprios aliados e relações específicas com autoridades e agentes estatais. Assim, eles são componentes importantes no quadro das estruturas de oportunidade dos seus oponentes. Nessa perspectiva, os movimentos e contramovimentos não apenas são concorrentes nas disputas por poder e influência, como também na identificação de questões e atores relevantes para determinada luta política na arena institucional (Meyer e Staggenborg, 1996). As dinâmicas entre movimentos opositores se formam quando as estruturas do Estado estão relativamente mais abertas às mudanças de políticas públicas. Os movimentos que têm sucesso na visibilização de suas agendas e atendimento de suas demandas geram contramovimentos.

Mottl (1980), por sua vez, aponta que os contramovimentos mobilizam recursos humanos, simbólicos e materiais para bloquear as mudanças institucionais ou para revertê-las a um *status quo* anterior. Eles produzem estratégias para reagir aos sucessos de um movimento social, como resistência institucional, ação direta e não violenta. Muitas vezes, quando seus objetivos não são alcançados via canais institucionais, podem adotar táticas empregadas pelo movimento inicial ao qual se opõem, como exemplo a autora cita *lobby*, cartas, boicotes e protestos sentados⁷.

⁷ Protesto sentado é um protesto no qual os manifestantes se sentam, geralmente, em um espaço público, como uma forma de ato político.

Corredor (2019) considera que a teoria dos contramovimentos é válida para analisar a emergência e a circulação dos movimentos antigênero em escalas nacionais e transnacionais. O referencial permite a compreensão da forma como eles operam coordenadamente para conter o desenvolvimento de políticas vinculadas às pautas feministas e *queer*. Seguindo as pistas de Meyer e Staggenborg (1996), a autora acredita que os movimentos antigênero são contramovimentos que surgiram em resposta aos movimentos feministas e LGBTQIA+ devido ao fato dos últimos desafiarem o *status quo* e as estruturas de poder, além de demonstrar eventuais e/ou reais ganhos culturais e, especialmente, políticos na esfera institucional (Corredor, 2019).

Corredor (2019) explica que os atores antigênero são contrários à virada epistemológica promovida pelas teorias feministas e *queer* e aos esforços dos movimentos feministas para introduzir a perspectiva de gênero nas políticas internacionais (Corredor, 2019). Em sua visão, as mobilizações antigênero adotam a retórica da ideologia de gênero como uma contra-estratégia central para minar o progresso dos movimentos feministas e LGBTQIA+ e exercer o controle epistemológico sobre os pontos de confronto. Por meio desse recurso, esses contramovimentos disputam a atenção da mídia, da opinião pública e competem pela regulação de políticas na esfera estatal (Corredor, 2019).

Examinando as condições do emprego desse quadro teórico-analítico para o estudo das mobilizações contemporâneas contra as políticas de igualdade de gênero na Europa, Roggeband (2018) chama atenção para a importância de questionar o binarismo dos pares movimento e contramovimento em direção a uma abordagem mais abrangente das dinâmicas de oposição entre os movimentos feministas e, podemos acrescentar os LGBTQIA+, seus adversários. A autora aponta que as teorias sobre a interação entre movimentos e contramovimentos, como boa parte dos marcos teóricos do campo de estudos sobre ação coletiva, podem ser consideradas neutras em termos de gênero. A maioria delas desconsidera as relações de poder existentes entre os movimentos pautados no gênero e na sexualidade e seus adversários.

Meyer e Staggenborg (1996) pontuam que as oportunidades políticas entre movimentos opositores são diferentes devido às alianças e reações que possuem com outros atores, principalmente da arena institucional. Mas, a partir da crítica de Roggeband (2018), é possível destacar que as oportunidades políticas entre os movimentos feministas e LGBTQIA+ não são iguais às dos seus adversários, devido

ao próprio caráter dos objetivos visados por eles. A autora chama atenção para o fato de que as teorias dos contramovimentos que não os consideram como inerentemente conservadores ignoram o fato de que eles são mais propensos a receber forte apoio institucional.

É importante considerar que os Estados Modernos foram construídos a partir de tecnologias de poder destinadas à regulação da vida e da morte (Agamben, 2002; Foucault, 2015), entre as quais situam-se os dispositivos de gênero e sexualidade. Esses movimentos sociais atuam para alterar os padrões de conduta e sociabilidade, bem como os códigos civis e as normas jurídicas baseadas nesses aparatos. Os atores que se opõem a eles atuam para manter estáveis esses elementos, de modo que para eles as janelas de oportunidades estão quase sempre mais abertas. Obviamente, que as correlações de poder são instáveis e pode ocorrer que elas estejam mais ou menos favoráveis a ambos os atores, mas os movimentos que lutam por mudanças possuem menos oportunidades políticas do que os seus adversários devido ao próprio caráter transformador de sua ação.

Pensando o cenário latino-americano, Zaremborg, Tabbush e Friedman (2021) alertam que a conceituação das mobilizações antigênero como contramovimentos requer um exame cuidadoso dos cenários em que elas emergem. É preciso avaliar se são os atores conservadores que se mobilizam frente aos avanços feministas ou se são os movimentos feministas que atuam persistentemente contra as iniciativas de grupos conservadores em países nos quais eles possuem presença política significativa. Este parece ser o caso do Brasil e do Paraguai em que se verifica a existência de uma política sexual de coalizão, na qual os acenos do Estado aos projetos políticos dos movimentos feministas e LGBTQIA+ ocorreram mediante conciliação com os interesses dos grupos conservadores religiosos com forte e crescente expressividade política, sendo muitas vezes restringidos por essa estratégia.

Apesar de suas limitações, algumas das categorias empregadas pelas teorias dos contramovimentos podem auxiliar a responder à pergunta levantada no âmbito desta tese. Roggeband (2018) destaca que as noções de oportunidades políticas, estrutura de mobilização e enquadramento são úteis para explicar a emergência do que ela chama de dinâmicas de oposição ao projeto político feminista. É importante considerar também o projeto político LGBTQIA+, já que não é possível isolar as variáveis gênero e sexualidade na análise dos ativismos antigênero.

Adaptando as contribuições da autora, o emprego do conceito de oportunidades políticas auxilia na identificação de elementos que favorecem e desfavorecem a configuração do ativismo antigênero, como o papel e a posição da igreja católica face ao Estado ou a ascensão de partidos de direita que promovem a defesa de valores tradicionais. O conceito de estruturas de mobilização contribui para o mapeamento das organizações e recursos disponíveis para os ativistas nas disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. E, por último, a noção de enquadramento interpretativo ajuda a captar os significados e as crenças produzidas pelos atores antigênero que orientam e legitimam suas ações (Roggeband, 2018).

Mas essas chaves podem não ser suficientes devido a uma limitação que possuem face aos objetivos e às questões da presente investigação, sobretudo as noções de oportunidades políticas e estruturas de mobilização. Elas auxiliam na compreensão dos modos como os atores antigênero se mobilizam mirando principalmente o espaço político-institucional. Para responder à questão da presente pesquisa – como se formou o ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai na década de 2010? –, é necessária uma mirada mais ampla que questione os processos e as relações sociais mediante as quais o ativismo antigênero se constituiu nos dois países, ou seja, que leve em consideração o que exatamente produz as ações dos atores antigênero e quais são seus significados.

A importância de se considerar esses planos interrogativos é sublinhada por Pleyers e Álvarez-Benavides (2018), que criticam a ênfase dada à institucionalidade pela TMR e TPP no exame das ações coletivas. Eles destacam que apesar dos movimentos sociais e de atores da sociedade civil direcionarem boa parte de suas energias ao Estado, não é possível resumir os movimentos sociais e os conflitos em torno da mudança social a seus impactos na política institucional ou ao âmbito eleitoral. Utilizando como exemplo os movimentos feministas, os autores pontuam que a atuação dos movimentos sociais não se resume à produção de leis concretas, já que eles incidem sobre as transformações da subjetividade, das condutas e regras de comportamento na vida cotidiana, na esfera profissional e no espaço público (Pleyers e Álvarez-Benavides, 2018).

O ativismo antigênero, de modo semelhante, não tem disputado apenas o campo político-institucional em que ocorre a elaboração das normas jurídicas. Ele produz modalidades de ação e também visões de mundo que disputam pelas orientações culturais das sociedades (Pleyers, 2020), especialmente, no que tange

aos aparatos de gênero e sexualidade. O que permite o estabelecimento desse paralelo são as contribuições de Pleyers e Álvarez-Benavides (2018) que chamam a atenção para o fato de que a sociologia dos movimentos sociais deve abandonar sua tendência de privilegiar atores progressistas e dedicar também atenção aos movimentos conservadores e reacionários.

À luz da perspectiva teórica de Alain Touraine, os autores consideram que os movimentos conservadores são, como os movimentos feministas e LGBTQIA+, produtores da sociedade. A chave para entendê-los situa-se no aprofundamento da compreensão das interações entre os movimentos conservadores e progressistas, além “dos conflitos que os opõem em termos de forças políticas, mudanças culturais, transformações de subjetividades e de cosmovisões” (Pleyers e Álvarez-Benavides, 2018, p. 7).

Nesse caso, poderia ser o ativismo antigênero examinado expressão de um conflito social e/ou de um movimento social? Nas visões de Touraine (1985) e Melucci (2001), o conflito pressupõe uma definição explícita dos atores oponentes disputando pelos mesmos recursos valorizados por ambos. A mera existência de um conflito, entretanto, não é suficiente para classificar uma ação coletiva como um movimento social (Melucci, 2001; Touraine, 1985). Para encontrar uma categoria de análise para o ativismo antigênero, é fundamental não perder de vista o tipo de relação de oposição estabelecida entre seus atores e seus adversários.

Considerando o ativismo antigênero como um movimento neoconservador, Vaggione (2020) destaca que ele produz uma racionalidade política direcionada à regulação moral da sexualidade e, acrescento, das relações de gênero. Um dos elementos centrais dessa racionalidade é a construção de um inimigo como base para a constituição de uma identidade comum “que emerge na defesa de uma ordem em perigo” (Vaggione, 2020, p. 258, tradução nossa).

Identificado com a manutenção dos aparatos de gênero e sexualidade, o ativismo antigênero rejeita seus adversários como inimigos, o que dificulta encará-los como movimentos sociais e permite encará-los, ao invés disso, como antimovimentos tendo em vista a definição de Touraine (1997). Para o autor, o conflito entre atores pela gestão social de um objetivo cultural é o elemento central para a caracterização de um movimento social, “conflito que nunca se reduz completamente aos interesses de um ou de outro” (Touraine, 1997).

A definição do ativismo antigênero como um movimento social encontra limitações também na concepção de Melucci (1989), para quem um movimento social não é uma entidade empírica, mas uma unidade de análise que deve conter determinados elementos. Em sua perspectiva, trata-se de uma ação coletiva baseada na solidariedade, que desenvolve um conflito e envolve o rompimento dos limites do sistema em que ocorre a ação (Melucci, 1989). O conflito é definido por ele

como uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites de um sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações (Melucci, 1989, p. 57).

Para identificar um movimento, é necessário que essas três condições – conflito, solidariedade e rompimento dos limites do sistema – estejam presentes. Na ausência de uma delas, estamos diante de uma ação coletiva ou de outros tipos de comportamentos coletivos. Os ativistas antigênero fazem parte de uma dinâmica conflitual com atores opostos em que o campo de apostas valorizado por ambos é a regulação das políticas sexuais e de gênero, em uma perspectiva mais ampla, que envolve a gestão social das diferenças e divisões sexuais. Mas eles não expressam conflito com as formas de poder, controle e domínio, em vez disso as reforçam, e, como apontado, tomam seus opositores não como adversários, mas como inimigos.

É possível considerar que o ativismo antigênero se desenvolve baseado na solidariedade, já que seus atores compartilham uma identidade coletiva de cristãos-cidadãos que demandam o reconhecimento dos direitos religiosos (Vaggione, 2017). Por outro lado, não comporta a ruptura dos limites do sistema de relações sociais, que implica o rompimento das regras do jogo e não coloca em questão a legitimidade do poder. Ao contrário, pode ser caracterizado como um fenômeno de manutenção – em maior ou menor grau, já que não é um todo coeso – da ordem relativa à esfera da sexualidade, do gênero e de outras relações de poder, como a autoridade parental. Feitos esses apontamentos, é preciso não perder de vista que existem múltiplas e diversas formas de ações coletivas e muitas delas podem não ser movimentos sociais (Melucci, 2001).

Tais considerações ajudam a apreender o ativismo antigênero não como um movimento social, mas como uma ação coletiva entendida enquanto uma mobilização

social e política que pode ser caracterizada enquanto processo por meio do qual um ator coletivo reúne e organiza seus recursos para a busca de um objetivo comum (Melucci, 1996). No caso particular do objeto da presente investigação, a mobilização deve ser considerada sob o ponto de vista da análise dos grupos dominantes que, para Melucci (1996), se dá em termos de repressão e controle e ocorre para preservar a ordem social contra a ameaça de um grupo que procura transformá-la.

Essa definição é muito próxima da noção de contramovimento como “uma tentativa consciente e coletiva de resistir ou reverter a mudança social” (Mottl, 1980, p. 620). É necessária apenas uma certa cautela com o conceito de repressão tendo em vista que o campo de conflito no qual as mobilizações antigênero estão inscritas é o das lutas em torno dos domínios da sexualidade e das relações de gênero.

Por isso, além de ser definido em termos de controle social e repressão, o processo de mobilização dos atores antigênero deve ser concebido sobretudo em termos de regulação da vida social. Nesse ponto, os escritos de Foucault (2015) são muito úteis. Ao se dedicar ao exame do dispositivo da sexualidade, aparato fundamental que regula as sociedades modernas, ele questionou a hipótese repressiva que liga os pontos de dominação do sexo à interdição, enfatizando a produção de práticas e discursos que conformam um conjunto de verdades acerca do sexo, do desejo e das condutas. Isso não implica, entretanto, seguir o caminho inverso e desconsiderar os elementos repressivos, afinal como destaca Rubin (2018) é importante reconhecê-los, bem como os controles formais e informais bastante reais que permeiam os conflitos sexuais e de gênero contemporâneos.

Encarar o ativismo antigênero como uma ação coletiva permite a análise de como distintos atores se movimentam em torno dos processos de mudança social. No limite, ajuda a compreender também como estes últimos são influenciados pela ação organizada que demanda a manutenção das orientações e modelos culturais das sociedades. Os movimentos feministas e LGBTQAI+ ao agirem por transformações sociais e reconhecimento de direitos, opõem-se a adversários, que por seu turno também se mobilizam organizada e continuamente. Com essa afirmação, não busco o estabelecimento de uma relação causal entre ação de movimentos sociais e de seus opositores.

A atuação dos movimentos feministas e LGBTQAI+ e atores conservadores para transformar ou manter as múltiplas emanações desses regimes de regulação da vida aponta para o conflito no interior do tecido social. As ações de ambos os atores

estão situadas em um campo de forças, seguindo a definição de Thompson (1984), entre atores com visões, discursos e interesses distintos acerca das diferenças sexuais que sustentam como a cidadania deve ou não ser regulada nas sociedades contemporâneas, o que deve mudar ou permanecer nas teias da cultura no tocante às condutas erótico-sexuais e às relações de gênero, bem como aos significados atribuídos a essas esferas da vida social.

Nesse pano de fundo, as mobilizações antigênero serão encaradas como ações coletivas resultantes de disputas e tensões entre forças desiguais. As teorias das ações coletivas podem contribuir com o exame do modo como os ativistas antigênero se movimentaram, ao longo da década de 2010 no Brasil e no Paraguai em torno desse campo de conflitos mediante a interação entre objetivos, crenças e recursos em um ambiente sistêmico de oportunidades e restrições.

Eu poderia ser interrogada sobre a tentativa de conciliação entre arcabouços conceituais das ações coletivas tidos como incompatíveis. Mas como afirma Wieviorka (2005), eles referem-se a dimensões relativamente distintas da realidade social e não há porque considerá-los como diametralmente opostos. Enquanto as teorias de mobilização de recursos e do processo político estão preocupadas com o comportamento dos atores coletivos que tentam se estabelecer no nível do sistema político, as teorias dos novos movimentos sociais pautam a ação dos atores e seu significado nas transformações dos códigos que organizam as relações sociais. Desse modo, é possível conciliar as ferramentas conceituais das abordagens dos movimentos sociais citadas desde que se leve em consideração que elas não têm o mesmo objeto nem as mesmas preocupações (Wieviorka, 2005).

2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA ACADÊMICA SOBRE O FENÔMENO ANTIGÊNERO

Feita a discussão sobre as questões conceituais que tangenciam minha análise, é importante destacar que, nos últimos anos, a literatura acadêmica avançou na compreensão das mobilizações antigênero, especialmente no tocante aos processos pelos quais o fenômeno emerge em escalas transnacional e local. A seguir, apresento algumas das principais contribuições sobre o tema que são pertinentes para desvendar o problema proposto no âmbito desta pesquisa.

2.1.1 Backlash: o ativismo antigênero como reação

O acionamento da categoria ideologia de gênero é amplamente compreendido como uma estratégia política e como uma retórica discursiva às quais os grupos conservadores heterogêneos recorrem para impedir avanços dos direitos das mulheres e LGBTQIA+ em diferentes países (Biroli, Machado e Vaggione, 2020; Miskolci, 2018; Paternotte e Kuhar, 2018b; Serrano-Amaya, 2017; Vigoya e Rondón, 2017). Neste quadro, o combate ao que é reconhecido como ideologia de gênero se articula de forma eficaz aos horizontes políticos e culturais de diversos países (Vigoya e Rondón, 2017).

Esse fenômeno tem sido nomeado pela literatura acadêmica de “antigênero” (Paternotte e Kuhar, 2018a; b) Ele é interpretado como um *backlash*⁸ comumente traduzido como reação ou contraofensiva conservadora antigênero (Biroli e Caminotti, 2020; Zaremborg e Almeida, 2021), como fundamentalismo antigênero (Vélez Gonzalez *et al.*, 2018), como movimento, mobilização e campanha antigênero (Fassin, 2021; Paternotte e Kuhar, 2018a), pânico moral ou cruzada moral (Barajas, 2018; Careaga-Pérez, 2016; Miskolci, 2018; Morán Faúndes, 2019).

Muitos estudos já publicados explicam o contexto histórico de emergência da politização do termo gênero por grupos conservadores. De acordo com eles, o fenômeno surgiu a partir da coalizão entre atores conservadores liderada pelo Vaticano contra a introdução do conceito de gênero e o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos nas conferências da ONU dos anos 1990, especialmente a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995 (Corrêa, 2018; Duarte de Souza, 2019; Junqueira, 2018; Machado, 2018; Miskolci e Campana, 2017; Paternotte e Kuhar, 2018b; Rosado-Nunes, 2015).

Esses trabalhos apontam que apesar de ter sido produzida como uma estratégia discursiva e política nesse período, é somente a partir da década de 2010 que a categoria ideologia de gênero passou a ser amplamente animada por setores conservadores religiosos e seculares em mobilizações sociais e políticas. Nesse contexto, a politização da categoria ideologia de gênero se tornou uma peça central

⁸ O termo *backlash* sem tradução literal no português corresponde à reação. O termo ganhou popularidade através da obra de Faludi (2001) e foi incorporado por estudiosas preocupadas em compreender a atuação da direita cristã e outros grupos conservadores contra os direitos das mulheres nos Estados Unidos nos anos 1980 e 1990.

nas discussões sobre educação sexual, direitos LGBTQIA+ e igualdade de gênero em muitos países da região. Tal fenômeno não apenas polarizou o debate público sobre questões relativas a gênero e sexualidade, como também impediu em muitos casos o avanço de políticas públicas e legislações voltadas a esses tópicos.

Na América Latina, o fenômeno tem sido pensado como expressão de um *backlash* ou uma reação à introdução da perspectiva transversal de gênero (*gender mainstreaming*) nas políticas públicas e às conquistas de direitos pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ durante os governos de centro-esquerda eleitos ao longo dos anos 2000 (Biroli e Caminotti, 2020; Biroli, Machado e Vaggione, 2020; Tabush e Caminotti, 2020). O termo *backlash* é descrito como um conjunto de reações de grupos conservadores que ocorrem durante ou após o reconhecimento de direitos das mulheres e LGBTQIA+ pelo Estado para bloqueá-los total ou parcialmente (Pérez Bentancur e Rocha-Carpiuc, 2020).

A partir do conceito, as mobilizações antigênero são entendidas por meio de uma relação triangular entre movimentos feministas, grupos conservadores e Estado (Biroli, 2020a). Esse último é encarado, especialmente, como um ator importante nessa dinâmica, já que “promove ou restringe as agendas defendidas por grupos feministas ou religiosos conservadores” (Biroli, 2020a, p. 23). Acerca dessas dinâmicas, Miskolci e Campana (2017) apontam que, mesmo diante da resistência histórica da esquerda às suas demandas, esses movimentos sociais ganharam mais visibilidade e se aproximaram mais dos governos democráticos, liderados por partidos de esquerda, eleitos a partir da virada do milênio.

Os autores destacam que, apesar de os partidos de esquerda terem maior proximidade com agendas de justiça social em termos econômicos do que com movimentos ligados aos direitos humanos, como os feministas e LGBTQIA+, em alguns países sul-americanos, a relação entre esses atores, mediada por demandas internacionais, produziu propostas de políticas públicas “educacionais e legais visando ao reconhecimento da igualdade de gênero, ao enfrentamento da homofobia, assim como à aprovação do casamento igualitário” (Miskolci e Campana, 2017, p. 735).

Esses são eixos centrais em torno dos quais as mobilizações antigênero se configuram não só nos países latino-americanos, como também em alguns europeus. (Biroli, Machado e Vaggione, 2020; Miskolci, 2018; Miskolci e Campana, 2017; Paternotte e Kuhar, 2018b). Os estudos referenciados apontam que elas são promovidas em torno dos seguintes temas: educação sexual e políticas educacionais

pautadas na promoção da igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual e educação sexual, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção homoparental.

Apesar de sinalizar esses campos de emergências, a literatura não explica como ou por que o fenômeno antigênero ocorre também em países nos quais não houve esses avanços ou nos quais eles ocorreram de modo muito incipiente, como é o caso do Paraguai. Biroli (2020) levanta a sugestão de que em tais circunstâncias as mobilizações antigênero podem ocorrer devido à disseminação em outros países da noção ideologia de gênero como algo a ser temido, o que provoca e intensifica temores no debate público em torno dos direitos sexuais e reprodutivos. Em alguma medida, o caso paraguaio parece desafiar essa hipótese, uma vez que no país as campanhas antigênero surgiram em 2010, antes do que nos demais países latino-americanos e na maioria dos europeus.

Nesse ponto, outras contribuições que questionam a noção de *backlash* ou reação conservadora podem auxiliar. Santana (2020) afirma que o enfoque na noção de reação conservadora aos avanços de direitos sexuais e reprodutivos ajuda a compreender as mobilizações antigênero parcialmente, uma vez que elas possuem um caráter produtivo e não apenas reativo. Muitas vezes, os atores conservadores que as organizam atuam não contra avanços concretos de direitos, mas para prevenir que eles ocorram (Paternotte e Kuhar, 2018b). Além disso, eles buscam também elaborar novas políticas em termos de gênero e sexualidade, incidir na ação estatal e levar agendas de tipo religioso para a esfera pública (Serrano-Amaya, 2019).

Em contraposição, Biroli e Caminotti (2020) consideram que a dimensão reativa não impede que os grupos conservadores promovam agendas políticas baseadas em interesses específicos. Na compreensão das autoras, o fenômeno antigênero é parte de uma reação conservadora que produz enquadramentos alternativos de direitos humanos e relações de gênero pautadas na proteção institucional da família patriarcal (Biroli e Caminotti, 2020). Elas reconhecem que a politização da categoria ideologia de gênero não é utilizada somente contra os direitos sexuais e reprodutivos, mas também é empregada como estratégia que oferece a diversos grupos conservadores uma linguagem comum em disputas políticas mais amplas que transcendem os temas de gênero e sexualidade (Biroli e Caminotti, 2020).

Existem outras críticas endereçadas ao conceito de *backlash*. Korolczuc (2015) destaca a importância de se avaliar os contextos em que as mobilizações antigênero

emergem no sentido de captar se elas de fato reagem às transformações políticas e culturais operadas pelos movimentos sociais ou se atuam contra o horizonte de mudanças que não ocorreram e políticas que nem chegaram a ser implementadas ou até mesmo propostas. Ela destaca que mesmo que os direitos pautados em uma perspectiva de gênero e sexualidade tenham sido aceitos como parte da agenda de instituições transnacionais e nacionais e governos locais, e até mesmo quando existe grande apoio da sociedade em determinados países, isso não significa que as forças de oposição não continuem operantes ou que tenham desaparecido (Korolczuk, 2015).

Por isso, a autora considera que as campanhas antigênero devem ser lidas mais como uma continuidade de conflitos em torno do projeto de transformação dos movimentos feministas e LGBTQIA+ do que como reações aos direitos por eles já conquistados (Korolczuk, 2015). Seguindo suas pistas, Kóvats (2017), por exemplo, enfatiza que o fato de essas mobilizações aparecerem simultaneamente em países com distintas trajetórias de promoção de igualdade de gênero e sexual sinaliza que elas são algo a mais do que uma reação das forças patriarcais aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Pensando estritamente o contexto europeu, para a autora as mobilizações antigênero são sintomas e consequências de profundas crises socioeconômicas, políticas e culturais das democracias liberais (Kováts, 2017).

2.1.1.1 *“Cola simbólica”: mobilizações antigênero, neoliberalismo e a “crise das democracias”*

Apesar das divergências com relação ao caráter reativo ou produtivo das mobilizações antigênero, existe um consenso relativo na literatura que estabelece um paralelo entre elas e as transformações das democracias liberais. Há leituras que indicam que as campanhas antigênero devem ser vistas como um traço dos processos de desdemocratização do Ocidente (Brown, 2019) marcados pela convergência entre racionalidades neoliberais e neoconservadoras (Alonso e Lombardo, 2018; Biroli, 2020b; Biroli, Machado e Vaggione, 2020; Corrêa e Parker, 2020; Fassin, 2021; Serrano-Amaya, 2019). Tendo em vista esse fenômeno, alguns autores compreendem que, apesar da longa gestação, as mobilizações antigênero ganharam fôlego nos anos 2010 devido ao fortalecimento e ascensão da extrema-direita (Biroli, 2020b), denominada também de “populismo de direita” (Fassin, 2021; Kováts, 2018; Paternotte e Kuhar, 2018a) ou “populismo autoritário” (Serrano-Amaya, 2019).

Para Fassin (2021), a propagação transnacional das mobilizações antigênero na América Latina e na Europa ocorreu ao mesmo tempo em que a emergência do que ele chama de populismos de direita. Para o autor, as versões contemporâneas do populismo de direita da América Latina e da Europa recorrem às retóricas antigênero produzida pelos conservadores religiosos cristãos para desviar “o ódio das elites econômicas para transformá-las em ressentimento por meio do anti-intelectualismo” (Fassin, 2021, p. 29). Nesse enquadramento, é como se “as teóricas feministas, *queer* e antirracistas fossem a fonte real de opressão do povo” (Fassin, 2021, p. 29).

Uma das dimensões das campanhas antigênero, segundo o sociólogo, é justamente a atribuição da criação da ideologia de gênero a uma elite intelectual composta por acadêmicos “acusados de fabricar uma linguagem arrogante e obscura a fim de pôr em xeque a realidade da diferença sexual” (Fassin, 2021, p. 28). Outros estudiosos também chamam a atenção para o fato de que o chamado “populismo de direita” na Europa enquadra as políticas de igualdade de gênero como “uma interferência de elites internacionais corruptas e do ‘politicamente correto’” (Paternotte e Kuhar, 2018a, p. 514). Nesses discursos, as oposições binárias do tipo “nós e eles” são fundamentais para os atores antigênero e os “populistas de direita” identificarem as consideradas elites corruptas como responsáveis por problemas sociais, políticos e econômicos e buscarem dar voz à maioria vista como silenciada e normal (Paternotte e Kuhar, 2018a).

Pensando o avanço da extrema-direita na Europa e na América do Norte, Grzebalska, Kováts e Pető (2017) destacam que a direita reuniu questões muito díspares atribuídas às agendas progressistas ao termo guarda-chuva ideologia de gênero, que, por sua vez, passou a significar o fracasso da representação democrática. Nesse contexto, a categoria é vista pelas autoras como uma espécie de “cola simbólica” que oferece ligação entre questões e pautas muito heterogêneas favorecendo, assim, coalizões entre forças sociais e políticas conservadores em torno de um inimigo comum. Atores conservadores diversos, como políticos de extrema-direita, partidos políticos, grupos religiosos e organizações da sociedade civil recorrem a essa cola simbólica como uma estratégia retórica para demonizar a visão de mundo dos seus adversários e rejeitar paradigmas de direitos humanos que tem sido objeto de relativo consenso na Europa e na América do Norte (Grzebalska, Kováts e Pető, 2017).

As alternativas oferecidas por eles são centradas na família, na nação, nos valores religiosos e na liberdade de expressão. Esses elementos são atraentes porque baseiam-se “na identificação positiva da escolha do próprio indivíduo e que promete uma comunidade segura e protegida como um remédio para o individualismo e a atomização” (Grzebalska, Kováts e Petó, 2017, p. 7, tradução nossa). Nessa compreensão, o termo “cola simbólica” descreve também as possibilidades que as mobilizações contra a chamada ideologia de gênero e seu par marxismo cultural oferecem à direita de criar alianças e reunir atores distintos (Grzebalska, Kováts e Petó, 2017).

A narrativa que alega a existência do chamado marxismo cultural é uma teoria da conspiração que busca explicar a mudança cultural progressiva que ocorreu em muitos países ocidentais a partir da revolução contracultural da década de 1960 (Busbridge, Moffitt e Thorburn, 2020). O termo foi produzido por intelectuais ultraconservadores estadunidenses na década de 1980 e é atualmente muito popular entre grupos e atores de extrema-direita, direita e cristãos conservadores (Busbridge, Moffitt e Thorburn, 2020). O paleoconservador William Lind, especialmente, é creditado por ter popularizado e elaborado uma definição mais influente do conceito na obra *Political Correctness: A Short History of an Ideology*, publicada em 1984.

O marxismo cultural é entendido como uma ideologia que ameaça os valores da civilização judaico-cristã ocidental. A ideia sustentada pela categoria é que o marxismo tradicional baseado em questões econômicas foi traduzido para um marxismo baseado em questões culturais com o intuito de promover a revolução proletária a partir da destruição das instituições do mundo ocidental, como a família nuclear, o cristianismo e a identidade nacional, mediante a ideologia do “politicamente correto” (Busbridge, Moffitt e Thorburn, 2020). Em vez da divisão de classes do marxismo clássico, o

marxismo cultural supostamente promove uma visão igualitária radical de uma multiculturalidade [...], substituindo o antigo proletariado por um “novo proletariado” composto de imigrantes, multiculturalistas, nacionalistas negros, humanistas, feministas, homossexuais, educadores sexuais e ambientalistas (Busbridge, Moffitt e Thorburn, 2020, p. 4)

Após esse aparte sobre a noção de marxismo cultural, vale destacar que as análises sobre o ativismo antigênero no cenário latino-americano também têm levado em conta a dimensão do avanço da extrema-direita para explicar o fenômeno.

Serrano-Amaya (2019) considera que as campanhas antigênero são elementos essenciais da atualização e emergência de populismos autoritários na América Latina em duas dimensões. Por um lado, a noção de ideologia de gênero é utilizada como uma estratégia de legitimação de projetos políticos autoritários e reformas econômicas neoliberais e, por outro, é empregada para a reconfiguração de políticas sexuais e de gênero para a manutenção de relações requeridas por nacionalismos neoconservadores. Nesse âmbito, esses campos são explorados para a obtenção de poder político e controle do Estado por meio de uma economia moral baseada na produção de inimigos internos, na politização da homofobia e na secularização da retórica antigênero. Esses mecanismos são continuidades e atualizações de política sexuais já existentes utilizadas para dar sentido à chamada ideologia de gênero (Serrano-Amaya, 2019)

Biroli (2020a), similarmente, considera que as campanhas antigênero colaboram com a emergência de projetos políticos antidireitos e autoritários que buscam ressignificar princípios democráticos como a laicidade, a pluralidade, os direitos humanos e o direito à liberdade de expressão. Além disso, na visão da cientista política, elas abrem janelas de oportunidades para lideranças de extrema-direita. Nessa linha, Kalil (2020) demonstra como campanhas antigênero reativaram camadas do conservadorismo e do autoritarismo social para assegurar a ascensão da direita e contribuíram com o avanço de uma agenda ultraneoliberal no Brasil. Ao considerar esse processo, Biroli (2020a, 2020b) entende que elas estão intimamente conectadas com os processos de erosão das democracias contemporâneas no contexto de confluência entre o neoliberalismo e o conservadorismo.

A autora explica que o enfraquecimento dos regimes democráticos está relacionado a dimensões institucionais, econômicas e morais. As duas primeiras referem-se à falta de legitimidade da democracia diante da população e à erosão do público, provocada pelas demandas do neoliberalismo pelo atendimento dos interesses econômicos em detrimento dos sociais e do privado em detrimento do público (Biroli, 2020b, documento eletrônico). A dimensão moral entra em cena na conexão entre uma moralidade tradicional e a erosão do público, bem como nas tensões em torno da reprodução social no capitalismo. As três “se constituem, reciprocamente, em um processo no qual racionalidade econômica e moral tradicional são simultaneamente reposicionadas, conformando o Estado e as subjetividades em sentido oposto ao da igualdade na diversidade” (Biroli, 2020b, documento eletrônico).

A cientista política situa, então, as campanhas antigênero nas dinâmicas produzidas a partir do fortalecimento de racionalidades econômicas neoliberais e neoconservadoras. Partindo da obra de Brown (2019) e Cooper (2019), Biroli (2020a, 2020b) e outras autoras (Corrêa e Parker, 2020; Fassin, 2021) consideram que o neoliberalismo e o neoconservadorismo não são duas racionalidades irreconciliáveis. A partir do exame do projeto neoliberal de Friedrich Hayek, Brown (2019) demonstra que, apesar de distintas, as duas razões conectam-se em uma lógica na qual o mercado e a moral andam juntos como fundamento da liberdade. A desregulamentação do primeiro tende a reproduzir as desigualdades ao passo que a segunda serve para repelir a promoção da justiça social, encarada neste enquadramento como assalto à liberdade e à moral (Brown, 2019).

A articulação entre esses dois elementos visa a proteção das “hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-Nação” (Brown, 2019, p. 23). Assim, as campanhas contra igualdade de gênero e sexual emanam não apenas do conservadorismo, mas também da racionalidade neoliberal fundamentada em um projeto político-moral que inspira e legitima as extremas-direitas, bem como produz uma cultura e subjetividades políticas antidemocráticas (Brown, 2019). Nesse pano de fundo, a oposição à chamada ideologia de gênero favorece a instrumentalização política de agendas morais e a moralização do Estado pode contribuir para “a redefinição ou mesmo fechamento do espaço cívico, [na medida em que] impõe limites à justiça social. Garantias e proteções sociais a minorias e grupos sociais mais vulneráveis podem ser restritas em nome de imperativos morais e econômicos” (Biroli, 2020b, documento eletrônico).

A defesa dos papéis tradicionais de gênero e da família assume um lugar fulcral no cenário de desmantelamento da coisa pública e das restrições de direitos sociais provocado pelo neoliberalismo a partir da década de 1980 e, em particular, após a crise financeira de 2008, que impôs uma série de políticas de austeridade a diversos países. As relações de gênero e as normas familiares patriarcais são importantes para a diminuição do papel do Estado consoante à privatização da seguridade social, pois mantêm o cuidado e a reprodução social como responsabilidades das mulheres e elementos do âmbito privado da esfera familiar (Biroli, 2020b).

Biroli (2020b) considera que apesar de estarem relacionadas à racionalidade neoliberal que possui uma dimensão moral, as campanhas antigênero a ultrapassam

devido a tensões existentes tanto no interior do neoliberalismo e do neoconservadorismo, que se tratam de racionalidades díspares em confluência perversa (Dagnino, 2004). O neoliberalismo pode abrigar agendas de promoção de igualdade de gênero e sexual, como ocorreu nos anos 1990, por exemplo, já que se trata de uma ideologia multiforme “que se realiza, contextualmente, em diferentes composições com as modalidades de gênero” (Biroli, 2020b, documento eletrônico). Já o neoconservadorismo, apesar de possuir uma moralidade tradicional, “não contém, necessariamente, a adesão ao neoliberalismo” (Biroli, 2020b, documento eletrônico).

2.1.1.1.1 ATIVISMO ANTIGÊNERO, NEOCONSERVADORISMO E TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO RELIGIOSO LATINO-AMERICANO

Ao fator de erosão das democracias, Biroli (2020b) relaciona a emergência das mobilizações antigênero em diferentes países a outros dois elementos. Para ela, além de estar relacionado às disputas entre movimentos feministas e grupos conservadores sobre os enquadramentos da sexualidade e de questões reprodutivas em documentos internacionais, bem como leis e políticas locais, o fenômeno antigênero também pode ser explicado pelas transformações no campo religioso católico e evangélico latino-americano (Biroli, 2020b).

Corrêa (2018) já havia sinalizado a importância do peso da herança colonial do catolicismo e os impactos da expansão neopentecostal nos últimos trinta anos para a configuração das mobilizações contemporâneas contrárias às agendas de igualdade de gênero e sexualidade na região. O crescimento das igrejas pentecostais na América Latina contribuiu para ampliação da participação de atores individuais com identidade evangélica na política partidária e em disputas eleitorais de vários países, o que criou condições para o estabelecimento de alianças conjunturais desse segmento religioso com setores católicos conservadores (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). Esse processo envolve o interesse dos setores evangélicos de expandir sua projeção política, por um lado, e dos setores católicos conservadores de se, por outro, “fortalecer frente às versões mais liberais do catolicismo” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, documento eletrônico).

Nesse contexto, as mobilizações antigênero têm reunido católicos e evangélicos conservadores e as alianças entre esses atores têm favorecido a abertura de oportunidades para o ativismo conservador (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Além de politizarem a categoria, os evangélicos têm adotado táticas de atuação na esfera pública que eram associadas ao meio católico por pesquisas acadêmicas, como a criação de ONGs, de redes transnacionais, a realização de eventos pró-vida e pró-família, o emprego de linguagem e mecanismos jurídicos para a resolução de conflitos (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). Esses segmentos religiosos conservadores têm se aliado também com atores seculares.

Em oposição aos movimentos feministas e LGBTQIA+, esses grupos defendem uma ordem sexual baseada na moralidade cristã, na legalidade, no caráter procriador do sexo e em uma visão de família exclusivamente heteronormativa (Biroli, Machado e Vaggione, 2020). Nesse pano de fundo, Biroli, Machado e Vaggione (2020) compreendem esse fenômeno como expressão de uma nova configuração do conservadorismo. Por isso, propõem a utilização do conceito de neoconservadorismo para identificar “os tipos de coalizações políticas estabelecidas – religiosos e não religiosos – visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, documento eletrônico) que se expressam no contexto atual latino-americano. O neoconservadorismo é engendrado pela aliança entre neoliberais e conservadores que convergem “em uma narrativa da crise que tem como lócus a família” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020, documento eletrônico).

2.2 A COMPLEXIDADE DAS MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO: AÇÕES COLETIVAS E CAMPOS DE CONFLITOS

As contribuições acadêmicas citadas até aqui ajudam a compreender o caráter transnacional do fenômeno antigênero pelo menos de duas formas que não são necessariamente excludentes. Primeiro, algumas delas sugerem que o avanço do reconhecimento das pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ na esfera institucional em diferentes países do mundo foi acompanhado pela configuração do ativismo antigênero que reage às conquistas desses movimentos. Segundo, evidenciam que as mobilizações contra a chamada ideologia de gênero estão intimamente relacionadas às reconfigurações sociais, políticas e econômicas que marcaram as sociedades ocidentais contemporâneas neste início de século, particularmente aos processos de desdemocratização e as transformações do campo religioso latino-americano.

Um elemento pouco explorado se refere às redes e aos processos de mobilização a partir dos quais o ativismo antigênero se materializa em diferentes

contextos. Embora os estudos citados destacam a existência de uma confluência entre distintas forças sociais que o animam e como elas interagem, pretendo avançar no exame dos modos pelos quais as ações dos atores antigênero são produzidas em distintos países. Isto envolve o mapeamento de outros pontos que carecem ainda de atenção, como a atuação do ativismo antigênero para além da esfera institucional, as dinâmicas de mobilização ativistas antigênero e as maneiras como os distintos atores promovem e participam das campanhas antigênero.

Apesar de considerar a noção de neoconservadorismo fundamental para compreender as mobilizações antigênero, nesta tese, optei pela categoria ativismo antigênero. Isso não implica o desprezo pelo fato de elas serem constituídas a partir de uma reconfiguração do conservadorismo que envolve coalizações entre grupos distintos. O conceito de neoconservadorismo é importante para situar o objeto de estudo em um contexto mais amplo, como demonstrado adiante. O emprego do termo ativismo antigênero se justifica tendo em vista as contribuições de Paternotte e Kuhar (2018b). Eles entendem que as mobilizações antigênero constituem um tipo específico de movimento de oposição conservadora à igualdade de gênero e sexualidade. Apesar de reunirem múltiplos atores, elas não podem ser confundidas com outras mobilizações conservadoras e de extrema-direita contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos com as quais se intersectam.

O conceito de movimento, mobilização ou ativismo antigênero parte de uma abordagem êmica para insistir na sua especificidade em comparação com outras formas de oposição à igualdade de gênero e sexual (Paternotte e Kuhar, 2018b). Conforme os autores demonstram, a complexidade das mobilizações antigênero exige um minucioso trabalho teórico e empírico, bem como o desenvolvimento de pesquisas comparativas para evidenciar as especificidades dessas ações coletivas, suas características e as coalizões que as animam em diferentes contextos (Paternotte e Kuhar, 2018b). Essa perspectiva ajuda a entender a recepção doméstica da causa antigênero, bem como o impacto de fatores nacionais sobre a circulação de discursos, estratégias e atores locais e transnacionais (Paternotte e Kuhar, 2018b).

Alargando a compreensão dos autores sobre o tema, entendo que o ativismo antigênero está inserido em um campo de conflitos sociais e políticos e se configura como uma forma de atuação específica que Vaggione (2020) caracteriza como ativismo cristão neoconservador. Em trabalho anterior, o autor (2009) havia definido o conceito de ativismo conservador para descrever a mobilização política de setores

religiosos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, buscando a defesa do patriarcado e da heteronormatividade.

O uso do termo “ativismo” era justificado pela inserção dessas ações no espaço público, envolvendo um conjunto de atividades promovidas com o objetivo explícito de influenciar debates públicos, políticas públicas e legislações. A partir da noção de “conservador”, o autor pretendia ressaltar o aspecto ideológico constitutivo desse ativismo religioso, posicionado contra as políticas sexuais e reprodutivas, com o propósito “de conservar, de proteger uma ordem sexual que se considera ameaçada” (Vaggione, 2009).

Mais recentemente, as mobilizações contra a chamada ideologia de gênero levaram o autor a rever o conceito, passando a adotar a categoria ativismo neoconservador (Vaggione, 2020). O termo descreve uma formação heterogênea fortemente moldada pela religião que envolve atores e argumentos seculares e religiosos em alianças dinâmicas em torno da regulação jurídica em arenas nacionais e internacionais do ordenamento sexual (Vaggione, 2020). Nesse âmbito, “para fins analíticos, distinguem-se três tipos de atores que convergem sob o guarda-chuva conceitual do neoconservadorismo: cristãos conservadores, ONGs pró-vida/pró-família e políticos antigênero” (Vaggione, 2020, p. 259).

As mobilizações contra a chamada ideologia de gênero são entendidas pelo autor como um movimento neoconservador ou um ativismo neoconservador. Somando às suas contribuições as de Paternotte e Kuhar (2018b), considero relevante encarar o fenômeno em tela a partir da noção de ativismo antigênero para ressaltar a especificidade da mobilização política construída a partir de ações coletivas que resultam da politização do conceito ideologia de gênero na esfera pública, mas sem desconsiderar que tal fenômeno é parte do ativismo neoconservador.

Antes de prosseguir, é preciso destacar que essas duas perspectivas possuem limitações. As autoras que investem na noção de neoconservadorismo encaram sua configuração como uma resposta ou uma reação aos direitos sexuais e reprodutivos, enquanto que os autores que falam em ativismo antigênero o percebem como um tipo novo de movimento de oposição à igualdade de gênero e sexual. Como sugere Miskolci (2018), para superá-las é importante não pressupor a existência de um caminho histórico linear de garantias de reconhecimento de direitos, além de não desprezar a continuidade da atuação dos adversários dos direitos sexuais e reprodutivos.

Feita essa ressalva, destaco que a análise das mobilizações antigênero será elaborada a partir de uma perspectiva comparativa como uma forma específica de ação coletiva que orbita em torno de um campo de conflitos. Tal percepção auxilia a superar as divergências existentes na literatura em relação ao caráter produtivo ou reativo das mobilizações antigênero, já que as apreende, a partir do diálogo com Thompson (1984), como espécies de linhas de forças de um campo magnético constituído em torno de dois aparatos fundamentais na regulação das sociedades modernas: o gênero e a sexualidade.

Melucci (2001) destaca que a análise das ações coletivas deve partir da identificação daquilo que está em jogo nos conflitos em direção à localização dos atores, suas formas de ação e demandas. Neste capítulo, busquei justamente apresentar a partir do extenso conhecimento produzido sobre o fenômeno as diversas dimensões do ativismo antigênero, com o intuito de demonstrar o que está em questão no campo de conflitos em torno dos direitos sexuais e reprodutivos no qual os atores buscam se posicionar. Em seguida, a partir da descrição da emergência do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai, concentro-me na identificação dos atores envolvidos na organização das mobilizações antigênero nos dois países, suas demandas e modalidades de ação no espaço público.

Iniciando pelo cenário paraguaio, apresento o processo de configuração do ativismo antigênero em cada contexto em capítulos distintos devido ao fato de ter deliberado por uma abordagem descritiva baseada na coleta, análise e apresentação detalhada dos eventos de mobilização localizados que marcam a emergência do fenômeno antigênero nos países. Uma descrição minuciosa dos dois contextos no mesmo capítulo, além de tornar o texto muito extenso, poderia dificultar a compreensão por parte das pessoas leitoras. Optei por começar pelo Paraguai com base em um critério temporal, uma vez que nesse contexto foi possível identificar maior organicidade e alcance das mobilizações antigênero no início dos anos 2010, em comparação com o cenário brasileiro.

3 CAPÍTULO DOIS – A CONFIGURAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO PARAGUAI: REDES DE MOBILIZAÇÃO PRÓ-FAMÍLIA E PRÓ-VIDA

É a partir de 2010 que os veículos de comunicação estudados começam a noticiar a existência de um incômodo na sociedade paraguaia com um mal chamado ideologia de gênero encarnado em três domínios: o aborto, a homossexualidade e a educação sexual. Não que não houvesse intensos tensionamentos em torno desses três elementos, haja vista que eles são historicamente campos de conflitos políticos e sociais, especialmente em um dos países mais católicos da América Latina.

Como demonstram estudos e relatórios produzidos pelos movimentos feministas e LGBTQIA+ do país, a relação entre esses movimentos com o Estado paraguaio foi historicamente permeada por disputas com a igreja católica e com atores ligados a ela (Carbone e Cuenca, 2018; Cerna Villagra, 2015; Posa, 2008; Soto e Soto, 2020; Szwako, 2012, 2014). Desse modo, a atuação do ativismo católico conservador e a abertura do Estado às suas demandas é um fator que tem influenciado decisivamente a política sexual e de gênero do país.

Nesse contexto, a atuação de atores conservadores católicos contra os direitos sexuais e reprodutivos, e a ampliação da cidadania em termos de gênero e sexualidade não é um fenômeno recente. A novidade, porém, é que a partir de 2010, um conjunto de mobilizações produzidas especificamente a partir da chamada ideologia de gênero se tornam visíveis nas ruas, nas redes sociais, na imprensa e no espaço político institucional. Neste capítulo, apresento como se configuram as mobilizações desses atores em torno da pauta antigênero com foco especificamente no contexto de emergência do fenômeno no cenário paraguaio.

3.1 CAMPOS DE EMERGÊNCIA DO ATIVISMO ANTIGÊNERO: EDUCAÇÃO SEXUAL E MATRIMÔNIO HOMOSSEXUAL

Como em outros países da América Latina, o ativismo antigênero emergiu no Paraguai a partir da atuação de atores conservadores religiosos na esfera pública preocupados com os limites das competências do Estado, da família e da religião em matéria de regulação da cultura, no que diz respeito à sexualidade e às expressões de gênero. As ações organizadas contra a ideologia de gênero foram projetadas no espaço público em 2010 a partir da mobilização contra o conteúdo de um documento que estabelecia princípios e diretrizes para a abordagem e implementação da

educação sexual no sistema educativo formal e não formal, o *Marco Reitor Pedagógico para Educação Integral de Sexualidade* (MRPEIS).

O instrumento normativo foi produzido entre 2007 e 2010 por um comitê gestor formado pelos Ministérios da Saúde e da Educação, pelas Secretarias da Mulher e da Infância e Adolescência, por ONGs que trabalham com HIV-Aids e por agências de cooperação multilaterais (Mancheno, Silva e Gissel, 2009). Sua elaboração resultou do processo de implementação do *Projeto de Harmonização de Políticas para a Educação Sexual e a Prevenção do HIV/Aids e Drogas no Ambiente Escolar*⁹, desenvolvido entre 2007 e 2009 por meio da cooperação técnica horizontal entre Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai¹⁰.

O objetivo do projeto era melhorar as respostas desses países à epidemia do vírus da imunodeficiência humana (HIV) por meio da construção e implementação de políticas de educação sexual destinadas a jovens e adolescentes no contexto educativo formal e não formal. Concebido e conduzido pelo Centro Internacional Técnica em HIV- Aids (CICT), Cooperação Alemã de Desenvolvimento (GTZ) e ONUAIDS, o projeto amparou-se em marcos jurídicos internacionais, como a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (1994), Declaração do Milênio (2000), Objetivos do Milênio (2004), recomendações do Comitê de Direitos da Criança (2004) e Cairo +10 (2004). A partir desses instrumentos, a harmonização das políticas em educação sexual justificava-se como uma medida importante para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos na perspectiva dos direitos humanos por meio da educação sexual (Mancheno, Silva e Gissel, 2009).

A iniciativa baseou-se no diagnóstico sobre o acesso universal à prevenção, ao tratamento e ao cuidado em HIV-Aids na América Latina realizado em 2006 pela

⁹ O artigo de Steinhart *et al* (2013) oferece uma descrição detalhada do projeto.

¹⁰ O desenvolvimento do *Projeto de Harmonização de Políticas para a Educação Sexual e a Prevenção do HIV/Aids e Drogas no Ambiente Escolar* ocorreu durante o final do governo de Nicanor Duarte, do Partido Colorado (ANR), que ocupou o cargo de presidente entre agosto de 2003 e agosto de 2008, e o governo de Fernando Lugo, eleito em 2008 pela coligação Aliança Patriótica para a Mudança (APC), que reunia diversos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda e tradicionais. Fernando Lugo foi o primeiro presidente do país que não fazia parte de nenhum dos dois partidos tradicionais do Paraguai, o ANR e o Partido Liberal (PLRA), apesar de seu vice-presidente, Federico Franco, ser membro do PLRA. Sua eleição representou a ascensão de um candidato da esquerda à presidência do país após mais de 60 anos de domínio do Partido Colorado (ANR). Após o fim da ditadura de Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai entre 1954 e 1989 pelo ANR, o período de transição democrática foi incitado e apoiado, contraditoriamente, pelo mesmo partido, que continuou no poder até 2008. Fernando Lugo ocuparia o poder até 2013, mas foi deposto por um golpe parlamentar em 22 de junho de 2012 (LOPEZ, 2014). O cargo foi ocupado pelo vice-presidente Federico Franco e, posteriormente, o Partido Colorado voltou ao poder com a eleição de Horácio Cartes, em 2013, e de Mario Abdo Benítez, em 2018.

ONUAIDS em parceria com o GTZ e o CICT. O estudo apontou a necessidade de aprimorar as ações dos países e identificou, entre suas limitações a ausência de políticas públicas preventivas, a escassa cobertura e o baixo orçamento dos programas de educação sexual existentes, além da persistência de obstáculos ideológicos ao desenvolvimento de políticas a partir de uma perspectiva de direitos (Mancheno, Silva e Gissel, 2009)

No Paraguai, o projeto foi denominado *Ñande Rekové: Políticas Públicas para la Educación de la Sexualidad en el Sistema Educativo Paraguayo*. Ele foi instalado em 2007 mediante um termo de compromisso de cooperação interinstitucional firmado por autoridades do Ministério da Educação e Ciências, do Ministério da Saúde Pública e Bem-estar Social, da Secretaria da Infância e Adolescência, da Secretaria da Mulher da Presidência da República, setores da sociedade civil e representantes de agências de cooperação internacionais.

As primeiras ações desenvolvidas em seu âmbito foram exames dos currículos escolares e dos materiais educativos sobre a sexualidade adotados pelo sistema educacional, bem como dos projetos de capacitação docente em educação sexual existentes. Avaliou-se que a maioria dos materiais continham caráter meramente informativo e biologicista, possuíam limitado enfoque de gênero e ausência de uma perspectiva de direitos. Também se diagnosticou que programas de capacitação eram marcados pela falta de continuidade e baixo impacto formativo e os currículos careciam de uma proposta pedagógica de educação sexual (Mancheno, Silva e Gissel, 2009).

Os resultados da avaliação dos currículos indicaram a necessidade de formalização de uma diretriz para a harmonização e consolidação da abordagem da educação em sexualidade no sistema educativo do país. No marco do projeto, a aprovação de legislações específicas e a elaboração de referenciais curriculares sobre a temática eram consideradas ações importantes para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos aos adolescentes e jovens. Nos outros países, com exceção do Peru, já havia leis ou diretrizes específicas voltadas à educação sexual. Nessa direção, em 2008, foi criado o Departamento de Educação em Sexualidade no Ministério da Educação e Cultura para coordenar o desenho e a implementação de uma diretriz pedagógica para educação sexual em parceria com um comitê gestor dedicado a essa tarefa.

Consta no documento que durante sua elaboração foram consultados adolescentes, pais e mães, docentes e líderes religiosos (Paraguai, 2010). Além disso, foram promovidos três fóruns regionais pelo comitê gestor com o intuito de descentralizar o projeto por meio da construção de espaços de diálogo sobre as experiências e expectativas em torno do tema entre os diferentes atores envolvidos. Denominados *Educación de la Sexualidad, un compromiso de todos y todas*, eles foram realizados nos departamentos de Codillera, Presidente Hayes e Misiones, três dos dezessete do país. Em 2010, a diretriz estava em fase final de elaboração. Já havia sido apresentada e discutida em oficinas internas pelo comitê gestor e por técnicos do MEC. A secretaria executiva do projeto havia sido encarregada de planejar a sua incorporação no sistema educativo paraguaio com base no Plano Nacional de Educação 2024, que foi lançado no ano seguinte, em 2011. A diretriz seria implementada em 2012, após a revisão do documento, alteração dos currículos escolares e da capacitação de docentes.

Antes de ser amplamente divulgado, o documento tornou-se objeto de contestação por parte de pais de estudantes, autoridades e associações civis ligadas direta e indiretamente às igrejas católica e evangélicas. Tais atores temiam que o MRPEIS havia sido desenvolvido pelo MEC com o objetivo de promover a homossexualidade nas escolas por meio da disseminação da perspectiva de gênero. Diante de muitos protestos e críticas contrárias à diretriz, no fim de setembro de 2010, foi divulgada uma versão preliminar do documento nos sites dos órgãos do Poder Executivo envolvidos na sua elaboração para que os cidadãos e as cidadãs conhecessem a proposta. O comitê gestor criou um canal de comunicação via e-mail e telefonema para o encaminhamento de dúvidas, críticas e sugestões. Após o processo de consulta e debate, a versão final seria apresentada em dezembro do mesmo ano.

Os representantes dos órgãos do executivo que participaram da elaboração do documento deram declarações à imprensa nas quais apontavam que a diretriz não havia sido desenvolvida para incentivar a homossexualidade nas escolas, aprovar o matrimônio igualitário no país ou interferir no direito dos pais sobre a educação dos filhos. As autoridades argumentavam que o intuito era garantir o direito à educação sexual às crianças e jovens, combater o abuso infantil, oferecer ferramentas para que docentes e pais abordassem temas relacionados à sexualidade. Afirmavam que o MRPEIS era alicerçado nos direitos humanos, no respeito à vida, no princípio da

igualdade sexual e da não discriminação. Apontavam que o instrumento pedagógico era fruto da elaboração conjunta entre a sociedade civil e órgãos do poder executivo. Além disso, diziam que os meios de comunicação e certos grupos estavam divulgando mentiras, falácias e desinformações sobre o documento com o intuito de impedir o direito à educação sexual de jovens e crianças.

Lideranças da Federação de Associação de Pais de Alunos de Instituições Educativas do Paraguai (FEDAPAR) criticaram o documento alegando que a associação e os pais dos estudantes não tiveram acesso a ele, além de terem sido excluídos do processo de sua elaboração. Um dos principais pontos questionados da diretriz era relativo à introdução da perspectiva de gênero na educação sexual. Na visão da FEDAPAR, tal enfoque era ambíguo e poderia provocar uma mudança indesejada na cultura no que diz respeito à esfera da sexualidade e da família. Em entrevistas e comunicados, seus representantes expressavam que a associação não era contrária à educação sexual pautada em uma perspectiva biológico-científica, mas ao ensino de que o gênero e a sexualidade são elaborados no seio da sociedade e da cultura (Padres, 2010).

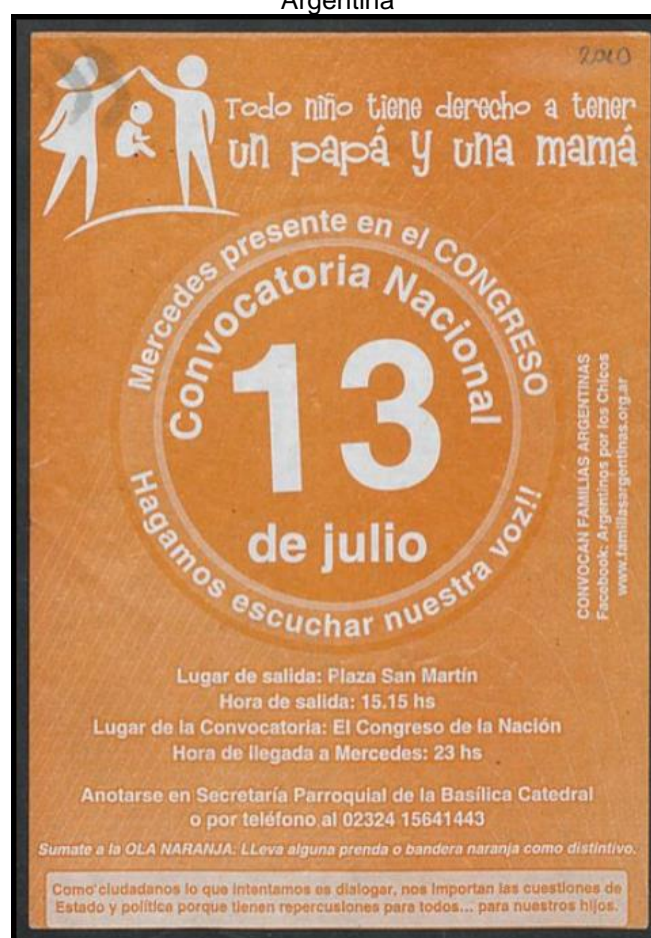
Um dos principais argumentos contra o MRPEIS, como já indicado por Rivas Vera (2015), centrava-se em torno da defesa da liberdade de crença e dos direitos dos pais de educarem seus filhos conforme suas crenças e valores. Nesse cenário, emergiu um amplo campo de conflito em torno do enfoque de gênero nas políticas educacionais. Para protestar contra a implementação do documento, eles organizaram uma campanha chamada *Queremos papá y mamá*. O nome foi o lema das manifestações contrárias à aprovação da lei que estendeu aos casais homossexuais o direito à adoção e à contração do matrimônio na Argentina em 2010.

O país foi o primeiro a aprovar o reconhecimento jurídico do matrimônio homossexual na América Latina instigando um intenso debate no continente. Entre os meses de maio e julho de 2010, enquanto o tema era discutido no legislativo argentino, diversos atores da sociedade civil se mobilizaram no espaço público contra a iniciativa, organizando marchas e manifestações sob o lema “Queremos *papá y mamá*” (Ruata, 2012). Entre eles, estavam organizações pró-família e pró-vida, membros da hierarquia eclesiástica católica, associações evangélicas pentecostais, fiéis católicos e associações civis. Nas vésperas da aprovação da lei, esses atores anunciaram a realização de uma manifestação na Praça do Congresso em Buenos Aires para pressionar o Senado a rejeitar a chamada lei do matrimônio igualitário. A convocação

teve alcance nacional e também ocorreram protestos em outras cidades do país (Ruata, 2012).

Sosa (2012) destaca que o principal argumento dos atores que promoveram essas mobilizações, expresso no lema *Queremos papá y mamá*, sustentava que as crianças deveriam ter assegurado pelo Estado o direito de terem figuras parentais de ambos os sexos como uma condição indispensável para crescerem em um ambiente saudável. Como ela sublinha, esse discurso mostra como as demandas dos grupos conservadores podem ser enunciadas em nome da proteção das crianças. As figuras abaixo mostram dois folhetos de divulgação da mobilização que mostram como a narrativa foi acionada. Como evidenciado mais adiante, eles possuem uma estética visual e discursiva muito similar à dos materiais elaborados pelos atores antigênero no Paraguai no mesmo ano.

Figura 1 — Anverso de folheto de divulgação da manifestação "Queremos papá y mamá" na Argentina



Fonte: Biblioteca da Universidade de Princeton, 2010a.

Figura 2 — Verso de folheto de divulgação da manifestação "Queremos papá y mamá" na Argentina



FONTE Biblioteca da Universidade de Princeton, 2010a.

Figura 3 — Anverso de folheto de divulgação da manifestação "Queremos papá y mamá" na Argentina



Fonte: Biblioteca da Universidade de Princeton, 2010b.

No Paraguai, a campanha *Queremos papá e mamá* articulou a contestação ao MRPEIS à oposição ao reconhecimento jurídico do matrimônio homossexual. Entretanto, diferente do país vizinho, não havia iniciativas institucionais de alteração do Código Civil que estabelece explicitamente em seu Art. 140 que o matrimônio não pode ser contraído entre pessoas do mesmo sexo. Devido a isso e ao fato de que a luta pela parceria civil não era um ponto pacífico e muito menos uma prioridade para parte do movimento de gays e lésbicas paraguaio, Szwako (2014) considera uma estratégia exagerada e desproporcional a organização da campanha tendo em vista o contexto paraguaio. Mas, mesmo que não estivesse em pauta no legislativo ou no judiciário, havia uma preocupação muito grande entre os setores conservadores de que a regulamentação do casamento entre pessoas do mesmo sexo se tornasse uma realidade como na vizinha Argentina.

Como bem destaca o autor, o direito ao matrimônio não era uma demanda prioritária de todo o movimento LGBTI, sigla adotada na época. O movimento lésbico Aireana, por exemplo, questionava sua pertinência apontando que a igualdade deveria ser pensada em uma perspectiva mais ampla do que o reconhecimento jurídico de famílias que já existem (Posa, 2010). Mas esse entendimento não era consensual. Após a decisão argentina, o movimento Somos Gay anunciou em seu *site*, em julho de 2010, que planejava apresentar um projeto de lei sobre o casamento igualitário no parlamento paraguaio.

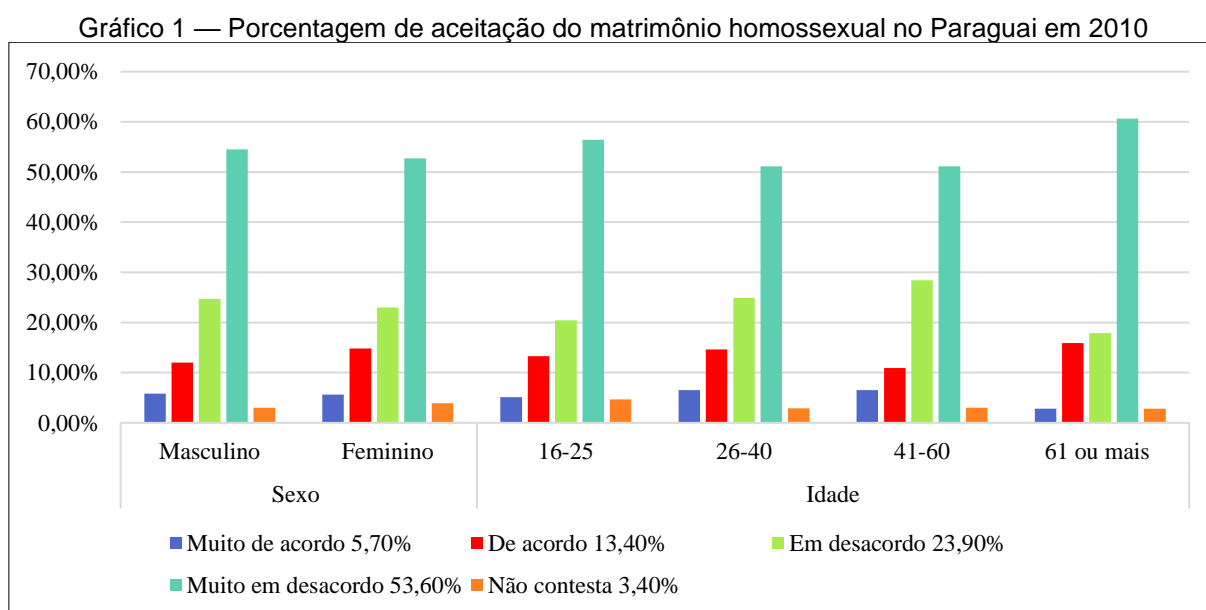
No dia 17 de maio do mesmo ano, o movimento organizou um protesto em frente ao Congresso Nacional. O ato político, denominado Besatón (Beijaço em português), se transformou em uma manifestação anual que reúne cada vez mais participantes. Simón Cazal, o organizador do ato e liderança do Somos Gay, narrou a Carbone e Cuenca (2018) que no primeiro Besatón teve apenas três casais e a polícia não os deixou chegar à Praça das Armas¹¹, local em que ocorre atualmente. Na ocasião uma carta foi entregue a parlamentares e senadores com demandas por direitos e pelo combate à violência e às discriminações ligadas à orientação sexual ou à identidade de gênero. O jornal Última Hora veiculou um trecho de uma entrevista feita com Simón Cazal na qual ele apontou que um dos direitos negados à população LGBTI era o direito ao matrimônio, e que essa seria a maior demanda do movimento Somos Gay no Paraguai em 2010 (Com besos, 2010).

Houve uma proliferação de discursos em torno da homossexualidade e do matrimônio igualitário na mídia paraguaia ao longo de todo o ano. Muito se falava da aprovação da lei argentina e da possibilidade de o mesmo acontecer no país mediante a apresentação de um projeto de lei elaborado pelo Somos Gay. Médicos, advogados, jornalistas, professores universitários, líderes religiosos, membros da hierarquia eclesiástica publicaram artigos de opinião nos quais caracterizavam a homossexualidade como desvio e alegavam a necessidade de preservação do matrimônio heterossexual. Em agosto, o então presidente da Câmara Municipal de Assunção, Hugo Ramírez do Partido Colorado, aflito com o destaque dado ao matrimônio homossexual, chegou a protocolar uma proposição legislativa – que foi rejeitada – com o intuito de regular os meios de comunicação para impedi-los de

¹¹ A Praça de Armas fica em frente ao Congresso Nacional Paraguai.

veicular notícias com “conteúdo homossexual” porque, em sua visão, elas “atentam contra a família e os valores” (*apud* Posa, 2010).

Nesse contexto, para os setores conservadores a aprovação do casamento entre casais homossexuais era vista como uma ameaça concreta, mesmo que não estivesse em tramitação nas esferas institucionais. É válido pontuar que, a maioria da população paraguaia era contrária à união civil igualitária em 2010, como revelam os dados do gráfico abaixo.



Fonte: Corporação Latinobarômetro, 2010.

Além disso, é importante situar a reação ao tema do matrimônio igualitário no ano de 2010 em um contexto mais amplo. Posa (2008) destaca que, nas eleições de 2008, a temática da homossexualidade ingressou no debate político eleitoral. Segundo ela,

antes as palavras “gay” e “bicha” eram usadas apenas como insulto para desqualificar. Esse ano, embora não tenham parado de ser utilizadas dessa maneira, a mudança está em outra parte: tornou-se, por final, em uma pergunta obrigatória para os candidatos durante o processo eleitoral e, apesar de que se pudesse considerar simples, limitada, lá estava. Uma pergunta séria, como a economia, como a educação: “Você está de acordo com a união entre pessoas do mesmo sexo?” (Posa, 2008, p. 366, tradução nossa).

Como destaca a militante do movimento lésbico, a eleição de Fernando Lugo em 2008 foi encarada como uma possibilidade de ampliação do campo de possibilidades de diálogo com o Estado em matéria do reconhecimento dos direitos

sexuais e reprodutivos pelos movimentos feministas e LGBTQIA+. O poder executivo paraguaio, ocupado até então pelo conservador Partido Colorado (ANR) por mais de cinco décadas, nunca se mostrou aberto às demandas desses movimentos, especialmente dos últimos (Posa, 2008).

Conforme Szwako (2014), o MRPEIS deve ser encarado como resultado da tendência de generificação do tecido estatal paraguaio, especialmente no que se refere ao seu Executivo. Trata-se, portanto, de um aceno do então governo paraguaio às demandas dos movimentos feministas e também LGBTQIA+ por meio da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas educacionais. Para o autor citado, é contra o relativo sucesso da generificação estatal, estudada por ele (Szwako, 2012), que se opõe o conservadorismo pró-vida e pró-família no país (Szwako, 2014).

No cenário permeado pela proliferação de discursos sobre os domínios da sexualidade incitada pela aprovação da chamada lei do matrimônio igualitário na Argentina e de acenos do Estado às pautas LGBTQIA+, alguns setores sociais e políticos passaram a demonstrar excessiva preocupação com a possibilidade de o MEC conduzir a sociedade paraguaia a encarar a homossexualidade como um comportamento sexual equivalente à heterossexualidade por meio de reformas do sistema educacional.

Cerca de dois meses após a aprovação do matrimônio homossexual na Argentina, grupos com fortes vínculos com igrejas evangélicas e católica se articularam para construir uma oposição unificada e organizada à implementação do MRPEIS e contra um possível projeto de lei voltado à regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo.

3.1.1 A Campanha Queremos Papá y Mamá

A Campanha *Queremos Papá y Mamá* foi organizada pela Federação pela Vida e pela Família (FEDAVIFA). Formada em 2000, a associação é composta por grupos de advogados, professores, médicos, jornalistas, organizações religiosas evangélicas e católicas¹². Ela atua conjuntamente com o Serviço de Amor e Vida da Pastoral da

¹² A FEDAVIFA possui um *Blogspot* no qual consta que a associação é apoiada pela SEAVI, pela Associação de Pastores Evangélicos do Paraguai (APEP), Comunhão Anglicana do Paraguai, Chancelaria Pró-Israel, Consorcio de Médicos Católicos do Paraguai, Associação Advogados pela Vida, Fundação Direito a Nascer, Pastoral Nacional Familiar, Instituto Tomás Moro da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Nossa Senhora de Assunção, AMF Pró-vida, Departamento

Vida da Arquidiocese de Assunção (SEAVI). Tanto a FEDAVIFA como a SEAVI são filiadas a Human Life International, uma das maiores organizações antiaborto que opera no mundo todo como importante força de convergência de católicos conservadores (Buss e Herman, 2003). É importante destacar que a HLI também estava conectada a atores pró-vida e pró-família brasileiros, que disseminaram a narrativa antigênero no espaço público, como será discutido nos próximos capítulos.

A Federação de Pais de Alunos de Instituições Educativas do Paraguai (FEDAPAR) colaborou com a FEDAVIFA na organização da campanha, que foi conformada com uma ampla heterogeneidade interna de atores. Esta diversidade incluiu frações dos partidos liberal e colorado, bem como "organizações pró-vida e pró-família de várias denominações religiosas, tanto evangélicas quanto católicas, algumas das quais tinham vínculos com o catolicismo institucionalizado, enquanto outras não (Szwako, 2014).

A campanha foi construída em duas frentes de mobilização: a primeira era a coleta de assinaturas para um abaixo-assinado em defesa do matrimônio heterossexual e a segunda era organização de um evento intitulado Festival pela Vida e pela Família em Assunção. O intuito dos seus organizadores era pressionar os parlamentares para que não aprovassem leis contrárias aos valores dos setores pró-vida, pró-família e das igrejas cristãs. Além disso, eles buscavam também sensibilizar a opinião pública sobre o tema. A rejeição ao matrimônio igualitário e ao MRPEIS foi amplamente divulgada em vários espaços, como nos meios de comunicação, nas igrejas e na internet, em blogs e redes sociais desde a aprovação da lei argentina no país, em 2010. A Pastoral da Juventude Arquidiocesana de Assunção, capital do Paraguai, promoveu uma série de eventos no âmbito da campanha para discutir especialmente o tema do matrimônio homossexual. Na figura abaixo, é possível observar a programação de um desses eventos.

Arquidiocesano de Educação Católica, Família Schönstatt Paraguai, Pastoral Juvenil Arquidiocesana, Associação Ex-alunas Teresianas, Grupo João Paulo II, Mães a serviço da família (MASERFA), Conferência Episcopal Paraguaia (CEP) e Conselho Nacional de Laicos do Paraguai (CONLAP).

Figura 4 — Folder de evento informativo "Foro matrimonios o uniones gays?"

En el contexto de la campaña

queremos papá y mamá

La Pastoral de la Juventud Arquidiocesana invita al
FORO Matrimonios o uniones gays?

Sábado
11 de setiembre
Seminario Metropolitano
Salon Benedicto XVI

14:30 hs : Cantos y Alabanzas
15:30 hs : La familia P. Juaquin Medina (Moralista)
16:20 hs : Receso.
¿Matrimonios o uniones gays?
Monseñor Echague (y Equipo de psicologos de la PJA)
17:20 Hs: Receso.
¿Matrimonios o uniones gays? Desde el aspecto legal
Lic. Mariella Gauto (Lic. en Derecho Canonico)
18:30 hs. Santa Misa presidida por Monseñor Pastor Cuquejo

"Proclamemos con fuerza y valentia el evangelio de la familia"
Joannes Paulus n. II

Entrada libre y gratuita
Más informes en

Av. Kubitschek 661, casi Azara - Asunción - Py
Teléfono: (021) 205 991 / Interno: 105
pjapy@hotmail.com / pj.arquidioc.asuncion@gmail.com
Página web: www.arquijoven.com


www.papaymama.org

festival
por la vida y la familia

sabado 2 octubre
plaza del cabildo 09:00 hs
y todas las plazas del país

 **Únete al grupo de facebook**
QUEREMOS PAPÁ Y MAMÁ PARAGUAY

Fonte: Basomba, 2010.

A mobilização *Queremos Papá y Mamá* possuía uma página virtual e perfis no Facebook e Twitter. Como seu site¹³ não está mais disponível, recorri a uma biblioteca digital que arquiva páginas web, a Internet Archive¹⁴. Os dados coletados no domínio

¹³ O endereço eletrônico era: www.papaymama.org.

¹⁴ O perfil do Facebook da campanha *Queremos papá y mamá* foi excluído e não é possível recuperar o acesso a ele por meio da *Wayback Machine* da Internet Archive. Já a conta do Twitter ainda existe, mas como possuía poucas publicações e era utilizada apenas para o compartilhamento de notícias e

indicam que o meio digital era utilizado para a divulgação de informações sobre o Festival pela Vida e Família, compartilhamento de vídeos, de matérias jornalísticas sobre o evento e a atuação de parte dos seus organizadores contra o MRPEIS.

O espaço era empregado também para publicação de textos e materiais explicativos no formato de *Power Point* que situavam o matrimônio homossexual e a homossexualidade no campo da anormalidade mediante o acionamento de autoridade de especialistas do saber médico-biológico. Além deles, havia outros sobre a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens que enquadraram o tratado como uma ameaça à família. No final de cada postagem, existiam comentários de pessoas que manifestavam apoio à campanha e demonstravam indignação com o tema. Minoritariamente, havia também mensagens de pessoas contrárias à mobilização, que chamavam os seus organizadores de conservadores e fanáticos religiosos.

O site era utilizado também como um recurso para compartilhar o modelo de abaixo-assinado. A FEDAVIFA orientava que ele fosse distribuído em colégios, igrejas, empresas, associações de bairros e outros espaços comunitários. O objetivo era reunir um milhão de assinaturas. Na página em que constava o *link* para *download* das listas de coleta de assinaturas, a associação publicou uma mensagem afirmando que organizações homossexuais, com o apoio dos então senadores Carlos Filizzola e Alfredo Jaeggli apresentariam um projeto de lei para legalizar o matrimônio e a adoção por casais do mesmo sexo. Além disso, destacava:

Com conceitos enganosos como “igualdade” e “não discriminação” buscam que sejam implementados na educação escolar novos materiais educativos – como em outros países – para que nossos filhos estudem obrigatoriamente que existem mais de dois sexos, outros modelos de família conformadas por dois pais ou duas mães e que eles têm a liberdade de eleger a identidade sexual que mais lhes agrade (FEDAVIFA, 2010a, tradução nossa).

Os atores do ativismo religioso conservador tendem a demarcar seus adversários políticos como inimigos por meio de uma estratégia de exposição dos nomes e posicionamentos que ameaçam direta ou indiretamente seus valores e interesses. Eles procuram mobilizar sua base e a opinião pública contra atores inseridos nas esferas institucionais que acenam positivamente a determinadas pautas

dos movimentos feministas e LGBTQAI+. As menções aos senadores exemplificadas no parágrafo podem ser lidas como exemplo.

Em maio de 2010, o senador Alfredo Jaeggli, do Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA) disse em uma entrevista a um programa de televisão que era favorável à união civil e à adoção por pessoas do mesmo sexo e, ao ser questionado, disse que apresentaria um projeto de lei para regulamentar o matrimônio igualitário. Já o senador Carlos Filizzola, do Partido País Solidário (PPS), apresentou em 2005 o projeto de lei sobre saúde sexual, reprodutiva e materno-perinatal ao Congresso, que foi rejeitado em novembro de 2007 pelo Senado. A decisão ocorreu em um contexto de manifestações favoráveis e contrárias ao projeto.

Havia forte pressão de movimentos sociais pela aprovação tendo em vista as altas taxas de mortalidade materna e a transmissão de infecções sexuais (Soto, 2007). Em contraponto, atores conservadores religiosos vinculados principalmente à igreja católica se opuseram ao projeto argumentado que a proposta buscava legalizar o aborto por meio da pílula do dia seguinte. Eles acreditavam também que o objetivo do projeto era regulamentar o matrimônio homossexual porque mencionava o acesso aos serviços de saúde e à distribuição obrigatória e gratuita de preservativos sem discriminação por orientação sexual (Cerna Villagra, 2015; Soto, 2007).

Para Soto (2007), a maioria das posições contrárias dos senadores à lei revelava a submissão dos representantes do Estado paraguaio aos interesses de setores religiosos, especialmente católicos. Um manifesto direcionado ao Senado, assinado pelos bispos da Conferência Episcopal Paraguaia (CEP) no dia 06 de novembro de 2007, apontava que a igreja católica e outras denominações cristãs eram contrárias ao projeto porque a iniciativa

busca implantar uma revolução cultural a partir das políticas oficiais de direitos sexuais e reprodutivos que ameaçam e prejudicam os jovens e a sociedade e cria uma mentalidade e uma cultura contra a vida. O documento fornece muitos termos que respondem a novas situações de vida no contexto da globalização. No entanto, exigem uma definição cuidadosa de cada um dos termos, por exemplo, quando se fala em "gênero", "opção sexual", "educação reprodutiva", "saúde reprodutiva e mental", que devem ser entendidos em seu significado e em sua repercussão moral. Estas normativas não promovem a dignidade do homem e da mulher, nem o respeito pela vida humana desde a concepção até a morte natural, nem as relações sexuais como expressão de amor autêntico no âmbito matrimonial, nem a verdadeira maternidade e paternidade responsáveis (Conferência Episcopal Paraguaia, 2007, tradução nossa).

No texto de apresentação do abaixo-assinado divulgado no site da campanha, é possível notar a adoção dessa estratégia de exposição também. Nele era apontado que os materiais educativos do MEC haviam sido alterados por homossexuais com o apoio do então ministro da educação Luis Alberto Riart, que teria forte simpatia por gays e lésbicas. Além disso, afirmava que o ensino da homossexualidade se tornaria obrigatório nas escolas e faculdades laicas e confessionais. Os professores que se recusassem a lecionar o tema seriam penalizados e as escolas fechadas. O documento foi elaborado pela Rede Evangélica de Comunicação (REDECOM).

Um vídeo publicado no site da campanha *Queremos papá y mamá* ajuda a compreender como a homossexualidade e, especialmente, o matrimônio igualitário foram conectados ao MRPEIS. Trata-se de uma peça audiovisual de caráter publicitário destinada a divulgar a campanha e convidar as pessoas a assinarem o abaixo-assinado contra o matrimônio homossexual. Com pouco mais de um minuto de duração, ele é composto pela ideia de efeito dominó. Vários dominós laranjas estão posicionados verticalmente e um toque produz uma reação de queda em cadeia, enquanto um homem diz:

Se você aprovar o casamento de homem com homem ou de mulher com mulher, você também estará aprovando a modificação das leis em nosso país e a união homossexual terá a opção de adoção de crianças. Além disso, será implantada a educação para a liberdade de gênero por meio da qual as crianças serão ensinadas a ter o livre arbítrio de escolher sua identidade sexual e seu parceiro do mesmo sexo. Além disso, desde a pré-escola, ensinar-se-á sobre o uso de preservativos, métodos contraceptivos e abortivos. Isto exclui totalmente a instituição do casamento e da responsabilidade dos pais. A degeneração sexual, a libertinagem e a perversidade sexual se tornarão absolutamente normais e socialmente aceitáveis, destruindo completamente o conceito central do casamento e o direito de nossos filhos a uma família integral na qual eles possam chamar seus protetores de mãe e pai. Ou [em vez disso] você pode optar por salvaguardar os fundamentos de nossa sociedade, a família. Para defender uma só forma de casamento, homem e mulher, junte-se à campanha de assinaturas contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo (Queremos, 2010, tradução nossa).

O vídeo ocorre ao longo de sua narração. Na parte superior dos dominós estão coladas ilustrações de pessoas no estilo de animação, são homens, mulheres e crianças. A última cena do efeito é construída por uma peça com o rosto de uma caveira que está prestes a derrubar as três peças restantes, com feições de um homem, uma mulher e um bebê. Antes da queda das peças que simbolizam a família, o vídeo é rebobinado e as demais peças voltam à posição vertical. É nesse momento que o narrador diz que o espectador ou a espectadora pode escolher salvar a família.

Já no final, aparece o nome da campanha, “Queremos”, na cor laranja, “papá”, na cor azul, e “mamá”, na cor rosa. As últimas cenas são compostas por duas imagens com o fundo laranja e com as inscrições do nome do Festival pela Vida e Família e com o endereço eletrônico da campanha.

Ao observar alguns elementos da mobilização no Paraguai, é possível notar a adoção de muitos componentes dos protestos argentinos¹⁵. Entre eles, situam-se demandas pela proteção dos direitos das crianças e da família heterossexual, a coleta de assinaturas para abaixo-assinado, o emprego de ferramentas digitais para difusão de informação e organização das mobilizações, realização de manifestações em espaços públicos, como ruas e praças, e a adoção da cor laranja como um símbolo identitário.

De acordo com Bessone (2017), a cor laranja é utilizada pelo ativismo católico pró-vida na Argentina, principalmente na *Marcha de los Escarpines*, que ocorre no país desde 1995 em função dos conflitos conformados em torno da IV Conferência Mundial sobre Mulher em Pequim. O laranja resulta da mescla entre as cores vermelho e amarelo. O vermelho em alusão ao sangue de Cristo derramado e as mortes por abortos, já o amarelo é a cor que identifica a bandeira papal do Vaticano.

O conjunto de atores que organizou a campanha também é muito similar. Entre eles, conforme o quadro 1, estavam instituições eclesiais, grupos e movimentos religiosos vinculados às igrejas católica e evangélicas, associações pró-vida e pró-família, associações de pais de estudantes.

Quadro 2 — Organizações e entidades que promoveram e/ou apoiaram a Campanha Queremos Papá y Mamá

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associação Ministério Alto Refúgio (AMAR) ▪ AMF Pró-Vida ▪ Associação das Ex-alunas Teresianas ▪ Associação de Advogados pela Vida ▪ Associação de Colégios Privados del Alto Paraná (AIEPAP) ▪ Associação de Pastores Evangélicos do Paraguai (APEP) ▪ Associação Internacional de Escolas Cristãs ▪ Chancelaria Pró-Israel ▪ Comunhão Anglicana do Paraguai ▪ Conferência Episcopal Paraguuaia ▪ Consórcio de Médicos Católicos del Paraguay (CMC) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Federação pela Vida e pela Família (FEDAVIFA) ▪ Fundação pelo Direito de Nascer do município de Coronel Oviedo ▪ Grupo João Paulo II ▪ Instituto Tomás Moro da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Assunção ▪ Mães a serviço da família (MASERFA) ▪ Pastoral Juvenil Arquidiocesana ▪ Pastoral Nacional Familiar ▪ Rede Evangélica de Comunicação (REDECOM) ▪ Salvemos a Família
--	---

¹⁵ No *Facebook*, existem páginas com o nome *Queremos papá y mamá* na Colômbia e na Venezuela, que indicam que a campanha mobilizou grupos cristãos pró-família também nesses países ao longo da década de 2010.

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Departamento Arquidiocesano de Educação Católica ▪ Diocese da Cidade do Leste ▪ Família Schönstatt Paraguai ▪ Federação de Padres de Alunos de Instituições Educativas do Paraguai (FEDAPAR) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviço de Amor e Vida da Pastoral da Vida da Arquidiocese de Assunção (SEAVI) ▪ Somos Família, Somos Mais
---	---

Fonte: FEDAVIFA (2010b).

3.1.1.1 O Festival pela Vida e pela Família

O Festival pela Vida e pela Família pode ser lido como uma modalidade de atuação no espaço público do ativismo religioso conservador paraguaio com grande capacidade de mobilização. Em tom festivo, o evento ocorreu no dia dois de outubro de 2010 na praça do Centro Cultural da República em Assunção depois de aproximadamente dois meses de organização e divulgação¹⁶. Na sua véspera, foram distribuídas pulseiras e *bottons* na sede da FEDAVIFA com símbolos da campanha. Na programação do evento constava a apresentação de grupos musicais, teatros e danças, falas de um pastor protestante e pelo arcebispo de Assunção, além de falas de médicos e advogados de associações profissionais católicas sobre os perigos de legislações que ameaçam os valores cristãos.

No festival havia muitas pessoas com camisetas ou coletes laranjas com o símbolo da campanha, algumas delas utilizavam adesivos em suas roupas, faixas de cabeça laranjas, bandeiras do Paraguai, de entidades participantes e da campanha. Ambulantes vendiam faixas de cabeça brancas com as palavras “papá y mamá”, vários participantes as usavam. O palco, como observa Szwako (2014), possuía uma grande infraestrutura técnica, era adornado com bexigas brancas e laranjas, desenhos infantis que simbolizavam a família, no seu centro havia uma faixa com a inscrição “A família é o tesouro de nossa pátria”. Entre as muitas pessoas reunidas em frete ao palco havia outras faixas que reproduziam o discurso pró-vida e pró-família, além de valores cristãos conservadores no tocante ao matrimônio, como a abstinência sexual antes do casamento e a fidelidade conjugal.

A estética do protesto é similar à das mobilizações organizadas por ativistas católicos brasileiros, que serão discutidas nos próximos capítulos, caracterizando-se por um formato festivo e colorido, com apresentações de grupos musicais e momentos de oração. Paternotte e Kuhar (2018b) observam a adoção do recurso colorido nas

¹⁶ Enquanto o jornal ABC Color (Harán, 2010) estimou a presença de mais de cinco mil pessoas, o Última Hora (La Caravana, 2010) apontou que os organizadores do evento calcularam 20 mil pessoas.

manifestações europeias como uma estratégia dos ativistas antigênero para construir uma autoimagem pluralizante e secularizante contra as imagens estereotipadas dos grupos religiosos e conservadores veiculadas pela opinião pública. O cenário brasileiro e paraguaio é mais desafiador, uma vez que o emprego das cores e do tom festivo é acompanhado pela apresentação de grupos musicais do estilo gospel, orações e pregações articuladas ao pronunciamento de discursos que demandam a defesa dos direitos dos cidadãos cristãos.

Nos dois contextos, verifica-se o estabelecimento de alianças entre os atores antigênero com políticos profissionais. O então vice-presidente da República Federico Franco (que veio depois a se tornar presidente depois do golpe parlamentar que derrubou Fernando Lugo) estava presente com sua esposa, além de parte da Câmara Municipal de Assunção no Festival pela Vida e pela Família (Szwako, 2014).

No palco, ao lado dela, ele também discursou. Sob muitos aplausos e gritos calorosos, disse que a presença do casal era “para dizer sim à família”. A família é a pedra angular da sociedade. Quando Deus criou a família, a fez homem e mulher, e lhe deu uma missão para que cresçam e se reproduzam. E a única maneira de assegurar a reprodução é através da união entre o homem e a mulher” (Festival, 2010, tradução nossa). Além disso, justificou sua participação no ato alegando que era um homem de princípios bíblicos e que, quando foi empossado, jurou respeitar as leis e a Constituição paraguaia, que expressa claramente que o matrimônio é a união entre homem e mulher.

Conforme a programação, o ato foi finalizado com a leitura de um manifesto intitulado “Declaração Ciudadana pela Vida e pela Família” assinado pela FEDAVIFA. O documento tem como núcleo central a demanda pela proteção da cidadania religiosa (Vaggione, 2017) pelos dispositivos jurídicos do Estado democrático de direitos. Em nome dos cidadãos cristãos reivindicava que não fossem aprovadas lei contrárias aos valores da família, como a regulação do matrimônio homossexual, o MRPEIS e o aborto (Declaración, 2010).

Há menos de um quilômetro da praça do Centro Cultural da República, ocorria o Festival pela Igualdade e Liberdade promovido pelo movimento Somos Gay em frente ao Panteão Nacional dos Heróis como uma forma de responder à campanha *Queremos mamá y papá*. Com um número significativamente menor de participantes, no local havia um palco com estrutura menos sofisticada no qual tocavam bandas

musicais, muitas pessoas seguravam a bandeira LGBTQIA+ e cartazes contra a discriminação e pela igualdade.

No mesmo dia, no fim da tarde, ocorreu também a 7ª Marcha do Orgulho, cujo lema era “Con taco alto, champión o pynandi, exijo mi libertad para ser feliz” (Com salto alto, tênis ou pés descalços, exijo minha liberdade para ser feliz). O ato pautou a defesa dos direitos humanos à diversidade e a não discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex. Ele foi organizado pela Coalizão LGBTI que, formada em 2009, aglutina diversos movimentos e coletivos¹⁷.

Após o Festival pela Vida e pela Família, seus organizadores continuaram se mobilizando no espaço público coletando assinaturas para o abaixo-assinado, organizando eventos e atos protestos, bem como buscando transpor suas demandas para a esfera político-institucional. No início de outubro de 2010, lideranças do Instituto Tomás Moro da Universidade Católica de Assunção, da FEDAPAR e da FEDAVIFA se reuniram com o então ministro da educação, Luis Alberto Riart, para propor que o período de divulgação e de debate sobre o MRPEIS fosse prorrogado e dirigido pelo Conselho Nacional de Educação e Cultura (CONEC) durante todo o ano de 2011. Os representantes da Associação de Igrejas Evangélicas, da Associação de Pastores Evangélicos do Paraguai, da Associação de Colégios Cristãos e autoridades da igreja católica também se encontraram com o ministro para demonstrar preocupação com a diretriz.

O CONEC assumiu a tarefa de promover juntamente com o comitê gestor do MRPEIS a socialização e a discussão da diretriz com a sociedade civil. As organizações e entidades religiosas argumentaram que a avaliação e alteração dos currículos escolares eram de competência do órgão e que ele poderia oferecer um espaço de diálogo mais aberto às reivindicações. As entidades pró-vida e pró-família alegaram também que, como não participaram da elaboração do MRPEIS, precisavam de mais tempo para analisá-lo e propor modificações no documento. As principais alterações seriam relativas à substituição da perspectiva de gênero por uma

¹⁷ A Coalizão LGBTI do Paraguai é integrada pelos seguintes movimentos e coletivos: Aierana (grupo pelos direitos das lésbicas), Associação Panambi (Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros), Escalando (Associação de Pessoas Trans do Paraguai), Fundación Vencer (Associação de Pessoas com HIV do Paraguai), It gets better (ONG LGBTQ+), Las Ramonas (organização feminista), Mansión 108 (Centro cultural LGBTQ), Ñepyrũ, Somos Pytyvohara (organização de adolescentes e jovens pelos direitos sexuais, reprodutivos e educação sexual), Transitar (grupo transfeminista), Unidas en la Esperanza (UNES - Asociación de Mujeres Trabajadoras Sexuales del Paraguay), Unidos por el Arcoiris (Associação de Pais, Familiares e amigos de pessoas LGBT) e ativistas independentes.

visão antropológica-filosófica que enfatiza o valor da família e o direito à vida (Piden, 2010).

Como observa-se, nesse caso, pode ser um tanto equivocada afirmar que o ativismo antigênero é contrário à educação sexual, pois seus atores se opõem a uma abordagem muito específica baseada na linguagem dos direitos humanos sexuais e reprodutivos – a perspectiva de gênero. As organizações pró-vida e pró-família, principalmente as de matriz católica, defendem que a educação sexual seja pautada na antropologia teológica formulada por João Paulo II. Há uma concepção de direitos humanos produzida a partir dos postulados dessa cosmovisão religiosa que, por meio da atuação dos atores religiosos conservadores, disputa espaço com outras nas democracias contemporâneas, especialmente aquelas formuladas a partir do horizonte do direito à diferença.

O pedido de participação do CONEC foi estratégico, pois o seu secretário executivo era Jesús Montero Tirado, um padre jesuíta paraguaio bastante comprometido com o combate à chamada ideologia de gênero, como destaca Szwako (2014). Ao longo dos embates em torno do MRPEIS, ele publicou uma série de artigos de opinião no jornal ABC Color nos quais é possível perceber seu alinhamento com as organizações pró-vida e pró-família.

A liderança do sacerdote no processo de socialização e discussão da diretriz foi criticada em uma carta endereçada ao ministro do MEC e assinada pela ministra Esperanza Martínez, do Ministério da Saúde Pública e Bem-estar Social, por Liz Torres, da Secretaria Nacional da Infância e Adolescência, e por Lilian Soto, da Secretaria Nacional da Função Pública. Militantes feministas e LGBTQIA+ criaram uma petição online solicitando a alteração da designação do sacerdote como líder e porta-voz da promoção do debate do MRPEIS com setores da sociedade civil.

Em meio a esse cenário conflituoso, as organizações e entidades pró-vida e pró-família deram continuidade à campanha *Queremos Papá y Mamá*. No fim de outubro, elas organizaram a “Carreata Laranja pela Vida e pela família” para protestarem contra a ratificação da Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens pelo Senado, contra o matrimônio homossexual, a adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo e contra o MRPEIS. O ato estava programado para ocorrer às 11:00 horas no dia 30 de outubro de 2010 em Assunção. Do mesmo modo que o Festival pela Vida e pela Família, o ato foi divulgado no site da campanha por meio de um vídeo que apontava, entre as ameaças do tratado, a violação da autoridade

parental dos pais, a viabilização do matrimônio homossexual e do aborto. Os grupos pró-vida e pró-família da capital paraguaia sugeriam que outras pessoas, entidades e associações promovessem o ato em suas cidades.

No dia do evento, uma fila de carros com bandeiras laranjas com símbolo da campanha *Queremos Papá y Mamá* dispostas nas janelas dos veículos percorreu ruas e avenidas de Assunção¹⁸. Em determinados pontos do percurso, havia pessoas com coletes, camisetas e bandeiras laranjas nas calçadas de cruzamentos que faziam panfletagem. Conforme matéria do jornal Última Hora (SE DESARROLLA, 2010), os ativistas fizeram várias paradas ao longo da carreata. Uma foi na sede das Nações Unidas com o intuito de deixar uma carta, entretanto, apontaram que não foram recebidos. Eles entregaram outra carta ao presidente Fernando Lugo na Residência Presidencial Mburuvicha Róga. Depois, seguiram para a frente do Congresso Nacional onde um sacerdote católico e pastores evangélicos fizeram uma oração para que a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens não fosse ratificada pela Câmara dos Deputados.

O ato foi finalizado com a concentração dos ativistas em frente ao Ministério da Justiça. Eles se posicionaram na escadaria que dá acesso ao prédio com bandeiras laranjas e uma do Paraguai ao centro. Após se organizarem nas escadas, um homem celebrou em um microfone a realização do ato e passou a palavra para uma adolescente que leu a carta endereçada ao presidente pedindo seu apoio para respaldar uma carta dos jovens membros da FEDAFIVA, endereçada às Nações Unidas, na qual apontavam que não se sentiam representados pela Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens e solicitavam que fossem alteradas suas políticas a favor da “cultura da morte” ou que se retirassem do Paraguai (20101030130659, 2010).

A carta era um manifesto baseado no entendimento de que órgãos da ONU, como a UNICEF e a OMS, estariam promovendo campanhas contra a família heterossexual e chantageando os países membros para ratificar o tratado, que era descrito como uma ameaça aos jovens por incentivá-los à “libertinagem sexual” ao reduzir a maioria e garantir o consentimento de “fazerem sexo com adultos”. A perspectiva de direitos era enquadrada como a produção de leis que autorizam o

¹⁸ Tive acesso a 16 vídeos de curta duração publicados no YouTube e filmados por uma pessoa que participou do ato, de modo que não é possível precisar com exatidão a quantidade de carros.

abuso de crianças e adolescentes, impõem a “cultura da morte” mediante a promoção do aborto e da distribuição de pílulas anticonceptivas de emergência, impõem o MRPEIS com o enfoque de gênero às escolas e colégios para perverter a consciência de crianças. A carta afirmava ainda que a Convenção era um risco à saúde mental de crianças e jovens, além de contribuir para o aumento da transmissão do HIV e da gravidez na adolescência ao estimular a sexualidade precoce, à promiscuidade, à pedofilia, à poligamia e à zoofilia (20101030130659, 2010).

Poucos dias depois, em três de novembro, a Conferência Episcopal Paraguuaia (CEP) fez um pronunciamento durante sua 189ª Assembleia Ordinária no qual pediu que o diálogo sobre o MRPEIS fosse ampliado com as associações de pais de estudantes, das entidades pró-família, igrejas e comunidade religiosas e cristãs. A CEP afirmou que a igreja católica gostaria também de participar da elaboração e discussão do documento oferecendo as contribuições da sua Doutrina Social referente à família e à sexualidade. No comunicado, era afirmado que toda forma de discriminação diminui a dignidade das pessoas, mas que era necessário distinguir entre a discriminação e a aceitação da diversidade para preservar, promover e manter a diferença sexual no centro dos valores sociais (Conferência Episcopal Paraguuaia, 2010)¹⁹.

Por fim, a mensagem assinalava que o fato de o Estado ser laico e não confessional não implica que a visão do homem, do sentido da vida e dos direitos humanos fundamentais provenientes da natureza humana deveriam ser substituídos por novas correntes ideológicas, muitas vezes caracterizadas pelo “relativismo ético e moral” sociais (Conferência Episcopal Paraguuaia, 2010).

Além de protestos nas ruas e praças, os grupos pró-família e pró-vida organizaram também encontros de caráter formativo para pais, mães, educadores e educadoras sobre a introdução da perspectiva de gênero nas políticas de educação sexual. Nesse âmbito, em novembro de 2010, foi realizado o evento “Quem educa os seus filhos? Encontro de famílias sobre educação sexual” no salão de eventos do tradicional *Gran Hotel del Paraguay*, em Assunção. A atividade foi promovida pelas associações *Salvemos la Familia*, FEDAPAR, Hazte Oír, Instituto Tomás Moro da

¹⁹ Tive acesso a alguns trechos do pronunciamento da Conferência Episcopal Paraguuaia por meio de reportagens de jornais. Depois de buscas no Google com os trechos citados, encontrei o documento inteiro em um blog chamado “Bioética y Humanismo Integral” hospedado no *WordPress*, que, quando comparado aos recortes lidos nos veículos, apresentou-se como um arquivo confiável.

Universidade Católica de Assunção, *World Young Alliance*, *Laicos por el Cambio*. Ela contou com uma ampla divulgação dos jornais ABC Color e Última Hora, bem como de seus organizadores nas redes sociais Twitter e Facebook.

Na programação do encontro, constava que seriam abordadas três questões: “1) O que é a perspectiva de gênero ou ideologia de gênero? 2) O que é um marco reitor? Como o marco reitor afetará a educação sexual dos seus filhos? 3) Quais são os direitos que temos como família diante da ideologia de gênero?” (Famílias, 2010, tradução nossa). Esses questionamentos foram respondidos por quatro palestrantes, a intelectual católica e integrante da FEDAFIVA, María Celia Meyer, o psicólogo Javier Leiro que se tornou presidente da FEDAPAR entre 2011 e 2015, o advogado e membro do Instituto Tomás Moro, Cristian Kriskovich, e o também advogado e mestre em Direito da Família, Facundo Salinas Aguirre²⁰.

No ano seguinte, em 14 de abril de 2011, ocorreu outro evento com a mesma programação. Intitulado “Como educamos nossos alunos?”, cujo objetivo era discutir o MRPEIS e o tema da educação sexual com pais, docentes e estudantes de instituições educacionais. O local do encontro foi em um tradicional colégio católico situado em Assunção e foi organizado pela organização *Salvemos la familia*. Os palestrantes que abordaram os tópicos foram Cristian Kriskovich e Javier Leiro.

A realização do encontro está inscrita na continuidade dos conflitos em torno da política educacional em um contexto no qual as entidades pró-família e pró-vida passaram a se mobilizar cada vez mais a partir das preocupações com a chamada ideologia de gênero. Os discursos que circulavam em oposição à regulamentação do casamento igualitário foram capturados pelas narrativas antigênero.

No contexto das mobilizações dos grupos pró-vida e pró-família ao longo de 2010 e 2011, o processo de socialização e a implementação do MRPEIS foi interrompido pela Resolução 35.635 de 28 de setembro de 2011, assinada pelo ministro Luis Alberto Riart mediante solicitação do CONEC. Por meio de uma nota, o órgão justificou o pedido argumentando que a elaboração de políticas educativas era de sua competência e que o tema da educação sexual era muito sensível na sociedade paraguaia, de modo que requeria amplo debate e maior participação da sociedade civil para a eventual implementação da diretriz.

²⁰ Facundo Salinas Aguirre é diretor geral de investimentos públicos, uma secretaria técnica da Subsecretaria da Economia do Governo, alocada no Ministério da Fazenda do Paraguai, ele ocupa o cargo desde 2008.

O documento afirma ainda que o MEC se compromete com a elaboração de uma nova diretriz de educação sexual que seria aplicada em todo o sistema educacional do país. Para tanto, uma comissão técnica composta pelas instâncias da Direção Geral de Educação e o prazo de oito meses foram estabelecidos para a construção de um novo marco pedagógico, que deveria envolver também o CONEC e o Comitê Gestor de Políticas Públicas em Educação Sexual. Além disso, o documento apontava que deveriam ser garantidas também a participação de organizações da sociedade civil, sociedades científicas, entidades estatais, organizações de pais e mães, centros estudantis, instituições especializadas na área, sindicato de professores, instituições eclesiásticas, entre outras.

A definição destas últimas como *cola simbólica* (GRZEBALSKA; KOVÁTS; PETÓ, 2017) ajuda a compreender tal deslocamento. Diferentes objetos de contestação dos grupos conservadores no tocante às questões da ordem moral podem ser abrigados sob esse guarda-chuva. No caso paraguaio, os atores religiosos conservadores, de modo muito ambíguo, fazem questão de apontar que não são favoráveis à discriminação baseada na sexualidade e na identidade de gênero. A politização da categoria ideologia de gênero lhes oferece a possibilidade de enquadrarem a discriminação baseada nessas diferenças por meio de demandas pela proteção dos direitos das crianças, da família, das comunidades cristãs e da nação.

Nesse cenário, é possível perceber que as mobilizações antigênero no contexto paraguaio vão além da simples rejeição à perspectiva de gênero. Elas representam ações voltadas à construção de perspectivas alternativas, fundamentadas em demandas de proteção e universalização de valores morais de grupos cristãos conservadores, em oposição à ampliação da concepção de direitos humanos para incluir direitos sexuais e reprodutivos nos marcos jurídicos dos Estados Nacionais e na formulação de políticas públicas. Nos dois últimos capítulos desta tese, esse argumento será retomado. Antes disso, mostro como o combate à chamada ideologia de gênero emergiu no Brasil, onde essas mobilizações também surgem em oposição ao alargamento da cidadania e, sobretudo, em torno de demandas que buscam integrar ou manter valores cristãos conservadores em dispositivos jurídicos que regulam a vida nas sociedades contemporâneas.

4 CAPÍTULO TRÊS – A GESTAÇÃO DAS MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO NO BRASIL: A INFLUÊNCIA DAS ESTRUTURAS E DOS RECURSOS DE MOBILIZAÇÃO DO ATIVISMO CATÓLICO PRÓ-VIDA NACIONAL E TRANSNACIONAL

No dia 16 de março de 2015, foi ao ar o primeiro episódio da novela Babilônia produzida pela Rede Globo, uma das principais emissoras brasileiras. Uma das cenas exibidas no horário de maior audiência do canal televisivo foi protagonizada por um beijo entre duas mulheres. O fato causou uma imensa repercussão nas redes sociais. De um lado, grupos cristãos protestavam e, de outro, uma parte da comunidade LGBTQIA+ comemorava. Em resposta ao episódio, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) publicou no dia seguinte uma nota de repúdio à exibição da cena. O documento, assinado pelo então presidente da FPE, Pastor João Campos (PSDB-GO), apontava que:

[...] A referida novela, assim como outras anteriormente exibidas pela Rede Globo, tem clara intenção de afrontar os cristãos em suas convicções e princípios, querendo trazer, de forma impositiva, para quase toda a sociedade brasileiro o modismo denominado por eles de “outra forma de amar”, contrariando nossos costumes, usos e tradições. Essa é a forma encontrada para disseminar a ideologia de gênero, atacando diretamente a família natural e aqueles que eles denominam de “conservadores”, pelo simples fato de não coadunarem com essas práticas. Assim a Frente Parlamentar Evangélica convoca todos os evangélicos, todos os cristãos bem como as pessoas que se sentem violentados por estes constantes estupros morais impostos pela mídia libera, a não assistirem a novela Babilônia. Da mesma forma, a título de protesto, recomenda que não consumam os produtos dos anunciantes que patrocinam esta telenovela (Congresso Nacional, 2015).

Esse não foi o primeiro chamado “beijo gay” a ser exibido em uma telenovela da emissora. Um ano antes, em 31 de janeiro de 2014, o último capítulo da novela Amor à Vida apresentou uma cena de beijo entre dois homens. O fato também dividiu a opinião pública. Houve uma repercussão negativa entre católicos e evangélicos que consideraram a cena uma afronta aos valores cristãos e à família tradicional. O deputado estadual Sargento Pastor Isidório (PSC) chegou a protocolar uma nota de repúdio na Assembleia Legislativa da Bahia. No documento, se apresentava como ex-gay e afirmava que a Globo buscava destruir os conceitos éticos, morais e religiosos das famílias tradicionais cristãs, além de ameaçar processar a emissora por atentado violento ao pudor (Belens, 2014).

Os episódios são bastante ilustrativos de como o discurso de ameaça à família foi acionado por atores cristãos que condenam práticas sexuais não heteronormativas. Entretanto, há um dispositivo retórico novo operando no primeiro caso. Na nota da FPE existe a compreensão de que a família está ameaçada pela disseminação da chamada ideologia de gênero. Nas polêmicas sobre a novela *Amor à Vida*, falava-se mais em ataque à família tradicional, à moral, aos bons costumes, aos valores religiosos. Nas reações à *Babilônia*, a ameaça a esses elementos passa a ser nomeada de ideologia de gênero. O que aconteceu no cenário brasileiro para que o binômio proteção-ameaça da família adquirisse sentido a partir dessa categoria? Quais foram as correlações de forças que tornaram possível seu acionamento e sua capilarização? Como o ativismo antigênero se constituiu no país? Quem são seus atores e quais são as modalidades de ação produzidas por eles?

O ativismo antigênero está inscrito no campo de mobilizações de atores conservadores religiosos aos direitos sexuais e reprodutivos. A oposição organizada ao reconhecimento de direitos de sujeitos atravessados pelas diferenças de gênero e sexualidade não é um fenômeno recente na sociedade brasileira. Mas, como bem observam Corrêa e Kalil (2020), as tensões em torno desses elementos não eram enunciadas pelos atores conservadores como combate à ideologia de gênero, mas como oposição a tópicos e debates específicos, como proteção da família e defesa da vida.

É a partir de 2013 que forças sociais passam a acionar essa categoria no esforço policial de ordenar as relações, os corpos, as práticas e o desejo no tecido social. Essa tática adquiriu capilaridade e provocou uma espécie de recomposição do campo de conflitos sexuais com uma miríade de reflexos que incide sobre temas e questões muito aquém do gênero e da sexualidade, conforme já apontado pela literatura discutida no primeiro capítulo.

Entretanto demonstro neste capítulo que o ativismo antigênero já estava sendo gestado a partir de redes nacionais e internacionais do ativismo cristão católico pró-vida e pró-família desde o início da década de 2010. Como demonstram estudos, no começo dos anos 2000, essas redes já estavam articuladas e envolvidas no combate aos direitos reprodutivos, particularmente contra o direito ao aborto. A partir de 2010, elas passaram a se engajar mais ativamente na defesa de valores cristãos conservadores associando-se a entidades internacionais pró-vida e pró-família que

compartilhavam preocupações comuns sobre questões relacionadas ao gênero e à sexualidade.

A gestação do ativismo antigênero no contexto dessas redes envolveu a elaboração de estratégias, bem como a mobilização de recursos e apoio. Como evidenciarei, os atores ligados a essas redes promoveram conferências internacionais no país, divulgaram suas ideias por meio de publicações de livros e postagens em *blogs*, além de procurarem estabelecer alianças com outros setores da sociedade que compartilhavam suas visões conservadoras.

As redes do ativismo católico conservador pró-vida estabeleceram as bases para as mobilizações antigênero contra políticas educacionais nos anos subsequentes. Elas contribuíram significativamente com o desenvolvimento e disseminação da causa antigênero país. Além disso, é válido destacar que essa pauta encontrou terreno fértil no cenário político e social do país da década de 2010 marcado pela ascensão do neoconservadorismo, ao mesmo tempo em que desempenhou um papel significativo no recrudescimento desse fenômeno.

Neste capítulo exploro o processo de emergência de redes de mobilização engajadas na causa antigênero no Brasil. Destaco que foi a partir das reações de atores conservadores contra o Plano Nacional de Direitos Humanos que a noção de ideologia de gênero passou a ser politizada por atores conservadores. Em seguida, dedico-me à análise de dois eventos de mobilização selecionados para demonstrar quais são os atores, as modalidades de ação e os recursos de mobilização empregados nesse estágio inicial da causa antigênero no país. São eles: o fórum "As ameaças do Programa Nacional dos Direitos Humanos-3 continuam!", organizado pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira em parceria com outras entidades, e o "II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida", promovido por organizações pró-vida católicas.

4.1 OS ANTECEDENTES DA ECLOSÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: COALIZÃO DE FORÇAS CONSERVADORAS EM TORNO DO PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Com a promulgação da Constituição de 1988, os direitos humanos foram paulatinamente incorporados nas políticas governamentais e foram reconhecidos como política de Estado através do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), lançado em 1996, revisado e aperfeiçoado em 2002 e 2010 (Adorno, 2010).

Entretanto, a defesa da promoção e garantia dos direitos humanos pelo Estado brasileiro nunca foram objetos de consenso, mas alvos de intensas disputas políticas. Foi graças a uma conjuntura política nacional e internacional que, mesmo em meio a reações, os direitos humanos entraram na agenda política do Estado brasileiro.

Desde o fim da ditadura militar, forças políticas e sociais conservadoras têm buscado organizar oposição aos direitos humanos estando mais ou menos abertas a confrontos e negociações no espaço político (Adorno, 2010). A opinião pública, de modo geral, também costuma reagir negativamente à defesa dos direitos humanos. No debate público brasileiro, é frequente o imaginário de que os direitos humanos protegem apenas criminosos e servem para a concessão de privilégios às minorias sociais. As reações e rejeições ao tema fazem parte do cotidiano e circulam em jornais, programas televisivos de noticiário policial, no parlamento e em outros espaços sociais. Elas foram importantes vetores de força no jogo político brasileiro, principalmente para o fortalecimento da ação de atores conservadores religiosos e de extrema-direita.

Nesse contexto, os setores conservadores reagiram negativamente à terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), lançada em 2009 via decreto no final do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Algumas demandas da sociedade civil introduzidas no documento foram amplamente questionadas por militares, fazendeiros, empresários, grupos religiosos e políticos profissionais (Machado, 2012).

Os principais pontos de polêmicas foram: a proposta de criação de uma Comissão Nacional de Verdade para apurar os crimes cometidos na ditadura militar, a descriminalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o direito de adoção por casais homoafetivos, a criação de mecanismos de proteção dos direitos humanos da população LGBTQIA+, a regulação da presença de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União, a adoção de mecanismos de mediação jurídica nos confrontos urbanos e rurais (Adorno, 2010; Machado, 2012).

Já em período anterior, após o primeiro mandato de Lula (2003-2006), os movimentos de Renovação Carismática, Opus Dei e Defesa da Vida intensificaram os ataques ao Partido dos Trabalhadores e “seus representantes, associando-os com os valores não cristãos” (Machado, 2012, p. 27). Esses segmentos reagiram negativamente a algumas iniciativas dos dois governos de Lula, como a instalação da Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto em 2005, a

publicação da Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério de Saúde no mesmo ano, a realização da Audiência Pública sobre o Aborto em 2007 e, principalmente, a aprovação do PNDH-3 em 2009 (Machado, 2012).

É a partir das reações às pautas de gênero e sexualidade presentes no PNDH-3 que a categoria ideologia de gênero passou a ser animada por esses atores católicos conservadores. Dentre os atores mencionados, destaca-se o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), uma associação de direito privado criada em 2006 por Adolpho Lindenberg²¹, um dos principais fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Sob a liderança de Plínio Corrêa de Oliveira, primo de Lindenberg, a TFP foi criada em 1960 com apoio de bispos católicos brasileiros que atuaram contrariamente às reformas propostas pelo Concílio Vaticano II, como Antônio de Castro Mayer e Geraldo Proença Sigaud.

Baseada no integrismo católico²², a TFP se constituiu como um movimento de resistência ao engajamento político-social de setores progressistas da igreja católica na década de 1960 (Alves, 1979), período de surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A atuação da TFP se concentrava sobretudo na defesa propriedade privada, no combate à reforma agrária e à suposta penetração do comunismo na igreja católica e no país. Temas de ordem moral também compunham suas pautas, como demonstra a campanha organizada junto a clérigos católicos conservadores contra a legalização do divórcio (Alves, 1979; Caldeira e Gama, 2019).

Após a morte de seu fundador, em 1995, dois grupos internos passaram a disputar o controle da organização, os chamados *Provectos* e a ala mais jovem e progressista liderada por João Clá Dias, antigo secretário de Plínio Corrêa de Oliveira (Zanotto, 2020). O grupo liderado pelos fundadores da TFP denominados *Provectos* defendia a manutenção dos estatutos e da tradição tefepista, enquanto o grupo de Clá Dias propunha uma nova perspectiva organizativa que defendia uma ala feminina e a

²¹ Como evidência Rocha (2018), Lindenberg foi um dos intelectuais responsáveis por divulgar o ideário neoliberal baseado nas obras de Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman. Uma das mais populares obras de Hayek foi traduzida no Brasil em 1946 através de sua iniciativa e apoio. Em relato à pesquisadora, ele afirmou que as obras desses intelectuais neoliberais ofereciam sustentação científica para a defesa do direito à propriedade e o combate à esquerda, o que o motivou a traduzir a obra de Hayek (Rocha, 2018).

²² Conforme Alves (1979), o integrismo que está na origem da TFP surgiu na Europa no final do século XIX. O “catolicismo integral” “era o ramo teológico de uma posição política, sustentada por Pio IX e Pio X, que defendia a imutabilidade e a intangibilidade da posição tradicionalmente dominante da Igreja no seio da sociedade” (Alves, 1979, p. 228).

aproximação com a Igreja Católica²³ (Zanotto, 2010). O segundo grupo, organizado na Associação Internacional de Direito Pontifício Aparentos do Evangelho, obteve o controle da TFP por meio de uma decisão judicial em 2012. A ala dos *Proyectos* criou em 2004 a Associação dos Fundadores da TFP (AFTFP) e atua via Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, “mantendo as bandeiras tefepistas, ao passo que a TFP de fato praticamente inexistente para além do aspecto formal dos documentos” (Zanotto, 2020, p. 27).

Conforme consta em seu site, o IPCO busca mobilizar a sociedade civil em sua luta antissocialista, anticomunista e antiprogressista em defesa da doutrina católica e dos pilares da civilização cristã – a propriedade privada e a livre iniciativa –, que na visão de seus membros estariam ameaçados por uma revolução anti-cristã (Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, [2021?]). A associação possui dois eixos principais de atuação: a defesa da família tradicional e da propriedade privada. Inspirada nos métodos e princípios de ação da TFP (Caldeira e Gama, 2019), ela atua como um grupo de pressão conservador e dentre suas formas de atuação podem ser elencados “manifestos, abaixo-assinados, reuniões de divulgação, publicações de obras devocionais e doutrinárias, programas de formação, caravanas de divulgação²⁴, retiros espirituais, *lobby*” (Zanotto, 2010, p. 91).

Nota-se também que o IPCO mantém intenso ativismo na web, por meio de seu Site oficial, por onde atualiza com notícias frequentes o andamento de suas caravanas e campanhas, bem como sites ligados ao movimento, como o Agência Boa Imprensa e Revista Catolicismo. O Instituto também mantém um canal no YouTube, onde noticia suas campanhas, o dia-a-dia dos caravanistas que percorrem o Brasil, familiarizando, assim, o público com sua atuação (Caldeira e Gama, 2019, p. 583).

Em oposição ao lançamento do PNDH-3, o IPCO organizou uma série de ações ao longo de 2010 e 2012. Retomou, assim, as caravanas tefepistas para denunciar a imposição do socialismo no Brasil e as ameaças contra a família. No período, seus membros percorram o país com as caravanas “Terra de Santa Cruz” e “Cruzada pela Família” para mobilizar as pessoas contra o PNDH-3 distribuindo livros e folhetos

²³ Em 1985, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma nota “alertando os católicos sobre o distanciamento ideológico provocado pela própria TFP entre a organização e a Igreja católica” (Caldeira e Gama, 2019, p. 579).

²⁴ Por meio das caravanas, os membros do IPCO percorrem o país com o intuito de difundir livros, manifestos, notas, abaixo-assinados a fim de tornar conhecida entidade, disseminar as ideias de Plínio Corrêa de Oliveira e mobilizar a opinião pública (Caldeira e Gama, 2019).

informativos sobre a descriminalização do aborto, a criminalização da homofobia e o matrimônio homoafetivo. As obras difundidas foram o “Catecismo Contra o Aborto” e “Homem e Mulher Deus os criou” escritas pelo padre da diocese de Campos dos Goytacazes David Francisquini, um entusiasta da obra de Plínio Corrêa de Oliveira e propagador dos ideais da TFP.

Com o intuito de formar coalizões entre forças sociais conservadoras e econômicas neoliberais contra o PNDH-3, além das caravanas, a entidade promoveu uma série de eventos, dentre os quais está o fórum “As ameaças do Programa Nacional dos Direitos Humanos-3 continuam!” realizado em 26 de agosto de 2010 no Hotel Golden Tulip em São Paulo. A organização do evento se deu em parceria com o Instituto Millenium (IMIL)²⁵ e o movimento Pela Legítima Defesa²⁶. Os palestrantes convidados para o fórum foram Dom Bertrand de Orleães e Bragança, o jurista Ives Gandra Martins, o diretor do IMIL Paulo Uebel e o então deputado Jairo Paes de Lira. A mediação foi feita por Mário Navarro da Costa, diretor do bureau de Washington da Sociedade Americana de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).

O PNDH-3 foi abordado como um dispositivo de imposição do socialismo no Brasil inspirado nas constituições de países bolivarianos. Os palestrantes enunciaram o incômodo com o plano a partir de preocupações com alguns dos pilares da democracia liberal, como as liberdades individuais e econômicas, a separação dos três poderes, o direito à propriedade privada e à livre iniciativa frente à proposta do plano de avançar na implantação da reforma agrária e assegurar às comunidades

²⁵ Criado em 2006, o Instituto Milenium é um *think tank* liberal brasileiro criado por um grupo de acadêmicos, executivos e liberais com o intuito de disseminar o ideário pró-mercado e uma corrente político-cultural de direita moderna (Rocha, 2018; Vieira e Chiaramonte, 2021). Os *think tanks* são instituições sem fins lucrativos formados por uma elite intelectual que visa exercer influência na elaboração e mudanças de políticas públicas, na opinião pública e/ou legislação (Silveira, 2014).

²⁶ Tendo como porta-voz o então deputado Jairo Paes de Lira, o movimento Pela Legítima Defesa foi criado em 2005 por uma coalizão de diversas associações comprometidas com a defesa do direito de posse e porte de armas de fogo no contexto do referendo de armas de fogo realizado no mesmo ano. Na ocasião, a maioria dos eleitores votou pela manutenção da comercialização de armas e munições mediante propaganda negativa da campanha pela não proibição da venda de armas, como observam Veiga e Santos (2008). Consta em seu site que a coalizão contou com a participação da “Associação Brasileira dos Atiradores de Rifle (ABAR), da Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas (ANPCA), da Associação Paulista de Defesa dos Direitos e Liberdades Individuais (APADDI), da Federação Paulista de Tiro Prático (FPTP), do Ram Clube de Silhuetas Metálicas (RCSM) e do Safari Club International (SCI Brasil), além de incontáveis colaboradores individuais” (Associação Brasileira pela Legítima Defesa, [2021?], documento eletrônico). Em 2015, o movimento foi sucedido pela Associação Brasileira pela Legítima Defesa (ABPLD), entidade com caráter de pessoa jurídica de direito privado que, conforme consta em seu site, tem “a finalidade precípua de combater civicamente pelo direito das pessoas de bem à posse mansa e pacífica de armas de fogo, para legítima defesa própria, do lar ou de terceiros” (Associação Brasileira pela Legítima Defesa, [2021?], documento eletrônico).

quilombolas e indígenas a posse de seus territórios. A ampliação dos instrumentos de participação social e da cidadania mediante o reconhecimento dos direitos humanos foi apontada como uma ameaça ao modelo de democracia elitista e restritiva que caracteriza o projeto político-econômico de grupos dominantes da sociedade brasileira (Dagnino, 2004).

O discurso pautado na defesa da democracia liberal burguesa assumiu um tom secular nas falas de Ives Gandra Martins e Paulo Uebel. Além dele, circulou na palestra de José Carlos Sepúlveda da Fonseca, assessor de Dom Bertrand de Orléans e Bragança²⁷, a narrativa de que o PNDH-3 foi formulado para atender os interesses de grupos minoritários da sociedade que defendem uma concepção materialista em oposição à concepção cristã compartilhada pela maioria dos brasileiros e brasileiras. Nessa perspectiva, a principal preocupação com o plano girava em torno do direito à propriedade que foi apontado não apenas como um dispositivo indispensável às democracias modernas e aos direitos humanos, mas também como um elemento sagrado para a concepção cristã católica.

Outras inquietações com o PNDH-3 que apareceram apenas na fala do deputado Jairo Paes de Lira²⁸ eram relativas às propostas de realização de ações de estímulo ao desarmamento, de aprovação de projetos de lei voltados para a descriminalização do aborto, o reconhecimento da união civil homossexual e o direito à adoção por casais do mesmo sexo. O parlamentar denominou o plano de “monstrengo jurídico” e “carta revolucionária”. Para ele, a presença do termo “desconstrução da heteronormatividade” no documento representava uma ameaça à família, uma vez que explicitava a adoção da “amaldiçoada ideologia de gênero” como política de Estado no país (Paes, 2010).

De acordo com sua visão, por detrás da substituição da palavra sexo por gênero no documento estaria a imposição da ideologia de gênero conforme a qual:

Um menino não nasce menino, uma menina não nasce menina, as pessoas não nascem com identidade biológica, as pessoas não nascem com identidade espiritual que elas adquiriram no momento da concepção. Elas nascem seres genéricos, daí a ideologia de gênero. Não são homens e nem mulheres. E se pretende, portanto, retirar no que toca à educação da família,

²⁷ Dom Bertrand de Orléans e Bragança não pode participar do evento devido a problemas de saúde, conforme consta na cobertura do evento publicada na página virtual do IPCO (Oliveira, 2010).

²⁸ Jairo Paes de Lira é católico, coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo e foi deputado federal do Partido Trabalhista Cristão entre 2009 e 2011. Ele foi eleito suplente em 2006 por São Paulo e assumiu o mandato como titular em 2009 após a morte do deputado Clodovil Hernandez (PTC-SP).

no que toca ao direito de família [...], o direito dos pais de logo mais criarem o seu menino como menino, a sua menina como menina. Isso não querendo dizer absolutamente desigualdade no panorama jurídico, no panorama constitucional do Brasil. Querem impedir as famílias de criarem os meninos com a sua identidade, as meninas com a sua identidade por meio de coisas grotescas como essa tal desconstrução da heteronormatividade. Tudo isso prepara na verdade para as políticas de aborto. Quando se trata um ser humano recém-nascido como um ser amorfo, como um ser que só vai adquirir uma certa identidade quando ele tiver opção de fazê-lo, quando ele tiver condições de decidir e quando se tenta impedir que a família crie aquele menino como menino, aquela menina como menina, como é próprio da natureza humana, na verdade se está relativizando a natureza humana das pessoas, está se relativizando a integridade humana das pessoas e a integridade espiritual das pessoas [...] (Paes, 2010).

O tema ganhou destaque em outro evento sobre o PNDH-3 organizado pelo IPCO em 18 de outubro de 2011, cujo intuito era abordar exclusivamente como o PNDH-3 estaria contaminado pela ideologia de gênero devido à presença da expressão “desconstrução da heteronormatividade” em seu texto. Trata-se de uma palestra intitulada “Ideologia de gênero: saiba como se defender dessa arma psicológica contra a Família” realizada em São Paulo, no auditório da tradicional escola católica Colégio São Bento. O palestrante convidado para falar sobre o tema foi novamente o deputado Jairo Paes de Lira (PTC-SP).

Em sua atuação parlamentar, o político participou das Comissões Permanentes de Direitos Humanos e Minorias e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, nas quais se opôs ao direito ao aborto, defendeu o endurecimento das leis penais e o porte de armas para legítima defesa (Moraes, [2015?]). Na Câmara, apresentou propostas contra a união civil entre homossexuais e se colocou como um conservador defensor da pátria, dos valores cristãos e da família. Analisando a trajetória da categoria ideologia de gênero nos pronunciamentos proferidos em Plenário na Câmara dos Deputados, Aragusuku (2019), aponta que ele foi um dos primeiros parlamentares a empregá-la ainda em 2010 em um pronunciamento em plenário contra o III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

A fala do deputado foi muito similar à já destacada nos parágrafos anteriores. O que chama atenção nesse evento é que nele ocorreu também o lançamento da tradução da obra “Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família” de Jorge Scala, na qual Jairo Paes de Lira notavelmente se inspirou para ministrar sua palestra (Aragusuku, 2019).

O livro teve um grande impacto na disseminação da narrativa antigênero na Argentina, onde foi publicado pela primeira vez, no Brasil e em outros países (Miskolci

e Campana, 2017). Jorge Scala é advogado e ativista de ONGs pró-vida católicas, sendo um dos pioneiros na América Latina a conceituar a noção de ideologia de gênero e prescrever seus perigos (Vaggione, 2017). Sua obra estabelece vinculação entre marxismo, o chamado “feminismo de gênero” e os direitos sexuais (Carreira, 2015; Lionço, 2018).

Os lucros da venda dos livros de Jorge Scala foram revertidos para o II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida promovido pela *Human Life International* (HLI) e para a atuação de grupos pró-vida no país. O evento ocorreu no início de novembro de 2011 no Mosteiro de São Bento em São Paulo e foi transmitido pela internet. Seu público alvo era membros da hierarquia eclesiástica e fiéis da igreja católica, bem como demais pessoas interessadas.

Em sua programação estava prevista a participação do intelectual católico Jorge Scala e de membros da hierarquia eclesiástica que são ativistas notáveis da causa antigênero e antiaborto no Brasil, como padre Paulo Ricardo de Azevedo da Arquidiocese de Cuiabá, membro da Renovação Católica Carismática, e o padre Luis Carlos Lodi da Associação Pró-vida e Pró-família de Anápolis – ligada à HLI – que prefaciou a tradução da obra de Jorge Scala e foi um importante ator na sua divulgação no país²⁹. Vale sublinhar que a edição brasileira do livro possui também um prefácio do jurista Ives da Silva Gandra Martins, que participou de eventos produzidos pelo IPCO.

Na programação constava a participação de Raymond de Souza e Mario Rojas, diretor de programações para os países de língua portuguesa da HLI e diretor da Coordenação Latino-Americana da mesma entidade, respectivamente. Estava prevista também a presença do padre Juan Carlos Chavez, liderança antiaborto no Equador, do padre Shenan Boquet, presidente da HLI, de Matthew Culliman, jornalista responsável pela cobertura da América Latina para o portal *LifeSiteNews*, e de Piero Tosi, advogado da *Alliance Defending Freedom*.

Além deles, é importante destacar a participação do monsenhor Juan Claudio Sanahuja, que é membro da *Opus Dei* e atua na causa antigênero desde os anos 1990. O monsenhor Juan Claudio Sanahuja quando participou do II Congresso da HLI no Brasil em 2011 era membro da Pontifícia Academia para a Vida, mas nos anos

²⁹ No site da Associação Pró-vida de Anápolis, coordenada pelo padre Luis Carlos Lodi, existem diversas publicações de artigos sobre a categoria gênero. A primeira delas é de 2007, as demais foram publicadas a partir de 2011.

1990 ele era padre e representante da Argentina no Conselho Latino Americano pela Vida e Família da HLI. Na época, o clérigo chegou a publicar nas versões espanholas dos boletins informativos da *National Right to Life Committee*³⁰ um artigo sobre a visão de Karol Wojtyła acerca das conferências da ONU. Sanahuja fundou em 1998 o portal *Noticias Globales* para divulgar informação sobre temas relacionados à defesa da família, ao aborto, à homossexualidade, ao ecologismo, à teologia da libertação, às políticas de redução da natalidade (Mujica, [2009?]).

O clérigo publicou o livro “La mujer hoy: después de Pekín” em 1995 juntamente com vários intelectuais argentinos católicos, dentre os quais situam-se Jorge Scala, Marta Siebert e Cristina González de Delgado. Para Morán Faúndes (2019), a publicação dessa obra evidencia que a narrativa antigênero foi formulada não apenas através da colaboração entre intelectuais laicos conservadores norte-americanos e membros da hierarquia católica, mas também por intelectuais argentinos que atuavam em Córdoba e Buenos Aires.

O autor citado no parágrafo anterior considera que o livro foi uma reação à Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe realizada em 1994 na cidade argentina Mar del Plata (Morán Faúndes, 2019). A publicação reuniu um conjunto de artigos acerca das bases teórico-ideológicas e das intenções políticas da teoria de gênero, constituindo-se como uma produção preambular do que posteriormente foi chamado de ideologia de gênero (Morán Faúndes, 2019). Os intelectuais argentinos, de modo geral, acreditavam que a agenda de gênero ameaçava a distinção sexual e os papéis femininos e masculinos e, com isso, o modelo de família nuclear moderno, a heterossexualidade e a reprodução humana (Morán Faúndes, 2019).

A maioria deles associava as teorias feministas com o marxismo considerando que a teoria econômica marxista clássica havia se deslocado de questões econômicas para culturais. Esse novo marxismo – o marxismo cultural – estaria orientado não mais na economia, mas no gênero produzindo, assim, um deslocamento da ênfase na oposição de classes para a oposição de sexos (Morán Faúndes, 2019). As ideias elaboradas pelos intelectuais argentinos católicos foram retomadas pelo Vaticano e por intelectuais leigos norte-americanos, como Dale O’Leary, então liderança da

³⁰ Fundada em 1967, o *National Right to Life Committee* é uma das maiores organizações pró-vida dos Estados Unidos.

organização de direita católica norte-americana Coalizão das Mulheres pela Família (Corrêa, 2018).

Em 1995, no contexto da Conferência de Pequim, além de distribuir panfletos contra a perspectiva de gênero (Corrêa, 2018), O’Leary publicou um dos artigos seminais da noção ideologia de gênero chamado “Gênero: a desconstrução da mulher: análise da perspectiva de gênero em preparação para a quarta Conferência Mundial da Mulher”³¹. No texto, além da obra da autora antifeminista Christina Hoff Sommers (1994), ela cita um relatório escrito por Cristina González de Delgado depois de sua participação na VI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (Morán Faúndes, 2019).

Nesse contexto, Morán Faúndes (2019) aponta que a produção da narrativa ideologia de gênero resultou de um “circuito transnacional de ideias”, cuja uma das rotas foi aberta a partir das relações entre intelectuais argentinos, norte-americanos e o Vaticano. Penso que as contribuições do autor são válidas para compreender não só a produção de narrativas, mas também um circuito transnacional de atores e estratégias que conformam o ativismo antigênero.

Tanto no caso brasileiro quanto no paraguaio, é possível identificar um fluxo de trocas entre atores e entidades que atuam em nível transnacional como a HLI, a *Alliance Defending Freedom*, a TFP, leigos e membros da hierarquia comprometidos com a causa antigênero e antiaborto, e atores e entidades locais.

4.1.1 O II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida: a influência das redes de mobilização pró-vida e pró-família na conformação do ativismo antigênero

O II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida é um objeto relevante para mapear esse circuito, por isso é importante abordá-lo. O evento, realizado em novembro de 2011, foi organizado por Felipe Nery, que era diretor do Colégio São Bento e representante da HLI em São Paulo. Ele é uma liderança influente do ativismo antiaborto e também da causa antigênero. Já foi membro e presidente de

³¹ O texto está disponível no acervo da coleção digital da Biblioteca da Universidade Estadual da Geórgia (GA-EUA). Ele encontra-se entre os arquivos da Coleção de Nancy N. Boothe, que foi Diretora Executiva do *Atlanta Feminist Women’s Health Center* em 1994 e participou da IV Conferência de Pequim em 1995. A coleção é composta por artigos, notas, relatórios e diversas publicações feministas. Boa parte do material documenta a IV Conferência de Pequim de 1995 (Universidade Estadual da Geórgia, [2021?]).

organizações nacionais pró-vida, como a Rede Nacional de Direitos da Família e a União Nacional para a Promoção e Defesa da Família (PRODEF). Ele preside o Observatório Interamericano de Biopolítica, associação privada com registro ativo no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica em seu nome desde 2014. Além disso, ele fundou o Instituto Sofhia Perennis e a Editora Katechesis, que publicou a edição brasileira da obra *Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família* de Jorge Scala.

Como indica o quadro abaixo, o evento foi patrocinado e apoiado por diversas entidades laicas e religiosas, dentre elas estavam associações pró-vida, instituições eclesiais, organizações civis autoidentificadas como católicas conservadoras, portais digitais de comunicação católicos e comunidades católicas de direito diocesano.

Quadro 3 — Entidades patrocinadoras e apoiadoras do II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agência de comunicação Minha Paróquia Associação Nacional Pró-vida e Pró-família (PROVIDAFAMÍLIA) ▪ Associação Pró-vida de Anápolis Renovação Carismática Católica do Estado de São Paulo ▪ Comunidade Católica Famílias Novas do Imaculado Coração de Maria ▪ Comunidade Católica Passio Domini ▪ Deus lo Vult ▪ Diocese de Assis ▪ Editora Katechesis ▪ Equipe de Escritores Rainha dos Apóstolos ▪ Família Religiosa del Verbo Encarnado ▪ Fratres in Unum ▪ HazteOír 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Plínio Corrêa de Oliveira ▪ Livre Arbítrio ▪ Mosteiro de São Bento de São Paulo ▪ Nossa Senhora de Medjugorje ▪ Noticias Globales ▪ Olhar Católico ▪ Paróquia Nossa Senhora da Glória de Guaratinguetá – SP ▪ Renovação Carismática Católica do Estado de São Paulo ▪ Servidoras del Señor y de la Virgen de Matará ▪ Vida, Família e Paz ▪ Voto Católico
--	---

Fonte: Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida, 2011.

A proposta do congresso estava centrada no combate à “cultura da morte”, agenda de defesa da vida até então prioritária para os grupos pró-vida, e à ideologia de gênero, pauta vinculada à defesa da família. Esses são dois dispositivos que os setores conservadores vinculados à igreja católica politizam como estratégia de resistência aos direitos sexuais e reprodutivos. Essas noções possibilitam a construção de um senso de pertencimento comunitário, uma identidade baseada em

uma cidadania religiosa que se vê ameaçada pelas demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+, enquadradas como “anti-naturais” (Vaggione, 2017).

Ambos constructos, em grande medida gerados em reação ao impacto dos movimentos feministas e por diversidade sexual durante os anos 1990 nas Nações Unidas, são utilizados em distintos contextos nacionais e transnacionais. A cultura da morte tem como um de seus principais propósitos políticos o de oferecer um sentido renovado na defesa do direito natural frente às legislações que autonomizam a sexualidade e a reprodução. A identidade de gênero, por sua vez, permite traçar fronteiras antagônicas com os movimentos feministas e pela diversidade sexual para reativar, defensivamente, a participação dos fiéis na defesa de um projeto cultural ameaçado (Vaggione, 2017, p. 13, tradução nossa).

No evento anterior, denominado I Congresso Internacional em Defesa da Vida, tanto a noção de “cultura da morte” como a ideologia de gênero foram abordadas, mas a primeira com maior ênfase. Essa primeira edição foi realizada em fevereiro de 2008 no município paulista de Aparecida e foi coordenada por Hermes Rodrigues Nery, outra importante liderança antiaborto e antigênero no país. Intelectuais responsáveis pela formulação da noção de ideologia de gênero, como o Monsenhor Michel Schooyans e o leigo Jorge Scala, estavam presentes, mas palestraram sobre controle de natalidade e aborto. As entidades que organizaram o primeiro congresso eram na sua maioria associações pró-vida e instituições eclesiais, não sendo citados *blogs* e organizações católicas conservadoras e de extrema-direita, como o IPCO e o Hazte Oír, conforme indica o quadro abaixo.

Quadro 4 — Entidades que promoveram o I Congresso Internacional em Defesa da Vida

Comissão Diocesana em Defesa da Vida (Diocese de Taubaté) Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Arquidioceses de Aparecida e de Brasília Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição Aparecida Associação Nacional Pró-Vida e Pró- Família Federação Paulista dos Movimentos em Defesa da Vida	Associação Nacional Mulheres pela Vida Frente Parlamentar contra a Legalização do Aborto Human Life International Alianza Latinoamericana para la Família Associazione per la Difesa dei Valori Cristiani - Voglio Vivere Family Center Agência ZENIT
--	---

Fonte: Declaração, 2008.

A declaração final do I Congresso Internacional em Defesa da Vida condenou os esforços voltados à descriminalização do aborto na América Latina, a autorização estatal para fabricação e venda da pílula do dia seguinte e denunciou a “implantação

de uma educação sexual escolar hedonista, propositalmente dissociada da ideia do matrimônio e da construção da família como seu fim natural e, em vez disso, centralizada na genitalidade, na ideologia de gênero e que promove o homossexualismo entre crianças e jovens” (Coordenação do Congresso em Defesa da Vida, 2008, documento eletrônico). Apesar de ser mencionada na declaração final, a noção ideologia de gênero não aparece explicitamente como tema das palestras divulgadas na programação do evento (Congresso, 2014). Os discursos sobre a sexualidade que a animam, entretanto, foram mobilizados por palestrantes que discorreram sobre a defesa da família a partir dos princípios da moral sexual católica.

Já no segundo congresso, a ideologia de gênero foi tema de uma das conferências destacadas na página do evento que, apesar de não estar mais disponível no sistema de hipermídia executado pela internet, foi acessada por meio da biblioteca digital *Internet Archive*. A categoria marxismo cultural foi outra noção que ganhou relevância, como é possível observar na programação abaixo:

Figura 5 — Programação do II Congresso pela Verdade e pela Vida

The image shows a screenshot of the website for the II International Congress for Truth and Life. The header includes the logo of Human Life International and navigation links for 'O CONGRESSO', 'INSCRIÇÕES', and 'NOVIDADES'. The main section is titled 'Palestras' and lists nine lectures with their respective speakers and topics:

- O Movimento Homossexual e a Cultura da Vida** – Matthew Hoffman (LifeSiteNews.com)
- Poder Global e Religião Universal** – Monsenhor Sanahuja
- Misericórdia e trauma pós-aborto** – Dom João Carlos Petrini
- Pastoral da Vida** – Padre Juan Carlos Chavez
- Descristianização e a Cultura da Vida** – Raymond de Souza
- Inverno Demográfico** – Mario Rojas
- Marxismo Cultural** – Pe. Paulo Ricardo
- A Ideologia do Gênero** – Jorge Scala
- Aborto** – Pe. Lodi da Cruz

Fonte: Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida, 2011.

Como não tive acesso às palestras sobre esses temas, recorri a descrições esparsas publicadas em sites e *blogs* católicos por pessoas que organizaram e/ou participaram do evento. No geral, elas deram pouca atenção à fala de Jorge Scala. Conforme uma matéria publicada no site da Canção Nova, o advogado argentino apontou no evento que a ideologia de gênero oferece três grandes perigos às sociedades: o fim da distinção sexual e da complementaridade entre os sexos, a destruição do matrimônio heterossexual e, conseqüentemente, da sociedade (Scala, 2011). Em uma entrevista que concedeu à redação da Canção Nova enquanto esteve no Brasil na ocasião, apontou que o papel da igreja é denunciar a ideologia de gênero e enunciar a verdade acerca do sexo e da sexualidade (Scala, 2011).

O tema do marxismo cultural recebeu mais atenção. Conforme as descrições publicadas nos blogs *Deus lo Vult* e *União das Mães de Schoenstatt do Brasil* o padre Paulo Ricardo falou que o marxismo estaria pairando sobre o mundo como uma tática de uma guerra cultural para acabar com o cristianismo e, especialmente, a fé católica (Ferraz, 2011; Congresso, 2011). Ele apontou também que a Teologia da Libertação afetou negativamente a pastoral da Igreja no Brasil agregando elementos incompatíveis com a fé católica (Enfrentar, 2011). Influenciado pelo intelectual da extrema-direita brasileira Olavo de Carvalho, o sacerdote é um dos principais propagadores da ideia de marxismo cultural no país. Sua interpretação acrescenta novos elementos a essa noção, proporcionando uma nova perspectiva às narrativas anticomunistas dentro do meio católico conservador (Silva, Da, Sugamoto e Araujo, 2021).

Além das palestras, houve videoconferências como a de Fátima Travessos, procuradora-geral da Justiça do Maranhão, que abordou a inconstitucionalidade do aborto em caso de anencefalia recorrendo à Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, acordo cujo Brasil é signatário. Fabíola Goulart, jornalista, foi convidada para falar aos jovens sobre as estratégias de promoção da “cultura da vida” nas redes sociais. O evento foi um espaço de encontro entre blogueiros e ativistas católicos, como mostra o relato abaixo extraído do blog Juventude em Ação:

Felizes fomos nós os mais de 500 formadores de opinião que participamos do histórico II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida, no Mosteiro de São Bento, de 03 a 06 de novembro, em São Paulo. Lá aprendemos que devemos rezar, estudar e agir em defesa da vida! Foi uma experiência que me possibilitou conhecer lideranças pró-vida que há muito eu tinha vontade de me aproximar pessoalmente, [...] [as] quais renovaram minha vontade de

dedicar-me mais por esta causa que um dia nos custará tudo, bem sabemos nós os futuros “subversivos” e “perigosos”. Quem nos separará do amor de Cristo, porém? Amigos, é muito bom sonhar junto com todos vocês (Moura, 2011).

O II Congresso Internacional pela Verdade e pela Vida, bem como os demais eventos citados anteriormente foram organizados a partir da articulação entre forças católicas conservadoras locais e internacionais em um contexto anterior à capilarização das polêmicas em torno da expressão gênero no Brasil. O evento é um objeto que permite observar a expansão dos pontos de fixação do ativismo católico conservador para além do combate à chamada “cultura da morte”, de modo que a partir de 2010, a preocupação com a ideologia de gênero ingressou paulatinamente na agenda de ação política desses grupos.

Rocha (2020) considera que desde a redemocratização o ativismo pró-vida atuou no país para impedir avanços na legislação do aborto. Após 2007, houve uma mudança no seu padrão de mobilização que se desloca de uma postura defensiva para uma ofensiva. Os atores pró-vida passaram a se organizar visando restringir o direito ao aborto nos casos previstos em lei e a atuar em torno de outras pautas conservadoras relacionadas à chamada “cultura da vida”, como a limitação do uso de métodos contraceptivos, do uso de células tronco para pesquisa, a proibição da prática da eutanásia, a oposição aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ (Rocha, 2020). Com o lançamento do PNDH-3, os grupos pró-vida passaram a reunir forças para defender seus interesses no cenário em que o tema do aborto protagonizou no debate público durante as disputas eleitorais para presidência de 2010 (Rocha, 2020).

Vale destacar que além dos eventos promovidos pelo ativismo católico conservador, outras autoras pontuam que o meio digital foi também um espaço privilegiado de socialização dessa categoria (Corrêa e Kalil, 2020). Ao analisar a quantidade de publicações em sites religiosos Corrêa e Kalil (2020) evidenciam que a categoria ideologia de gênero foi disseminada em páginas virtuais por instituições e atores católicos. O termo circula em alguns sites brasileiros da hierarquia eclesiástica e de organizações civis católicas desde 2007 associado principalmente com a questão do fim da família vinculada com temas como pedofilia, aborto, homossexualidade, matrimônio e adoção por casais homossexuais, transição de gênero, a questão das drogas (Corrêa e Kalil, 2020). A partir de 2011, no material examinado pelas autoras

começam a aparecer paralelos entre a categoria ideologia de gênero e o Partido dos Trabalhadores, a esquerda, o comunismo e órgãos de cooperação internacionais, como a ONU (Corrêa e Kalil, 2020).

Analisando esse contexto, é possível identificar que desde o processo de gestação do ativismo antigênero existe uma articulação entre as narrativas antigênero e anticomunistas no cenário brasileiro. Essa conexão é materializada nas narrativas elaboradas pelos atores antigênero que, de maneira mais ou menos intensa – a depender do contexto –, identificam a ideologia de gênero como espectro político da esquerda. Como apontam Paternotte e Kuhar (2018b), o discurso que liga ideologia de gênero ao comunismo ressoa particularmente bem também em países europeus pós-socialistas.

O anticomunismo possui cores muito intensas na paisagem política latino-americana desde o século passado, especialmente no contexto das ditaduras militares. A partir dos anos 2010, em boa parte dos países da região, essa narrativa foi disseminada por atores religiosos conservadores católicos e evangélicos e instrumentalizada por grupos e partidos políticos da direita e da extrema-direita nas disputas pelo poder político.

Nesse caso, o argumento comum era que os governos de esquerda promoviam não apenas corrupção econômica e política, mas também corrupção dos costumes, da moral e dos valores cristãos. Outra retórica frequente entre os atores que configuraram o ativismo antigênero no país, nesse período, era que os governos de esquerda tinham a intenção de desestabilizar as normas de gênero e promover a homossexualidade para destruir a família e, assim, eliminar a propriedade privada.

Por trás da politização da categoria ideologia de gênero operada pelo ativismo conservador católico no início da década de 2010, havia um forte temor em relação às transformações que poderiam ocorrer na sociedade brasileira diante da ampliação da cidadania, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos em debate na esfera pública, como o direito ao aborto e ao casamento homossexual.

É então que os atores conservadores começam a se posicionar como portadores de direitos e a exigir que o Estado defenda seus interesses. Nesse contexto, Teixeira e Barbosa (2022) indicam que o PNDH-3 pode ser considerado "uma situação significativa para promover coalizões entre ativistas católicos, evangélicos e espíritas na construção de uma posição pública em defesa do Estado e

de suas instituições contra o avanço das políticas de gênero" (Teixeira e Barbosa, 2022, p. 96). Conforme apontado pelas autoras, a partir das controvérsias em torno do PNDH-3, os ativistas religiosos intensificam o discurso de que a família é um sujeito legítimo de direitos (Teixeira e Barbosa, 2022).

A intensificação do reconhecimento da família como sujeito legítimo de direito revela-se como um elemento crucial na estratégia dos ativistas religiosos conservadores. Em torno dessa demanda de proteção da família, das crianças, dos valores cristãos e da liberdade religiosa, o ativismo antigênero conseguiu consolidar sua presença na arena pública nos anos seguintes no Brasil. Sua estratégia central, como será demonstrado no próximo capítulo, concentrou-se na argumentação de que por trás das diretrizes educacionais voltadas para a promoção da perspectiva de gênero estava um projeto político destinado à imposição da chamada ideologia de gênero à sociedade brasileira. Esse enquadramento discursivo, alinhado a concepções e valores cristãos conservadores, possibilitou a mobilização de apoio e a construção de alianças entre os atores conservadores em defesa da família, baseada na oposição à ideologia de gênero.

5 CAPÍTULO QUATRO – A ECLOSÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: ATORES, ESPAÇOS, DEMANDAS E FORMAS DE ATUAÇÃO

No Brasil, a partir de meados dos anos 2010, as ações dos atores antigênero se concentraram nas políticas educacionais destinadas a combater a discriminação com base em gênero e sexualidade. Embora já fosse conhecida em núcleos conservadores católicos, foi só a partir de 2013 que a categoria ideologia de gênero se popularizou no espaço público brasileiro como uma ameaça que emana do espectro político da esquerda, que deveria ser temida e combatida por cristãos, cidadãos de bem, pais e mães de família. É nesse período que o termo passou a aparecer nas páginas virtuais evangélicas analisadas por Corrêa e Kalil (2020).

Neste capítulo, busco recompor a trajetória do ativismo antigênero no Brasil, de modo a destacar seus atores, as formas de mobilização e as demandas produzidas por eles. O intuito é demonstrar como o fenômeno adquiriu capilaridade e significado no país. Já em 2006, os jornais brasileiros noticiaram a atuação organizada de grupos conservadores católicos a partir da politização da categoria ideologia de gênero em outros países, como Espanha e México. Mas até 2014 era ínfimo o número de matérias sobre o fenômeno. A partir de então, o número de reportagens que narram a existência de conflitos em torno dessa categoria na sociedade brasileira foi crescendo ano a ano.

É justamente nesse período que a pauta antigênero começa a chamar a atenção na sociedade brasileira, principalmente devido às controvérsias relacionadas aos assuntos de gênero e sexualidade na discussão do Plano Nacional de Educação (PNE). A seguir abordo brevemente as polêmicas ligadas ao PNE e em seguida apresento a análise de um evento de mobilização promovido por atores católicos conservadores em oposição ao Plano Municipal de São Paulo. A escolha desse evento específico é justificada pelo seu potencial de proporcionar uma compreensão mais profunda dos atores envolvidos, das estratégias de mobilização empregadas e dos recursos utilizados pelo ativismo antigênero.

5.1 A EMERGÊNCIA DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL: REAÇÕES AO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Como demonstra a literatura, a ampla propagação do termo ideologia de gênero está relacionada à tramitação do PNE do decênio de 2014-2024 marcada pela

articulação entre católicos e evangélicos conservadores contra a introdução das palavras “gênero” e “orientação sexual” na referida política educacional (Corrêa e Kalil, 2020; Lionço, 2018; Luna, 2017; Reis e Eggert, 2017).

O PNE estabelece diretrizes, metas e objetivos para a política educacional brasileira, constituindo-se como uma referência para as ações do Estado durante o período de dez anos. O primeiro PNE foi elaborado e entrou em vigor entre 2001 e 2010 no marco da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que atribuiu à União a competência de elaborar um plano decenal em colaboração com os estados, o Distrito Federal e os municípios (Reis e Eggert, 2017). Considerando o fim da vigência do primeiro PNE, em dezembro de 2010, a presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) submeteu à apreciação do Congresso Nacional o projeto de lei nº 13005/2010 que dispunha sobre a aprovação do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, que só ocorreu, entretanto, em 2014.

O plano foi elaborado a partir das discussões promovidas nas conferências municipais e estaduais realizadas em 2009 e 2010, culminando na Conferência Nacional de Educação (CONAE), que teve como objetivo propor, avaliar e debater as diretrizes, metas e ações da política nacional de educação (Souza, 2014). Participaram desse amplo debate representantes do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação, da Câmara dos Deputados, do Senado e das entidades de educação nos níveis municipal, estadual e federal, educadores e educadoras, movimentos sociais e outros atores da sociedade civil (Souza, 2014).

O documento final da CONAE de 2010 foi considerado como base para a elaboração do PNE, uma vez que sistematizou o debate sobre o sistema educativo nacional realizado em todo o país ao longo de dois anos. Durante as conferências, as diversas desigualdades que permeiam a educação brasileira foram amplamente discutidas, de modo que as preocupações com temáticas como igualdade, diversidade, inclusão e justiça social foram introduzidas no documento de referência da CONAE. Nesse sentido, seu texto destacava a importância da construção de um sistema nacional de educação comprometido com a superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e relativas à diversidade sexual na sociedade e nas escolas brasileiras.

Como assinala Reis e Eggert (2017), desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, existe um processo de formulação de acordos internacionais

voltado à promoção da igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual, no qual a educação tem sido considerada como fundamental para a consecução desse objetivo. Em consonância com esses marcos jurídicos, destaca-se a produção de um conjunto de dispositivos nacionais voltados ao combate à discriminação de gênero e orientação sexual por meio de políticas e/ou programas educacionais, como por exemplo a Lei Maria da Penha (2006), os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (2006; 2008; 2013), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), o Plano Nacional de Direitos Humanos (1996; 2002; 2009) (Reis e Eggert, 2017).

Uma das diretrizes do PNE, conforme o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Executivo, era a superação das desigualdades educacionais. Entre as metas e estratégias do plano, previstas em anexo do documento, constava a implementação de políticas voltadas à prevenção da evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero e a criação de rede de proteção contra formas associadas de exclusão (Brasil, 2010). Além disso, com base nas deliberações da CONAE, o projeto previa como um princípio da educação nacional a gestão democrática para a consolidação de projetos político-pedagógicos participativos fundamentados na autonomia, na qualidade social, na gestão democrática e participativa e na diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, do campo (Brasil, 2010).

Ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional, além das polêmicas relacionadas às questões de financiamento, um grande ponto de conflito foi a inclusão dos termos “gênero” e “orientação sexual” no documento (Rosado-Nunes, 2015; Souza, 2014). As controvérsias em torno dessas palavras giraram em torno de uma das diretrizes do PNE que previa a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Para políticos profissionais católicos e evangélicos, bispos, pastores, sacerdotes, fiéis e organizações da sociedade civil conservadoras tratava-se da imposição da ideologia de gênero nas escolas brasileiras pelo Partido dos Trabalhadores e pela esquerda brasileira (Machado, 2018).

No debate público, já havia uma certa sensibilidade com relação a políticas educacionais pautadas no combate à discriminação baseada na identidade de gênero e de orientação sexual provocada pelas polêmicas em torno do programa Escola Sem Homofobia em 2011, como demonstra Leite (2019). Nesse contexto, estudosas

evidenciam a formação de alianças entre organizações católicas e evangélicas conservadores e políticos profissionais contra a especificação dos marcadores de gênero e sexualidade na diretriz relativa à superação das desigualdades educacionais do PNE (Duarte de Souza, 2019; Machado, 2018).

A atuação coordenada desses agentes contou com uma estrutura de mobilização já estabelecida em setores vinculados às igrejas católica e evangélicas. Padres, bispos, pastores e ativistas religiosos leigos utilizaram púlpitos, redes sociais como Facebook, Instagram e blogs, além de uma ampla exposição na TV e no rádio para disseminar suas mensagens e mobilizar os fiéis, realizando também abordagens diretas com parlamentares, o Executivo e bancadas religiosas (Duarte de Souza, 2019; Machado, 2018).

Durante a tramitação do documento no Congresso Nacional, foram realizados diversos eventos com intuito de difundir a noção de ideologia de gênero entre parlamentares e “fornecer subsídios para Projetos de leis que pudessem impedir a adoção da perspectiva de gênero nas políticas educacionais” (Machado, 2018, p. 7). A indicação do deputado Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em 2013, e a eleição de Eduardo Cunha, em 2016, para a presidência da mesma casa fortaleceu politicamente os pentecostais e também grupos católicos comprometidos com o combate à ideologia de gênero no Congresso (Machado, 2018). Atores antigênero ligados ao ativismo pró-vida, como o padre Paulo Ricardo³², Felipe Nery, Hermes Rodrigues Nery e até representantes do IPCO, passaram a ser convidados a participar e expor suas ideias em audiências públicas e seminários realizados no parlamento (Machado, 2018).

A noção de ideologia de gênero foi disseminada entre as bancadas religiosas por diversos agentes religiosos, incluindo sacerdotes, missionários e assessores parlamentares dedicados, bem como ativistas religiosos que realizam lobby nos gabinetes e corredores das casas legislativas, além daqueles convidados a discursar em eventos promovidos dentro dessas instituições (Machado, 2018).

Nesse contexto, após pressão dos grupos religiosos e atuação de parlamentares religiosos, o PNE foi aprovado em 2014 mediante a retirada das

³² A partir do exame das publicações no blog do padre Paulo Ricardo, é possível perceber que o sacerdote estava acompanhando e divulgando com entusiasmo as campanhas antigênero na França e na Polônia em 2013 contra o matrimônio igualitário. Ele as percebia como fonte de inspiração para que católicos e “pessoas de boa vontade” se manifestassem contra “a mentira e os projetos totalitários que procuram solapar a família” (O casamento, 2013).

especificações de raça, regionalidade, gênero e orientação sexual das desigualdades que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Rosado-Nunes (2015) pontua a presença de ativistas cristãos conservadores que portavam cartazes de repúdio à ideologia de gênero na Câmara dos Deputados ao longo da tramitação do PNE. Entre eles estavam membros do IPCO, ativistas de organizações pró-vida e pró-família católicos e evangélicos, como Hermes Rodrigues Nery e Marisa Lobo, e fiéis católicos e evangélicos. Em sites e blogs católicos era possível encontrar orientações sobre como os fiéis deveriam atuar para pressionar os parlamentares a rejeitarem a diretriz relativa ao gênero e à diversidade sexual do documento.

No ambiente digital, os opositores à ideologia de gênero foram instruídos a expressar suas opiniões por meio do Disque Câmara, da assinatura de uma petição online disponibilizada nas plataformas do Hazte Oír e CitizenGo, além de serem encorajados a participar das votações na Câmara dos Deputados. Além dessas formas de ação, instituições eclesásticas católicas e bispos expressaram sua oposição à inclusão de temas relacionados a gênero e orientação sexual no documento. Houve uma mobilização intensa nas redes sociais, com a criação de eventos no *Facebook* para fornecer informações sobre o processo de aprovação do PNE e disseminar a narrativa da ideologia de gênero.

Além disso, como demonstra Souza (2014), nas mídias sociais eram oferecidas explicações detalhadas sobre os perigos da ideologia de gênero, comumente escritas didaticamente no formato de perguntas e respostas. Sites, blogs, redes sociais, como o Facebook e YouTube, foram utilizados como recursos para disseminar os significados da chamada ideologia de gênero.

Na televisão, líderes evangélicos, como o Pastor Silas Malafaia, e católicos, como o padre Paulo Ricardo, dedicaram-se a discutir o tema (Souza, 2014). Nesse contexto, a autora argumenta que os atores conservadores evangélicos e católicos adotaram a estratégia de disseminar pânicos morais, promovendo uma narrativa que postula uma ação coordenada entre partidos de esquerda e organizações internacionais para implementar a ideologia de gênero, visando destruir a família (Souza, 2014).

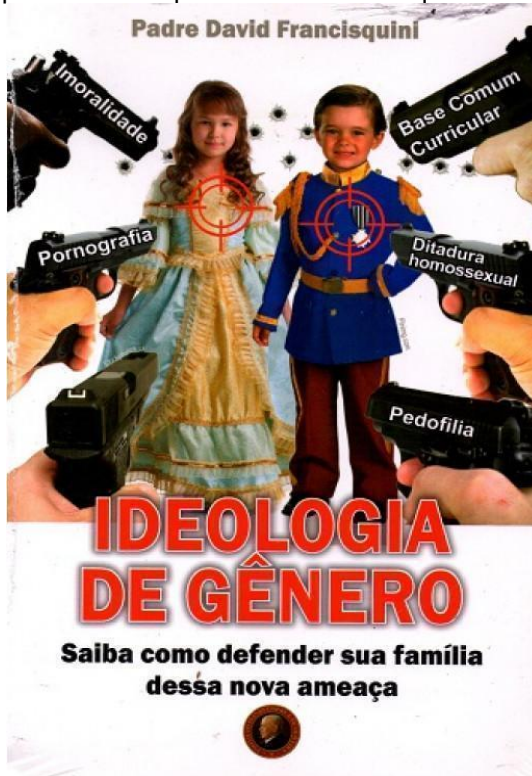
Recorrendo à matriz discursiva produzida por intelectuais católicos evidenciada por Paternotte e Kuhar (2018b), os ativistas antigênero capturam o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a ONU, a Fundação Ford como organismos que

ameaçam a família com o intuito de impor o socialismo no país (SOUZA, 2014). Nesse último aspecto, eles estabeleceram uma vinculação entre os partidos de esquerda, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), a ideologia de gênero e uma revolução socialista, que identifica os primeiros como inimigos a serem combatidos em nome da nação e da família (Souza, 2014).

Após a aprovação do plano, os ativistas religiosos conservadores continuaram se mobilizando para impedir a implementação de diretrizes relativas à temática de gênero e sexualidade durante o processo de elaboração dos Planos de Educação municipais e estaduais no ano seguinte, em 2015.

Machado (2018) evidencia que uma das estratégias foi o financiamento por parte de grupos religiosos da produção de artigos e *clippings* de notícias postado em sites cristãos e cartilhas distribuídas nos municípios brasileiros com o intuito de disseminar temores em torno da ideologia de gênero. Nesse aspecto, é válido resgatar que o IPCO percorreu o Brasil na caravana Cruzada pela Família distribuindo pelo interior do país materiais e folhetos sobre a ideologia de gênero entre 2015 e 2020, sendo que a partir de 2017 passa a distribuir uma obra escrita por David Francisquini sobre o tema, cuja a capa é bastante simbólica, como mostra a imagem abaixo.

Figura 6 — Capa da obra do padre David Francisquini divulgada pelo IPCO



Fonte: Ideologia..., [2021?].

Na seção seguinte, discorro sobre eventos de mobilizações em torno da introdução perspectiva de gênero nos planos de educação localizados nos recortes de jornais coletados. O intuito é mapear os atores e as modalidades de ação produzidas por eles no processo de politização da categoria ideologia de gênero. Localizei quatro acontecimentos nos jornais: protestos contra o Plano Municipal de Educação de São Paulo (PME), a atuação de grupos religiosos em torno do PME de Guarulhos – SP, a aprovação do PME de Fortaleza mediante a modificações nas diretrizes sobre diversidade sexual e combate à homofobia e, por fim, a retirada das referências à identidade de gênero e orientação sexual de oito planos estaduais de educação.

Escolhi investigar os protestos contra o PME de São Paulo porque neles pude identificar a continuidade da atuação de indivíduos antigênero, que não se limitava à esfera político-institucional. Além das intervenções de políticos profissionais, neste evento observa-se de forma mais evidente a mobilização de atores, entidades da sociedade civil e movimentos religiosos que lideram os protestos antigênero em nível nacional. Muitos desses atores estiveram envolvidos no processo inicial de disseminação da ideia de ideologia de gênero no país, como detalho a seguir.

5.2 “DUELO ENTRE MÚSICAS LGBT E O PAI NOSSO”: OS EMBATES EM TORNO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA PRODUÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O nome dado a essa seção faz referência ao título de uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo. A matéria noticia os protestos de religiosos e da comunidade LGBTQIA+ em frente à Câmara Municipal de São Paulo no dia 11 de agosto de 2015, ocasião em que ocorria a primeira votação do Plano Municipal de Educação (PME) do município. Como é possível observar em um vídeo de 22 segundos anexado à notícia, na rua estavam dispostos dois trios elétricos, um ao lado do outro. O primeiro³³ era adornado por uma faixa branca na qual havia a inscrição “Somos família” nas cores azul, verde e amarelo, o segundo com a bandeira LGBTQIA+. Conforme o texto, “‘por trás do silicone também bate um coração’, cantava

³³ O caminhão que sustentava o trio elétrico do grupo religioso era amarelo e estava estampado com a bandeira do Brasil.

de cima de um carro de som o grupo a favor da diversidade sexual, enquanto religiosos rezavam o Pai Nosso contra a ‘ideologia de gênero’” (Rodrigues, 2015).

O protesto promovido pelos grupos religiosos foi organizado pela Diocese de Santo Amaro (SP), Canção Nova, Renovação Carismática Católica, Comunidade Emanuel, Instituto do Verbo Encarnado, Comunidade Católica Shalom, Instituto Missionário Servos de Jesus Salvador, dentre outros grupos católicos (Documentário, 2015). Sua principal pauta era a defesa da família, das crianças, dos valores cristãos e o combate à ideologia de gênero. Na manifestação estavam presentes lideranças do ativismo pró-vida, como padre Adriano Zandoná da Canção Nova, padre Paulo Ricardo, Hermes Rodrigues Nery e Felipe Aquino, apresentador da TV Canção Nova e ativista pró-vida (Documentário, 2015; Portal Eu Vou Católico, 2015a). Essas lideranças convocaram os fiéis católicos para participarem do protesto via redes sociais. Também participou o então vereador Ricardo Nunes (MDB), que foi um aliado político relevante para os ativistas antigênero durante o processo de tramitação do PME (Documentário, 2015).

Além dos discursos dessas figuras bastante conhecidas que foram ovacionadas durante suas falas, grupos musicais católicos se apresentaram no trio elétrico. Em tom festivo, os ativistas que acompanharam aos shows dançavam em círculos similares a rodas de ciranda. Eles pulavam, batiam palmas e gritavam de modo muito fervoroso em defesa da família. Houve também orações católicas durante as quais os presentes se ajoelharam e levantaram seus cartazes. As pessoas que participaram do protesto estavam na sua imensa maioria vestidas com camisetas brancas estampadas com a frase “somos família”, símbolo do protesto ilustrado mais adiante. Elas seguravam balões nas cores verde, azul, branco e amarelo. Além disso, algumas tinham faixas brancas na cabeça com a frase “Somos família”, usavam crucifixos e rosários, portavam bíblias, cartazes confeccionados a mão, bandeiras de tecido pequenas com o símbolo da mobilização. Entre elas haviam fiéis de faixa etária variada, seminaristas, padres e freiras³⁴.

Entre os cartazes, havia um específico que destoava dos demais cujo o foco era defesa da família enunciada pelo combate à ideologia de gênero. Trata-se de uma

³⁴ Para recompor as cenas dessa mobilização recorri a fotos e vídeos publicados no Facebook de um portal de comunicação ligado à Igreja Católica chamado *Portal Eu Vou Católico* que foi convidado para fazer a cobertura do evento devido a participação de clérigos católicos da Canção Nova bastante conhecidos no meio católico ligado à Renovação Carismática Católica (Portal Eu Vou Católico, [2015?]).

placa verde com a inscrição “nossa bandeira jamais será vermelha” em amarelo que aparenta ter sido confeccionada em uma gráfica. Ela era segurada por uma das ativistas que percorreu o país em 2015 estendendo o Pixuleco nas manifestações contra o governo do PT e, em 2017, participou das manifestações contra Judith Butler. A ativista é uma das mulheres que agrediu a filósofa e sua companheira no Aeroporto Internacional Viracopos. Os eventos de protestos contra Judith Butler serão discutidos posteriormente. Por ora, o foco é o protagonismo das forças sociais católicas conservadoras e seus aliados políticos na constituição do ativismo antigênero no país.

Durante o protesto um rosário feito por bexigas infladas com gás hélio foi solto pelos participantes. Faixas com o símbolo da manifestação, ilustrado na imagem abaixo, foram fixadas nos portões da frente da Câmara Municipal de São Paulo.

Figura 7 — Símbolo da manifestação contra a ideologia de gênero no PME de São Paulo



Fonte: Portal Eu Vou Católico, 2015b.

É válido destacar que adoção das cores azul, verde e amarelo como símbolo das manifestações contra o PME de São Paulo é indicativa de um certo alinhamento dos ativistas antigênero com as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff que tomaram as ruas do país em março de 2015, cujo símbolo era justamente a bandeira do país e suas cores verde e amarelo.

Como mostrei no capítulo dois, as manifestações antigênero no Paraguai possuem uma estética de protesto muito similar. É possível observar a utilização pelos ativistas de roupas e adereços padronizados, o emprego de slogans e símbolos

produzidos especificamente para as mobilizações, a adoção de cores que possuem um significado particular para os ativistas, a apresentação de grupos musicais nos eventos de protestos, a realização de orações, a participação de aliados políticos do poder institucional. Além dessa mística peculiar, nos dois países as redes sociais e as estruturas eclesiais católicas foram utilizadas para a divulgação e recrutamento de pessoas para as manifestações.

Para contextualizar essa e outras mobilizações produzidas no contexto da tramitação do PME de São Paulo, considero relevante abordar os conflitos em torno da ideologia de gênero no processo de elaboração do documento. Os planos de educação dos estados e dos municípios são elaborados mediante uma lei, cujo projeto inicial é elaborado pelo executivo em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE (Vianna e Bortolini, 2020). Eles são encaminhados à Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal e após serem avaliados e eventualmente modificados nas comissões e no plenário do legislativo retornam ao executivo, que pode vetá-los em parte, “vetos que serão mantidos ou derrubados pela assembleia, chegando-se à publicação definitiva da lei” (Vianna e Bortolini, 2020, p. 8).

O PME do decênio 2011-2020 do município de São Paulo foi encaminhado ao legislativo ainda em 2012 pelo então chefe do executivo Gilberto Kassab, do Partido Social Democrático, por meio do projeto de lei nº 415/2012. A construção do PME iniciou-se em 2008 com a criação de uma comissão organizadora convocada pela Secretaria Municipal de Educação com representantes do poder público municipal, estadual e federal, sindicatos de trabalhadores em educação, movimentos sociais, universidades e instituições de pesquisa, bem como o setor privado e sem fins lucrativos (Fazani da Silva *et al.*, 2017).

Em 2010, a comissão executiva promoveu plenárias nas escolas e comunidades, reuniões setoriais nas subprefeituras e encontros temáticos e, por fim, a realização da Conferência Municipal de Educação para levantar propostas para o PME. Entre elas, existiam algumas voltadas às questões de gênero e diversidade sexual no eixo relativo ao tema desigualdades, discriminações e diversidades. As demandas eram: a oferta de conteúdos curriculares sobre orientação sexual; a organização de projetos educativos sobre orientação sexual; a promoção de ações de formação continuada e sensibilização da comunidade escolar para o combate à discriminação de orientação sexual e de gênero, e também étnico-racial, contra migrantes e imigrantes, população cigana e pessoas com deficiência; o oferecimento

de conteúdos e materiais educativos que problematizem a discriminação com vistas a superação do sexismo e da homofobia; o desenvolvimento de práticas educativas voltadas ao combate a qualquer forma de preconceito: sexo, idade, raça, etnia, opção sexual, intolerância religiosa etc (Conferência Municipal de Educação, 2010).

No projeto apresentado em 2012, essas demandas foram introduzidas nas estratégias da meta 22, que era: “Promover e institucionalizar mecanismos e práticas educativas de combate a quaisquer formas de preconceito e discriminação (raça-etnia, gênero, idade, orientação sexual, religião, etc.), tendo como foco a equidade, a justiça social e a valorização das diferentes culturas” (São Paulo, 2012). Se por um lado a proposta do executivo incorporava as demandas relativas ao tema das desigualdades, discriminações e diversidades, por outro divergia muito das demais propostas formuladas no âmbito da conferência, especialmente no tocante ao financiamento do plano (Fazani da Silva *et al.*, 2017).

Por isso, a comissão executiva do PME solicitou que fossem realizadas audiências públicas para discutir e viabilizar as propostas resultantes do amplo processo participativo realizado entre 2008 e 2010, bem como para que os vereadores pudessem aprimorar o plano. No curso de sua tramitação, que durou três anos, o projeto passou por quatro comissões: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Administração Pública, Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Comissão de Finanças e Orçamento. Ao todo, foram realizadas 20 audiências públicas e 05 reuniões de grupos de trabalho para propor aprimoramentos ao texto encaminhado (Fazani da Silva *et al.*, 2017).

Após ser aprovado na Comissão de Constituição de Justiça, o projeto foi encaminhado para a Comissão de Administração Pública no dia 13 de dezembro de 2012. No ano seguinte, após a realização de oito audiências públicas das quais participaram entidades da sociedade civil e representantes do poder público, um projeto substitutivo foi aprovado nesta instância que pouco alterou o projeto encaminhado pelo Executivo. A única modificação era relativa à eliminação da especificação dos marcadores de discriminação antes destacados, como gênero, sexualidade, étnico-racial, dentre outros. Os temas discriminação e preconceito permaneceram incorporados na nova redação do PME, mas de forma genérica. Além disso, a meta 22 foi alterada para:

Promover e institucionalizar mecanismos, práticas educativas e um amplo debate, em conformidade com os valores da família, que é a base da

sociedade, em parceria com as associações, igrejas e instituições de educação, tendo como foco a equidade, a justiça social e a valorização das diferentes culturas (São Paulo, 2013, p. 9).

Suas estratégias também foram alteradas para garantir o combate às “práticas de quem fere os princípios e valores da família e do cidadão comum” e o oferecimento de “conteúdos e materiais educativos que orientem como o indivíduo deve se portar em sociedade, de acordo com as instituições de ensino e em conformidade com a orientação transmitida por sua própria família” (São Paulo, p. 9). O relator do substitutivo foi o vereador Coronel Camilo do Partido Social Democrático³⁵.

As alterações na meta 22 foram justificadas a partir do argumento de que era necessário reforçar “os mecanismos e as práticas propostas de forma a valorizar ainda mais o diálogo e a participação das famílias, instituições educativas, governo, associações e igrejas no sentido de se defender valores sólidos para combater quaisquer tipos de discriminação” (São Paulo, 2013, p. 2).

Nas audiências públicas realizadas, predominou no debate as reivindicações de aumento dos recursos financeiros destinados ao PME de representantes de sindicatos da educação e outras entidades da sociedade civil (Fazani da Silva *et al.*, 2017). O tema da desigualdade foi também pautado por representantes de órgãos de defesa dos direitos humanos que estavam preocupados com o fortalecimento da promoção de políticas educacionais pautadas no combate à discriminação e promoção ao respeito à diversidade, especialmente no tocante às relações de gênero e sexualidade. Nenhuma das demandas foram incorporadas no substitutivo elaborado pela Comissão de Administração Pública.

Em novembro de 2013, o projeto seguiu para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que convocou “audiências públicas, um grupo de trabalho composto pela sociedade civil organizada que participou da conferência municipal de educação em 2010, movimentos sociais, representantes das secretarias estadual e municipal de educação e vereadores, para construir uma proposta de relatório substitutivo” (Fazani da Silva *et al.*, 2017, p. 506). Após as reuniões com o grupo de trabalho, foi elaborada uma proposta substitutiva que foi discutida em seis audiências públicas em 2014. Em

³⁵ O vereador Coronel Camilo foi designado para a relatoria do substitutivo em 28 de agosto de 2013 para substituir o Mario Covas Neto (PSDB) que era inicialmente o relator. Os demais membros da Comissão de Administração Pública eram: Gilson Barreto (PSDB), Alfredinho (PT), Atílio Francisco (PRB), David Soares (PSD), Marquito (PTB).

novembro do mesmo ano, a nova proposta do plano foi entregue pelo relator vereador Toninho Vespoli do PSOL, e aprovada pela Comissão de Educação³⁶.

O substitutivo alterou substancialmente o projeto inicial tanto no tocante ao financiamento, como no tema de gênero e sexualidade. A nova proposta introduziu entre as metas do projeto a ampliação dos recursos destinados à educação pública para, no mínimo, 35% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, a redução do número de alunos por turma e a universalização do atendimento infantil por meio da expansão da rede direta de ensino, em vez das redes conveniadas (Fazani da Silva *et al.*, 2017).

No segundo aspecto, previa a implementação da Educação em Direitos Humanos na educação básica e das ações educacionais previstas no PNDH-3, a promoção de formação continuada e a difusão de ações pedagógicas para toda a comunidade escolar sobre sexualidade, relações de gênero, diversidade e lei Maria da Penha para a superação da homofobia, do sexismo e da transfobia, a introdução de políticas de prevenção da evasão escolar motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, entre outras medidas (São Paulo, 2014).

O substitutivo foi encaminhado para a Comissão de Finanças e Orçamento em dezembro de 2014. Foram convocadas três audiências públicas nesse âmbito, sendo que nas duas últimas, a preocupação com a ideologia de gênero emergiu nos debates. Na audiência de 14 de maio de 2015, cujo tema era Qualidade Social da Educação, a advogada do gabinete do vereador Aurélio Nomura (PSDB)³⁷, Renata Soares, apontou que havia recebido muitos e-mails e visitas de pessoas preocupadas com a introdução da chamada ideologia de gênero no PME tendo em vista as discussões sobre o assunto na tramitação do PNE. Por isso, gostaria de saber como a questão de gênero seria abordada na prática nas escolas.

Outras duas pessoas falaram sobre o assunto. A primeira foi uma professora da rede estadual de ensino, Andreia Medrado³⁸ e a segunda foi um estudante de

³⁶ Os vereadores membros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes eram: Paulo Batista dos Reis (PT), Claudinho de Souza (PSDB), Edir Sales (PSD), Jean Madeira (PRB), Masataka Ota (PROS), Eliseu Gabriel (PSB), Toninho Vespoli (PSOL).

³⁷ O vereador Aurélio Nomura (PSDB) justificou sua ausência no início da audiência alegando que iria se reunir com a bancada do seu partido e com a Assessoria Jurídica para discutir o pedido de cassação do mandato então prefeito Fernando Haddad (PT) que havia sido apresentado na Câmara Municipal de São Paulo no dia anterior da audiência, no dia 13 de maio de 2015.

³⁸ Andreia Medrado é membra da Comissão Diocesana da Vida de Guarulhos e pesquisadora do

direito, autoidentificado como pertencente ao movimento pró-família. Ambas disseram que a ideologia de gênero já havia sido retirada do PNE em 2014 e mesmo assim estava sendo introduzida nos planos estaduais e municipais. As principais inquietudes que apareceram nas duas falas eram relativas ao papel do Estado e da família no tocante à educação das crianças e às ameaças que a ideologia de gênero representaria para a determinação biológica feminina e masculina. Segundo a professora,

[...] gênero, de acordo com as próprias definições de quem inventou [Judith Butler], é flexível; e, se é flexível, não há como lutar contra a discriminação, pois a própria discriminação exclui todos os tipos de diferença. Fico constrangida quando vejo professores defendendo esse tipo de coisa, pois sabemos a definição correta. Uma das coisas que peço é que seja mudado o termo "gênero" para o termo "sexo", porque aí, sim, não pode haver discriminação quando há de fato. Mas se não sabemos contra quem vai ocorrer a discriminação, porque o gênero é flexível e cada hora se pode escolher uma coisa, não tem como lutar contra isso (São Paulo, 2015a, p. 472).

A terceira audiência pública realizada pela Comissão de Finanças no dia 25 de maio de 2015 foi protagonizada por uma tumultuada discussão sobre a ideologia de gênero apesar de ter como tema o financiamento da educação. Dentre as 22 pessoas inscritas para perguntas ou intervenções, nove demonstraram descontentamento com o tema. Conforme se identificaram, eram mães, professoras, estudantes e profissionais do direito e havia também uma cientista social. O gênero era entendido por elas como uma ideologia que propõe o fim da diferença sexual entre homens e mulheres. A distinção entre os sexos era apontada como o elemento biológico por meio do qual a identidade humana é constituída. Logo, a ideologia de gênero era percebida como uma ameaça à diferença sexual, concebida como fundamento da pessoa humana.

É possível localizar três enquadramentos em torno dessa compreensão nuclear. A primeira girava em torno do sexo da criança e sustentava que o gênero era uma ameaça às crianças, pois as levaria a questionarem se eram meninos ou meninas, além de as exporem à sexualidade. A segunda alegava que o gênero é um conceito ambíguo que não respeita as leis da natureza, os domínios científicos da

Observatório Interamericano de Biopolítica. Ela foi secretária parlamentar do gabinete da deputada federal Chris Tonietto (PSL-RJ) entre 2019 e 2020. Em seu canal do YouTube possui vídeos sobre educação, ideologia de gênero, o chamado "kit gay" e aborto. Ela é uma ativista do movimento pró-vida.

biologia, psicologia e da genética que prescrevem as diferenças entre meninos e meninas. E a terceira argumentava que sem a diferença não haveria como lutar contra a discriminação, de modo que o gênero era um entrave para o próprio movimento feminista e homossexual. A ideologia de gênero promoveria a negação das identidades sexuais, sem as quais não seria possível demandar direitos para as mulheres porque a introdução da palavra gênero eliminaria a categoria mulher do ordenamento jurídico.

O gênero era entendido como uma palavra ambígua com significados absurdos e múltiplos relacionada à negação da natureza, a diversas formas afetivas, neutralização das características biológicas e psicológicas de meninos e meninas, excessiva fixação na questão sexual (São Paulo, 2015b, p. 491). É a partir desse enquadramento que as reivindicações pela proteção das crianças e dos direitos da família foram enunciadas, como é possível perceber na fala abaixo de uma mulher que estava presente na audiência:

[...] sou advogada, militante, mãe de dois filhos e estou aqui, hoje, para defender o aumento do recurso no financiamento mesmo da Saúde e da Educação. E, com todo respeito, venho defender isso também para falar da questão da ideologia de gênero. Venho pedir aos Srs. Vereadores que a introdução da ideologia — esse plano malévolo — não seja acolhido. Sou mãe de dois filhos. Entendo que o respeito ao sexo, à ideologia e à educação moral deve ser trabalhado em casa, e não delegado a critérios arbitrários de escolas, cartilhas e professores. Venho aqui em nome da indignação que tive, há poucos dias, com a possibilidade, agora, de homens e mulheres frequentarem banheiros públicos aleatoriamente, como estão querendo, causando até insegurança social às mulheres, às crianças. Portanto, venho bater nesse ponto: para que medidas como essas não sejam renovadas, com a loucura de ideologistas, com loucuras mórbidas, trazendo isso para a cabeça das crianças, da sociedade e das famílias, que serão prejudicadas com isso. Somos todas nós, mães, mulheres, profissionais, que seremos prejudicados, os pais com crianças confusas, inseguras emocionalmente, porque nem o próprio sexo tem isso como certo. Vamos cuidar disso, por favor, Srs. Vereadores. Precisamos trabalhar a favor da família também. Obrigada (São Paulo, 2015b, p. 495).

Enquanto algumas pessoas mobilizavam medos e inseguranças dispersos com relação à ideologia de gênero, outras pareciam mais informadas pela malha discursiva produzida por intelectuais católicos sobre o assunto. Nesse caso, elas enfatizavam que eram comprometidas com a igualdade e dignidade entre os sexos, demandavam que fossem respeitadas as diferenças biológicas e psicológicas entre homens e mulheres devido ao fato de elas serem o fundamento da estrutura antropológica humana, apontavam que os ideólogos de gênero não respeitavam o saber científico e a natureza, citavam trechos de autoras feministas capturadas como inventoras da

ideologia de gênero, como Shulamith Firestone e Judith Butler, e legislações internacionais dos direitos humanos relativas aos marcadores de gênero e orientação sexual, como os Princípios de Yogyakarta.

Após a realização das audiências públicas entre abril e maio de 2015, a proposta aprovada na Comissão de Finanças foi a do novo relator Milton Leite (DEM) que excluiu as menções às palavras gênero e orientação sexual, mas manteve as metas e estratégias relativas ao combate ao preconceito, a todas as formas de discriminação, à violência sexual e doméstica, como a promoção de educação em direitos humanos e das ações previstas no PNDH-3 e a formação da comunidade escolar sobre a Lei Maria da Penha. A justificativa para a exclusão era que a questão de gênero não fazia parte das diretrizes do PNE aprovado no ano anterior e que era uma demanda da sociedade civil levantada nas audiências públicas.

O novo projeto alterou também as diretrizes referentes ao financiamento da educação. Retirou a definição do percentual de investimento, “além de modificar as metas de redução de alunos por turma e a universalização da educação infantil, de modo a permitir a ampliação da rede conveniada de ensino” (Fazani da Silva *et al.*, 2017, p. 509). O substitutivo foi colocado em votação no plenário da Câmara Municipal de São Paulo em 11 de agosto de 2015 e foi aprovado por 42 votos favoráveis, tendo recebido apenas dois contrários. A apresentação de emendas e substitutivos foram debatidas em uma segunda votação realizada no dia 25 de agosto de 2015, que aprovou o PME com 4 favoráveis e 43 votos contrários à especificação das desigualdades de gênero e sexualidade no documento.

No plenário da Câmara, durante as duas votações do projeto, havia a mesma cisão observada na frente da Câmara Municipal de São Paulo. Na primeira votação, de um lado auditório havia pessoas com faixas do Levante Popular da Juventude, da Marcha Mundial das Mulheres, do coletivo estudantil Juntos, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), da Central de Movimentos Populares (CMP). Foi possível identificar ainda cartazes que pareciam terem sido confeccionados pelos próprios manifestantes, dentre os quais foi possível identificar três demandas: “menor número de alunos por professores”, “30% para educação, por um PME pra valer” e “vai ter gênero no PME sim!”. Do outro lado, pessoas vestidas com camisetas brancas com a frase “Somos família” portavam cartazes com as mesmas palavras e estética. Neles também estava escrito “#não ao gênero”, “respeito sim, gênero não”, “queremos qualidade, não ideologia”.

A mobilização dos grupos religiosos conservadores se deu mediante a articulação com vereadores alinhados às suas pautas construídas durante a tramitação do PME. Um dos membros da Comissão de Finanças, o vereador Ricardo Nunes (PMDB), participou de eventos promovidos pela Diocese de Santo Amaro voltados para a comunidade jovem da igreja Católica com o intuito de convidar as pessoas a participarem dos atos de protestos durante as votações para reunir forças contra a chamada ideologia de gênero. Na primeira votação, o presidente da bancada do MDB, Nelo Rodolfo, apontou que o trabalho de oposição ao tema “começou com o Vereador Ricardo Nunes e os Srs. Vereadores da zona Sul” e elogiou a atuação do “Padre Paulo Ricardo, do Bispo Dom Fernando, Padre Adriano, Bispo Dom Sérgio de Deus, todos os padres da zona Norte” (São Paulo, 2015c, p. 54).

É válido destacar que além dessas alianças, os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo receberam uma carta de representantes do Congresso Nacional vinculados às frentes religiosas evangélica e católica alertando para o fato de que o plano municipal desrespeita o PNE aprovado em 2014 ao estabelecer o compromisso com o combate a formas específicas de discriminação em vez de adotar a definição mais genérica do PNE (Bergamo, 2015). A carta foi assinada pelos então líderes das bancadas católica e evangélica na Câmara, Givaldo Carimbão (PROS-AL) e João Campos (PSDB-GO), respectivamente, e pelo senador Magno Malta (PR-ES) (Bergamo, 2015).

Nas redes sociais e sites das organizações e atores que participaram dos protestos, foram feitas convocações para que houvesse a participação de pessoas contrárias à ideologia de gênero nas audiências e reuniões ordinárias sobre o PME na Câmara Municipal de São Paulo. Além disso, foram divulgados abaixo-assinados disponibilizados na plataforma *CitizenGO*. Assim, uma intensa mobilização foi construída não somente nos dias das votações em frente à Câmara Municipal de São Paulo, como também nos meses que as antecederam.

É nesse cenário que pessoas ligadas a esses grupos passaram a pautar o tema da ideologia de gênero nos debates, ativistas católicos organizaram eventos específicos sobre o tema na Câmara Municipal de São Paulo com o apoio de vereadores aliados. As estruturas da igreja católica, como as arquidioceses, paróquias, pastorais da vida e da juventude, foram espaços importantes de recrutamento de participantes para os protestos.

No dia quatro de agosto de 2015, foi realizado o Fórum Perspectivas de Gênero em Educação pelo vereador Eduardo Tuma (PSDB), então presbítero da igreja pentecostal Bola de Neve. No evento, estavam presentes importantes lideranças católicas do ativismo antigênero do país, como o padre José Eduardo de Oliveira, Felipe Nery, do Instituto Interamericano de Biopolítica, e Eduardo Melo³⁹, presidente do Instituto de Biopolítica Zenit. No auditório, estavam presentes fiéis, sacerdotes e freiras católicas. Na entrada do evento, a cartilha “Você já ouviu falar sobre a ‘ideologia de gênero’” produzida pelo Observatório Interamericano de Biopolítica em 2015 (Galzerano, 2021) foi distribuída ao público (Câmara, 2015).

O material⁴⁰ é composto pela definição da ideologia de gênero, alerta sobre sua introdução na educação e orientação de como os pais devem atuar para combatê-la, no caso pressionar deputados e vereadores a defenderem os direitos das crianças e das famílias. Ele é ilustrado com desenhos de uma família composta por um casal heterossexual, um casal de filhos, um gato e um cachorro. Abaixo cito alguns trechos da cartilha:

O que acontecerá caso aprovelem a ideologia de gênero nas escolas? Todas as nossas crianças deverão aprender que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um gênero para si mesmas. Para isso, receberão materiais didáticos destinados a deformar sua identidade. E isso seria obrigatório por lei (*apud* Câmara, 2015).

Em todas as Assembleias legislativas dos Estados e nas Câmaras de Vereadores dos Municípios, os deputados estaduais e vereadores terão de aprovar estes planos. Por isso você precisa comparecer junto aos deputados e vereadores exigindo que eles não coloquem o termo gênero e orientação sexual em nenhum artigo ou parágrafo da lei, e nem nas metas do Plano de Educação Estadual ou Municipal. Caso contrário, todas as Escolas, de ensino público e privado, terão de adotar a Ideologia de gênero (*apud* Machado, 2018).

No evento, o padre José Eduardo de Oliveira abordou a ideologia de gênero como uma armadilha para destruir as famílias e implantar o comunismo no mundo com o apoio da ONU e da Fundação Ford. Felipe Nery apontou que “os grandes capitalistas se uniram à esquerda contra um inimigo comum, que é a família” (*apud* Salvadori, 2015). Destacou também que percorreu 600 cidades em seis meses para falar sobre o tema com legisladores em 120 audiências públicas. A partir de uma busca feita no YouTube com os descritores “Felipe Nery” e “palestra”, é possível notar

³⁹ Eduardo Melo integrou desde 2020 o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) chefiado por Damares Alves. Ele é Secretário Adjunto de Proteção Global.

⁴⁰ A cartilha no anexo A.

que a partir de 2014 ele ministrou uma série de palestras em paróquias, encontros arquidiocesanos e de pastorais da família, eventos de formação promovidos pela Renovação Carismática Católica. Falou também sobre o tema em programas de televisão de emissoras católicas, como a Canção Nova e a Rede Século XXI.

Marisa Lobo, ativista pró-vida e pró-família evangélica também adotou essa estratégia de percorrer o país ministrando palestras em espaços confessionais, como igrejas evangélicas pentecostais e eventos religiosos, e participando de debates sobre a ideologia de gênero em audiências realizadas em casas legislativas municipais e estaduais.

Em uma entrevista concedida à deputada Ana Campagnolo durante uma *live* no dia 25 de junho de 2021, Marisa Lobo afirma que viajou pelo país visitando prefeitos, vereadores e deputados para alertar sobre o tema e orientá-los a se posicionarem contra o tema nas tribunas. Ela conta que escreveu o livro “A ideologia de gênero na educação”, publicado pela editora Independente em 2016, para ensinar políticos profissionais a abordarem o tema de maneira adequada. Conforme aponta:

Quando eu vi que a luta contra a ideologia de gênero na educação, ela estava fadada ao fracasso por causa de falta de conhecimento científico, técnico e falta de discurso mesmo, falta de conseguir criar a narrativa certa, o discurso certo, falta de conhecimento mesmo, nenhum, zero. Então eu escrevi esse livro meio urgente para ensinar para os deputados a linguagem, é como eles deveriam se referir ao tema numa tribuna porque simplesmente eles iam lá e jogavam um versículo bíblico na cara. Então por que somos contra a ideologia de gênero? Ah, porque Deus criou o homem e a mulher, macho e fêmea os criou, ponto. Esse é um ponto, é um ponto aceitável porque é o direito à liberdade religiosa, liberdade de expressão viver conforme as suas tradições, a sua fé, ponto. Mas tem a parte científica, tem a parte histórica, tem a parte lógica da humanidade, tem a parte moral. Então tem várias vias de explicação do porquê. [...] Aí eu escrevi o livro e graças a isso muitos deputados mudaram seus discursos. Aí foi para instância estadual e municipal, aí eu rodei o Brasil dando palestras e falando com prefeitos em audiências públicas. Lá também era a mesma coisa. Para você ter uma ideia, eu levava o meu livro. Eu e meu marido nós comprávamos né porque a gente paga para fazer o livro. Fazia livro e levava e doava pros deputados. Deputado leia por favor. Não tem todo o assunto, mas tem uma parte que o senhor precisa falar na tribuna dessa maneira (Ideologia, 2021, documento eletrônico).

Feita essa observação, é importante destacar que na segunda votação do PME, os ativistas antigênero organizaram outro protesto em frente ao Palácio Anchieta (sede da Câmara Municipal de São Paulo). Entre 11 e 25 de agosto de 2015, eles se mobilizaram nas redes sociais divulgando vídeos e imagens do protesto anterior, convocando a participação de pessoas para o ato. Um evento foi criado no Facebook pelo Portal Eu Vou Católico com o intuito de divulgá-lo. Com o título “2º

Mobilização Diocese de Santo Amaro SP – Votação de Ideologia de Gênero” apresentava o seguinte convite: “Meu Irmão, dia 25 terça-feira às 14:00h realizaremos a segunda votação do PME Plano Municipal de Educação e precisamos nos unir para evitar que a ideologia de gênero entre no plano. Participe, chame todos da sua comunidade. Vamos mostrar nossa força e união” (Portal Eu Vou Católico, [2015?]).

Na sessão de discussão do evento, eram divulgados link do abaixo-assinado contra a ideologia de gênero no PME de São Paulo disponibilizado na plataforma do CitizenGo e a programação do protesto. Algumas pessoas apontavam que, tendo em vista a primeira vitória, era importante dar continuidade à mobilização. Além da presença de sacerdotes famosos ligados à Canção Nova, constava na programação a realização de shows de cantores e bandas católicas.

Figura 8 — Folder de convite para manifestação contra ideologia de gênero



Fonte: Portal Eu Vou Católico, 2015c.

Afora a Canção Nova e outros grupos já destacados, no folder é possível identificar o apoio da Rede Século 21 e do Observatório Interamericano de Biopolítica, fundado por Felipe Nery como uma ONG em 2013. Em sua página virtual, acessada por meio da *Internet Archive*, a entidade se definia como:

uma organização de cidadãos livres, conscientes e ativos dedicada à defesa da dignidade e dos direitos da pessoa humana. Reconhece que existem iniciativas parlamentares, em diversos países, que agridem e desvalorizam a vida humana inocente e procuram debilitar a proteção para mulheres e crianças. Reconhece ainda que os legisladores sofrem pressões para legalizar o aborto em nome dos direitos humanos, saúde reprodutiva ou equidade para as mulheres. Pretende, diante deste quadro, contribuir para o fortalecimento de condutas parlamentares comprometidas com a vida, família, educação e liberdade. [...] A entidade tem por finalidade analisar o cenário político mundial, apoiar e promover a participação dos cidadãos no debate político-social e formar legisladores ativos na defesa dos valores democráticos na sociedade brasileira e interamericana. Para a consecução de suas finalidades o Observatório poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos que visem a promoção da vida, família, educação e liberdade (Observatório Interamericano de Biopolítica, [2014?]).

Sua missão, conforme constava em sua página, era “promover o contato direto dos cidadãos com os legisladores a fim de dialogar e intercambiar conhecimento, elaboração de políticas públicas, estratégias e melhores práticas que auxiliem na defesa da vida, família, educação e liberdade” (Observatório Interamericano de Biopolítica, [2014?]). Em sua página no YouTube há um vídeo informativo sobre a ideologia de gênero e outros que documentam a participação de Felipe Nery falando sobre o tema em nome da ONG em casas legislativas.

A partir da entidade, ele e outras lideranças do ativismo pró-vida, como o padre Paulo Ricardo e o padre José Eduardo, organizaram seminários e palestras em vários municípios brasileiros voltados à disseminação de informações sobre a defesa da vida e da família. Em novembro de 2013, por exemplo, a ONG promoveu um *workshop* no auditório do Mosteiro São Bento em São Paulo cujo tema era “Como construir com êxito um movimento social” (Líder, 2013). Os palestrantes foram Ignacio Arsuaga, fundador da Hazte Oír, e o padre José Eduardo.

A mística do protesto realizado no dia 25 de agosto de 2015, data da segunda votação do PME, foi muito similar ao anterior, com shows, orações e discursos de lideranças católicas e dos políticos profissionais alinhados à pauta do combate à ideologia de gênero. No interior da Câmara Municipal, os ativistas antigênero ocupavam as galerias do plenário com cartazes e faixas. Entre eles, era possível identificar a presença de membros do IPCO com os estandartes da entidade e cartazes em defesa da família e da heterossexualidade.

Os mesmos cartazes foram utilizados também em mobilizações posteriores contra a ideologia de gênero, como em um pequeno protesto contra Judith Butler organizado pela associação em setembro de 2015, ocasião em que a filósofa esteve

no Brasil participando do “I Seminário Queer: cultura e subversões das entidades” realizado em São Paulo pelo Sesc em parceria com a Revista Cult.

O acontecimento mostra como os ativistas antigênero atuaram para vetar o tema do documento, bem como o protagonismo de setores da igreja católica e de lideranças do ativismo católico conservador. Além das alianças com políticos profissionais, as redes de movimentação desses grupos, como as estruturas da igreja católica, os núcleos católicos nos meios de comunicação digitais, as pastorais da juventude e pró-vida foram fundamentais para a organização política e social dos atores antigênero na esfera pública. Em uma das tentativas de entrevista que realizei, fui informada que as manifestações eram parte de um conjunto de eventos organizados por movimentos da igreja, especialmente a Renovação Carismática Católica e a Canção Nova, contra a ideologia de gênero.

Os protestos de rua contra o PME de São Paulo foram protagonizados por lideranças religiosas, entidades e ativistas pró-vida e pró-família que estão se mobilizando contra a pauta do combate à ideologia de gênero desde pelo menos 2008. Esses atores, como demonstrei no capítulo anterior, já possuíam uma ampla rede de mobilização, além de alianças com políticos profissionais comprometidos com as causas pró-vida e pró-família.

Como demonstrado no capítulo anterior, foi, sobretudo, a partir da atuação de ativistas da sociedade civil que a categoria ideologia de gênero passou a ser mobilizada no Brasil. Tal processo se deu no interior de redes de mobilização pró-vida tecidas por clérigos e movimentos católicos conservadores. Nesse panorama, destaca-se a coalizão entre distintos atores locais e transnacionais, como o IPCO, o Instituto Millenium, a Hazte Oír, a HLI, lideranças eclesiásticas conservadoras e os movimentos pró-vida, que se articularam em torno de uma constelação de interesses que vão desde à defesa da família, passando pela proteção da moral cristã católica, até a demanda por inviolabilidade da propriedade privada e da livre iniciativa.

Nos últimos três capítulos, procurei evidenciar por meio de uma descrição em profundidade os processos de configuração do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai. Enfatizei o protagonismo do ativismo conservador católico nos dois cenários e sua atuação em torno da causa antigênero não só no espaço político-institucional, mas também fora dele. No capítulo subsequente, me dedico à análise das estratégias e dos recursos de mobilização do ativismo antigênero comuns ao contexto brasileiro e paraguaio. O objetivo é explorar as táticas que impulsionaram as mobilizações

antigênero nos anos seguintes à sua emergência. Parto de dois eventos específicos que ocorreram praticamente no mesmo período em ambos os países: episódios de pânico em torno de bonecas adjetivadas de “bonecas trans”.

6 CAPÍTULO CINCO – ECONOMIA DE POLÊMICAS: ESTRATÉGIAS E RECURSOS DE MOBILIZAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI

Em dezembro de 2017, o estado brasileiro de Goiás, em parceria com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), distribuiu bonecas para crianças de 246 municípios goianos como parte de uma ação social de Natal. O episódio causou repercussão nas redes sociais, espaço em que familiares de crianças e políticos profissionais, vereadores e deputados estaduais e federais, publicaram mensagens que incluíam textos, imagens e vídeos em repúdio à ação.

Em muitos *posts*, a entrega dos brinquedos foi apontada como a disseminação da chamada ideologia de gênero. Isso porque algumas das bonecas, do modelo bebê, vestiam roupas azuis e possuíam genitália feminina, enquanto que outras vestiam roupas rosas e possuíam genitália masculina. O fato de as bonecas terem os lábios pigmentados na cor avermelhada e possuírem pênis também foi encarado como uma apologia à ideologia de gênero. Os atores preocupados com essa questão reclamavam que lábios rosados são coisas de mulheres, já que homens não usam e não deveriam usar batom.

Em reação à distribuição dos brinquedos, vereadores da Câmara Municipal de Anápolis (GO) assinaram uma nota de repúdio proposta pelo vereador Lélvio Alvarenga do Partido Social Cristão (PSC) na qual a ação da OVG foi apontada como objeto de indignação por contrariar “todos os princípios cristãos” defendidos pelos parlamentares. Na nota, os vereadores ainda alegam que:

Outrora, dia 7 de dezembro de 2017 às 19 hras, fizemos uma grande audiência pública no plenário da câmara municipal de Anápolis, proposta por esse vereador para tratarmos exatamente da BNCC a indevida inclusão da ideologia de gênero na base nacional comum curricular, onde tivemos a participação maciça da sociedade anapolina, das igrejas, das entidades representativas e multipluralista e por quase unanimidade total rejeitamos essa normativa que o governo federal tenta emplacar em nossa nação. Agora no período natalino essa distribuição de bonecas com o órgão reprodutor masculino em corpo feminino e vice-versa nos deixa surpreso e inteiramente indignados. Solicitamos a coordenação e direção da OVG que recolha de imediato esses exemplares e se possível que as destruam para que não possamos ver nossas crianças em dúvidas quanto a sexualidade comum deixada por Deus (Vereadorlelioalvarenga, 2017).

Em Jataí (GO), vereadores enviaram um ofício à prefeitura solicitando que fosse impedida distribuição das bonecas na cidade. O documento aponta que a

entrega de uma “boneca com genitália masculina transvestida de menina” seria um “atentado à infância e inocência das crianças” (Caarapanã, 2017). Conforme matérias de jornais, muitos pais devolveram às bonecas ou as jogaram no lixo.

Nas redes sociais, familiares de crianças afirmaram que a educação de seus filhos era baseada em princípios cristãos e no respeito à família, de modo que não permitiriam que seus filhos tivessem contato com as bonecas. Muitos demonstraram preocupação com a possibilidade de os brinquedos confundirem seus filhos com relação à sua sexualidade e identidade de gênero. Por outro lado, houve também familiares de crianças que condenaram às reações em torno das bonecas alegando que os brinquedos eram importantes para ensinar crianças sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero. Outros ainda apontavam que as cores rosa e azul não deveriam ser utilizadas como parâmetros para demarcação de gênero e sexualidade.

No mesmo período, ocorreu um episódio similar no Paraguai. Em nove de janeiro de 2018, Sandra Zacarias, a intendente de Cidade do Leste⁴¹ eleita pelo Partido Colorado (2010-2019), assinou a resolução nº 4981/I.M., na qual requeria que o proprietário de uma loja impedisse a comercialização de bonecas adjetivadas como “diferentes” por terem características e roupas lidas como pertencentes ao sexo feminino e órgão genital masculino. O documento justificava que venda das bonecas constituía abuso infantil e representava uma ameaça à educação das crianças, pois o contato com os brinquedos poderia afetar, alterar e danificar a percepção natural da sexualidade (Cidade do Leste, 2018).

Além disso, a comercialização das bonecas era apontada como uma violação das normas jurídicas que prevêm a proteção das crianças, como a Constituição Federal e o Código da Infância e Adolescência. Era vista ainda como uma infração à resolução nº 3145/I.M. de 24 abril de 2017 que, assinada pela referida prefeita, declarou a Cidade do Leste pró-vida e pró-família sob a demanda do Movimento pela Vida e pela Família do Paraguai e da Associação de Instituições de Ensino da Gestão Privada do Alto do Paraná (Cidade do Leste, 2018).

As bonecas, do modelo bebê, estavam dispostas na loja em caixas de cor rosa. Apesar de serem todas iguais, havia opções de roupa – um macaquinho e faixa de

⁴¹ Cidade do Leste é um município paraguaio situado na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai.

cabeça com um laço – nas cores rosa, azul, laranja e amarelo. Uma onda de indignação em torno dos brinquedos foi deflagrada a partir da queixa de um pai que havia comprado duas bonecas para presentear as filhas no Dia dos Reis Magos. Enquanto elas brincavam, o homem percebeu a presença de um órgão genital masculino nos brinquedos e fez uma denúncia na intendência municipal (Nacif, 2018). O que se seguiu foi uma inspeção da loja e das bonecas por fiscais do poder executivo acompanhados por ativistas de movimentos pró-vida e pró-família que associaram as bonecas à ideologia de gênero. O estabelecimento comercial foi interditado por dois dias por vender as bonecas importadas da China sem autorização. Quando reabriu, interrompeu a comercialização das bonecas (Bonecas, 2018a; b; c).

As polêmicas em torno das bonecas nos dois países ilustram como os pânicos em torno do sexo, acionados e alimentados pela narrativa antigênero, se capilarizam e produzem efeitos concretos na esfera cotidiana e político-institucional. Nos dois episódios, os brinquedos foram nomeados de “bonecas trans” devido ao fato de estarem vestidos com roupas com cores que supostamente não correspondiam às suas genitálias.

Há nesses episódios elementos importantes para compreensão das estratégias e recursos de mobilização do ativismo antigênero, bem como dos enquadramentos discursivos produzidos por seus atores. A partir deles, neste capítulo, busco demonstrar como os atores antigênero produziram engajamento na esfera pública ao longo da década de 2010. Inicialmente, discorro sobre o emprego das cores rosa e azul como recurso simbólico crucial para negar conceito acadêmico de gênero e reafirmar o determinismo biológico. Posteriormente, abordo as estratégias de atuação do ativismo antigênero em torno desses elementos, demonstrando que seus atores atuam por meio da disseminação de pânicos morais e da produção do que nomeio de “economia de polêmicas” para mobilizar a opinião pública.

6.1 AS CORES ROSA E AZUL COMO RECURSOS SIMBÓLICOS DE MOBILIZAÇÃO: DA NEGAÇÃO DO CONCEITO ACADÊMICO DE GÊNERO À REAFIRMAÇÃO DO DETERMINISMO BIOLÓGICO

Os casos das bonecas nos dois países refletem uma espécie de esforço de fixação no tecido social da matriz cultural do que Butler (2016) nomeia de inteligibilidade de gênero. O termo descreve o modo através do qual as pessoas são

reconhecidas como “homens” ou “mulheres” a partir da instituição de relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.

Os atores antigênero acreditam nessa unidade metafísica que interliga sexo, gênero e desejo, na qual o sexo biológico é visto como o determinante da identidade de gênero e da orientação sexual. A coesão entre esses aspectos é fundamental para dar suporte e significado a dois pilares fundamentais da visão de mundo dos atores cristãos conservadores no que diz respeito à constituição da família: o matrimônio heterossexual e a procriação.

Essa forma de perceber o sexo e o gênero faz parte do imaginário sociocultural construído em torno da diferença sexual no Ocidente a partir da Idade Moderna (Laqueur, 2001). A produção de um conjunto de discursos em torno da distinção sexual longe representar avanços no campo do conhecimento científico, na realidade expressa um esforço político de regular as relações de gênero no contexto do século XVIII e, em especial, no pós-revolucionário século XIX, marcados por lutas pelo poder e posição na esfera pública entre homens e mulheres, feministas e antifeministas (Laqueur, 2001).

Nota-se que é através do modo como os atores antigênero compreendem e conectam o sexo, gênero e sexualidade que eles buscam interferir na regulação dos marcos jurídico-normativos e manter estável as teias de significados sobre esses campos. Em torno dessa compreensão, há um corpo de especialistas empenhado na produção de saberes sobre a ideologia de gênero. A produção dessa narrativa se deu através de articulações entre episcopados, associativismos pró-vida e pró-família, organizações terapêuticas de reorientação sexual, sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e com o apoio de vários dicastérios da Santa Sé, como a Congregação para a Doutrina da Fé (Junqueira, 2018).

Intelectuais católicos produziram as matrizes discursivas que prescrevem seus perigos, suas origens, suas causas e consequências. São juristas, cientistas sociais, médicos, advogados, bioéticos, clérigos formados em instituições de ensino católicas. Esses peritos movimentam um mercado editorial. As organizações de ativismo civil e institucional, partidos políticos, políticos profissionais, lideranças e instituições religiosas e outros atores que materializam as mobilizações antigênero nas ruas, na *internet*, nos espaços político-institucionais são informados pelo saber produzido por esses intelectuais.

As narrativas encontradas nos episódios das bonecas nos dois países mostram como esse saber serve como um instrumento de retroalimentação de práticas reguladoras que estabelecem relações de coerência entre sexo, gênero e sexualidade por via da heterossexualidade compulsória (Butler, 2016). Nesse cenário, há de se destacar que o simbolismo do rosa e do azul e suas associações com o gênero estão enraizados culturalmente e veiculam a compreensão de que existem determinadas características que são exclusiva e biologicamente femininas e masculinas.

Analisando o contexto norte-americano, a historiadora Paoletti (2012) destaca que não há evidências de que rosa e azul significassem gênero até meados do século XIX. Fontes estudadas pela autora sugerem que o rosa era considerado uma cor mais forte e, portanto, apropriado para meninos, enquanto o azul, visto como mais delicado, era usado para meninas. Ela aponta que a associação das cores ao gênero feminino e masculino tais como as conhecemos atualmente se consolidou ao longo do século XX refletindo o ideal de masculinidade pautado na negação da feminilidade (Paoletti, 2012).

Nesse contexto, embora as duas cores sejam frequentemente discutidas em relação ao simbolismo de gênero, o azul nunca teve o mesmo poder simbólico que o rosa, visto que este último foi mais profundamente associado ao universo feminino ao longo do século XX (Paoletti, 2012). O uso da cor rosa se tornou um símbolo de diferenciação sexual, sendo frequentemente empregado para reforçar a ideia negativa de características associadas ao feminino em contraste com o que é percebido como masculino. No caso dos protestos contra as bonecas, chama a atenção o foco nas associações entre órgão genital masculino, roupas cor-de-rosa e lábios avermelhados interpretados como características femininas. Esses episódios evidenciam uma preocupação significativa com a ameaça que a ideologia de gênero representa para a masculinidade.

A mobilização do simbolismo em torno das cores rosa e azul não está circunscrita ao episódio das bonecas. Verifica-se o seu emprego pelo ativismo antigênero em protestos e manifestações de rua e de ciberespaço, como será evidenciado na descrição de outros eventos de protesto que ocorreram no Brasil e no Paraguai. À medida que o fenômeno foi ganhando maior organicidade e visibilidade nesses dois países, a utilização dessas cores tornou-se o principal instrumento simbólico através do qual os atores antigênero visam expressar suas demandas e sensibilizar a opinião pública. Como se trata da mobilização de um simbolismo que é

ainda coletivamente reconhecido e que confere sentido à forma que as diferenças de gênero são percebidas e construídas socialmente, o uso das cores rosa e azul se torna, ao mesmo tempo, uma estratégia de negação do conhecimento científico elaborado no interior do campo de estudos acadêmicos de gênero e sexualidade e de reafirmação das regras culturais que governam o sexo, o gênero e o desejo.

Nesse ponto, é importante destacar que faz parte do repertório de ação do ativismo católico conservador a utilização de diversos recursos simbólicos em cartazes, panfletos, placas, sites e mídias sociais. Trata-se de uma estratégia visual adotada para provocar a opinião pública a partir da propagação de visões de mundo e mensagens políticas. No caso do ativismo pró-vida, é bem documentado pela literatura o emprego imagens e ilustrações de embriões e fetos em diferentes estágios do desenvolvimento como uma retórica de afirmação de que a vida começa na concepção e que o aborto fere a existência e a individualidade de uma pessoa dotada de direitos (Luna, 2014).

No contexto do ativismo antigênero, destaca-se o uso frequente de imagens e ilustrações que retratam o modelo de família nuclear e crianças, além do emprego de pictogramas que simbolizam de maneira abstrata as figuras masculina e feminina, frequentemente representadas por um homem usando calças e uma mulher vestindo um vestido. É comum que essas representações sejam dominadas pelas cores rosa e azul para demarcar as características de gênero. Enquanto no ativismo pró-vida as ilustrações transmitem a mensagem da ameaça à vida de fetos e embriões, no ativismo antigênero elas frequentemente reproduzem a ideia de que a família e que as crianças estão sob risco devido a uma suposta ameaça às normas de gênero.

Nesse contexto, o ativismo antigênero conquistou adeptos e apoiadores na esfera da vida cotidiana que se sentem, muitas vezes, representados pelas pautas e questões levantadas no âmbito das mobilizações contra a chamada ideologia de gênero. Isso conferiu-lhe certa legitimidade, já que, ao longo do período analisado nesta tese, suas causas e objetivos foram percebidos por parte de cidadãos comuns, celebridades e políticos profissionais como válidos, necessários e aceitáveis. Durante a pesquisa de campo, foi possível localizar nas páginas dos veículos de comunicação a legitimidade que o ativismo antigênero adquiriu perante parcela da opinião pública. Encontrei o apoio ao ativismo antigênero e/ou às suas demandas principalmente nas sessões de opinião, cultura, fofocas de celebridades, arte e espetáculos e política dos jornais analisados.

As lideranças e os participantes do ativismo antigênero atribuíram-lhe uma espécie de *lóci* de representação dos interesses dos segmentos da sociedade que se opõem às transformações operadas nos domínios de gênero e sexualidade e às demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+. A constituição desse enquadramento foi possível graças a disseminação de narrativas que anunciavam que a família nuclear e o sexo das crianças estariam ameaçados e que seria necessária a atuação de uma força político-social para preservar tais elementos. É em torno desses objetos, em especial, que orbitam a maior parte dos discursos e das práticas que investem na proliferação das normas de gênero e da prescrição de comportamentos sexuais no interior do ativismo antigênero.

Nesse ponto, é importante perceber que na pauta de defesa da família reside um imperativo de afirmação da heterossexualidade como única forma aceitável de sexualidade. A demanda proteção do sexo das crianças divide-se em dois flancos interligados. O primeiro produzido a partir de um enquadramento que afirma a ideia de que a ideologia de gênero pode causar confusão em crianças no que diz respeito a sexualidade, enquanto que o segundo realiza-se retórica que associa a ideologia de gênero fenômenos como pedofilia, abuso sexual, iniciação precoce da sexualidade e até mesmo zoofilia.

Como se pode notar, articulada ao emprego das cores rosa e azul, a disseminação da ideia de ameaça é outra uma importante tática de mobilização do ativismo antigênero. Devido a isso, alguns autores sugerem que a produção de “pânicos morais” é um recurso simbólico de mobilização altamente eficaz do ativismo antigênero, uma vez que utiliza uma retórica que instiga medos, inseguranças e ansiedades relacionadas às temáticas de sexualidade e gênero, com o intuito de sensibilizar a opinião pública e conquistar apoio e/ou adeptos para causa antigênero (Paternotte e Kuhar, 2018b). A seguir, discuto como esse conceito nos ajuda a compreender aspectos importantes do ativismo antigênero no que diz respeito às suas táticas de atuação no espaço público e sua estrutura organizacional.

6.2 DAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI: DA DISSEMINAÇÃO DE PÂNICOS MORAIS À PRODUÇÃO DE UMA ECONOMIA DE POLÊMICAS

No Brasil, a noção de pânico moral passa a ser empregada para a análise do fenômeno antigênero, sobretudo, a partir da publicação de Miskolci e Campana

(2017), na qual os autores afirmam que “a gramática política que envolve a noção de ‘ideologia de gênero’ opera na lógica dos fenômenos que a sociologia denomina de pânico morais, reconhecíveis quando emerge a retórica da sociedade sob ameaça” (Miskolci e Campana, 2017).

Os autores mobilizam a definição de Stanley Cohen, que, de acordo com Machado (2004), define os pânico morais como fenômenos nos quais uma condição, um evento, um indivíduo ou um grupo de pessoas é percebido como uma ameaça aos valores e aos interesses sociais. Nessa perspectiva, os "pânico morais" ocorrem em momentos de crise social, nos quais a sociedade lida com a incerteza e redefine seus limites morais, muitas vezes culminando na exclusão de grupos vulneráveis (Machado, 2004).

O conceito de pânico morais foi empregado por estudiosos do campo de gênero e sexualidade para a compreensão de conflitos sexuais que ocorreram no século XIX e no século XX. Nos Estados Unidos, campanhas contra a homossexualidade, nos anos 1950, e contra a pornografia infantil, no final da década de 1970, são vistos como exemplos de pânico morais (Mcadam e Tarrow, 2011; Rubin, 2018; Weeks, 2012). Recorrendo às contribuições de Weeks (2012)⁴², Rubin (2018) considera os considera como o tipo mais importante e mais grave de conflito sexual. De acordo com ela, eles se configuram como o “momento político” do sexo, durante o qual as opiniões e preocupações variadas e dispersas das pessoas em relação ao sexo estão sendo canalizadas ou direcionadas para se tornarem ações políticas e, conseqüentemente, têm o potencial provocar transformações sociais (Rubin, 2018).

Dado o obscurecimento característico da sexualidade nas sociedades ocidentais, as guerras que surgem em torno dela são muitas vezes combatidas de forma indireta, visando a falsos objetivos, sendo conduzidas com uma ira mal direcionada e um caráter alta e intensamente simbólico. As atividades sexuais costumam funcionar como significantes de receios pessoais e sociais com os quais elas não têm relação intrínseca alguma. Durante um pânico moral, esses medos são projetados sobre uma população ou atividade sexual desfavorecida. A mídia fica indignada, o público vira uma multidão furiosa, a polícia é acionada e o Estado promulga novas leis e regulamentos [...] (Rubin, 2018, p. 109).

⁴² Jeffrey Weeks (2012) emprega o conceito de Stanley Cohen para compreender a regulação da sexualidade a partir de 1800 no mundo ocidental.

A categoria de pânico moral é muito importante para a compreensão das mobilizações antigênero, principalmente no que diz respeito a compreensão de suas estratégias de atuação. Essa abordagem, embora seja relevante no que diz respeito às táticas empregadas pelos atores antigênero, apresenta limitações, especialmente se o ativismo antigênero for encarado como a expressão de um pânico moral. Penso que o fenômeno em questão extrapola consideravelmente esse enquadramento.

Como já demonstrado no primeiro capítulo, considero o ativismo antigênero como uma ação coletiva produzida por atores que empregam um conjunto de estruturas e recursos de mobilização em torno de um objetivo comum, que é a manutenção dos aparatos modernos de gênero e sexualidade. Enquanto tal, não é possível considerá-lo como uma forma de comportamento coletivo de pânico moral, afinal essa era uma das maneiras de encarar as ações coletivas até os anos 1960. As teorias dos movimentos sociais que emergem a partir desse período rejeitaram teorias do comportamento coletivo devido ao fato de elas imprimirem um caráter de irracionalidade às ações coletivas (Mcadam e Tarrow, 2011; Melucci, 2001).

O ativismo antigênero não é expressão de um comportamento coletivo irracional de atores conservadores baseado no temor provocado por demandas de transformação social de movimentos feministas e LGBTQIA+. Nesse enquadramento, entendo que a produção de pânicos morais é o resultado estratégico da ação racional e politicamente orientada do ativismo antigênero e não o seu ponto de partida. Apesar de não ser possível restringir o fenômeno em questão à categoria de pânico moral, ela é muito importante para compreender o modo de operação dos atores antigênero na esfera pública. No caso da análise do ativismo antigênero, minha pesquisa de campo mostra que é necessária uma distinção no que diz respeito à produção e ao consumo de pânicos morais relacionados à chamada ideologia de gênero.

Em primeiro plano, é importante perceber que no complexo emaranhado de forças sociais que dão vida ao ativismo antigênero, há atores mais diretamente engajados na produção e na disseminação de pânicos morais. Em segundo plano, há atores que os consomem e, a partir dessa ação, contribuem para a propagação dos temores produzidos em torno da noção de ideologia de gênero. Nesse contexto, após a elaboração inicial de pânicos morais em torno de um elemento específico, é necessário mantê-los circulando na esfera pública por meio do seu consumo.

Nesse ponto, fica evidente um aspecto importante para a compreensão das mobilizações antigênero que notei no meu trabalho de campo. Durante a análise dos

materiais audiovisuais, a fala de uma mãe que ocupou à força a palavra no plenário da Câmara dos Deputados paraguaia durante uma audiência pública sobre a ideologia de gênero em materiais escolares em outubro de 2017 despertou muito minha atenção.

Apesar de alguns trechos em guarani que não pude compreender por não dominar o idioma, notei como a ideologia de gênero a indignava genuinamente em um misto de medo e raiva. Se identificando como mãe, ela retomou as memórias coletivas das dores provocadas pela guerra – suponho que ela se referia à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Relembrando que foram as mulheres que construíram o país depois da guerra, dizia que como mulher não iria admitir mais dores contra a família e, por isso, demandava alguma atitude dos parlamentares contra a ideologia de gênero. A mulher disse que iria se manifestar na praça contra a ideologia de gênero, corpo a corpo se fosse preciso.

Os eventos suscitaram em mim a reflexão sobre a possível existência de dois tipos ideais, segundo a perspectiva weberiana, de agentes impulsionadores das mobilizações antigênero. A inquietação que destaco é a distinção entre a origem e a recepção dos alarmes anteriormente mencionados, derivada da diversidade de agentes que compõem o movimento antigênero. Existem os atores que compõem a base do ativismo antigênero e são, portanto, seus membros e os atores que se identificam com suas pautas e apoiam suas causas, mas que não estão tão profundamente envolvidas e engajadas no conjunto de suas ações.

No primeiro caso, é possível observar que a base do ativismo antigênero é composta por lideranças religiosas, ativistas religiosos pró-vida e pró-família, grupos de extrema-direita, associações de defesa de causas conservadoras nacionais e transnacionais, políticos profissionais ligados ao conservadorismo religioso e por um corpo de especialistas empenhados na produção de ferramentas doutrinárias e conceituais contrárias às questões de gênero (Sales, 2021), como intelectuais, advogados, médicos. No segundo plano, estão as pessoas que se preocupam com a chamada ideologia de gênero a partir da atuação da base do ativismo antigênero.

Os dois grupos de atores identificados desempenham papéis importantes nas mobilizações antigênero. Os membros da base desempenham funções de liderança, articulação de estratégias, mobilização, formação e disseminação da causa antigênero nas esferas do Estado e da sociedade civil. Eles possuem uma sólida estrutura e recursos de mobilização devido ao fato de pertencerem a comunidades

religiosas católicas e evangélicas que oferecem apoio institucional ao ativismo antigênero de várias formas.

Como um eixo do ativismo cristão conservador na América Latina, o movimento antigênero tem suas raízes na mobilização tanto de atores evangélicos quanto de católicos. Este movimento foi gestado dentro das instituições religiosas com o apoio e incentivo de membros da hierarquia eclesiástica das igrejas, em conjunto com atores leigos intimamente associados a elas (Sales, 2021; Vaggione, 2020). Nesse âmbito, vale destacar a utilização do púlpito por líderes religiosos para promover a causa antigênero e compartilhar ensinamentos que refletem os valores cristãos conservadores. Além disso, as igrejas muitas vezes têm grupos e comitês dedicados à defesa da causa pró-família, proporcionando uma plataforma organizada para coordenação e ação para o ativismo antigênero.

Há de se sublinhar que as comunidades religiosas oferecem recursos educacionais, como palestras, materiais impressos e seminários, para informar e conscientizar seus membros sobre os perigos da ideologia de gênero, além de oferecem programas de treinamento para capacitar seus membros a se envolverem efetivamente na promoção da causa antigênero. É notório ainda que as igrejas usam seus canais de comunicação, como boletins informativos, *websites* e redes sociais, para disseminar informações e coordenar ações relacionadas à causa antigênero.

Destaca-se também a promoção de eventos religiosos, como conferências, retiros, marchas e encontros que frequentemente incluem discussões e sessões dedicadas à causa antigênero. As igrejas também incentivam a participação em protestos e petições relacionados à causa antigênero, fornecendo uma rede de apoio para mobilização. É possível perceber que alguns membros dessas comunidades se envolvem em *lobby* político, influenciando a agenda política e apoiando candidatos alinhados com a causa antigênero.

Em uma análise comparativa de países do contexto europeu e latino-americano, autores já haviam chamado atenção para o fato que além de manifestações, o repertório de ação dos ativistas antigênero é composto por petições e coletas de assinaturas, *lobbying*, produção de conhecimento e publicação de livros, mobilização eleitoral, utilização das tecnologias digitais de comunicação para difusão de narrativas e organização de protestos, etc (Paternotte e Kuhar, 2018b). Entretanto, o mencionado estudo não discute o papel fundamental desempenhado pelas pessoas que apoiam as causas do ativismo antigênero para a ampliação da visibilidade e do

apoio público à causa antigênero.

Elas são fiéis que acreditam e defendem os valores morais disseminados pelas instituições religiosas. Além disso, temem que a família, núcleo de cuidado e elemento central da reprodução social na sociedade capitalista, esteja sob ameaça de destruição. Essa apreensão é acentuada diante do enfraquecimento das políticas sociais, um fenômeno impulsionado pelo neoliberalismo e explorado pelo neoconservadorismo, como indicado por estudos (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Os indivíduos que apoiam a causa antigênero são também familiares de crianças e adolescentes. Eles têm preocupações sobre as discussões de gênero e sexualidade nas escolas, temendo que tais conversas possam levar à sexualização precoce, à pedofilia e à confusão em relação à identidade de gênero e orientação sexual das crianças e adolescentes. A partir de tais temores, esses atores pressionam as instituições escolares e professores para que as questões de gênero e sexualidade não sejam abordadas nas escolas.

Os apoiadores da causa antigênero exercem pressão sobre políticos comprometidos com a luta contra a ideologia de gênero, assinam petições, participam de eventos, contribuem financeiramente para a causa por meio de doações, adquirem livros e participam de cursos relacionados ao tema. Além disso, se envolvem em discussões e acessam conteúdo sobre o tema nas redes sociais e outros meios digitais, como sites e *blogs*. Com isso, amplificam as vozes da sua base e promovem discussões sobre o assunto, tanto *online* quanto *offline*. Embora possam não estar tão engajados quanto os membros da base, possuem um lugar importante na capilarização da causa antigênero na esfera pública.

Nesse cenário, é possível notar que não basta que os pânicos morais em torno da chamada ideologia de gênero sejam produzidos pelos atores da base do ativismo antigênero. É necessário que as pessoas no âmbito da vida cotidiana adotem e internalizem os temores e as preocupações propagadas por eles. Desse modo, a sua disseminação na esfera pública está diretamente relacionada às estruturas e aos recursos de mobilização que os atores antigênero possuem para fazer com que as pessoas incorporem esses pânicos morais em suas próprias crenças e ações.

Ao deparar-me com os episódios das bonecas narrado no início deste capítulo, notei que ativismo antigênero dissemina uma série de temores contra a denominada ideologia de gênero não apenas com relação à promoção por parte do Estado de políticas públicas que buscam garantir os direitos humanos das mulheres e da

comunidade LGBTQIA+, como eu pressupunha no início da pesquisa. Isso porque foi possível perceber que os atores que apoiam o ativismo antigênero ou estão a ele mais diretamente ligados se mobilizam também contra estabelecimentos comerciais, bens materiais e simbólicos, marcas de produtos e serviços.

Nesse caso, observei que elementos da cultura pop, como filmes, campanhas publicitárias de marcas famosas de bens materiais da indústria de moda, alimentos, perfumaria e produtos de limpeza que fizeram ou não apelo à diversidade de gênero e de orientação sexual foram acusadas de serem promotoras e/ou apoiadoras da ideologia de gênero e se tornaram alvo de protestos. Nos cenários brasileiro e paraguaio, atores antigênero e pessoas identificadas com suas causas se manifestaram nas redes sociais contra ações de *marketing* demandando o boicote de tais marcas.

Embora esta pesquisa tenha limitações quanto à investigação sobre o andamento dos boicotes, é evidente que se trata de um outro repertório de ação do ativismo antigênero. Além de exercer pressão sobre políticos profissionais para evitar a aprovação de medidas favoráveis aos direitos sexuais e reprodutivos, o ativismo antigênero busca regular também no plano econômico a produção e o consumo de bens simbólicos e materiais. Esses achados refletem a complexidade do combate à ideologia de gênero e sua interseção com diversas áreas da vida cotidiana e da política.

Fica aparente a disputa pelas orientações culturais da sociedade no que tange às relações de gênero e sexualidade abordadas no primeiro capítulo. Nesse contexto, é importante observar que os atores antigênero produzem uma narrativa que aponta a necessidade de constantemente em estado de alerta em relação à ideologia de gênero. Eles a apontam como um perigo disseminado na sociedade, que deve ser identificado e combatido a todo momento, pois pode surgir onde menos se espera, seja no âmbito do Estado ou no âmbito do setor privado.

A ideologia de gênero é identificada até mesmo em situações em que não existem referências às questões de gênero e sexualidade, como no caso de protestos virtuais no Brasil contra uma publicidade de uma marca do ramo alimentício que publicou em uma de suas redes sociais uma montagem da embalagem de um queijo processado em homenagem à capa do disco da banda de rock Pink Floyd, *The Dark Side of The Moon*, cuja arte representa um prisma iluminado por um feixe de luz que cria um arco-íris. Pessoas identificadas com a causa antigênero criticaram a marca

nas redes sociais alegando que ela estava propagando a chamada ideologia de gênero devido à presença do arco-íris na postagem, que foi identificado com a bandeira do movimento LGBTQIA+.

Esses elementos demonstram que o ativismo antigênero visa transformar a chamada ideologia de gênero em uma preocupação cotidiana de cidadãos comuns. A estratégia utilizada para tanto é a produção de polêmicas em torno dos mais diversos elementos associados à chamada ideologia de gênero. A captura constante da atenção por meio desse recurso foi uma estratégia essencial para a capilarização e da causa antigênero na esfera pública. Desse modo, sustento a produção e a disseminação de pânicos morais se baseiam na adoção de estratégias fundamentadas em uma cadeia discursiva produtiva de polêmicas que é, até certo ponto, racionalmente orientada à elaboração e à exploração de controvérsias públicas acerca de temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade.

Além de sensibilizar a opinião pública e conquistar adeptos para a causa, existem diversos outros interesses por detrás dessa manobra, tais como aumentar a visibilidade do movimento, estimular o engajamento de seus membros, consolidar a identidade e um senso de comunidade em torno da defesa do modelo de família nuclear e das normas de gênero, exercer pressão sobre governos e instituições públicas e privadas no que tange a regulação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse contexto, a capilaridade que o ativismo antigênero adquiriu nas sociedades brasileira e paraguaia na década de 2010 foi possível graças a uma contínua mobilização pautada em uma economia de polêmicas, artífice fundamental para manter a preocupação com a causa antigênero circulando na esfera pública. Partindo da obra de Foucault (2015), o que denomino economia de polêmicas se refere à organização, regulamentação e distribuição de práticas, normas e discursos no tocante às questões de gênero e sexualidade a partir da produção, disseminação e consumo de polêmicas no espaço público.

A expressão visa descrever a estratégia dos atores antigênero de criar, explorar e incitar um conjunto de polêmicas para promover suas agendas e objetivos, tanto internamente, entre os atores mais envolvidos, quanto externamente, na opinião pública. Trata-se, assim, de uma tática empregada nos episódios de confrontos produzidos na esfera pública em torno dos direitos sexuais e reprodutivos.

A criação e alimentação de polêmicas mantém acesa a preocupação constante com a ameaça nomeada de ideologia de gênero que se encarna em elementos

capturados como inimigos: as feministas, a comunidade LGBTQIA+, acadêmicos do campo de estudos de gênero e sexualidade, os tratados internacionais e as políticas públicas nacionais pautadas na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como políticos profissionais e governos que as apoiam em alguma medida.

Vale destacar que a polêmica não deve ser entendida como um elemento pré-discursivo que existe em si mesmo de modo independente dos interesses dos sujeitos que o incita no debate público. Como sugere Foucault (1998), ela é um fenômeno inscrito na ordem discursiva e é, portanto, construída e explorada em meio a tensões e disputas entre forças sociais com interesses muito distintos. Desse modo, apesar de o uso corrente da palavra denotar debates ou discussões em torno de questões que são controversas, em seu sentido original, o termo polêmica diz respeito ao confronto das ideias de oponentes de forma hostil.

O vocábulo deriva do adjetivo grego *polemikos*, denotando "guerreiro" ou "hostil" que, por sua vez, remonta ao substantivo *polemos* que significa "guerra". Em meados do século XVII, quando a palavra foi emprestada do francês *polemique* para o inglês, ela se referia a um ataque agressivo às ideias e/ou princípios estabelecidos por alguém (Polemic, 2023). Baseado nisso, a polêmica pode ser encarada como um fenômeno discursivo desqualificante, isto é, que "ataca um alvo e coloca a serviço deste objetivo pragmático dominante – desacreditar o adversário e o discurso que ele sustenta – todo o arsenal de seus procedimentos retóricos e argumentativos" (Kerbrat-Orecchioni, 1980, p. 7).

Entre as táticas empregadas para desacreditar o alvo, estão a utilização de axiologias negativas, manobras depreciativas, o uso frequente de exageros flagrantes, distorções evidentes dos fatos, uma deturpação deliberada e persistente de todo o discurso adversário e a utilização de métodos de ataque ou agressão, incluindo insinuações difamatórias enganosas (Kerbrat-Orecchioni, 1980).

Considerando isso, compreendo que a incitação de polêmicas nos mais diversos âmbitos da vida social pelos atores antigênero compõem uma estratégia sistemática e contínua de ataque a tudo aquilo que possa ser identificado como ideologia de gênero. A ênfase dessa tática não está em promover a discussão de um tópico de interesse comum na esfera pública, mas em desqualificar e/ou eliminar das ideias do adversário demarcado como alvo a ser combatido.

No contexto específico do ativismo antigênero, a criação de polêmicas pode ser vista como a orquestração racional orientada a fins, no sentido proposto por Max

Weber em relação à ação social, de ofensivas sistemáticas ao conjunto de ideias que compõe o conhecimento produzido pelos estudos de gênero e sexualidade e iniciativas voltadas à regulação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse sentido, a polêmica é empregada como um bem simbólico produzido, distribuído e consumido em uma cadeia discursiva produtiva estabelecida a partir das estruturas e dos recursos de mobilização do ativismo conservador católico que atinge de modo interconectado contextos locais, nacionais e transnacionais. A produção, distribuição e consumo de polêmicas em torno das questões de gênero e sexualidade contemporâneas, bem como dos direitos sexuais e reprodutivos são empregadas pelos atores antigênero como uma espécie de estratégia para pautar suas demandas em torno da manutenção dos regimes de verdade que estabelecem as coerências entre sexo, gênero, desejo e prática sexual e impedir a regulação dos direitos sexuais e reprodutivos.

Em uma breve análise da polêmica, Foucault (1998) aponta que de modo esquemático é possível identificar nas polêmicas a presença de três modelos: religioso, judiciário e político. No primeiro, a polêmica propõe a tarefa de determinar o ponto intocável do dogma, o princípio fundamental e necessário que o adversário negligenciou, ignorou ou transgrediu, e denunciar quaisquer violações a ele como problemas de ordem moral (Foucault, 1998).

Já no modelo jurídico, a polêmica não permite nenhuma possibilidade de discussão igualitária. Ela investiga um caso não como se estivesse lidando com um interlocutor, mas avaliando um suspeito de modo que coleta evidências de culpa para identificar a infração cometida e emitir um veredito e uma sentença (Foucault, 1998). O sujeito polemista apresenta a verdade na forma de seu próprio julgamento, baseado na autoridade que ele mesmo se conferiu. E por fim, no modelo político, a polêmica cria alianças, recruta apoiadores, une interesses ou opiniões e representa um grupo ou partido político (Foucault, 1998). Ela demarca como inimigo o outro lado que defende interesses opostos contra os quais é preciso lutar até que esse inimigo seja derrotado, se renda ou desapareça (Foucault, 1998).

Apesar do predomínio latente do último modelo, é reconhecível na economia de polêmicas, na qual se baseia o ativismo antigênero, a presença constitutiva e interseccional desses três modelos. A partir da produção de polêmicas, o ativismo antigênero enquadra os estudiosos do campo de gênero e sexualidade, bem como os

movimentos feministas e LGBTQIA+ como adversários porque eles contestam as crenças e valores fundamentados em dogmas cristãos conservadores.

Nesse compasso, diante da polêmica, seus atores atribuem a si a tarefa de buscar criminalizar e/ou eliminar o que consideram como ideologia de gênero e identificar os criminosos ou os culpados dos quais é preciso proteger as crianças, a família e os valores cristãos. No cenário descrito, a polêmica favorece o estabelecimento de alianças com outros atores conservadores, o recrutamento de apoiadores e a união de forças sociais que compartilham interesses.

Nesse ponto, é importante notar o caráter policial da economia de polêmicas e o que o emprego de tal tática sugere sobre o ativismo antigênero. Não estamos diante de uma ação coletiva que se sustenta em uma racionalidade do desentendimento, nos termos de Rancière (2018). Em vez disso, o ativismo antigênero opera dentro de uma lógica policial que busca controlar, desqualificar e eliminar a atividade política de seus adversários no debate público. Com isso, procuram manter como ruído os discursos dos movimentos feministas e LGBTQIA+.

Ao investirem em uma economia de polêmicas, os atores antigênero restringem o espaço de discussão pública sobre gênero e sexualidade com o intuito de manter o ordenamento social histórico que impede a participação dos sujeitos que questionam as relações de poder baseadas nessas esferas da vida social na arena pública. A partir de sua atividade política, os movimentos feministas e LGBTQIA+ instauram um campo de conflito na esfera pública.

Os atores antigênero pautam sua ação no esforço de anular o conflito recorrendo à estratégia de desqualificá-lo por meio da politização policial da categoria gênero. Trata-se assim de uma atividade policial centrada em manter aquilo que Rancière (2018) denomina de configuração do sensível, ou seja, a maneira como a realidade é organizada e apresentada por meio da cultura e da política. Para melhor compreensão do que estou propondo é importante examinar a diferenciação que o referido autor tece entre polícia e política.

No entendimento de Rancière (2018), o termo polícia refere-se à organização dos espaços, funções e sistemas de legitimação que conferem sentido a essa organização. Essencialmente, a polícia representa a lei, muitas vezes implícita, que determina quem faz parte ou está excluído das "partes" da sociedade. A polícia, antes de tudo, é uma ordem que regula os corpos, especificando como diferentes maneiras de agir, ser e comunicar são distribuídas, designando funções e lugares específicos a

esses corpos. Ela é responsável por determinar o que é visível e comunicável como discurso, enquanto relega o restante ao status de ruído, ou seja, a posições e lugares em que não podem participar da cena comum (Rancière, 2018).

Por outro lado, a política é a atividade que desafia essa ordem sensível estabelecida, criando, assim, um estado de antagonismo em relação à polícia. A política é a força que desloca um corpo de seu lugar preestabelecido ou redefine a finalidade de um espaço. Dessa forma, ela torna visível o que estava oculto e transforma o que era ruído em discurso (Rancière, 2018). É por meio da política que aqueles que não têm o direito de serem reconhecidos como seres falantes podem, de fato, ser contados e participar da comunidade, compartilhando a experiência do conflito que surge da contradição entre dois mundos: o mundo em que estão e o mundo em que não estão, o mundo em que há algo "entre" eles e aqueles que não os reconhecem como seres falantes e contáveis, e o mundo onde não há nada (Rancière, 2018).

Assim, a partir das contribuições desse autor, cumpre destacar que devido ao seu caráter policial, o ativismo antigênero não se limita a tentativa de controlar e disciplinar os corpos, o desejo e as práticas sexuais, mas também desempenha um papel fundamental na disputa pela definição de como os sujeitos podem participar, existir, ser reconhecidos na esfera pública. Em sua atividade policial, ele visa controlar a distribuição dos papéis, das posições, das ocupações e das funções e a propriedade dos espaços onde elas ocorrem. Nesse âmbito, essa ação coletiva contribui para a organização e manutenção da estrutura da sociedade na tentativa de delimitar quem tem acesso aos espaços e recursos existentes por meio da regulação da cidadania sexual e de gênero.

É por isso que do ponto de vista conceitual, a ação coletiva investigada nesta tese pode ser encarada como um antimovimento social (Touraine, 1997). A análise dos episódios de mobilização indica que seus atores se identificam com um objetivo, que é a manutenção das normas de gênero e da matriz heterossexual, e rejeitam seus adversários como inimigos ou obstáculos que devem ser silenciados e eliminados da esfera pública.

Conforme Touraine (1997), os antimovimentos sociais estão sempre ligados a um poder político, de modo que não são necessariamente espontâneos nem baseados em ações coletivas autônomas, mas sim vinculados a uma estrutura de autoridade ou liderança política ou religiosa. Eles tendem a se identificar com grupos

específicos, como uma comunidade religiosa, baseados em uma noção essencialista de identidade cultural e histórica que não está ligada a demandas por transformação social.

Em vez disso, os antimovimentos sociais têm objetivos restritos e específicos que se aplicam apenas ao grupo com o qual se identificam, de modo que não buscam, ao contrário dos movimentos sociais, produzir mudanças nas orientações socioculturais e políticas da sociedade, mas sim a preservação em nome da afirmação de uma tradição comunitária vista como ameaçada (Touraine, 1997). Nesse sentido, como demonstra esse autor, os antimovimentos sociais se identificam com um ser histórico concreto que deve ser preservado face às transformações sociais e nunca apelam à noção de Sujeito e ao universalismo, de que ela é portadora (Touraine, 1997).

No caso do ativismo cristão conservador pautado na causa antigênero, a eleição da família como sujeito de direitos, questão já abordada por algumas autoras (Biroli, 2020a; b; Biroli e Caminotti, 2020; Teixeira e Barbosa, 2022), está baseada no pressuposto de que o Estado deve atender aos valores, interesses e demandas das comunidades cristãs católicas e evangélicas, tendo vista suas visões de mundo. Os ativistas antigênero pautam sua ação em torno da proteção de identidades e práticas baseadas em um sistema de crenças cristãs conservadoras. Eles entendem que, para salvaguardar esses elementos, é necessário impedir a universalização e particularização dos direitos humanos em uma perspectiva sexual e de gênero no âmbito da esfera pública.

Nesse ponto, torna-se evidente uma característica essencial do ativismo antigênero enquanto antimovimento social no que diz respeito às suas demandas. Ação policial dos seus atores reivindica um conjunto de direitos na esfera pública a partir da contestação dos direitos sexuais e reprodutivos. Isso se traduz em esforços para limitar ou reverter a ampliação da cidadania sexual e de gênero, bem como em iniciativas que buscam reforçar normas da matriz cultural heteronormativa.

Em muitos casos, essas ações são acompanhadas por discursos que enfatizam a preservação de valores religiosos e culturais, alimentando, assim, a oposição às mudanças sociais e à promoção de uma perspectiva mais ampla de direitos humanos. Nesse sentido, o combate à ideologia de gênero é enunciado pelos atores antigênero a partir de três enquadramentos de demandas principais: a defesa da família

heterossexual, a defesa das crianças, a defesa da liberdade religiosa e dos valores cristãos.

Nesse contexto, torna-se evidente que o ativismo antigênero, com seu caráter policial e foco na preservação de valores religiosos conservadores, está envolvido nas disputas pelas orientações culturais da sociedade, mas não como sujeito político do processo de mudança social e sim como ator que se opõe a ele. Dessa forma, enquanto busca proteger valores e crenças cristãs conservadoras, bem como as relações de poder de gênero e sexualidade existentes na sociedade, ele também se engaja no campo de conflitos sobre o papel do Estado na educação sexual de crianças e jovens, na promoção do respeito à diversidade de gênero e sexual e na extensão dos direitos de cidadania às mulheres e à comunidade LGBTQIA+.

Nos capítulos anteriores, demonstrei que tanto no Brasil, como no Paraguai, a oposição à chamada ideologia de gênero emergiu centrada em políticas educacionais, contestando o papel do Estado na educação sexual de crianças e adolescentes, bem como na promoção da conscientização sobre a diversidade de gênero e sexual no espaço escolar. No entanto, é importante notar que os atores antigênero também se mobilizaram em torno de outras questões, muitas das quais estão intrinsecamente ligadas ao contexto político dos países em questão. Elas incluem debates sobre a extensão da cidadania sexual e de gênero, mas os extrapolam em larga medida.

Assim, além de sua atuação no campo educacional, o ativismo antigênero se envolveu em outras esferas políticas e sociais em ambos os cenários expandindo seus focos e objetos de contestação. Isso mostra que as questões contemporâneas que envolvem os aparatos de gênero e sexualidade possuem um grande peso simbólico que pode ser mobilizado em conflitos de interesses e manobras políticas, como afirma Rubin (2018). O combate à ideologia de gênero é parte de um contexto amplo de lutas políticas em torno da cidadania, da igualdade e da democracia que são profundamente atravessadas por disputas em torno da regulação dos domínios dos dispositivos de gênero e sexualidade.

Com essa análise, destaco a importância de compreender o ativismo antigênero considerando suas múltiplas dimensões e implicações políticas. Com esse intuito, no capítulo seguinte, evidencio que embora o ativismo antigênero tenha se configurado no terreno da educação, seus atores passaram a se mobilizar em torno de outras pautas. Nesse contexto, a adoção de uma economia de polêmicas foi uma estratégia importante para o ativismo antigênero ampliar seu escopo de atuação nos

dois países e institucionalizar, de certa forma, o combate à chamada ideologia de gênero.

Tendo isso em vista, na sequência, discuto comparativamente as dinâmicas do ativismo antigênero com o objetivo de demonstrar como a produção, distribuição e consumo das polêmicas no contexto de emergência do fenômeno foi essencial para a continuidade de sua mobilização na esfera pública e para o estabelecimento de alianças com outros atores conservadores.

7 CAPÍTULO SEIS – A EXPANSÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL E NO PARAGUAI: INTERSECÇÕES ENTRE OS MODELOS RELIGIOSO, JURÍDICO E POLÍTICO DA ECONOMIA DE POLÊMICAS PRODUZIDA EM TORNO DA CAUSA ANTIGÊNERO

Antes de iniciar, é importante sublinhar que não tenho a intenção de analisar os episódios de mobilização que sugerem uma expansão do escopo de atuação do ativismo antigênero de modo aprofundado como fiz nos capítulos anteriores. Como afirmei na introdução, foram muitos os eventos encontrados e devido à sua complexidade, a análise meticulosa de todos eles se mostrou inviável no decorrer da pesquisa. Nas análises dos capítulos dois, três e quatro, me propus a essa tarefa explorando detalhadamente a emergência do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai.

Neste último capítulo, continuando a discussão anterior, minha análise se volta para uma perspectiva mais ampla, centrando-se na expansão dos interesses do ativismo antigênero após sua consolidação nos dois países. Parto do princípio de que a construção de uma identidade baseada em recursos simbólicos que reforçam as coerências entre gênero, sexo, desejo e prática sexual, aliada à utilização de estratégias fundamentadas em uma “economia de polêmicas”, desempenhou um papel fundamental na capacidade do ativismo antigênero para ampliar seu escopo atuação e institucionalizar o combate à ideologia de gênero. Isso envolveu não apenas a demarcação de adversários como inimigos, mas também o estabelecimento de alianças com outros atores no campo conservador, dentro e fora do espaço político-institucional.

7.1 A EXPANSÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO PARAGUAI

Nos anos seguintes à configuração do ativismo antigênero em torno do o *Marco Reitor Pedagógico para Educação Integral de Sexualidade* (MRPEIS), os atores antigênero mantiveram uma atuação constante contra políticas educacionais, mas ampliam seu escopo de atuação para outros objetos, como tratados e acordos internacionais e a regulação dos direitos sexuais e reprodutivos. Desse modo, percebe-se que a partir de atividades contínuas ao longo da década de 2010, o

ativismo antigênero sempre direcionou suas mobilizações para uma causa específica no Paraguai.

Sempre que identificavam a possibilidade de o país adotar acordos internacionais ou tramitar leis e políticas públicas contrárias aos seus valores, os membros de sua base lançavam campanhas e protestos, tanto nas ruas quanto no espaço virtual, emitiam notas de repúdio e pressionavam autoridades. No processo de constituição do ativismo antigênero no Paraguai, chama atenção que desde 2010 as mídias sociais eram um recurso importante de mobilização utilizado para divulgar e organizar suas ações, bem como para recrutar participantes para os atos e eventos organizados.

Assim, era frequente a criação de polêmicas em meio ao processo de oposição a determinado objeto simultaneamente à concentração de esforços em questões específicas ao longo dos anos de 2010. Os protagonistas do ativismo antigênero escolhiam um adversário momentâneo que se materializava na forma de leis, programas, políticas, tratados internacionais, campanhas publicitárias, bens materiais e simbólicos, e organizavam-se para combatê-lo. Enquanto que em alguns casos havia uma ação mais coordenada e focalizada, em outros, notava-se uma atuação mais pontual relacionada a alguma polêmica criada em torno de bens materiais e simbólicos.

Nesse ponto, torna-se necessário um aparte. Em ambos os casos, os jornais paraguaios analisados contribuíram para dar visibilidade às ações organizadas e aos discursos dos atores da base do ativismo antigênero contra a regulação dos direitos sexuais e reprodutivos e acordos internacionais. Além disso, eles noticiaram polêmicas sobre a chamada ideologia de gênero envolvendo filmes, marcas de produtos, estabelecimentos comerciais e celebridades. Esse aspecto também pode ser observado nos jornais brasileiros, evidenciando que a questão da ideologia de gênero penetrou em diferentes esferas da sociedade.

Nesse contexto, os atores antigênero tiveram um lugar privilegiado para expressar suas demandas nos meios de comunicação tradicionais no contexto paraguaio. Programas de rádio convidaram ativistas antigênero para falar sobre os perigos da chamada ideologia de gênero, programas de televisão pautavam discussões sobre o tema em que predominava uma visão negativa sobre a ampliação da cidadania em termos de gênero e sexualidade, os jornais analisados publicaram

os locais e horários das manifestações antigênero, além de um número expressivo de artigos de opinião de membros da base do ativismo antigênero.

No que diz respeito à continuidade da atuação dos atores antigênero no campo da educação, destaca-se uma mobilização significativa em torno da presença da perspectiva de gênero em currículos da educação básica. Em setembro de 2017, um áudio viralizou no país pelo aplicativo WhatsApp,⁴³ no qual uma jovem afirmava que currículo do terceiro ciclo (os três últimos anos escolares), do MEC ensinava que o gênero não é determinado pelo sexo, mas sim uma construção pessoal que não corresponde apenas às categorias homem e mulher (Páez González e García, 2019). De acordo com a gravação de voz, essa abordagem educacional havia sido implementada no currículo há dois anos e era ensinada nas escolas públicas paraguaias. No áudio, era afirmado ainda que meninos podem usar saias se quiserem, sugerindo que as crianças tinham a liberdade de expressar sua identidade de gênero conforme desejam, como usar roupas de sua preferência com a concordância de alguns diretores escolares.

Nas redes sociais, passaram a circular postagens com fotos de um material com logo do MEC e um conteúdo no qual havia dois bonecos masculinos da linha “Barbie” em várias posições sexuais, explicando como o sexo pode ser praticado de forma segura entre homens (MEC habla, 2017). Também foram divulgadas imagens de uma seção do currículo do terceiro ciclo, na qual as referências à perspectiva de gênero eram destacadas, e, de fato, elas estavam presentes no documento. No entanto, nas imagens que circularam, o conteúdo do documento foi alterado, chegando ao ponto de definir o conceito de gênero de forma equivocada como “zoofilia”. As postagens causaram indignação em parte da população que começou a cobrar respostas do então governo de Horacio Cartes, do Partido Colorado, eleito em 2013.

O ministro do MEC, Enrique Riera, e a viceministra, María del Carmen Giménez, se posicionaram afirmando que o MEC não promovia a ideologia de gênero e que respeitava a família, entendida como a união entre homem, mulher e seus filhos. Além disso, apontaram em comunicados oficiais e à imprensa que o áudio de

⁴³ WhatsApp é um aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz e vídeo para smartphones.

WhatsApp e as imagens que circulavam nas redes sociais divulgavam informações falsas.

Em meio a uma intensa pressão social, Riera afirmou que o conteúdo em circulação nas redes sociais foi produzido pelo governo anterior, liderado por Fernando Lugo, em parceria com a ONG *Somos Gay*. Após uma reunião com o presidente Horácio Cartes, o ministro explicou que os currículos contendo a perspectiva de gênero foram criados pela administração anterior e ainda estavam em vigor, mas passariam por uma revisão. Ele solicitou a remoção desses currículos do site do MEC, argumentando que continham afirmações problemáticas, como a concepção do gênero como uma construção social, e que passariam por uma avaliação.

Uma deputada do Partido Colorado aliada do ativismo antigênero convocou uma audiência pública no Salão Bicameral do Congresso Nacional para que o MEC explicasse a suposta presença da chamada ideologia de gênero em materiais didáticos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, considerando as denúncias que circulavam nas redes sociais. Entre os convocados para fazer uso da palavra estavam porta-vozes do ativismo antigênero e a viceministra do MEC, María del Carmen Giménez. Entidades pró-vida e pró-família, bem como as igrejas evangélicas e católica convocaram uma manifestação em frente ao Congresso contra a imposição da chamada ideologia de gênero na educação.

O protesto foi formado por pessoas que empregavam bandeiras com as cores rosa e azul, cartazes com a frase “#Con mi hijos no te metas”, “Somos mucho, mucho más”, “No a la ideologia de género, si a la familia. Papá, mamá y hijos: diseño original de Dios”. A maioria dos cartazes exibiam o contraste entre as cores rosa e azul e muitos deles foram confeccionados em gráficas, o que sugere que o protesto foi organizado com antecedência. Entre os manifestantes haviam professores, alunos e diretores de colégios católicos convocados pelo então arcebispo de Assunção, Monsenhor Edmundo Valenzuela, pais e mães, crianças, adolescentes, pastores, fiéis de igrejas católicas e evangélicas. Algumas pessoas vestiam camisetas brancas com o slogan da manifestação, que será mostrado mais adiante.

No fim do mês de setembro e início do mês de outubro, dias antes da manifestação, ocorreram mobilizações e marchas em outras cidades do interior paraguaio contra a ideologia de gênero, o matrimônio sexual e o aborto. Na cidade de Assunção, no dia 29 de setembro de 2017, o grupo *Paraguay defende la vida y la*

família, com cerca de 30 pessoas, se reuniu em frente ao Congresso Nacional vestidos de branco com cartazes e bexigas brancas em protesto contra a ideologia de gênero e o matrimônio homossexual.

Nesse cenário, graças à pressão de grupos conservadores antigênero alocados na sociedade civil e no governo, o ministro de Educação e Ciências, Enrique Riera, por meio da resolução nº 29664, proibiu a difusão e a utilização de materiais referentes às teorias de gênero em instituições educativas dependentes do Ministério de Educação e Ciências. No documento é justificado que:

[...] o Ministério de Educação e Ciências como gestor do sistema educativo nacional deve integrar os esforços da família, da comunidade e do Estado, os docentes e os alunos para fortalecer a FAMÍLIA como âmbito natural da educação; tudo isso no marco da construção integral da pessoa (Paraguai, 2017, p. 1, tradução nossa).

No que diz respeito às mobilizações que ocorreram em 2017, é possível identificar um deslocamento significativo em comparação com os eventos de protesto ocorridos em 2010, especialmente no que se refere a uma maior politização das cores rosa e azul e ao aumento do protagonismo de atores evangélicos. Neste contexto, é importante destacar que o *slogan* "Con mi hijos no te metas", que deu nome ao movimento peruano anti-gênero criado em 2016 em oposição à implementação do enfoque de gênero no Currículo Nacional de 2017, passou a ser adotado no Paraguai por defensores pró-vida e pró-família na manifestação contra a chamada ideologia de gênero que ocorreu em frente ao Congresso Nacional no início do mês de outubro.

O *slogan* mencionado adota uma estética visual baseada no uso das cores rosa e azul. Além disso, é notável o uso de cartazes e banners com a inscrição "Somos Mucho, Mucho Más", que se refere ao nome de uma campanha criada nesse período com o objetivo de combater a chamada ideologia de gênero no país e que atualmente figura como um dos principais grupos defensores da causa antigênero no Paraguai. O logotipo adotado por esse movimento pode ser visto na figura abaixo

Figura 9 — Logo da campanha Somos Mucho, Mucho Mas



Fonte: Miguel Ortigoza, 2017.

A campanha se transformou em um movimento liderado pelo pastor da igreja evangélica pentecostal Centro de Adoração Familiar (CFA)⁴⁴, Miguel Angel Ortigoza Oneto. Ele é o ministro do Paraguai no *Capitol Ministers*⁴⁵, organização norte-americana fundada pelo pastor Ralph Drollinger em 1996 “com o objetivo de ‘criar discípulos de Jesus Cristo na arena política do mundo’” (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Em aliança com atores do ativismo conservador católico e evangélico, Miguel Ortigoza liderou as mobilizações contra a chamada ideologia de gênero em 2017 e é, atualmente, um dos porta-vozes do ativismo antigênero do campo evangélico no país. Nesse ponto, cumpre observar que as mobilizações antigênero no Paraguai passam a ser influenciadas nesse período pela agenda cultural dos cristãos estadunidenses e suas organizações, como a *Capitol Ministers* e a *Alliance Defending Freedom*. Essa

⁴⁴ A igreja Centro de Adoração Familiar, criada pelo pastor Emilio Abreu em 1985, foi aberta em 2009 no Paraguai, em um espaço com 10 mil assentos, sendo uma das maiores da América Latina, com cerca de 26 mil membros em 60 congregações no país (Nickson, 2015).

⁴⁵ A partir de 2017, a organização abriu ministérios em seis países da América Latina: México, Honduras, Paraguai, Costa Rica, Uruguai e Brasil, como destacam Biroli, Machado e Vaggione (2020).

última, especialmente, prestou consultoria jurídica a deputados paraguaios aliados do ativismo antigênero no Congresso Paraguai em 2016. Isso ocorre em um contexto de crescimento das trocas entre líderes cristãos conservadores regionais, tanto os são políticos profissionais, quanto os que não ocupam cargos eletivos, e movimentos pró-vida e associações pró-família internacionais (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

Nas mobilizações em torno do campo educacional de 2017, outro elemento que chama atenção é a incorporação da causa antigênero na plataforma política do Partido Colorado no país. Em um cenário em que a retórica antigênero tinha ganhado ampla visibilidade na esfera pública, o partido promoveu, em março de 2018, uma palestra em sua sede intitulada "Princípios Republicanos, Propostas e Desafios". O evento contou com a presença do então presidente Horácio Cartes e do candidato do Partido Colorado à sucessão presidencial, Mario Abdo Benítez.

Os palestrantes foram os argentinos Agustín Laje e Nicolas Marquez, autores da obra *El libro negro de la nueva izquierda: ideología de género o subversión cultural*. Vale destacar que esses intelectuais antifeministas do campo da extrema-direita latino-americana deram entrevistas em programas de rádio e de televisão no Paraguai para divulgar a obra no mês de maio de 2017. Além desses intelectuais antigênero, a ativista antigênero Sara Winter também participou de eventos no Paraguai em 2017 na condição de conferencista, chegando a participar de protestos de rua contra a chamada ideologia de gênero em Assunção.

Machado (2020) aponta que a ativista foi convidada também por atores antigênero da Colômbia para fortalecer as mobilizações antigênero no país. Pensando o contexto brasileiro e colombiano, a autora aponta que o ativismo antigênero se difundiu a partir da circulação de líderes religiosos e de intelectuais conservadores (Machado, 2020), o que é possível observar também no Paraguai.

Voltando à palestra dos argentinos, conforme publicado no jornal ABC Color, ela

[...] La conferencia se centró en que la izquierda actual impulsa una "guerra cultural" para seguir sobreviviendo como opción política sobre la base del conflicto. En esa estrategia de lucha, según dicen, el "neomarxismo" busca socavar los valores republicanos y de "nuestra civilización occidental y cristiana" con imposiciones como la ideología de género, el feminismo, el matrimonio igualitario, la legalización del aborto, etc. Afirman que detrás están "los burócratas de las NN.UU." que pagan la difusión de la ideología de género. Márquez llegó a decir que, si bien todas las mujeres son lindas por definición, en las marchas feministas "son feas a propósito", que se visten de una manera para desagradar y provocar con "pelos grasosos, axilas sin lavar". Agregó que en esas marchas lo único que se respira es "olor a

marihuana” y se escuchan “cánticos procaces”. Hubo reacciones de repudio en las redes sociale [...] (Cartes y Marito, 2018).

O acontecimento sinaliza, ao mesmo tempo, uma espécie de aceno aos atores preocupados com essa agenda e um esforço de promoção da causa antigênero no espaço público, especialmente considerando que as eleições presidenciais estavam programadas para o mês de abril de 2018. Mas a palestra gerou reações negativas nas redes sociais devido às expressões ofensivas utilizadas pelos expositores. Após sua realização, o então candidato do Partido Colorado, Mario Abdo Benítez, apontou que se sentiu incomodado com as palavras dos expositores, mas que em uma democracia se deve ouvir a todos (Abdo critica, 2018). Além disso, pontuou que o evento foi promovido a pedido do arcebispo de Assunção, Monsenhor Edmundo Valenzuela (Abdo critica, 2018).

Em entrevista a uma rádio, o membro da hierarquia católica confirmou que fez o pedido e que reconhecia que as palavras utilizadas pelos palestrantes não agradaram ao público paraguaio, mas que o conteúdo abordado por eles era irrefutável. Disse que o feminismo não deveria ser exacerbado e deveria estar aberto ao diálogo e à colaboração. Conforme matéria do jornal Última Hora:

Ele sublinhou que a dignidade de cada mulher é extraordinariamente poderosa no nosso país, mas é importante não radicalizar. Da mesma forma, afirmou que não concorda em ofender ninguém e que o bom seria uma mulher feminista ser profissional, ser mãe e com a capacidade dada por Deus: “aquela mulher que se lembra da mulher gloriosa, a mãe de Jesus, a mãe do salvador” (Arzobispo, 2018, tradução nossa).

O Monsenhor Edmundo Valenzuela se tornou arcebispo de Assunção em 2014 e ficou no cargo até 2022. Ele presidiu a Conferência Episcopal Paraguuaia (CEP) entre 2015 e 2018, sendo uma liderança importante na causa antigênero no país. Membros da hierarquia católica têm de modo geral um papel importante na disseminação da causa antigênero no país e na organização de eventos de mobilização. Além disso, eles exercem influência significativa sobre a política nacional e local a partir da atuação da CEP. Em muitos eventos religiosos, ao longo da década de 2010, é possível perceber que as causas antigênero e antiaborto foram mobilizadas em homílias por arcebispos, bispos, padres.

Como já apontado, em outubro de 2017, quando surgiu a polêmica em torno dos currículos do MEC, o então ministro do órgão, Enrique Riera, afirmou que o governo liderado pelo Partido Colorado respeitava os valores familiares. Ele

argumentou que os materiais que estavam sendo criticados eram resultado das ações do governo anterior, ou seja, do governo de Fernando Lugo. É válido sublinhar que entre os atores religiosos conservadores, a ideia de que o Governo de Lugo promove a ideologia de gênero já circulava desde 2011. Esse é um dos diversos elementos que influenciou a legitimação do processo de impeachment de Fernando Lugo em 2012, como sugere a análise de Szwako (2014).

Em 2013, nas eleições gerais, o Partido Colorado retomou o poder e permanece nele até os dias atuais. A partir da mobilização de atores conservadores religiosos na esfera pública em torno da causa antigênero, ela se tornou um importante capital político no país. No contexto das polêmicas em torno dos currículos do MEC, em 2017, o então candidato à presidência Mario Abdo Benítez se posicionou publicamente afirmando que respeita os valores da família e da vida.

Nesse cenário, à medida que o Partido Colorado se alinhava à causa antigênero, também surgia uma pressão crescente por parte dos ativistas antigênero, que buscavam o apoio dos candidatos a suas pautas. O movimento *Somos Mucho, Mucho Más*, como revela o estudo de Paéz González e García (2019), liderou uma campanha nas redes sociais no contexto das eleições de 2018. Em publicações, seus participantes afirmavam que não votariam em candidatos que apoiam a ideologia de gênero e não defendem abertamente a vida e a família tradicional (Páez González e García, 2019). A análise dos autores apontam que nesse cenário:

Quien quiera ganar un cargo deberá estar a fin a la idea de este grupo y esa amenaza se sustenta en el eslogan que refuerza la idea de que son mayoría: “somos muchos, muchos más”. El apoyo a la vida “desde su concepción hasta la muerte natural” se constituye en un requisito para que los integrantes de este movimiento decidan apoyar o no a un candidato (Páez González e García, 2019, p. 243).

Membros da hierarquia eclesiástica católica também se mobilizaram no sentido de influenciar os seus fiéis a votarem em candidatos alinhados às pautas antiaborto e antigênero. Esse cenário revela um complexo ambiente político onde os atores antigênero buscam influenciar não só as políticas educacionais do país, mas também resultados eleições. Nesse âmbito, é notável que no Paraguai, a produção de polêmicas antigênero é permeada por enquadramentos que recorrem ao modelo religioso e político descritos por Foucault (1998)

Além das contínuas mobilizações na área da educação, foram observadas ações organizadas que se opuseram à regulamentação dos direitos sexuais e

reprodutivos pelo parlamento paraguaio. Dentro desse contexto, merecem destaque os protestos e mobilizações ocorridos em 2014, em resposta ao *Projeto de Lei Contra Todas as Formas de Discriminação*; em 2015, em oposição ao *Projeto de Lei de Proteção Integral das Mulheres contra Toda Forma de Violência*; e em 2018, contra o *Projeto de Lei de Paridade Democrática*. O ativismo antigênero também se concentrou em se opor a tratados internacionais, como a *Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância*, em 2014; o *Pacto Global para Migração*, em 2018; e o *Acordo de Escazú*, em 2019.

7.1.1 A atuação do ativismo antigênero contra acordos internacionais e a regulação da cidadania sexual e de gênero no Paraguai

No início de junho de 2014, entidades pró-vida e pró-família em conjunto com a igreja católica e igrejas evangélicas promoveram a campanha *Despierta América* contra a *Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância* no contexto da 44ª Assembleia da OEA, realizada na cidade de Luque em 2014. Esses atores se mobilizaram contra o tratado alegando que a OEA promove projetos que incitam ao aborto e à ideologia de gênero.

A campanha já estava sendo organizada desde pelo menos maio de 2014 no interior de pastorais da juventude e de dioceses. Durante todo o mês, foram promovidas caminhadas, marchas e outros eventos, como encontros de formação em torno das causas pró-vida e pró-família com o intuito de sensibilizar as comunidades religiosas no que diz respeito a essas pautas no contexto da Assembleia da OEA.

O evento de mobilização foi promovido pela organização *Generación Provida*, pela Foro de Diálogo Civil, entidade formada pela coalizão de diversos grupos pró-vida e pró-família, e também por outras entidades, como *Fundação em Aliança*, Conferência Episcopal Paraguaia (CEP), Associação de Igrejas Evangélicas do Paraguai (ASIEP), Associação de Pastores Evangélicos do Paraguai (APEP), Fedavifa, Universidade Católica Nossa Senhora de Assunção (UCA), Arquidioceses de Assunção, Instituto Tomás Moro, a Pastoral Juvenil Luqueña. Articuladas ao grupo, paróquias e igrejas evangélicas convocaram seus fiéis para participarem da manifestação.

Esses atores participaram de protestos nos dias 2 e 3 de junho de 2014. Eles realizaram marchas na cidade de Luque e se reuniram em frente à sede Copa Libertadores da América (CONMEBOL), local em que ocorreu a Assembleia da OEA.

O intuito era pressionar o Paraguai e outros países a rejeitarem a inclusão dos direitos sexuais e reprodutivos no tratado. Fazia parte da programação da campanha a realização de um festival no local, que contou com apresentações artísticas de teatro, música e danças.

A delegação do país já havia declarado que assinaria o documento com reserva aos pontos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos. O diretor de campanhas de Língua Portuguesa da plataforma *CitizenGo*, Guilherme Ferreira, que estava participando da Assembleia como representante da entidade civil, entregou ao então Ministro das Relações Exteriores e Chanceler Nacional do Paraguai, Eladio Loizaga, um documento com assinaturas coletadas na plataforma que demandava o respeito à vida e à família.

Para entidades que organizaram a manifestação, o tratado da OEA promoveria a ideologia de gênero, o matrimônio homossexual e a adoção de crianças por casais homossexuais. Na visão de seus representantes, quando se fala em enfoque de gênero, o que está em questão não é a promoção da equidade, mas a ideia de que cada pessoa pode escolher sua identidade de gênero, independentemente do sexo biológico. Eles acreditavam que o tratado impor a ideologia de gênero como uma verdade absoluta, além de promover o aborto como um direito fundamental da mulher. Nesse último caso, havia o temor de que o documento se tornasse um instrumento jurídico internacional voltado para a legalização do aborto.

A partir desses enquadramentos, os atores pró-vida e pró-família tinham duas demandas principais. A primeira era que o país assinasse o tratado com reservas aos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente no que diz respeito ao direito à não discriminação sexual e de gênero, encarado como privilégios dos homossexuais e como uma ameaça ao direito de cristãos se oporem ao matrimônio homossexual. A segunda era centrada na defesa dos direitos da família.

A Conferência Episcopal Paraguaia (CEP), a Associação de Pastores Evangélicos do Paraguai (APEP) e a Associação de Igrejas Evangélicas do Paraguai (ASIEP) publicaram um comunicado em conjunto exigindo que a família fosse incluída nos tratados assinados como núcleo fundamental da sociedade (Cristianos, 2014). Por um lado, os atores pró-vida e pró-família exigiam que os direitos sexuais e reprodutivos não fossem promovidos no país e, por outro, demandavam que o que tratado prescrevesse um conjunto de direitos pautados na proteção da família e da vida.

As manifestações produzidas a partir dos enquadramentos citados que ocorreram no âmbito da campanha *Despierta América* tiveram o mesmo tom festivo que se observa nos protestos organizados em torno da campanha *Queremos Papá y Mamá*. Elas reuniram crianças e jovens de pastorais da juventude e adultos que seguravam bexigas amarelas, bandeiras e camisetas na mesma cor com o *slogan* da campanha. Entre os manifestantes haviam fiéis de igrejas e lideranças religiosas, além de pessoas ligadas às entidades pró-vida e pró-família. Destaca-se também a presença universitários do Centro de Estudantes de Obstetrícia da Universidade Nacional de Assunção e de alunos de instituições de ensino católicas.

A campanha *Despierta America* criou conta nas redes sociais, como Twitter e Facebook, para disseminar suas demandas no espaço virtual, convidar pessoas para as manifestações e outros eventos, bem como para divulgar fotos dos protestos e das ações promovidas. Na imagem abaixo, é possível observar a estética visual adotada na manifestação composta pelas cores amarelo e vermelho, emprega por entidades pró-vida paraguaias.

Figura 10 — Folder da manifestação *Despierta America*



Fonte: Movimento Despierta América, 2014.

O amarelo foi adotado como cor predominante por representar a cor da defesa da vida, por ser uma cor mais viva, alegre e chamativa. De acordo com uma publicação na página da campanha no Facebook, a cor ilumina e desperta como um sinal de alerta de que devem estar sempre preparados para defender a verdade. (Movimento Despierta América, 2014b).

No âmbito da campanha, a Arquidiocese de Assunção promoveu uma conferência com uma ativista pró-vida equatoriana que participou da 44ª Assembleia da OEA, como representante da sociedade civil, que abordou temas como a defesa da vida e da família, como é possível ver no folder abaixo divulgado no perfil Twitter da campanha:

Figura 11 — Folder de divulgação de palestra de Amparo Medina no âmbito da campanha Despierta América

ENTRADA GRATUITA

05 JUNIO 18:30 HS EN EL SEMINARIO METROPOLITANO

DESPIERTA AMERICA

CONFERENCIA *Amparo Medina*

VALOR DE LA VIDA Y LA FAMILIA . TESTIMONIO PERSONAL

De militante pro aborto y guerrillera, Amparo Medina pasó a la lucha provida, desde una organización de Ecuador. Su decisión la llevó a que la despidan de su trabajo, pero también a salvar la vida de miles de niños. Militó en grupos de la izquierda radical, fue guerrillera, luchadora pro aborto y funcionaria del Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA).

Actualmente, madre de 3 hijos y presidenta de la Red Pro-Vida de Ecuador, lucha contra el aborto y las leyes de Salud Sexual y Reproductiva que promueven los gobiernos en países de América Latina.

Hoy, en Paraguay, siendo parte de la 44ª Asamblea General de la OEA como representante de la sociedad civil ecuatoriana, en defensa del derecho a la vida y la protección de la familia.

Invita:
Arquidiócesis de Asunción

SECRETARÍA DE LA ASAMBLEA GENERAL DE LA OEA
PARAGUAY

Fonte: Despierta América, 2014.

No período das manifestações, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de declaração no qual pressionava o poder Executivo e o Ministério de Relações Exteriores a defender o matrimônio heterossexual, pela família ser a célula da sociedade, e a vida desde a concepção. Em maio de 2014, o Senado já havia aprovado um projeto de declaração cobrando do Executivo o respeito à promoção do direito à vida e à proteção integral da família no marco da 44ª Assembleia Geral da OEA.

Após o fim do evento, no dia 05 de junho de 2014, os atores que promoveram a campanha *Despierta América* comoraram em frente à CONMEBOL a reserva do Paraguai no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos na *Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância*. Além disso, promoveram uma festividade de encerramento da campanha *Despierta América* na quadra poliesportiva de um colégio católico.

Nesse contexto, no qual havia uma forte mobilização, os atores pró-vida e pró-família continuaram se mobilizando no mês de setembro em torno da causa antigênero. Eles realizaram uma série de conferências com a ativista pró-vida Amparo Medina, que proferiu palestras para católicos e evangélicos das igrejas Comunidade do Novo Pacto e Centro de Adoração Familiar. Os eventos foram apoiados pela FEDAFIVA, pela Associação de Igrejas Evangélicas do Paraguai (ASIEP) e pela Associação de Pastores Evangélicos do Paraguai (APEP).

Ainda em 2014, em novembro, entidades pró-vida e pró-família se mobilizaram contra o *Projeto de Lei Contra Todas as Formas de Discriminação* apresentado em 2007 pelos senadores Carlos Filizzola (PPS) e Miguel Abdón Saguier (PLRA). Os pontos do projeto mais questionados eram referentes aos artigos sobre discriminação sexual e de gênero. Lideranças religiosas católicas da CEP apontaram que o projeto representava ameaça a artigos da Constituição Nacional que versam sobre a proteção da família, do matrimônio e dos direitos das crianças. Grupos pró-vida e pró-família se posicionaram contrariamente ao projeto alegando, que por meio da normativa, a ideologia de gênero seria imposta nas políticas públicas do país, o aborto seria descriminalizado e o matrimônio igualitário aprovado.

A oposição ao projeto nomeou-o de lei da mordaza. Nas redes sociais, uma série de pessoas que eram contrárias à lei publicaram fotos simulando mordazas nas quais estava escrito “Não à Lei mordaza”. O *Foro de Diálogo Civil* liderou uma

campanha contra o projeto em sua página do Facebook e também nas ruas. Na rede social, divulgou uma série de postagens sobre as ameaças do projeto. Dentre elas, havia o compartilhamento de um abaixo-assinado disponível na plataforma *CitizenGo*. Intitulado “Não penalizem a defesa do matrimônio”, o texto do documento afirmava:

Caros senhores. Essas pessoas já estão cansadas de projetos que escondem a ideologia de gênero, como o projeto “Contra todas as formas de discriminação” que contém conceitos como “identidade de gênero” e “orientação sexual” e que favorecem grupos que buscam restringir a liberdade de expressão, liberdade religiosa, autoridade parental dos pais e objeção de consciência de pessoas que não concordam com o “casamento gay” e propostas como a “mudança de sexo” das crianças e uma educação sexual baseada nestes estilos de vida. Nesta quinta-feira, 13 de novembro, vote pela rejeição do projeto e pela defesa da Família, sendo coerente com a Constituição Nacional e as leis, os valores culturais paraguaios e a Declaração de Proteção Integral da Família assinada pelo Senado em junho passado. O povo está acordado e não ficará calado. Estamos atentos às suas ações (Foro de Diálogo Civil, 2014, tradução nossa).

Em sua página do Facebook, a organização também convocou pessoas e entidades pró-vida e pró-família a comparecerem em uma manifestação no dia da votação do projeto em frente ao Congresso, como observa-se no folder abaixo:

Figura 12 — Folder publicado no Facebook pela associação Foro de Diálogo Civil contra o *Projeto de Lei Contra Todas as Formas de Discriminação*

Este jueves 13/11/2014
se presentará nuevamente
el **Proyecto Filizzola**



PROYECTO MORDAZA

Quieren amordazarnos con la excusa de “No discriminación”

Proyecto de ley “Contra Toda Forma de Discriminación” –rechazada en el 2008– es nuevamente presentada por los senadores Filizzola y Abdón Saguier. ONGs activistas gays presionan a los senadores para que sea aprobado y de esta manera utilizarla jurídicamente para imponer la ideología de género en las políticas públicas, en la educación y en el sistema jurídico nacional; considerando “discriminatoria” a toda expresión que difiera con el lobby gay, siendo incluso pasibles de penas judiciales.

Infórmate más en  [forodedialogocivil](#)

Que nadie “amordace”
tu libertad de expresión
Defendé tus valores

PARTICIPÁ

FORO
de Diálogo
CIVIL

Fonte: Foro de Diálogo Civil, 2014.

No dia da votação do projeto, dividiam espaço em frente ao Congresso grupos LGBTQIA+, ativistas da Anistia Internacional e grupos pró-vida e pró-família. Entre esses últimos haviam pessoas com as bandeiras e camisetas da manifestação *Despierta America*, cartazes nos quais estava escrito “papá y mamá”, além de faixas com as frases “defendemos a familia” e “defendemos a vida”. O projeto foi rejeitado e arquivado, com 17 votos favoráveis, 21 contrários, uma abstenção e seis ausências.

No ano de 2015, os atores antigênero continuaram engajados na promoção de eventos, como festivais e marchas pró-vida e pró-família que reuniram comunidades religiosas evangélicas e católicas. Nessas mobilizações, o que se percebe é o discurso de que esses atores se opõem a iniciativas legislativas e executivas pautadas na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos por encará-las como ameaças aos costumes tradicionais que sustentam a família e à causa pró-vida.

Lideranças religiosas evangélicas e católicas, bem como representantes de entidades civis pró-vida e pró-família, como a FEDAFIVA e a Foro de Diálogo Civil,

organizaram a Marcha pela Vida em outubro de 2015 para questionar a suposta imposição estrangeira de organizações que promovem a ideologia de gênero, a violação da pátria potestade, o aborto, a eutanásia e o que consideram como a massificação da conduta homossexual como algo normal através de leis e políticas públicas (No votarán, 2015). Os participantes da marcha foram orientados a não votarem em políticos profissionais que não fossem defensores da vida e da família, tendo em vista que as eleições municipais ocorreriam em novembro de 2015.

Na ocasião, o então arcebispo de Assunção, Monsenhor Edmundo Valenzuela, responsabilizou a ONU pela suposta “desordem moral” e pela imposição do aborto no mundo. Em seu discurso, apontou que no parlamento paraguaio havia esforços para sancionar leis contra a vida e a favor da promoção da ideologia de gênero. O pastor Santiago Maldonato, então presidente da APEP, falou em seguida que alguns parlamentares buscavam impor a ideologia de gênero com o objetivo de relativizar os valores cristãos e destruir as famílias (Arzobispo, 2015).

Nos eventos de mobilização antigênero no Paraguai, nota-se a articulação estratégica entre as lideranças católicas, anglicanas e evangélicas pentecostais e protestantes em oposição ao reconhecimento legal dos direitos sexuais e reprodutivos. Vale lembrar que esses atores estavam unidos em torno da causa antigênero desde as mobilizações em torno do MRPEIS e que eles atuam de modo articulado no país interior de redes de entidades pró-vida, como a FEDAVIFA.

No bojo da articulação entre lideranças evangélicas e católicas, em 2016, a CEP e a APEP se mobilizaram em torno do *Projeto de Lei de Proteção Integral das Mulheres contra Toda Forma de Violência*. No contexto em que o projeto havia sido aprovado pelo Senado, mas passaria ainda por discussões e modificações, a CEP emitiu um comunicado pedindo aos senadores para que ficassem atentos à introdução do conceito de gênero no documento para evitar que a proteção contra a violência fosse estendida às mulheres transsexuais e transgênero. Em seguida, a APEP também se pronunciou em apoio ao comunicado da CEP, afirmando que a introdução da suposta ideologia de gênero era uma violação à vida e à família.

O projeto foi aprovado mediante a exclusão da perspectiva de gênero e sem a inclusão das mulheres transgênero e transsexuais, que estavam na proposta original apresentada à Câmara dos Deputados em 2015 e foram suprimidas pelo parecer do projeto elaborado no âmbito da Comissão dos Direitos Humanos por deputados do Partido Colorado aliados do ativismo antigênero. Movimentos sociais e ONGs

feministas e LGBTQIA+ defendiam que o feminicídio fosse considerado como uma violência de gênero, que fosse proibida a discriminação com base na identidade de gênero e que a lei fosse aplicada às pessoas com identidade gênero feminina.

Em 2018, as forças sociais antigênero se mobilizaram também em torno do *Projeto de Lei de Paridade Democrática*, apresentado em 2016 pelo Grupo Impulsor de la Paridad Democrática (GIPD)⁴⁶ que integra o Ministério da Mulher. Nesse caso, nota-se uma mobilização no plano político-institucional. A tramitação do projeto no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados foi marcada pela reação de deputados do Partido Colorado, aliados do ativismo antigênero, que o encararam como a promoção da ideologia de gênero, do matrimônio homossexual e do aborto. Em meio a esse contexto, o projeto foi aprovado em junho de 2018, mas com uma modificação que eliminou a garantia da paridade entre homens e mulheres na representação política.

Esses episódios evidenciam que o ativismo antigênero é constituído a partir de um conjunto de atores situados em diferentes espaços na arena pública. Lideranças religiosas, entidades civis pró-vida e pró-família e políticos profissionais atuam muitas vezes de modo articulado para impedir que a ampliação da cidadania em termos de gênero e sexualidade ocorra. Extrapola os objetivos deste trabalho o exame detalhado da atuação de parlamentares em torno da causa antigênero no âmbito legislativo.

Entretanto, cumpre destacar que muitas vezes eles fazem parte de organizações pró-vida e pró-família e atuam politicamente para defender suas causas na esfera político-institucional. Nesse sentido, eles têm um papel importante no interior do ativismo antigênero. São eles que representam politicamente as demandas contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos na esfera político-institucional e nesse âmbito podem influenciar diretamente a regulação das políticas públicas. Organizações conservadoras e entidades da sociedade civil identificadas com as pautas antigênero prestam consultoria e assessoria parlamentar a esses políticos, de modo que existe uma atuação complexa e conjunta entre os diferentes atores que compõem o ativismo antigênero.

⁴⁶ Grupo Impulsor de la Paridad Democrática (GIPD) surgiu em 2014 como uma iniciativa composta por mulheres de diferentes partidos, juntamente com a participação do Ministério da Mulher, organizações da sociedade civil, a ONU Mulheres e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ele foi criado com o intuito de promover debates e ações no que diz respeito à ampliação da paridade de gênero na política.

Nesse ponto, é possível perceber que a partir de meados de 2010, entidades pró-vida e pró-família, lideranças religiosas e fiéis identificados com a pauta antigênero passam a se mobilizar mais intensamente em torno da eleição de candidatos engajados na oposição à agenda de direitos dos movimentos feministas e LGBTQIA+. O ativismo antigênero, então, empenhou-se em expandir sua influência no âmbito político-institucional de forma estratégica, fortalecendo seu alcance e presença nas esferas de poder, a fim de moldar as políticas governamentais e de Estado de acordo com suas crenças e valores conservadores.

Com o fortalecimento da causa antigênero no espaço público, torna-se importante que candidatos sinalizem sistematicamente apoio às pautas de grupos antigênero no contexto de campanhas eleitorais, como ocorreu no Paraguai nas eleições presidenciais de 2013 e 2018, nas quais o Partido Colorado retornou e se manteve no poder. A eleição de governos alinhados às suas demandas refletiu diretamente no fortalecimento dos atores antigênero no caso paraguaio e retrocessos significativos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Na continuidade da atuação ativismo antigênero isso fica muito evidente mediante as demandas dos atores antigênero ao governo de Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado, eleito em 2018. Nesse âmbito destacam-se mobilizações contra o *Pacto Global para Migração* em 2018 e contra o *Acordo de Escazú* em 2019. Em ambos os casos, eles se organizaram contra esses tratados internacionais alegando que eles introduziriam a ideologia de gênero nas leis e nas políticas públicas do país, devido ao fato de que em tais documentos havia termos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, como “perspectiva de gênero”, “orientação sexual”, “saúde sexual e reprodutiva”.

O que se vê em ambos os casos, com já visto no caso da *Carreata Laranja pela Vida e pela Família* abordada no segundo capítulo, é o enquadramento que circunscreve a chamada ideologia de gênero como uma ameaça à soberania nacional e aos princípios culturais e legais do Paraguai, uma vez que a Constituição paraguaia enfatiza a proteção da família em seu Capítulo IV, art.49:

La familia es el fundamento de la sociedad. Se promoverá y se garantizará su protección integral. Esta incluye a la unión estable del hombre y de la mujer, a los hijos y a la comunidad que se constituya con cualquiera de sus progenitores y sus descendientes (Paraguai, 1992, p. 12).

Nesse contexto, o embate contra a ideologia de gênero frequentemente se baseia na ideia de que o país deve se resguardar contra ameaças externas. Tratados internacionais são frequentemente interpretados pelos atores antigênero como imposições de órgãos de cooperação multilateral, como a ONU e a OEA, que desafiam a integridade do Estado Nacional, especialmente no que diz respeito às fronteiras simbólicas valorizadas por eles. A proteção do país, nesse contexto, não se refere a tomada de seu território físico, mas à defesa de territórios simbólicos, como a família, o matrimônio heterossexual e um *ethos* de vida fundamentado em valores morais cristãos. Qualquer incursão nessas áreas é vista como uma ameaça à ordem e estabilidade do país.

Além das lideranças católicas e dos grupos pró-vida e pró-família católicos, os líderes e fiéis evangélicos reunidos em torno de movimentos como *Somos Mucho*, *Mucho Más* e *Con Mi hijos no Te Metas Paraguay*, que se formam em 2017 no contexto das controvérsias em torno da educação básica, exerceram pressão significativa para que o governo não aderisse aos tratados citados. Esses últimos atores se tornaram relevantes no contexto político paraguaio a partir das mobilizações antigênero produzidas ao longo da década de 2010. A partir delas é possível notar a expansão do ativismo antigênero para além de círculos católicos e uma crescente atuação de atores conservadores de direita e evangélicos em torno da causa antigênero.

No contexto de emergência das mobilizações antigênero, por mais que houvesse a articulação entre católicos e evangélicos, era visível o protagonismo de atores de entidades pró-vida e católicos. Em período posterior, sobretudo a partir de 2017, a causa antigênero ganha certa autonomia com relação a esses atores e passa a ser privilegiada por outros grupos devido à capilaridade que o tema adquiriu na arena pública. A ideologia de gênero se tornou um problema social que causa temor em muitas pessoas tendo em vista o conjunto de pânicos morais disseminados a partir da economia de polêmicas adotada pelos atores antigênero ao longo da década de 2010.

7.2 A AMPLIAÇÃO DO ESCOPO DE ATUAÇÃO DO ATIVISMO ANTIGÊNERO NO BRASIL

No caso brasileiro, é possível observar que as mobilizações em torno da chamada ideologia se concentraram no campo de políticas e diretrizes educacionais e no esforço para conduzir a direita e a extrema-direita a cargos eletivos nas eleições

municipais de 2016 e nas eleições gerais em 2018. Como no Paraguai, os atores antigênero atuaram ao longo da década de 2010 com o intuito de institucionalizar a causa antigênero. Com isso, eles visaram influenciar o desenho e implementação de políticas públicas e a legislação de modo a refletir as visões antigênero, o que inclui a limitação dos direitos sexuais e reprodutivos e a promoção de uma visão conservadora sobre gênero e sexualidade.

Nesse cenário, no contexto de mobilizações contra a ideologia de gênero nos planos de educação narradas capítulo quatro, uma série de projetos de lei denominados “Escola Sem Partido” foram apresentados no Congresso Nacional e em casas legislativas estaduais e municipais com o intuito de proibir a abordagens de questões referentes ao gênero e a sexualidade no ambiente escolar. Esse processo já foi amplamente estudado pela literatura acadêmica brasileira, como mostram artigos sobre o estado da arte do (Araújo, 2021; Rezende e Sol, 2021; Rossi e Pátaro, 2020).

Os projetos em questão originaram-se do Movimento Escola Sem Partido, fundado por um advogado católico em 2004, com o propósito de combater o que ele percebia como doutrinação ideológica nas escolas. Através desse movimento, o seu criador e seus seguidores buscavam denunciar e impedir o que eles viam como a disseminação de ideias de orientação política de esquerda nas escolas do Brasil, referindo-se a isso como "doutrinação marxista". Assim, eles alegavam que nas escolas brasileiras existia um processo no qual os professores estavam impondo ideologias com a intenção de influenciar os alunos a apoiar a agenda da esquerda política. A principal demanda do movimento era a institucionalização do Programa Escola Sem Partido, que propunha proibir a abordagem de temas e conteúdos considerados inadequados do ponto de vista político e moral pelos pais dos alunos nas escolas públicas e privadas brasileiras.

Após as polêmicas em torno da chamada ideologia de gênero no PNE, em 2014, o movimento incorporou em sua pauta a causa antigênero e passou a dialogar com parlamentares conservadores ligados às bancadas religiosas e grupos da direita brasileira. Em tal cenário, o Movimento Escola Sem Partido ganhou destaque e conquistou muitos adeptos ao longo da década de meados de 2010 situados no campo religioso conservador e no espectro político da direita e da extrema-direita.

Embora os projetos de lei que buscavam institucionalizar o Programa Escola Sem Partido na educação brasileira não tenham sido aprovados, e aqueles que foram

sancionados acabaram posteriormente considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é importante ressaltar que a mobilização dos atores antigênero no espaço público, em meio à tramitação dos Projetos de Lei Escola Sem Partido, desempenhou um papel fundamental na difusão da preocupação com a ideologia de gênero na esfera pública.

Além disso, eles contribuíram significativamente para que professores e instituições de ensino fossem vigiados e perseguidos devido ao fato de serem identificados com a promoção da chamada ideologia de gênero, nomeada também por atores antigênero no Brasil de doutrinação ideológica. Familiares de estudantes da educação básica foram incentivados a pressionar instituições escolares e professores contra a chamada ideologia de gênero.

Nesse cenário, os atores antigênero continuaram se mobilizando no campo da educação em oposição à introdução do conceito de gênero na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no contexto da formulação da sua versão final entre 2016 e 2017. A partir da atuação conjunta entre representantes das bancadas evangélica e católica do Congresso Nacional, políticos profissionais alinhados às pautas conservadoras, ativistas do Movimento Escola Sem Partido e entidades pró-vida e pró-família, a BNCC foi aprovada sem os descritores de gênero e sexualidade. Não vou me deter a descrição detalhada desse processo, pois há muitos estudos que o analisam densamente (Evangelista e Gonçalves, 2020; Freire, 2018; Silva, Brancaleoni e Oliveira, 2019).

A esse respeito, cumpre destacar que houve a mobilização de membros da hierarquia católica no Brasil articulados com líderes e entidades pró-vida e pró-família para promover sensibilização no tocante à presença dos termos gênero e sexualidade no documento. Destaca-se a realização de simpósios e congressos sobre educação em diversos estados brasileiros por dioceses e instituições de ensino católicas em parceria com Felipe Nery, do Observatório Interamericano de Biopolítica. Nesses eventos, além do mencionado ator, eram convidadas como palestrantes pessoas ligadas aos movimentos pró-vida católicos. Ele participou também de audiências públicas e proferiu palestras em órgãos legislativos estaduais e municipais sobre educação e os direitos de os pais educarem seus filhos conforme suas crenças e valores morais e religiosos.

Na segunda metade de 2010, houve uma intensa mobilização de ativistas católicos conservadores vinculados à Renovação Carismática e ao Instituto Plínio

Corrêa de Oliveira em torno da disseminação da causa antigênero pelo país por meio da promoção de eventos e também por meio da utilização de plataformas digitais, como redes sociais, sites e *blogs*. Esse mesmo movimento ocorre no interior de redes de mobilização de ativistas evangélicos conservadores. Como afirmei no capítulo quatro, a psicóloga Marisa Lobo também participou de uma série de eventos em igrejas e órgãos legislativos proferindo palestras sobre a chamada ideologia de gênero. Igrejas evangélicas pentecostais e do protestantismo histórico organizaram grupos de estudo, simpósios, debates e seminários sobre o tema

A atuação dos atores antigênero no âmbito educacional é um exemplo notável da economia de polêmicas que opera nos modelos religioso, jurídico e político discutidos na seção anterior. Os atores antigênero se mobilizaram em torno da produção de uma série de polêmicas em torno das quais se uniram diferentes forças sociais conservadoras. Ao longo de sua atuação, eles defenderam a intocabilidade de certos princípios e valores morais religiosos, buscando impedir que temas que contestam dogmas cristãos conservadores fossem abordados no contexto educacional. Além disso, incentivam no espaço público que pais e alunos adotassem uma postura de vigília constante, buscando evidências de supostas doutrinações ideológicas nas escolas e propondo medidas de criminalização e punição de docentes.

Em tal cenário, pais e mães passaram a desconfiar da instituição escolar temendo que seus filhos e filhas fossem expostos a pedofilia, tivessem contato com materiais pornográficos e impróprios para infância e adolescência. Havia também o receio de que as crianças e jovens aprendessem a ser homossexuais, transexuais, feministas e militantes da esquerda nas escolas. Além disso, era grande a preocupação de que nas escolas fossem abordadas questões que ferissem a moral religiosa dos familiares dos estudantes. Esses temores são fruto de uma intensa mobilização de pânico morais e polêmicas em torno da causa antigênero baseada na disseminação de desinformação nas redes sociais e aplicativos de mensagens.

As polêmicas geradas pelos atores antigênero em torno dos planos de educação e dos projetos de lei voltados à institucionalização do programa Escola Sem Partido tornaram os oponentes do ativismo antigênero ainda mais claramente identificados como inimigos políticos a serem derrotados. Além disso, essas polêmicas contribuíram significativamente para a mobilização de apoiadores e a formação de alianças no combate à chamada ideologia de gênero. Nesse contexto, a

união de forças conservadoras, que já era evidente desde o processo de gestação do ativismo antigênero, se fortaleceu ainda mais, unindo atores conservadores diversos em torno de objetivos comuns.

Assim, a partir da tramitação dos planos de educação, do Programa Escola Sem Partido e as mobilizações em torno da Base Nacional Comum Curricular, a polemização da categoria ideologia de gênero foi usada no Brasil como estratégia para promover agendas conservadoras específicas e unir diferentes atores em torno de objetivos comuns tanto na esfera político-institucional, como fora dela. Dentre esses atores, destacam-se políticos profissionais vinculados às frentes parlamentares religiosas católica e evangélica e à defesa das pautas conservadoras pró-vida e pró-família. Somam-se a eles, políticos e organizações civis de extrema-direita, *think tanks* ultraliberais, lideranças conservadoras religiosas católicas e evangélicas, antipetistas, ativistas pró-vida e pró-família, além de outros setores ideologicamente alinhados aos valores conservadores e ao espectro da direita.

A atuação desses atores compõe o processo social e político denominado no debate público de *onda conservadora*, que articula, em diferentes níveis, pelo menos quatro linhas de forças sociais: economicamente liberal, moralmente reguladora, securitariamente punitiva e socialmente intolerante (Almeida, 2017, 2019). No que diz respeito ao ativismo antigênero no contexto brasileiro, a articulação dessas linhas de forças começa a ser delineada no começo dos anos 2010 e se consolida ao longo da década.

Como demonstrei no capítulo três, o ativismo antigênero foi gestado no país no interior das estruturas de mobilização de atores católicos conservadores identificados com pautas pró-vida e pró-família em articulação com forças conservadoras e ultraliberais, como o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira e o Instituto Millenium. A partir da crise política manifesta no país entre os anos 2013 e 2016 abordada por Almeida (2019), há um fortalecimento da articulação entre essas forças políticas, econômicas e sociais.

Entre 2010 e 2016, é possível perceber que o ativismo antigênero é mobilizado principalmente por ativistas católicos pró-vida e pró-família, por evangélicos pentecostais e neopentecostais conservadores, lideranças religiosas católicas e evangélicas conservadoras, políticos profissionais vinculados às frentes parlamentares religiosas evangélica e católica. São esses atores que protagonizam protestos em manifestações de ruas e iniciativas voltadas tanto à institucionalização

da proibição da chamada ideologia de gênero, quanto à retirada de diretrizes envolvendo gênero e sexualidade das leis e documentos que orientam a educação básica.

Ao longo desse processo, há um recrudescimento do estabelecimento de alianças desses atores antigênero com outros atores do campo da direita e da extrema-direita. Essa aglutinação de forças em torno da causa antigênero está intimamente relacionada a dois aspectos interligados. O primeiro diz respeito ao antipetismo que desde a gestação do ativismo antigênero lhe é uma espécie de componente constitutivo. O segundo refere-se à conformação da extrema-direita brasileira em torno do antipetismo e da defesa de pautas morais.

Como demonstrado no capítulo três, já no processo de politização da causa antigênero pelo ativismo católico conservador, havia já um conjunto de discursos circulando que associavam os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) à promoção da chamada ideologia de gênero. A pauta antigênero, nesse contexto, foi um aglutinador importante dessas forças sociais e um elemento importante para o fortalecimento desse campo do espectro político.

No que diz respeito a esses dois aspectos, as mobilizações antigênero em torno da educação básica se configuraram a partir da demarcação explícita do Partido dos Trabalhadores (PT) e do espectro político da esquerda como inimigos que precisavam ser derrotados para a superação da ideologia de gênero e para a proteção de pautas morais conservadoras no cenário brasileiro. A narrativa de que era preciso salvar a nação de inimigos personificados no que foi qualificado como ideologia de gênero costura o processo de conformação do ativismo antigênero.

7.2.1 A mobilização da causa antigênero pela extrema-direita brasileira: ideologia de gênero como capital político em contextos eleitorais

A partir de 2017, as demandas dos atores antigênero pautadas na defesa da família e dos valores conservadores cristãos passaram a se articular de modo muito intrínseco a outras questões que estavam sendo pautadas pela extrema-direita brasileira. A partir desse período é possível perceber com maior nitidez a configuração do ativismo antigênero por distintas forças sociais conservadoras que produzem diversas formas de atuação.

A extrema-direita abraçou de forma significativa a causa antigênero, promovendo manifestações de rua, além de organizar congressos e encontros

conservadores nos quais o conhecimento sobre a temática da ideologia de gênero foi disseminado por meio da venda de livros antifeministas e palestras. Nesse contexto, vale destacar o I Congresso Antifeminista realizado em agosto de 2018 no Rio de Janeiro, evento etnografado por Aquino (2020), no qual a ativista Sara Winter participou na condição de palestrante.

Nesse contexto, os protestos contra a filósofa Judith Butler, a performance *La Bête* de Wagner Schwartz e as exposições de arte *Queermuseu*, realizadas no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e no Santander Cultural de Porto Alegre, são eventos cuja análise evidencia um aprofundamento e uma complexificação dessa mescla de forças sociais em torno da causa antigênero no Brasil. Nesses eventos, é possível perceber a mobilização da causa antigênero por atores da direita brasileira.

O protesto antigênero em torno da filósofa Judith Butler⁴⁷ ocorreu na manhã de 7 de novembro de 2017, quando um grupo de pessoas se reuniu para manifestar contra a presença da estudiosa no Brasil em frente ao Sesc Pompeia, em São Paulo. No local, a filósofa palestrava na abertura de um seminário internacional chamado “Os fins da democracia”, organizado pelo Convênio Internacional de Programas de Teoria Crítica da Universidade de Berkely e pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo em parceria com o SESC São Paulo.

Os atores que promoveram o protesto e as pautas por eles defendidas situam-se no campo semântico da direita brasileira contemporânea (Pierucci, 1987), no interior do qual destaca-se a defesa de princípios neoliberais articulada ao antipetismo e ao conservadorismo moral (Lacerda, 2019). Algumas semanas antes do evento, imagens e vídeos compartilhados nas redes sociais destacavam Butler como a fundadora da ideologia de gênero e a apresentavam como uma ameaça às crianças e à família. No Twitter, por meio da *hashtag* #ForaButler muitas pessoas se manifestaram contra a passagem da filósofa pelo país.

Uma petição online na plataforma *CitizenGo*, que defende e promove pautas conservadoras, atingiu 373.398 mil assinaturas em prol do cancelamento da palestra de Butler. Como não foi cancelada, membros de grupos conservadores e de direita promoveram uma manifestação. Estavam presentes o Movimento Direita São Paulo, Instituto Plínio Corra de Oliveira, Movimento Escola sem Partido, Movimento Amor

⁴⁷ Os parágrafos que compõem a análise dos protestos contra a filósofa Judith Butler foram publicados recentemente em um capítulo de livro (Ferreira, 2022).

pelo Brasil, ABC conservador, Movimento Brasil Livre, Movimento São Paulo Conservador, simpatizantes de Jair Bolsonaro, que na época já havia anunciado sua candidatura à presidência.

No protesto em frente ao Sesc, os manifestantes empunhavam bíblias, crucifixos, rosários, bandeiras do Brasil e de Israel, faixas com a mensagem “não à ideologia de gênero!”, além de cartazes diversos nos quais se podia ver imagens de Butler com chifres e do símbolo da ONU manchado de tinta vermelha, que simulava sangue. Dentre eles havia também outros com as frases: “fora Butler”, “meus filhos, minhas regras”, “menos ONU, mais família”, “mais príncipes, mais princesas, menos bruxas, #xôButler”, “menos ONU, mais família”, “menos Butler, mais família”, “pedofilia não!”, “go to hell, Butler”, “o sonho de Judith Butler é destruir a identidade sexual de seu filho”, “Judith Butler não é mulher, não é homem... mas *queer* nos dizer quem somos”, “menino nasce menino”, “menina nasce menina”, “#EuSouFamília, ideologia de gênero não”.

Membros jovens do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) seguravam cartazes nas ruas próximas ao local com as frases “Buzine em favor do casamento como Deus fez: um homem mais uma mulher”, “A família, um homem mais uma mulher, é a base da sociedade”. Além de faixas e cartazes, a mística da manifestação foi construída a partir de orações e pregações, da reprodução do hino nacional e de músicas, como o rap de Guilherme Zamba “Deixem as crianças em paz”, de gritos de guerra que entoavam: “Pula sai do chão quem não quer depravação”, “fora Butler”, “fora PT”, “queremos Bolsonaro presidente do Brasil”, “ei, esquerdista vai ter que trabalhar, o povo brasileiro não vai mais te sustentar! Ei, comunista, vai ter que trabalhar, o povo brasileiro não vai mais te sustentar”.

Como se pode notar, o alvo do protesto não era unicamente Judith Butler e a chamada ideologia de gênero. Muitos cartazes e falas eram voltadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), à esquerda e, especialmente, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, liderança importante do partido. Os ativistas apontavam Lula como ladrão, diziam que seu lugar era na cadeia e que o político havia destruído o país. Além disso, atribuíam ao seu governo a promoção da chamada ideologia de gênero e do comunismo. Alguns usavam camisetas com a frase “Intervenção militar já, ordem e progresso!”, muitas mulheres vestiam rosa e homens azul. Era possível ler cartazes com frases como: “Olavo tem razão”, “Fascista é o cu da sua mãe”, “O chefe destruiu o Brasil”, “Instituto Lula, o instituto do crime”.

Como parte final do ato, alguns ativistas conservadores atearam fogo em uma grande boneca de pano vestida de bruxa com o rosto de Butler aos gritos de “queime a bruxa, queime a bruxa, queime a bruxa!”. Quando a filósofa retornava ao seu país no aeroporto de Congonhas no dia 10 de novembro de 2017, ativistas conservadores que organizaram diversas manifestações no país antipetistas a seguiram empunhando cartazes com a expressão “#ForaButler”. Eles exclamavam repetidamente: “Judith Butler, you are not welcome in Brazil! You are evil [...] you are pedophile”, “porca”, “assassina”, “corruptora de menores”, “você não é bem vinda aqui, você apoia o aborto, você apoia a morte!”

No exame desses dois eventos de mobilização, observei um protagonismo mais forte de atores da extrema-direita. Muitas pessoas e organizações que lideraram ou tiveram uma atuação destacada nas manifestações antipetistas no último governo de Dilma Rousseff (2014-2016), promoveram as manifestações mencionadas no parágrafo anterior. Entre as mulheres que perseguiram Butler, estava uma ativista do ciclo de manifestações antipetistas que tomaram as ruas do país entre 2015 e 2016.

Analisando as mobilizações antigênero, é possível notar que nos protestos que ocorreram em frente à Câmara Municipal de São Paulo já havia um certo alinhamento entre os atores antigênero e com o antipetismo, identificados sobretudo na utilização das cores verde e amarelo, símbolo identitário das manifestações antipetistas e, posteriormente, dos apoiadores do ex-presidente de extrema-direita, Jair Bolsonaro. Desde a sua gestação, o ativismo antigênero se constitui no Brasil com um forte componente antipetista, como já afirmei anteriormente. Contudo, no protesto contra Judith Butler, há um deslocamento importante no que tange ao ativismo antigênero, que adquire certa autonomia em relação ao ativismo religioso conservador.

Afirmo isso porque no evento de protesto mencionado, são principalmente atores do campo da direita que se mobilizaram em torno da causa antigênero a partir de um conjunto muito amplo de demandas que giravam em torno do apoio à eleição de Jair Bolsonaro. É possível considerar que os ativistas católicos e evangélicos conservadores também estão situados no campo da direita, mas é preciso distinguir esses atores. Suas ações e demandas são influenciadas por interpretações específicas das escrituras e doutrinas religiosas de modo que costumam se mobilizar em torno de questões morais, como o aborto, a família tradicional, a sexualidade e a liberdade religiosa. Nos protestos contra Butler, somava-se a essas questões outras pautas como, a defesa de políticas liberais, como a privatização e o livre mercado, do

direito do porte armas e do endurecimento de políticas criminais. Além disso, nota-se o apoio à ditadura militar (1964-1985) e exaltação das forças de segurança, o que inclui muitas vezes a violência policial contra grupos considerados inimigos.

Parte dos mesmos atores que promoveram os protestos contra Butler, já haviam se mobilizado no mês anterior, em setembro de 2017, contra duas manifestações artísticas. Elas foram alvos de protestos que articularam a defesa da moralidade e o ataque liberal aos gastos públicos em direitos sociais. Com liderança do Movimento Brasil Livre, atores e grupos de direita e religiosos conservadores organizaram protestos em frente ao MAM, em São Paulo, e ao Centro Cultural Santander, em Porto Alegre. Em ambos os casos, esses atores portavam bandeiras do Brasil e seguravam cartazes acusando o governo e os artistas de usarem os impostos pagos pela população para financiar a promoção da pedofilia, da zoofilia, da pornografia, da destruição da família e da moralidade judaico-cristã. Nas redes sociais foram postados e compartilhados conteúdos que associavam a exposição e a performance à esquerda, aos grupos LGBTQIA+ e feministas, à ideologia de gênero, à sexualização e erotização infantil.

As polêmicas criadas em torno das manifestações artísticas foram exploradas no modelo político pelo então candidato da extrema-direita Jair Bolsonaro, que estava percorrendo o país para anunciar sua candidatura e começar sua campanha política. Como exemplo, cito um evento que ocorreu no dia cinco de outubro de 2017, no qual Jair Bolsonaro participou de um evento nomeado “Bolsonaro em Belém”, organizado pelo deputado federal delegado Eder Mauro (PSD-PA). A programação previa uma recepção no aeroporto, uma carreata pela cidade em um carro de som e uma palestra em um lugar com capacidade para aproximadamente mil pessoas.

No aeroporto e em frente ao local da palestra ele defendeu o porte de arma de fogo, a propriedade privada, o voto impresso, criticou o comunismo, os direitos humanos, a ex-presidente Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores, a doutrinação de crianças nas escolas. Além disso, criticou a performance “La Bête” de Wagner Schwartz realizada no Museu de Arte Moderna e a exposição “Queermuseu” no Santander Cultural de Porto Alegre. Bolsonaro afirmou: “O Brasil precisa que a inocência seja respeitada. Comigo, não vai ter essa história de gastar dinheiro público com picaretas como fizeram nessas exposições de São Paulo e Porto Alegre” (Venceslau, 2017).

A polemização antigênero em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente das iniciativas de promoção de políticas educacionais voltadas ao combate à desigualdade de gênero e à discriminação sexual, gerou, aos poucos, apoio à demanda por defesa das crianças e da família no contexto brasileiro, diante de ameaças construídas por meio de uma economia de polêmicas. Como resultado desse fenômeno, surgiu um enquadramento que anunciava que as políticas do Partido dos Trabalhadores, a esquerda, e os movimentos feministas e LGBTQI faziam parte de um plano para destruir a família tradicional e os valores judaico-cristãos, com o objetivo de implantar o comunismo ou o socialismo no Brasil.

Nesse cenário, a causa antigênero foi incorporada na campanha política de Jair Bolsonaro nas seguintes pautas políticas: 1) Combate ao “kit gay” e a ideologia de gênero 2) Combate a doutrinação nas escolas 4) Combate à esquerda e ao comunismo 3) Defesa da família 5) Defesa da heterossexualidade. As polêmicas e os pânico morais em torno da chamada ideologia de gênero, de modo geral, foram empregados por ele de forma significativa para conquistar o eleitorado cristão conservador. Como mostra Leite (2019), das cinco informações falsas difundidas nas redes sociais em favor de Jair Bolsonaro, duas eram voltadas para a pauta de defesa das crianças.

[...] São elas: a que afirma a existência de um suposto “kit gay” que teria sido distribuído para crianças de 6 anos nas escolas, incluído aqui o episódio da “mamadeira de piroca”, e a que afirmava que se Haddad [candidato oponente do Partido dos Trabalhadores] chegasse ao poder, legalizaria a pedofilia [...] (Leite, 2019).

Nesse ponto, cumpre destacar que, como no Paraguai, o combate à ideologia de gênero se capilarizou de tal forma na sociedade brasileira, que se tornou um fator de capital político. Nos jornais brasileiros analisados, os resultados das buscas com o descritor de ideologia de gênero demonstram que o termo foi fortemente mobilizado em disputas eleitorais nas eleições municipais de 2016 na capital do Rio de Janeiro, na disputa entre Marcelo Freixo (PSOL) e Marcelo Crivella (PRB), bispo da neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Como ocorria nas eleições gerais em 2018, o então candidato Marcelo Crivella recorreu aos pânico em torno da chamada ideologia de gênero para atacar seu adversário e conquistar eleitores.

Em meio a esses períodos eleitorais, o ativismo conservador religioso continuou se mobilizando em prol da causa antigênero. Por outro lado, atores do

campo da extrema-direita, também atuaram fortemente para influenciar a eleição de candidatos aliados por meio da causa antigênero. O principal intuito desses atores era influenciar a introdução da causa antigênero nas plataformas de governo municipais, estaduais e federal.

A discussão de McAdam e Tarrow (2011) sobre a relação entre movimentos sociais e eleições tem relevância para entender a atuação do ativismo antigênero nas eleições no caso paraguaio e brasileiro. Eles destacam que os movimentos frequentemente usam eleições para avançar suas causas, promovendo candidatos e questões alinhadas com seus objetivos. Isso pode envolver um aumento na sua atividade durante campanhas eleitorais, visto como uma oportunidade para influenciar o processo político (McAdam e Tarrow, 2011).

Cumprir destacar que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 abriu janelas de oportunidades políticas para ativistas pró-vida e pró-família transformarem o combate à ideologia de gênero em política de governo. A atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) entre 2019 e 2022 em favor da construção de políticas públicas voltadas à família nuclear revela o caráter eminentemente produtivo da interdição à chamada ideologia de gênero. No Brasil, a pauta antigênero foi incorporada pelo governo Bolsonaro de forma entrelaçada, como estratégia de conservação do apoio político entre seu eleitorado e como alicerce do delineamento de uma política sexual contrária aos direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse último âmbito, existem duas dimensões normativas: de um lado, a não formulação de políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQIA+ e, de outro, a construção de políticas públicas voltadas para afirmação e preservação da família heteronormativa. Ambas se entrelaçam promovendo a negação dos direitos sexuais e reprodutivos articulada à produção de uma política familista que consagra a família nuclear moderna como sujeito de direito privilegiado do Estado. Essas políticas investem na regulação moral do público e do privado como dispositivo de acomodação das necessidades da expansão neoliberal. Nesse cenário, o MMFDH, com orientação religiosa conservadora, fortaleceu políticas em defesa da família patriarcal, como mostram estudos (Campos e Bernardes, 2022; Feitosa, 2021; Melo, 2020; Teixeira e Barbosa, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, investiguei as características e dinâmicas do ativismo antigênero no Brasil e no Paraguai durante a década de 2010. O objetivo foi analisar como o ativismo antigênero se configurou e se consolidou nesses países, revelando suas estruturas, recursos, atores, demandas, estratégias e discursos de mobilização. Para tanto, a partir de uma pesquisa em documentos e nos meios digitais, localizei e analisei um conjunto de eventos de mobilização promovidos pelos atores antigênero.

Essa abordagem metodológica envolveu identificar os atores participantes, examinar as formas de ação empregadas, explorar as demandas formuladas e analisar as estratégias e recursos de mobilização. Além disso, concentrei-me nos discursos produzidos e nos significados atribuídos à categoria "ideologia de gênero" durante seus episódios de mobilização. Esse enfoque permitiu uma compreensão mais profunda de como essa categoria influencia e orienta as ações coordenadas do ativismo antigênero, além de impulsionar a disseminação de suas causas na esfera pública.

Sem a pretensão de demarcar um ponto fixo de emergência das mobilizações antigênero na América Latina, já que o fenômeno possui dinâmicas e origens próprias em diferentes contextos, é possível afirmar que o Paraguai é o primeiro país em que se assiste pessoas nas ruas em protestos organizados contra a chamada ideologia de gênero. Na maior parte dos outros países latino-americanos, isso ocorreu a partir de meados da década de 2010, como demonstrei no primeiro capítulo a partir da revisão de literatura.

Como abordado no capítulo dois, tais mobilizações emergem em 2010 contra a implementação de um documento que propunha a regulamentação da educação sexual e da promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero na educação básica. Na configuração do ativismo antigênero no país a partir da *Campanha Queremos Papá y Mamá*, é possível identificar a transnacionalização do ativismo conservador religioso católico, uma vez que a campanha surgiu na Argentina e foi transposta para o Paraguai por intermédio de suas redes de mobilização em íntima relação com as alas conservadoras do clero católico, que possuem uma atuação tanto regional, quanto internacional.

No contexto brasileiro, abordado nos capítulos três e quatro, é possível notar que a configuração do ativismo antigênero está intimamente relacionada às reações

de atores católicos conservadores pró-vida e pró-família a acenos do governo brasileiro liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) às demandas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ contidas no PNDH-3, especialmente no tocante ao direito ao aborto e ao reconhecimento da união civil entre casais homossexuais. Ambos os contextos confirmam o que parte da literatura discutida no primeiro capítulo tem apontado sobre a transnacionalidade do ativismo antigênero na América Latina, especialmente no que diz respeito ao fato de o fenômeno em questão se constituir como uma reação a possibilidades de avanços de direitos sexuais e reprodutivos em diferentes países da região.

Um aspecto importante acerca da transnacionalidade do fenômeno que se verifica nos dois cenários é a atuação conjunta de atores católicos conservadores locais e internacionais. A gestação e a emergência do ativismo antigênero nos dois países deve-se à atuação de uma rede de mobilização de atores antiaborto já consolidada que agrega entidades nacionais e internacionais, como organizações nacionais pró-vida ligadas à igreja católica e entidades que possuem uma atuação transnacional. Nesse caso, destacam-se a entidade antiaborto *Human Life International* (HLI), a *Alliance Defending Freedom*, associação fundada pela direita cristã norte-americana que defende os interesses e valores morais cristãos a partir de uma perspectiva e atuação jurídica, e a organização de extrema-direita espanhola Hazte Oír.

As estruturas e os recursos de mobilização do ativismo católico conservador antiaborto que reúnem atores locais e internacionais desempenharam um papel crucial na formação e expansão do ativismo antigênero em ambos os países. Enquanto o ativismo antiaborto se baseia na causa pró-vida, manifestada principalmente na oposição ao aborto, às pesquisas com células-tronco embrionárias e às políticas de planejamento familiar e métodos contraceptivos, o ativismo antigênero, fundamentado na causa pró-família, se concentra em questões relacionadas aos direitos sexuais, identidade de gênero e orientação sexual, conforme demonstrado por Vaggione (2017).

No último caso, é possível perceber uma concentração de esforços em torno de questões relacionadas à regulação dos direitos da comunidade LGBTQIA+, como proteção contra a violência e discriminação, reconhecimento legal de gênero, casamento homossexual, educação sexual e pautada no respeito às diferenças de gênero e sexualidade. Além disso, nota-se um empenho também contra a promoção

da igualdade de gênero por meio de ações e medidas que questionem as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres, bem como a desconstrução do caráter biológico da distinção sexual operada pelos estudos de gênero e sexualidade.

No Brasil e no Paraguai, de modo geral, foi em torno desses temas que o ativismo antigênero concentrou seus esforços e expandiu seu escopo de atuação. No contexto brasileiro, a gestação do ativismo antigênero pelo ativismo católico conservador antiaborto brasileiro foi pautada na defesa de valores morais e da preservação de normas tradicionais de gênero e sexualidade. Isso resultou na ampliação do ativismo antigênero para além do campo católico, atraindo indivíduos e grupos conservadores do campo evangélico e do campo da direita e extrema-direita que também se identificam com essa causa.

No Paraguai, o ativismo antigênero também se estabeleceu a partir de organizações e estruturas previamente estabelecidas pelo movimento católico conservador antiaborto. Essa colaboração estratégica permitiu que o ativismo antigênero se consolidasse como uma força influente na política e na sociedade paraguaia, concentrando-se em questões relacionadas à regulação da cidadania de gênero e sexual.

Nesse cenário, os ativistas católicos conservadores antigênero desempenharam um papel fundamental na promoção da pauta antigênero. Eles estabeleceram alianças estratégicas com atores do campo conservador evangélico e com atores políticos da direita e da extrema-direita, consolidando uma coalizão política em torno das mobilizações antigênero. Esse alinhamento contribuiu para a disseminação das pautas antigênero, o que influenciou significativamente tanto a política sexual e de gênero adotada pelos dois países a partir da década de 2010, como a cena política, impactando diretamente a democracia dos dois países.

No que diz respeito a essas alianças, esta tese apresenta limitações no aprofundamento das coalizões entre atores evangélicos e católicos conservadores em torno da causa antigênero. Outra lacuna refere-se ao papel e às características específicas da mobilização de atores evangélicos conservadores no processo de conformação do ativismo antigênero. Vale destacar que, ao optar por trabalhar com o recorte da influência significativa dos atores católicos conservadores e das entidades pró-vida na conformação do ativismo antigênero em ambos os países, dediquei maior atenção à mobilização desses atores ao longo da pesquisa.

Nesse cenário, o ativismo antigênero foi construído no interior das estruturas de igrejas, organizações religiosas e de direita, com apoio de partidos políticos e do Estado. As estratégias adotadas por membros da base do ativismo antigênero incluíam convocar manifestações e protestos nas ruas, mobilizar a causa antigênero nas redes sociais, apoiar a candidatura de políticos conservadores pró-vida e pró-família, bem como rechaçar candidatos e políticos favoráveis às pautas dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Além disso, eles se concentraram em exercer pressão sobre governantes nas ruas e nas redes sociais. Destaca-se ainda a promoção de uma série de eventos formativos e de sensibilização voltados às pessoas que se identificam com a causa antigênero, como festivais, encontros e marchas.

No que diz respeito aos enquadramentos discursivos dos atores antigênero, destaca-se a utilização de uma economia de polêmicas baseada na disseminação de pânico morais em torno dos direitos sexuais e reprodutivos na esfera pública. No capítulo cinco, demonstro que esses atores investem em estratégias fundamentadas na promoção do medo por meio da produção e distribuição de controvérsias em torno da causa antigênero. Com essa tática, demarcam seus adversários como inimigos, buscando deslegitimar suas pautas. Além disso, recorrem à produção de polêmicas para reafirmar seus dogmas religiosos e fortalecer alianças com outros atores do campo conservador.

Nesse contexto, atores ligados a entidades pró-vida começaram a se mobilizar em torno da pauta pró-família, especialmente com a emergência do ativismo antigênero. Na visão desses atores, a família e a vida estariam ameaçadas por legislações que promovem os direitos sexuais e reprodutivos. É importante notar que as redes de atuação do ativismo católico conservador, formadas na primeira década dos anos 2000 em torno da causa pró-vida, ampliaram seu escopo de atuação para incluir a causa pró-família, em resposta a uma série de iniciativas do Executivo, em ambos os países, voltadas ao combate à discriminação e à promoção do respeito à diversidade de gênero e sexual. Como parte dessas iniciativas estava no campo educacional, os ativistas conservadores católicos passaram a disputar a regulação das diretrizes da educação básica com base na causa antigênero.

Embora tenha emergido centrado no campo educacional, o ativismo antigênero expandiu seu escopo de atuação, tornando-se uma questão relevante nas agendas políticas de ambos os contextos, como demonstrado no capítulo seis. A direita e a

extrema-direita passaram a ver a causa antigênero como uma espécie de capital político em um contexto mais amplo de ascensão do conservadorismo e da extrema-direita no mundo ocidental. Esse ponto, embora identificado no campo da pesquisa, extrapola os objetivos desta tese e, portanto, demanda uma análise mais aprofundada.

No Brasil, o combate à ideologia de gênero foi utilizado como estratégia para levar a extrema-direita ao poder e deslegitimar o espectro político da esquerda, enquanto no Paraguai serviu como tática para manter a direita no poder após o impeachment de Fernando Lugo. Em ambos os países, a causa antigênero transformou-se em uma agenda de governo para políticos de direita, um fenômeno que poderá ser explorado em pesquisas futuras. Investigações posteriores também poderão analisar o processo de institucionalização da causa antigênero na esfera pública brasileira e paraguaia.

Nesse sentido, a pesquisa de campo identificou o ingresso de atores antigênero nos governos de direita e extrema-direita nos dois países, ocupando ministérios e outras posições importantes para a formulação e execução de políticas públicas. Como esse tópico ultrapassa os objetivos deste trabalho, não foi possível analisá-lo em profundidade, devendo ser explorado em outros estudos. A superação dessas lacunas é importante para compreender o impacto do ativismo antigênero nas agendas de direitos humanos pautadas em gênero e sexualidade nos dois países estudados.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 86, p. 5–20, mar. 2010. DOI: 10.1590/S0101-33002010000100001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100001&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.
- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a sua vida nua I**. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- ALMEIDA, R. DE. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cr9ShrVJbCWsDHMrxTDm3wb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ALMEIDA. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 185–213, 2019. . DOI: 10.25091/S01013300201900010010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49–86, 2009. DOI: 10.1590/S0102-64452009000100003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.
- ALONSO, A.; LOMBARDO, E. Gender Equality and De-Democratization Processes: The Case of Spain. **Politics and Governance**, v. 6, n. 3, p. 78–89, 14 set. 2018. DOI: 10.17645/pag.v6i3.1419. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/1419>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ALVES, M. M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- AQUINO, A. F. **Antifeminismo brasileiro: I Congresso Antifeminista do Brasil**. [s.l.] Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22054>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ARAGUSUKU, H. A. **O discurso da "ideologia de gênero" na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI: 10.11606/D.47.2019.tde-03062019-181514. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-03062019-181514/>.
- ARAÚJO, R. D. A literatura sobre o Escola Sem Partido e os temas principais: um estudo da arte. **Revista Dialectus - Revista de Filosofia**, n. 23, p. 279–306, 28 ago. 2021. <https://doi.org/10.30611/2021n23id71861>. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/71861>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ARAÚJO, V. Não Se Meta Com Meus Filhos: Gênero, Família E Discurso Conservador Na Crise Democrática Latino-Americana. **Revista TransVersos**, n. 18, p. 86–107, 2020. <https://doi.org/10.12957/transversos.2020.50331> Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/50331>. Acesso em: 15 out. 2023.

ÁVILA, M. B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. suppl 2, p. S465–S469, 2003. DOI: 10.1590/S0102-311X2003000800027. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800027&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88–113, maio 2006. DOI: 10.1590/S0104-62762006000100004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762006000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.

BALIEIRO, F. DE F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, n. 53, 11 jun. 2018. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200406&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.

BANASZAK, L. A.; ONDERCIN, H. L. Explaining the dynamics between the women’s movement and the conservative movement in the United States. **Social Forces**, v. 95, n. 1, p. 381–410, 2016. DOI: 10.1093/sf/sow051. Disponível em: <https://pure.psu.edu/en/publications/explaining-the-dynamics-between-the-womens-movement-and-the-conse>. Acesso em: 15 out. 2023.

BARAJAS, K. B. Pánico moral y de género en México y Brasil: rituales jurídicos y sociales de la política evangélica para deshabilitar los principios de un estado laico. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 2, p. 85–118, ago. 2018. DOI: 10.1590/0100-85872018v38n2cap03. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872018000200085&lng=es&tlng=es. Acesso em: 15 out. 2023.

BESSONE, P. G. Activismo católico antiabortista en Argentina: performances, discursos y prácticas. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 26, p. 38–67, ago. 2017. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.26.03.a>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/XPpG4WmZf8fvX8Q4d9kqzDM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

BIROLI, F. The Backlash against Gender Equality in Latin America : Temporality , Religious Patterns , and the Erosion of Democracy. **LASA Forum**, v. 51, n. 2, p. 22–26, 2020a. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol51-issue2/dossier1-3.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. *Em*: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. D. C.; VAGGIONE, J. M. (Eds.). . **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020b. .

BIROLI, F.; CAMINOTTI, M. The Conservative Backlash against Gender in Latin America. **Politics and Gender**, v. 16, n. 1, p. 1–6, 2020. DOI: 10.1017/S1743923X20000045. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/conservative-backlash-against-gender-in-latin-america/14D10524793D61122478A8A391C33E22>. Acesso em: 15 out. 2023.

BIROLI, F.; MACHADO, M. D. D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BLEE, K. M.; CREASAP, K. A. Conservative and right-wing movements. **Annual Review of Sociology**, v. 36, p. 269–286, 2010. DOI: 10.1146/annurev.soc.012809.10260. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1691319>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. PODER EXECUTIVO. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2010]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01fowq8hmyzux5lh0gm87xmcde33684367.node0?codteor=831421&filename=PL+8035/2010. Acesso em: 14 dez. 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Tradução Mario Antunes Marino; Eduardo Altheman C. Santos. 1. ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUSBRIDGE, R.; MOFFITT, B.; THORBURN, J. Cultural Marxism: far-right conspiracy theory in Australia’s culture wars. **Social Identities**, v. 26, n. 6, p. 722–738, 1 nov. 2020. DOI: 10.1080/13504630.2020.1787822. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13504630.2020.1787822>. Acesso em: 15 out. 2023.

BUSS, D. E. Robes, Relics and Rights: the Vatican and the Beijing Conference On Women. **Social & Legal Studies**, v. 7, n. 3, p. 339–363, 17 set. 1998. DOI: 10.1177/096466399800700302. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/096466399800700302>. Acesso em: 15 out. 2023.

BUSS, D.; HERMAN, D. **Globalizing family values : the Christian right in international politics**. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2003.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALDEIRA, R. C.; GAMA, V. Cruzada pela família: os métodos de penetração no espaço público de um movimento católico (2008-2017). **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 79, n. 314, p. 571, 18 dez. 2019. DOI: 10.29386/reb.v79i314.1904. Disponível em: <http://reb.itf.edu.br/reb/article/view/1904>. Acesso em: 15 out. 2023.

CAMPOS, C. H. DE; BERNARDES, M. N. Ideologia de gênero e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 3, 2022. DOI: 10.1590/1806-9584-2022v30n373882 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2022000300201&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.

CARBONE, R.; CUENCA, J. **108: genocidio: homopolítica en Paraguay : entre la represión y la afirmación de derechos**. 1. ed. Buenos Aires: El 8vo. Loco; Tren en Movimiento Ediciones, 2018.

CAREAGA-PÉREZ, G. Moral Panic and Gender Ideology in Latin America. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 251–255, 19 fev. 2016. DOI: 10.18352/rg.10174. Disponível em: https://brill.com/view/journals/rag/6/2/article-p251_8.xml. Acesso em: 15 out. 2023.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 153–166, 2011. DOI: 10.1590/S0104-44782011000200011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HPcYGvswbvdFjJGGpLnk6Zd/?lang=pt> Acesso em: 15 out. 2023.

CARNAC, R. Imaginary enemy, real wounds: counter-movements, ‘gender theory’, and the French Catholic church. **Social Movement Studies**, v. 19, n. 1, p. 63–81, 2020. DOI: 10.1080/14742837.2019.1708307. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14742837.2019.1708307>. Acesso em: 15 out. 2023.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n. 2, p. 323–345, ago. 2015. DOI: 10.1590/0104-93132015v21n2p323. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200323&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.

CARREIRA, D. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20042016-101028/pt-br.php>. Acesso em: 15 out. 2023.

CELLARD, A. A análise documental. *Em: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p. 295–317.

CERNA VILLAGRA, S. P. Decidirse a decidir: ¿ cómo se promueve la legislación sensible al género en Paraguay? **Estudios Paraguayos**, v. 33, n. 1 e 2, p. 95–122,

2015. Disponível em:

<https://biblat.unam.mx/hevila/Estudiosparaguayos/2015/vol33/no1-2/9.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CHAFETZ, J. S.; DWORKIN, A. G. In the face of threat: Organized antifeminism in Comparative Perspective. **Gender & Society**, v. 1, n. 1, p. 33–60, 1987. DOI: 10.1177/089124387001001003. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/DWOITF>. Acesso em: 15 out. 2023.

COOPER, M. **Family Values: between neoliberalism and the new social conservatism**. 1. ed. Nova Iorque: Zone Books, 2019.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 11 jun. 2018. DOI: 10.1590/18094449201800530001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200401&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2023.

CORRÊA, S.; KALIL, I. **Políticas Antigênero em América Latina: Brasil - ¿La catástrofe perfecta?** Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidade e Política (SPW), 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

CORRÊA, S.; PARKER, R. **Políticas Antigênero em América Latina**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, 2020.

CORREDOR, E. S. Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 44, n. 3, p. 613–638, mar. 2019. DOI: 10.1086/701171. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/701171?mobileUi=0&/> Acesso em: 15 out. 2023.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139–164, 2004. DOI: 10.5007/%25x. Disponível em: <https://bit.ly/3oFeXtR>. Acesso em: 15 out. 2023.

DUARTE DE SOUZA, S. O gênero da discórdia. A Igreja Católica e a campanha contra os direitos das mulheres na política internacional: uma abordagem a partir das conferências do Cairo e de Pequim. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, v. 15, n. 2, p. 483–504, 20 jan. 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1982-6605.2018v15n2.42234. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/42234>. Acesso em: 15 out. 2023.

EARL, J. *et al.* The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v. 30m, n. 1, p. 65–80, 1 ago. 2004. DOI: 10.1146/annurev.soc.30.012703.110603. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.soc.30.012703.110603>. Acesso em: 15 out. 2023.

EISENSTEIN, Z. Antifeminism in the Politics and Election of 1980. **Feminist Studies**, v. 7, n. 2, p. 187, 1981. DOI: 10.2307/3177521. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3177521?origin=crossref>. Acesso em: 15 out. 2023.

EISENSTEIN, Z. R. The Sexual Politics of the New Right: Understanding the “Crisis of Liberalism” for the 1980s. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 7, n. 3, p. 567–588, 1982. DOI: 10.1086/493900. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/493900>. Acesso em: 15 out. 2023.

EVANGELISTA, A. P.; GONÇALVES, R. M. GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: descritores ausentes que tornam abjetos os corpos transgressores da norma. **Revista Exitus**, v. 10, p. 1–26, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n0id1233. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602020000100238&script=sci_abstract. Acesso em: 15 out. 2023.

FACCHINI, R.; SÍVORI, H. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: Situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, v. 2017, n. 50, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tCztrwD9pHz5YTnSqkqfMPn/>. Acesso em: 15 out. 2023.

FALUDI, S. **Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra mulheres**. Tradução: Mario Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FASSIN, Éric; DUARTE, M. .; PAZ, D. . Campanhas antigênero, populismo e neoliberalismo na Europa e na América Latina. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 22–32, 2021. DOI: 10.9771/cgd.v7i1.42911. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42911>. Acesso em: 15 out. 2023.

FAZANI DA SILVA, A. C. *et al.* **A construção do Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo: conflito orçamentário, projetos políticos e atores** **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.anepcp.org.br/anaisenepcp>. Acesso em: 15 out. 2023.

FEITOSA, C. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 14, n. 43, p. 74, 11 jan. 2021. DOI: 10.3895/cgt.v14n43.11487. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/11487>. Acesso em: 15 out. 2023.

FERREIRA, C. C. O ativismo antigênero no Brasil: a produção de sexualidades e identidades monstruosas. *Em*: SILVA, MARCELO DA SILVEIRA CAMPOS; FAISTING, ANDRÉ LUIZ FAISTING; OLIVEIRA, ESMAEL ALVES DE OLIVEIRA; SILVA, M. A. DA (Ed.). **Sociologia, Antropologia e Ciência Política: temas emergentes**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2022. p. 47–64.

FERREIRA, C. C.; AGUIAR, M. M. “Ideologia de gênero”: pânico morais, silêncios tagarelas e a (re)produção de normas binárias de gênero. **Revista Nanduty**, v. 6, n.

8, p. 114–143, 28 set. 2018. DOI: 10.30612/nty.v6i8.8838. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/8838>. Acesso em: 20 set. 2023.

FOUCAULT, M. Polemics, Politics and Problematizations. *Em*: RABINOW, P. (Ed.). . **Essential Works of Foucault**. Vol. 1 "E ed. [s.l.] The New Press, 1998. p. 381–390.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque; José Augusto Guilhaon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

FREIRE, P. 'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. **ex aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres**, n. 37, 15 jun. 2018. DOI: 10.22355/exaequo.2018.37.03. Disponível em: <http://exaequo.apem-estudos.org/artigo/ideologia-de-genero-e-a-politica-de-educacao-no-brasil>. Acesso em: 15 out. 2023.

GALZERANO, L. S. A ofensiva antigênero na sociedade brasileira. **Trabalho necessário**, v. 19, n. 39, p. 82–104, 2021. DOI: 10.22409/tn.v19i38. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45703>. Acesso em: 15 out. 2023.

GIRARD, F. Negotiating Sexual Rights and Sexual Orientation at the UN. *Em*: PARKER, R.; PETCHESKY, R. P.; SEMBER, R. (Eds.). . **Sex Politics: reports from the Front Lines**. [s.l.] Sexuality Policy Watch, 2007. .

GOHN, M. DA G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRZEBALSKA, W.; KOVÁTS, E.; PETŐ, A. Gender as symbolic glue: how 'gender' became an umbrella term for the rejection of the (neo)liberal order. **Political Critique**, p. 13, 2017. Disponível em: <http://politicalcritique.org/long-read/2017/gender-as-symbolic-glue-how-gender-became-an-umbrella-term-for-the-rejection-of-the-neoliberal-order/>. Acesso em: 15 out. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polit**, v. 18, n. 43, p. 449–502, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso em: 15 out. 2023.

KALIL, I. O. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. *Em*: SANTANA, A. T. (Ed.). . **Derechos en riesgo en América Latina 11 estudios sobre grupos neoconservadores**. 1. ed. Bogotá: Fundación Rosa Luxemburg; Ediciones desde abajo, 2020. p. 35–55.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. *Em*: GELAS, N.; KERBRAT-ORECCHIONI, CATHERINE. (Eds.). . **Le discours polemique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980. p. 3–40.

KOROLCZUK, E. “The War on Gender” from a Transnational Perspective - Lessons for Feminist Strategising. *Em: Anti-Gender Movements on the Rise? Strategising for Gender Equality in Central and Eastern Europe*. Berlim: Heinrich Böll Foundation, 2015. p. 43–53.

KOVÁTS, E. The Emergence of Powerful Anti-Gender Movements in Europe and the Crisis of Liberal Democracy. *Em: KÖTTIG, M.; BITZAN, R.; PETÖ, A. (Eds.). . Gender and Far Right Politics in Europe. Gender and Politics*. [s.l.] Palgrave Macmillan, Cham, 2017. p. 175–189. Disponível em: <https://www.boell.de/sites/default/files/2015-04-anti-gender-movements-on-the-rise.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

KOVÁTS, E. Questioning Consensuses: Right-Wing Populism , Anti-Populism , and the Threat of ‘ Gender Ideology ’. p. 1–11, 2018. . DOI: 10.1177/1360780418764735. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1360780418764735>. Acesso em: 20 set. 2023.

LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATINOBARÔMETRO, Coroporação. **Latinobarómetro 2010. Paraguay: Ficha Técnica del Estudio. Estudio nº LAT-2010**. Santiago. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/latCodebooks.jsp>. Acesso em: 20 set. 2023.

LEITE, V. “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 32, p. 119–142, ago. 2019. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2019.32.07.a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000200119&lng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

LIONCO, Tatiana et al . Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2023.

LOPEZ, M. Democracia en Paraguay: la interrupción del “proceso de cambio” con la destitución de Fernando Lugo Méndez (2012). **Cuadernos del Cendes**, v. 31, n. 95, p. 95–119, 2014. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082014000100005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2023.

LUNA, N. Aborto e corporalidade: sofrimento e violência nas disputas morais através de imagens. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 293–325, dez. 2014. DOI: 10.1590/S0104-71832014000200012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

71832014000200012&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

LUNA, N. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, n. 50, 18 dez. 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200311&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

MACHADO, C. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, v. 4, n. 7, 2004. Disponível em: <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125>. Acesso em: 20 set. 2023.

MACHADO, M. DAS D. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25–54, 2012. DOI: 10.1590/s0103-33522012000100003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/PTHwmQfBxGnZ6H4LQ7tp8Dc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

MACHADO, M. DAS D. C. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 11 jun. 2018. DOI: 10.1590/1806-9584-2018v26n247463. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200212&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

MACHADO, M. DAS D. C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. *Em*: BIROLI, F.; MACHADO, M. DAS D. C.; VAGGIONE, J. M. (Eds.). . **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83–135.

MANCHENO, M.; SILVA, G. DE A.; GISSEL, C. **Fortaleciendo la educación sexual a través de la cooperación horizontal entre países sudamericanos: Proyecto de Armonización de las Políticas Públicas en Educación Sexual y Prevención del VIH-Sida y Drogas en el Ámbito Escolar**. 1. ed. Brasil: Gráfica Semear, 2009.

MARSHALL, S. E. Ladies against Women: Mobilization Dilemmas of Antifeminist Movements. **Social Problems**, v. 32, n. 4, p. 348–362, abr. 1985. DOI: 10.3138/topia.13.31. Disponível em: <http://utpjournals.press/doi/10.3138/topia.13.31>. Acesso em: 20 set. 2023.

MARSHALL, S. E. Who Speaks for American Women? The Future of Antifeminism. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 515, p. 50–62, 1991. DOI: 10.1177/0002716291515001005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42742037>. Acesso em: 20 set. 2023.

MAYO, M. DE; TORRES GONZÁLEZ, G. An introductory look at the Paraguayan news media. **Lumina**, v. 13, n. 2, p. 55–72, 2019. **Lumina**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 55–72, 2019. DOI: 10.34019/1981-4070.2019.v13.27761. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/27761>. Acesso em: 20 set. 2023.

MCADAM, D.; TARROW, S. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 18–51, dez. 2011. DOI: 10.1590/S1517-45222011000300003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

MCGLLEN, N.; O'CONNOR, K. Toward a Theoretical Model of Countermovements and Constitutional Change: **Women & Politics**, v. 8, n. 3–4, p. 45–71, abr. 1988. DOI: 10.1300/J014v08n03_03. Disponível em: http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J014v08n03_03. Acesso em: 20 set. 2023.

MELO, F. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020. Disponível em: DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n372564. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000300502&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, p. 49–66, jun. 1989. DOI: 10.1590/S0102-64451989000200004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. 1. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Tradução: Maria do Carmo Alves do Bomfim. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MENESES, D. Con Mis Hijos No Te Metas: un estudio de discurso y poder en un grupo de Facebook peruano opuesto a la «ideología de género». **Anthropologica**, v. 37, n. 42, p. 129–154, 2019. DOI: 10.18800/anthropologica.201901.006. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S0254-92122019000100007&script=sci_abstract. Acesso em: 20 set. 2023.

MEYER, D.; STAGGENBORG, S. Movements, countermovements, and the structure of political opportunity. **The American Journal of Sociology**, v. 101, n. 6, p. 1628–1660, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2782114>. Acesso em: 20 set. 2023.

MISKOLCI, R. The Moral Crusade on “Gender Ideology”: notes on conservative political alliances in Latin America. **Journal of the Brazilian Sociological Society**, v. 4, n. 2, p. 44–59, 2018. DOI: /10.20336/sid.v4i2.99. Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/wp-content/uploads/2021/11/3-The-Moral-Crusade-on-Gender-Ideology-notes-on-conservative-political-alliances-in-Latin-America.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: Notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725–747, 2017. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt/> Acesso em: 20 set. 2023.

MORÁN FAÚNDES, J. M. The geopolitics of moral panic: The influence of Argentinian neo-conservatism in the genesis of the discourse of ‘gender ideology’. **International Sociology**, v. 34, n. 4, p. 402–417, jul. 2019. DOI: 10.1177/0268580919856488. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0268580919856488>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOTTL, T. L. The Analysis of Countermovements. **Social Problems**, v. 27, n. 5, p. 620–635, 1980. DOI: 10.2307/800200. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/800200>. Acesso em: 20 set. 2023.

NICKSON, A. **Historical Dictionary of Paraguay**. 3. ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

PÁEZ GONZÁLEZ, C. L.; GARCÍA, A. D. LA P. El discurso sobre género en la página de Facebook del Movimiento Pro Vida y Pro Familia en Paraguay. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 139, p. 229–43, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/15865>. Acesso em: 20 set. 2023.

PAOLETTI, J. **Pink and Blue: telling the Boys from the Girls in America**. [s.l.] Indiana University Press, 2012.

PARAGUAI. **Constitución de la República de Paraguay, 1992**. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/py_3054.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PARAGUAI. Marco Rector Pedagógico para la Educación Integral da la Sexualidade. . 2010. Disponível em: <https://observatorio.vihparaguay.org.py/wp-content/uploads/2024/02/2010-marco-rector-pedagogico-para-la-educacion-integral-de-la-sexualidad.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. “Ideologia de gênero” em movimento. **Rev. psicol. polit**, v. 18, n. 43, p. 503–523, 2018a. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. Disentangling and Locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. **Politics and Governance**, v. 6, n. 3, p. 6–19, 14 set. 2018b. DOI: 10.17645/pag.v6i3.1557. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/1557>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PEREIRA, M. M. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão : os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-**

vida e prófamília (2003-2014). 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182964/001076703.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PÉREZ BENTANCUR, V.; ROCHA-CARPIUC, C. The Postreform Stage: Understanding Backlash against Sexual Policies in Latin America. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, p. 11–18, mar. 2020. . DOI: 10.1017/S1743923X20000069. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-gender/article/abs/postreform-stage-understanding-backlash-against-sexual-policies-in-latin-america/12C7C2F998202AD3D56248DACED9A24A>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PETCHESKY, R. P. Antiabortion, Antifeminism, and the Rise of the New Right. **Feminist Studies**, v. 7, n. 2, p. 206, 1981. DOI: 10.2307/3177522. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3177522?origin=crossref>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PIERUCCI, A. F. As bases da Nova Direita. **Novos Estudos Cebrap**, n. 19, 1987. Disponível: <https://arquivo.ibccrim.org.br/docs/saopaulo2014/bases.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PLEYERS, G. A “Guerra dos Deuses” no Brasil: da Teologia da Libertação à eleição de Bolsonaro. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. DOI: 10.1590/es.233566. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100204&lng=pt. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

PLEYERS, G.; ÁLVAREZ-BENAVIDES, A. La producción de la sociedad a través de los movimientos sociales. **Revista Española de Sociología**, v. 27, n. 2, p. 141–149, 2018. DOI: 10.22325/fes/res.2018.53. Disponível em: <https://bit.ly/313EXWq>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

POSA, R. Ahora nuestros derechos. Derecho a la no discriminación de lesbianas, gays y transgéneros. *Em: Derechos humanos en Paraguay 2008*. Assunção: Codehupy, 2008. p. 365–369.

POSA, R. A paso de tortuga y con obstáculos: situación de derechos humanos de lesbianas, gays, bisexuales, personas trans e intersex. *Em: Derechos humanos en Paraguay 2010*. Assunção: Codehupy, 2010. p. 321–331.

RANCIÈRE, JACQUES. T. Â. L. **O desentendimento: política e filosofia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9–26, jan. 2017. DOI: 10.1590/es0101-73302017165522. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&lng=pt. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

REZENDE, D.; SOL, A. “Ideologia de gênero” na produção acadêmica brasileira recente. **Teoria e Cultura**, v. 16, n. 2, 21 set. 2021. DOI: 10.34019/2318-101X.2021.v16.33927. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/33927>. Acesso em: 20 de agosto de 2023.

REZENDE, P. J. **Movimentos sociais e contramovimentos: mobilizações antiaborto no Brasil contemporâneo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/3a05afdc-ce3f-4112-a4a8-8ee49f1d2260>. Acesso em: 20 set. 2023.

RIVAS VERA, M. J. **Sexuality Education in Paraguay: Using Human Rights and International Policies to define adolescents’ right to sexuality education**. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Toronto, Toronto, 2015. Disponível em: <https://tspace.library.utoronto.ca/handle/1807/69165>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROCHA, C. **“Menos Marx, mais Mises”:** uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROCHA, C. Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. **Revista TOMO**, n. 36, p. 43–77, 2020. DOI: 10.21669/tomo.vi36.12777. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/12777>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROGGEBAND, C. The Good, the Bad, and the Ugly : Making Sense of Opposition to Feminisms from a Social-Movement Perspective. *Em*: VERLOO, M. (Ed.). . **Varieties of opposition to gender equality in Europe**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2018. p. 19–38.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE**, v. 13, n. 39, 30 set. 2015. DOI: 10.5752/P.2175-5841.2015v13n39p1237. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/9499>. Acesso em: 20 set. 2023.

ROSSI, J. P. G.; PÁTARO, R. F. A “Lei da mordça” na literatura científica: um estado da arte sobre o Movimento Escola Sem Partido. **Educação em Revista**, v. 36, 2020. DOI: 10.1590/0102-4698221565. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100249&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

RUATA, M. C. S. ¡Queremos mamá y papá! Cruces político-religiosos en la oposición al matrimonio igualitário en Córdoba (Argentina, 2010). **Virajes: Revista**

de **Antropologia e Sociologia**, v. 14, n. 2, p. 129–156, 2012. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/97292>. Acesso em: 20 set. 2023.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2018.

RUIBAL, A. M. Feminismo frente a fundamentalismos religiosos: mobilização e contramobilização em torno dos direitos reprodutivos na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 111–138, ago. 2014. DOI: 10.1590/0103-335220141405. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522014000200111&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, L. O Ativismo Católico: Bioética, Direitos Reprodutivos e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, p. 1–14, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n371678. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TvyfD5SHWcmwjHWk5VGYpgH/abstract/?lang=en>. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTANA, A. T. Neoconservadurismos en América Latina: análisis desde la crisis. *Em*: SANTANA, A. T. (Ed.). **Derechos en riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores**. Bogotá: Fundación Rosa Luxemburg; Ediciones desde abajo, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/sites/3/2020/12/DerechosEnRiesgoenAmericaLatina.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SERRANO-AMAYA, J. F. “Ideología de género”, populismo autoritário y políticas sexuales. **Nomadas**, v. 50, p. 155–173, 2019. DOI: 10.30578/nomadas.n50a10. <https://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article/2544-conocimiento-desde-el-sur-debates-contemporaneos-nomadas-50/subjetividad-y-conocimiento-encarnado/1026-ideologia-de-genero-populismo-autoritario-y-politicas-sexuales>. Acesso em: 20 set. 2023.

SERRANO-AMAYA, J. F. S. Sexualidad, Salud y Sociedad La tormenta perfecta: Ideología de género y articulación de públicos. **Sexualidad, Salud y Soci**, n. 27, p. 149–171, 2017. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2017.27.09.a. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, C. S. F. DA; BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. DE. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1538–1555, 2019. DOI: 10.21723/riiae.v14iesp.2.12051. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, M. K.; PEREIRA, M. M. Movimentos e Contramovimentos Sociais: o caráter relacional da conflitualidade social. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.],

v. 8, n. 20, p. 26–49, 2020. DOI: 10.20336/rbs.647. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/rbs.647>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, W. T. DA; SUGAMOSTO, A.; ARAUJO, U. I. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cult. relig.**, Iquique, v. 15, n. 1, p. 180-222, jun. 2021. DOI: 10.4067/S0718-47272021000100180. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-47272021000100180&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVEIRA, L. **Os think tanks e o liberalismo econômico no Brasil: estudo de caso do Instituto Millenium**. Em: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. Repensando e resignificando a economia, o mercado e seus dispositivos de legitimação, 2014. Acesso em: 20 set. 2023.

SOMMERS, C. H. **Who Stole feminism? How women have betrayed women**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1994.

SOSA, C. “Queremos mamá y papá” Duelo y filiación en la Argentina contemporánea. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires**, n. 81, p. 42–47, 2012. Disponível em: <https://www.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/SOCIALES-81-interior-revista.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOTO, C.; SOTO, L. **Políticas antigênero en América Latina: Paraguay - El “buen” ejemplo**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidade e Política (SPW), 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/resumos-pt/E-book-Resumos-PT-02082021.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOTO, L. La Ley de Salud Sexual, Reproductiva y Materno Perinatal: El fundamentalismo religioso, el Estado laico y los derechos de las mujeres. **Nova Polis, Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos**, v. 7, n. 2, p. 95–108, 2007. Disponível em: <https://pyglobal.com/ojs/index.php/novapolis/article/view/20>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, S. D. “Não à Ideologia de Gênero!” A Produção Religiosa da Violência de Gênero na Política Brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 188–204, 30 dez. 2014. DOI: 10.15603/2176-1078/er.v28n2p188-204. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6342496.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

STEINHART, K. *et al.* International networking for sexuality education: a politically sensitive subject. **Sex Education**, v. 13, n. 6, p. 630–643, 27 nov. 2013. DOI: 10.1080/14681811.2013.784194. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14681811.2013.784194>. Acesso em: 20 set. 2023.

STEUTER, E. Women against feminism: an examination of feminist social movements and anti-feminist countermovements. **Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie**, v. 29, n. 3, p. 288–306, 1992. DOI: 10.1111/j.1755-618X.1992.tb02440.x. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1755-618X.1992.tb02440.x>. Acesso em: 20 set. 2023.

SZWAKO, J. **‘Del otro lado de la vereda’: luta feminista e construção democrática no Paraguai pós-ditatorial**. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Acesso em: 20 set. 2023.

SZWAKO, J. ‘O “mau desempenho” de Lugo: Gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. **Opinio Publica**, v. 20, n. 1, p. 132–155, 2014. DOI: 10.1590/S0104-62762014000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/YGXZFbhkbyjwbfFdRC3vWGs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

TABUSH, C.; CAMINOTTI, M. 2020. “Más allá del sexo: la ampliación de la oposición conservadora a las políticas de igualdad de género en América Latina”. **LASA Forum**. Dossier: Las ofensivas antigénero en América Latina 52(4):27–31. **LASA Forum. Dossier: Las ofensivas antigénero en América Latina**, v. 52, n. 4, p. 27–31, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/168663>. Acesso em: 20 set. 2023.

TEIXEIRA, J. M.; BARBOSA, O. A. Mulher e a família : agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos (**SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 89–105, 2022. DOI: 10.12957/synthesis.2022.69311. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/69311>. Acesso em: 20 set. 2023.

THOMPSON, E. P. La sociedad inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes? *Em*: **Tradición, revuelta e consciencia de clase: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. p. 13–61.

TOSCANO, E. Reserching far-right movements. An introduction. *Em*: TOSCANO, E. (Ed.). **Researching Far-Right Movements: ethics, methodologies, and qualitative inquires**. 1. ed. Nova Iorque: Routledge, 2019. .

TOURAINÉ, A. An Introduction to the Study of Social Movements. **Social Research**, v. 52, n. 4, p. 749–787, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40970397>. Acesso em: 20 set. 2023.

TOURAINÉ, A. **Iguais e diferentes: Poderemos viver juntos?** Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

VAGGIONE, J. M. E activismo religioso conservador en Latinoamérica. *Em*: RUATA, M. C. S. (Ed.). **El activismo religioso conservador en Latinoamérica**. Córdoba: Católicas por el Derecho a Decidir, 2009. p. 9–19.

VAGGIONE, J. M.. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700500002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/tG3Vwp9BqY7kGGTS6WSJ7Zw/abstract/?lang=es>. Acesso em: 20 set. 2023.

VAGGIONE, J. M.. The conservative uses of law: The Catholic mobilization against gender ideology. **Social Compass**, v. 67, n. 2, p. 252–266, 6 jun. 2020. DOI: 10.1177/003776862090756. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0037768620907561>. Acesso em: 20 set. 2023.

VEIGA, L. F.; SANTOS, S. A. DOS. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, fev. 2008. 10.1590/S0102-69092008000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/bMDb78tZMHgqdCHty4gf7cJ/>. Acesso em: 20 set. 2023.

VÉLEZ GONZALEZ, A. C. *et al.* **Desvelando la retórica del miedo de los fundamentalismos. La campaña “con mis hijos no te metas” en Colombia, Ecuador y Perú.** Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, 2018. Disponível em: <https://www.mujeresdelsur-afm.org/wp-content/uploads/2018/12/Develando-la-Ret%C3%B3rica-del-Miedo-de-los-Fundamentalismos.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

VIANNA, C.; BORTOLINI, A. Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. **Educação e Pesquisa**, v. 46, 2020. DOI: 10.1590/S1678-4634202046221756. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Tc37WjhH7ywmFCpJJ4NbBCH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

VIEIRA, A. M.; CHIARAMONTE, A. R. O Instituto Millenium na busca por poder. **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 169–202, 28 abr. 2021. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2021.165937. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/165937>. Acesso em: 20 set. 2023.

VIGOYA, M. V.; RONDÓN, M. A. R. Hacer y deshacer la ideología de género. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 27, p. 118–127, 2017. DOI: 10.1590/1984-6487.sess.2017.27.07.a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/3xbQvLcxB3nvdVwqnqSgWHg/>. Acesso em: 20 set. 2023.

WASSER, N. O movimento musical LGBT e seus contramovimentos / The LGBT musical movement and its countermovements. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 8, n. 20, p. 50–77, 2020. DOI: 10.20336/rbs.724. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/rbs.724>. Acesso em: 20 set. 2023.

WEEKS, J. **Sex, politics and society: the regulation of sexuality since 1800.** 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2012.

WIEVIORKA, M. After New Social Movements. **Social Movement Studies**, v. 4, n. 1, p. 1–19, 2005. DOI: 10.1080/14742830500051812. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742830500051812>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZANOTTO, G. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus: Revista De História**, v. 30, n. 1, p. 87–101, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20136>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZANOTTO, G.. Um olhar panorâmico sobre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) (1960-1995). *Em*: ZANOTTO, G.; COWAN, B. A. (Eds.). . **O pensamento de Plínio Correa de Oliveira e a atuação transnacional da TFP Volume I**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2020. p. 19–31.

ZAREMBERG, G.; ALMEIDA, D. R. DE. Blocking anti-choice conservatives: feminist institutional networks in Mexico and Brazil (2000–2018). **International Feminist Journal of Politics**, v. 23, n. 4, p. 600–624, 8 ago. 2021. DOI: 10.1080/14616742.2021.1954047. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2021.1954047>. Acesso em: 20 set. 2023.

ZAREMBERG, G.; TABBUSH, C.; FRIEDMAN, E. J. Feminism(s) and anti-gender backlash: lessons from Latin America. **International Feminist Journal of Politics**, v. 23, n. 4, p. 527–534, 8 ago. 2021. DOI: 10.1080/14616742.2021.1956093. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14616742.2021.1956093>. Acesso em: 20 set. 2023.

ANEXO: DOCUMENTOS E ARQUIVOS AUDIOVISUAIS ANALISADOS

20101030130659. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Juan José Delvalle Santacruz. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=JaSBxRPTMuY&t=32s&ab_channel=JuanJos%C3%A9DelvalleSantacruz. Acesso em: 14 nov. 2021.

ABDO CRITICA a antifeministas. ABC Color, 16 mar. 2018. Disponível em:

<https://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/abdo-critica-a-antifeministas-1684122.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARZOBISPO de Asunción: “Queremos un feminismo que no sea exacerbado”.

Ultima Hora, 19 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/arzobispo-asuncion-queremos-un-feminismo-que-no-sea-exacerbado-n1138866>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PELA LEGÍTIMA DEFESA. Quem somos. In: **Site Pela Legítima Defesa**, s. l. [2015?]. Disponível em:

<https://www.pelalegitimadefesa.org.br/npld/conteudo.php?CT=31&TE=31&PA=31>. Acesso em 20 dez. 2021.

BASOMBA, Raul. “Queremos papa y mamá” Foro sobre: ¿Matriomonios o uniones gays? **Blogspot Pastoral da Juventude do Decanato cinco da Arquidiocese da Santíssima Assunção**. Assunção, 10 set. 2010. Disponível em:

<https://pjd5.blogspot.com/2010/09/queremos-papa-y-mama-foro-sobre.html>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BELENS, Ricardo. Pastor move ação contra Globo por exibir beijo gay. **Portal A Tarde**, Salvador, 04 fev. 2015. Disponível em

https://atarde.com.br/cultura/culturatelevisao/pastor-move-acao-contra-globo-por-exibir-beijo-gay-577431?versao_web=true. Acesso em 28 dez 2021.

BERGAMO, Mônica. Lápis 3. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jun. 2015.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/221241-monica-bergamo.shtml>. Acesso em: 27 jan 2022.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON (Estados Unidos). **Arquivo Digital de Documentos Efêmeros da América Latina e Caribe**. La marcha es nuestra voz. Queremos papá y mamá. Una sola Familia. Princeton, 2010b.

Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/efda110b-11c5-4fca-afbd-250357b87ec3#?c=0&m=0&s=0&cv=0&xywh=-639,-135,2968,2683&m=0&s=0&cv=0&xywh=-154%2C0%2C1999%2C2414>. Acesso em 26 ago. 2021.

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE PRINCETON (Estados Unidos). **Arquivo Digital de Documentos Efêmeros da América Latina e Caribe**. Todo niño tiene derecho a tener un papá y una mamá. Mercedes presente en el congreso. Hagamos escuchar nuestra voz!! Convocatoria Nacional 13 de julio. Princeton, 2010a.

Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/02558df5-89c8-4022-9bde-88be334232cf#?c=0&m=0&s=0&cv=0&xywh=-632,->

134,2944,2661&m=0&s=0&cv=0&xywh=-152%2C0%2C1983%2C2394. Acesso em 26 ago. 2021.

BONECAS trans causa confusão em Cidade do Leste. [S.l.: s.n], RICTV, 2018a. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Balanço Geral Oeste. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tMw5RJ1kSRk&ab_channel=Balan%C3%A7oGeralOeste. Acesso em 20 out. 2021.

BONECAS trans são apreendidas no Paraguai. [S.l.: s.n], RICTV, 2018c. 1 vídeo (2 min). Publicado pelo canal Cidade Alerta Paraná. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YRNXBDDNb-M>. Acesso em 20 out. 2021.

BONECAS transgênero “são presas” no Paraguai. [s. n], Brasília, 2018b. 1 vídeo (30 min). Publicado pelo canal Brasília em Foco. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bz8TOhgnzDs&ab_channel=Bras%C3%ADliadeFato. Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. PODER EXECUTIVO. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Autoria: Poder Executivo. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2010]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01fowq8hmyzux5lh0gm87xmcde33684367.node0?codteor=831421&filename=PL+8035/2010. Acesso em: 14 dez. 2021.

CAARAPANÃ. Olha o ofício contra as “bonecas trans”. Avante Goiás! 1 fotografia. 14 dez. 2017. Twitter. @carapanarana. Disponível em: <https://twitter.com/carapanarana/status/941451970849714177?lang=es>. Acesso em 15 ago. 2023.

CÂMARA sedia seminário sobre ideologia de gênero. In: **Câmara Municipal de São Paulo, Notícias**, 4 ago. 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/camara-sedia-seminario-sobre-a-ideologia-de-genero/>. Acesso em 27 jan. 2022.

CARTES Y MARITO participan en charla contra las feministas. ABC Color, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/cartes-y-marito-participan-en-charla-contra-las-feministas-1683770.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CIDADE DO LESTE (ALTO PARANÁ/PY). Resolução nº 4981 de 09 de janeiro de 2018. Por la cual se emplaza al propietario del Shopping Lion a retirar de los salones de venta muñecas com carecterísticas e vestimentas de bebês de sexo feminino pero com órgão genital masculino. Cidade do Leste, Alto Paraná: Intendência Municipal, 09 jan. 2018. Disponível em: <https://www.elnueve.com/compro-una-muneca-y-se-sorprendio-cuando-vio-que-tenia-pene>. Acesso em: 22 set 2021.

CON BESOS frente al Congreso gays reclaman matrimonio entre personas del mismo sexo. **Ultima Hora**, 17 maio 2010. Disponível em:

<https://www.ultimahora.com/con-besos-frente-al-congreso-gays-reclaman-matrimonio-personas-del-mismo-sexo-n322777>. Acesso em: 22 set 2021.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PARAGUAIA. **Mensaje de los obispos por la vida y la dignidad de la persona humana**. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/slideshow/mensaje-de-los-obispos-por-la-vida-y-la-dignidad-de-la-persona-humana/43055367>. Acesso em 21 out. 2021.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PARAGUAIA. Pronunciamento sobre el Marco Rector Pedagógico. **Blog Biotética y Humanismo Integral**. [S.l.], 3 nov. 2010. Disponível em: <https://bioeticalatinoamericana.wordpress.com/acerca-de/>. Acesso em: 22 set 2021.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Construindo o Plano de Educação da Cidade de São Paulo. Aprovação das propostas apresentadas no período de fevereiro a maio de 2010. *In: De Olho no Plano*, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.deolhonoplano.org.br/PDFs/Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CONGRESSO INTERNACIONAL EM DEFESA DA VIDA. **Canção Nova**. [S. l], 15 ago. 2014. Disponível em: <https://eventos.cancaonova.com/cobertura/i-congresso-internacional-em-defesa-da-vida/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CONGRESSO INTERNACIONAL PELA VERDADE E PELA VIDA, 2, 2011, São Paulo. **Patrocínio e apoio**. Disponível em <https://web.archive.org/web/20111117033904/http://congressoprovida.com.br/o-congresso>. Acesso: em 10 dez. 2021.

CONGRESSO INTERNACIONAL PELA VERDADE E PELA VIDA, 2, 2011, São Paulo. **Palestras**. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111007200046/http://congressoprovida.com.br/palestras>. Acesso: em 3 dez. 2021.

CONGRESSO Internacional pela Verdade e pela Vida. **WordPress União das Mães de Schoenstatt do Brasil**. 12 fev. 2011. Disponível em: <https://uniaodasmaes.wordpress.com/2012/04/12/iii-congresso-internacional-da-uniao-das-maes-de-schoenstatt/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

CONGRESSO NACIONAL. FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. Nota de repúdio. Brasília, 17 de março de 2015. Disponível em: <https://guiame.com.br/gospel/mundo-cristao/bancada-evangelica-publica-nota-de-repudio-novela-babilonia-e-propoe-boicote-programacao.html>. Acesso em: 10 de out. 2021.

COORDENAÇÃO DO CONGRESSO EM DEFESA DA VIDA. Declaração de Aparecida em Defesa da vida. Aparecida, 9 fev. 2008. *In: Site Conferência Nacional dos Bispos*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080303105203/http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=17312>. Acesso em: 10 dez. 2021.

CRISTIANOS convocan para marcha en favor de la vida y la familia. **ABC Color**, Assunção, 1 jun. 2014. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/cristianos-convocan-para-marcha-en-favor-de-la-vida-y-la-familia-1251126.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

DECLARACIÓN ciudadana por la vida y la familia. In: **Internet Archive. Site Queremos Papá y Mamá**. 3 out. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101006003354/http://www.papaymama.org/declaracion-ciudadana-por-la-vida-y-la-familia/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

DESPIERTA AMÉRICA.

@abcdigital@UltimaHoracom@SanTula@RMariaPY@pvictorsalomon@paraguaycom@nanduti@680CARITAS@hazteoir@CitizenGO. 05 jun. 2014. 1 Imagem, color. Twitter: @despierta_2014. Disponível em: https://twitter.com/Despierta_2014/status/474664082822672385/photo/1. Acesso em: 20 ago. 2023.

DOCUMENTÁRIO contra a ideologia de gênero São Paulo. [S. l.: s. n.], [2015]. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Portal Eu Vou Católico. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KtFlylopGSY&ab_channel=PortalEuVouCat%C3%B3lico. Acesso em: 15 dez. 2018.

DOCUMENTÁRIO contra a ideologia de gênero São Paulo. [S. l.: s. n.], [2015]. 1 vídeo (6 min). Publicado pelo canal Portal Eu Vou Católico. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KtFlylopGSY&ab_channel=PortalEuVouCat%C3%B3lico. Acesso em: 15 dez. 2018.

ECCLESIASE. Pe. David Francisquini Ideologia de gênero. [2021?]. 1 gravura, color. Disponível em: <https://ecclesiae.com.br/ideologia-de-genero>. Acesso em: 14 jan. 2022.

ENFRENTAR marxismo cultural e gerar linguagem comum para defender a vida. **ACIDigital**. 4 nov. 2011, São Paulo. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/22730/enfrentar-marxismo-cultural-e-gerar-linguagem-comum-para-defender-a-vida>. Acesso em: 13 dez. 2021.

FAMILIAS hablaran sobre educación sexual. **ABC Color**, Assunção, 27 nov. 2010. FEDAVIFA. Campaña de firmas. In: **Internet Archive. Site Queremos Papá y Mamá**. 25 ago. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101006021846/http://www.papaymama.org/planilla-de-firmas/>. Disponível em: 14 nov. 2021.

FEDAVIFA. QUIÉNES SOMOS? In: **Internet Archive. Site Queremos Papá y Mamá**. Assunção, 2010b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101006021852/http://www.papaymama.org/quienes-somos/>. Acesso em 12 nov. 2021.

FERRAZ, Jorge. Impressões do Congresso pró-vida. In: **FERRAZ, Jorge. Blog Deus lo Vult**. Disponível em: <https://www.deuslovult.org/2011/11/07/impressoes-do->

congresso-pro-vida/%20https://www.acidigital.com/noticias/enfrenta. Acesso em 13 dez. 2021.

FESTIVAL y marcha por la vida y la familia. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (3 min). Publicado pelo canal Agencia IP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N9J6OfYGq80&ab_channel=AgenciaIP. Acesso em: 15 dez. 2021.

FORO DE DIÁLOGO CIVIL. [sem título]. 1 Imagem, color. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=303162009881011&set=pb.100068976475453.-2207520000>. Acesso em 14 out. 2023.

FORO DE DIÁLOGO CIVIL. Proyecto Mordaza-Filizzola: preso por disentir con la ideología gay. **Citizengo**, 10 nov. 2014.. Disponível em: https://www.citizengo.org/es/13436-no-penalizar-defensa-del-matrimonio-paraguay?fbclid=IwAR2WFmpRZ1CBNE8sS_nYvJTTQS1jIteLD6BAyYrDFRnF1Jqy5ncwfG5aOo. Acesso em 14 out. 2023.

HARÁN caravana contra Convenio de Badajoz y el matrimonio homosexual. *In*: **ABC Color**. 30 out. 2010. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/haran-caravana-contra-convenio-de-badajoz-y-el-matrimonio-homosexual-178495.html>.. Acesso em: 8 nov. 2021.

IDEOLOGIA de gênero. Live: Ana Campagnolo + Marisa Lobo. [S. l.: s. n.], [2021]. 1 vídeo (76 min). Publicado pelo canal Ana Campagnolo, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hg559IKVIDg&ab_channel=AnaCampagnolo. Acesso em: 15 dez. 2021.

INSTITUTO PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA. Quem somos. *In*: **Site Instituto Plínio Corrêa de Oliveira**, s. l. [2021?]. Disponível em: <https://www.ipco.org.br/paginas/quem-somos>. Acesso em 20 dez. 2021.

LA CARAVANA naranja se moviliza por la familia. *In*: **Ultima Hora**. 30 out. 2010. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/la-caravana-naranja-se-moviliza-la-familia-n372879.html>.. Acesso em: 8 nov. 2021.

LÍDER pró-vida e pró-família Ignacio Arsuaga estará presente em workshop em São Paulo. *In*: **ACIDigital**. São Paulo, 4 nov. 2013. Disponível em: <https://www.acidigital.com/noticia/26271/lider-pro-vida-e-pro-familia-ignacio-arsuaga-estara-presente-em-workshop-em-sao-paulo>. Acesso em: 13 jan. 2022.

MEC HABLA de manipulación de textos. **ABC Color**, Assunção, 20 set. 2017. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/locales/mec-habla-de-manipulacion-de-textos-1633695.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MIGUEL ORTIGOZA. Esta Bandera representa nuestro sentir en Iberoamérica a favor de la Vida y la Familia, la veremos flamear en todo el mundo!! #FamiliaEsVida. 29 jun. 2017. Disponível em: https://twitter.com/miguel_ortigoza/status/880509853613121536. Acesso em: 20 ago. 2023.

MORAES, Letícia Nunes de. Verbete Paes de Lira. In: **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Rio de Janeiro, [2015?]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jairo-paes-de-lira>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MOURA, Wagner. Minha lista do melhor de 2011. In: MOURA, Wagner. **Blog Juventude em Ação**. [S. l.], 29 dez. 2011. Disponível em: <https://juventudesg1.blogspot.com/2012/04/diga-sim-vida.html>. Acesso em 13 dez. 2021.

MOVIMENTO DESPIERTA AMÉRICA. [sem título]. 22 maio 2014. 1 imagem, color. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/despiertaamericapy/photos/pb.100068029454940.-2207520000/708696065861551/?type=3>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MOVIMENTO DESPIERTA AMÉRICA. [sem título]. 22 maio 2014b. 1 imagem, color. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/despiertaamericapy/photos/pb.100068029454940.-2207520000/708696065861551/?type=3>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MOVIMENTO DESPIERTA AMÉRICA. Faltan pocos días para la histórica marcha ciudadana! 30 maio 2014. 1 imagem, color. Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/despiertaamericapy/photos/pb.100068029454940.-2207520000/708696065861551/?type=3>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MUJICA, Jorge Henrique. Noticias Globales. In: **Catholic Net**. [2 jul. 2019?]. Disponível em: <https://es.catholic.net/op/articulos/10591/cat/878/noticias-globales.html#modal>. Acesso em 10 dez. 2021.

NACIF, Dannia Riosa. Muñeca transexual en CDE. 1 Vídeo (3 min). [S.l.], 6 jan 2018. Facebook. Disponível em: <https://fb.watch/aTULADV9OJ/>. Acesso em: 20 out. 2021.

NO VOTARÁN a políticos que no defiendan la vida. **Ultima Hora**. 31 out. 2015. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/no-votaran-politicos-que-no-defiendan-la-vida-n943163>. Acesso em: 14 out. 2023.

O CASAMENTO é uma causa perdida? In: **Padre Paulo Ricardo**, 29 maio 2013. Disponível em: <https://padrepauloricardo.org/blog/o-casamento-e-uma-causa-perdida?periodo=>. Acesso em: 15 dez. 2021.

OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA. Quem somos. In: Site Observatório Interamericano de Biopolítica. **Internet Archive**. [2014?]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150623013319/http://biopolitica.com.br/index.php/que-m-somos>. Acesso em: 13 jan. 2022.

OLIVEIRA, Edson Carlos de. Fórum “As ameaças do PNDH-3 continuam” demonstrou que a luta está apenas começando. In: **Site Instituto Plínio Corrêa de Oliveira**. [São Paulo], 30 ago. 2010. Disponível em: <https://www.ipco.org.br/forum-as-ameacas-do-pndh-3-continuam-demonstrou-que-a-luta-esta-ainda-comecando>. Acesso em: 12 dez 2021.

PADRES critican manejo del plan sobre sexualidad. **Ultima Hora**, 27 set. 2010. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/padres-critican-manejo-del-plan-sexualidad-n362502.html>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PAES de Lira: “projeto maligno” é o que o Executivo quer impor. [S. l.: s. n.], 2010. 1 vídeo (22 min). Publicado pelo usuário José Carlos de Oliveira. Disponível em: <https://gloria.tv/post/VoWPTZFETjvL4M3HyaqYcXCdi>. Acesso em: 12 dez 2021.

PARAGUAI. Ministério de Educação e Cultura. Marco Rector Pedagógico para la Educación Integral da la Sexualidad. Assunção: **Ministério de Educação e Cultura**, set. 2010. Disponível em: <https://observatorio.vihparaguay.org.py/wp-content/uploads/2024/02/2010-marco-rector-pedagogico-para-la-educacion-integral-de-la-sexualidad.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

PIDEN analizar marco rector pedagógico. In: **ABC Color**. 09 out. 2010. Disponível em: <https://www.abc.com.py/edicion-imprensa/locales/piden-analizar-marco-rector-pedagogico-170500.html>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PORTAL EU VOUCATÓLICO. **[Somos família]**. São Paulo, 9 ago. 2015b. 1 gravura, color. Facebook: portaleuvoucatolico. Disponível em: <https://www.facebook.com/portaleuvoucatolico/photos/gm.965319330197983/954335171271391/>. Acesso em 17 dez. 2021.

PORTAL EU VOUCATÓLICO. 2º Mobilização Diocese de Santo Amaro SP – Votação Ideologia de gênero. São Paulo, [7 ago. 2015?]. Facebook: portaleuvoucatolico. Disponível em: https://www.facebook.com/events/964135190316397/?active_tab=discussion. Acesso em: 15 dez. 2021.

PORTAL EU VOUCATÓLICO. Atenção galera nessa terça-feira vamos comparecer e lutar pelas nossas famílias. São Paulo, 23 ago. 2015c. 1 gravura, color. Facebook: portaleuvoucatolico. Disponível em: <https://www.facebook.com/portaleuvoucatolico/photos/gm.972352632827986/961603217211253/>. Acesso em 17 dez. 2021.

PORTAL EU VOUCATÓLICO. Mobilização contra a ideologia de gênero. São Paulo, 12 ago. 2015. Facebook: portaleuvoucatolico Disponível em: <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=portaleuvoucatolico&set=a.955631977808377>. Acesso em: 10 dez. 2015a.

QUEREMOS papá y mamá ´ - domino. 2010, 1 vídeo (1:15 min). Publicado pelo canal Diego Doldan CHIMPS. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wEk6VbuSIYI&ab_channel=DiegoDoldanCHIMP S. Acesso em: 08 jun. 2021.

RODRIGUES, Artur Militantes fazem duelo entre músicas LGBT e Pai Nosso em frente à Câmara. In: **Folha de São Paulo, São Paulo**, 11 ago. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1667249-militantes-fazem-duelo-entre-musicas-lgbt-e-pai-nosso-em-frente-a-camara.shtml>. Acesso em 14 dez. 2021.

SALVADORI, Fausto. Questão de gênero, questão de gente. Revista Apartes, n. 16, ago-set, 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antteriores/revista-apartes/numero-16/questao-de-genero-questao-de-gente/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SÃO PAULO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. 240ª Sessão Extraordinária: 1ª votação em plenário sobre o PL 412/2012 que aprova o “Plano Municipal de Educação” em 11 de agosto de 2015. **São Paulo: Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão**, 2015c. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/static/atas_anais_cmstp/anadig/Sesoes/Extraordinarias/240SE16.pdf. Acesso: 20 dez. 2021.

SÃO PAULO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Comissão de Finanças e Orçamento – Nota taquigráfica da 12ª audiência pública sobre o PME em 14 de maio de 2015. São Paulo: **Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão, Processo Digitalizado: volume 3**, 2015a. Disponível em: <https://splegisparmazenamento.blob.core.windows.net/visualizacao/PL00415-2012ProcessoPrincipalV003.PDF?sv=2023-01-03&st=2024-11-04T14:27:01Z&se=2024-11-04T15:47:01Z&sr=b&sp=r&sig=vwU%2ffIV87HfdW3ZL3NAvqp36RYvs0lxb27hj2yfJVFo%3d>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SÃO PAULO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Comissão de Finanças e Orçamento – Nota taquigráfica da 13ª audiência pública sobre o PME em 25 de maio de 2015. São Paulo: **Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão, Processo Digitalizado: volume 3**, 2015b. Disponível em: <https://splegisparmazenamento.blob.core.windows.net/visualizacao/PL00415-2012ProcessoPrincipalV003.PDF?sv=2023-01-03&st=2024-11-04T14:27:01Z&se=2024-11-04T15:47:01Z&sr=b&sp=r&sig=vwU%2ffIV87HfdW3ZL3NAvqp36RYvs0lxb27hj2yfJVFo%3d>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SÃO PAULO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Parecer n.º 1557/2014 da Comissão de Educação, culturas e esportes sobre o projeto de lei nº 415/2012**. São Paulo 27 de nov. 2014. Autoria: Comissão de Educação, culturas e esportes [2014]. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/parecer/EDUCS1557-2014.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SÃO PAULO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Parecer n.º 2435/2013 da Comissão de Administração Pública sobre o projeto de lei nº 415/2012**. São Paulo 7 de nov. 2013. Autoria: Comissão de Administração Pública [2013]. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/parecer/ADMS2435-2013.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SÃO PAULO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de lei nº 01-00415/2012. Aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020.** Autoria: Poder Executivo. São Paulo, 27 set. 2012. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0415-2012.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SCALA, Jorge. Ideologia de gênero e a resposta da Igreja, destaca especialista. [Entrevista cedida a] Leonardo Meira. **Notícias Canção Nova**. 4 nov. 2011. Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/congresso-vida/ideologia-de-genero-e-a-resposta-da-igreja-destaca-especialista/>. Acesso em: 9 dez. 2021.

SE DESARROLLA en Paraguay la Caravana naranja, a favor de los valores de la familia. **Ultima Hora**, Assunção, 30 out. 2010: 8 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA GEÓRGIA. Biblioteca da Universidade. **Coleção digital Nancy N. Boothe papers: O' Leary, Dale**, paper: "The Deconstruction of Women Analysis of the Gender Perspective in Preparation for the Fourth World Conference on Women". Atlanta, 2021?. Disponível em: <https://digitalcollections.library.gsu.edu/digital/collection/arwg/id/19598/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

VEREADORLELIOALVARENGA. Nota de repúdio. Leiam com atenção!!! 14 dez. 2017. 1 fotografia. Instagram: @vereadorlelioalvarenga. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bcr8X4pBq3n/?taken-by=vereadorlelioalvarenga>. Acesso em 15 ago. 2023.

VENCESLAU, Pedro. Em carreata em Belém, Bolsonaro exalta general que defendeu intervenção militar. **O Estado de São Paulo**, 05 out. 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/em-carreata-em-belem-bolsonaro-exalta-general-que-defendeu-intervencao-militar/>. Acesso em 10 out. 2023.